

$\tau\phi$



Caderno

TERRAS QUENTES

Nº 17

Abril 2022

Ficha Técnica

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Rua D. Maria Mascarenhas, apartado 110

5340-326 Macedo de Cavaleiros

Tel.: 278 098 548 – 936 761 011

E-mail: administracao@terrasquentes.pt

Site : www.terrasquentes.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção

Carlos Alberto Santos Mendes

João Carlos Senna-Martinez

Manuel Sousa Cardoso

Miguel Pereira Coutinho Sanches Baêna

Pedro Gomes Barbosa

Colaboradores neste número

Ana Maria Canelas Sanches de Baêna

Augusto Ferreira do Amaral

Carlos Alberto Santos Mendes

Frederico Carlos Reis Morais

João Carlos Senna-Martinez

José Faria dos Santos

Manuel Sousa Cardoso

Maria Belmira Mendes

Maria Lua Sanches de Baêna

Miguel Pereira Coutinho Sanches Baêna

Pedro Gomes Barbosa

Vitor Veríssimo Serrão

Capa

Entrada do Castelo; *In*: Medieval castelo principal entrar ou portão fotos, imagens de

© Andrey_Kuzmin#53958811 (depositphotos.com)

Fernão Mendes “O Bravo” – Desenho ATQ

São Miguel Arcanjo – Foto espólio ATQ

Ancoriforme – Espólio Associação Terras Quentes

Contracapa

Documento original do início das operações do 25 Abril 74 – Espólio Coronel Frederico Reis Morais

Foto – Espada D. Afonso Henriques; Espólio da ATQ

Design e Composição Gráfica

Carlos Mendes

Paginação

José Rocha

Depósito Legal

212756/22

Edição

Caderno Terras Quentes, Nº 17, Abril, 2022

Índice

Editorial	5
A formação da Identidade Nacional: O contributo Nordestino	9
A importância histórica e simbólica da imaginária de São Miguel Arcanjo pertencente à Igreja de S. Martinho de Vilar do Monte/Castelãos, descoberta e recuperada pela Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”.....	85
Centros Europeus de Fabrico e comércio de armamento – Século XII até ao final século XIV	125
A Espada de D. Afonso Henriques	153
A Espada Muçulmana	175
Uma abordagem numérica da operação do 25 de Abril	189

Editorial

Se há coisas que os Cadernos Terras Quentes têm tido nas suas páginas desde o seu primeiro número, são elas a novidade, a investigação e o pensamento fora-da-caixa, o desassombro de propor leituras, hipóteses e soluções que, não deixando de cumprir os critérios científicos, iluminam com novas cores – brilhantes! – alguns dos passos mais decisivos da nossa História nacional e regional. Com que empolgante pioneirismo e espírito de aventura se têm escrito tantas páginas sobre velhos temas, como se de descobertas inéditas se tratem! Com que entusiasmo se têm navegado os mares das nossas serras e vales!

Sem medo de polémicas porque as polémicas inteligentes sempre foram um campo fecundo ao estabelecimento de interpretações inteligentes, este Caderno Terras Quentes 17 cumpre esse desígnio intelectual. Ainda por cima com um tema de responsabilidade e muito escamoteado ao longo do tempo, na linha do espírito regionalista que animou a intelectualidade de Bragança na viragem do século XIX para século XX, dando um passo para repor, com elevado nível, o que de justiça a Historiografia Portuguesa deve ao Nordeste Português. O artigo de Ferreira do Amaral, Miguel Sanches-Baêna e Carlos Mendes, *A Formação da Identidade Nacional*, a todos nós, trasmontanos, deveria pôr a pensar e encher de salutar orgulho.

A Importância histórica e simbólica da Imagem de São Miguel pertencente à paróquia de S. Martinho de Vilar do Monte, é magna nas faces histórica, heráldica, hagiográfica e com consequências para o património desta aldeia de Macedo de Cavaleiros e para o Museu Martim Gonçalves de Macedo, onde se encontra exposta. Mais uma vez D. Nuno Álvares Pereira, o nosso São Nuno de Santa Maria, irrompe pelos melhores motivos no nosso presente, aqui exposto no artigo de Carlos Mendes, Miguel Sanches-Baêna e Manuel Sousa Cardoso.

O tema do armamento antigo, constante nos Cadernos desde que neles consta e se tem relatado a nossa gesta em Aljubarrota e a recordação notável da notável estadia do Exército Português com o Condestável e o Mestre de Avis nas nossas terras no século XIV, aqui ocupa dois artigos: um sobre os *Centros Europeus de Fabrico e Comércio de Armamento do Século XII até ao final do século XIV*, e outro sobre *A Espada de D. Afonso Henriques – História, Mito e Realidade*, ambos de Miguel Sanches-Baêna e Carlos Mendes, acompanhados do *A Espada Muçulmana*, de José Manuel Faria dos Santos.

A Fraga dos Corvos, local que um dia esperamos que venha a merecer a atenção pública correspondente ao seu valor científico, mais uma vez está presente nos Cadernos com mais um artigo assinado pelo seu principal investigador e notável pilar que a Terras Quentes tem tido desde a sua fundação, João Carlos de Senna-Martinez, *Materialização de um símbolo iconográfico: a representação metálica de um “ancoriforme” da Fraga dos Corvos*.

Numa visão fora do comum surge o tratamento dum dia histórico de há quase meio século feito por Frederico Carlos Reis Morais: *Uma abordagem numérica da operação do 25 de abril 1974*.

Este Caderno é publicado num ano auspicioso e cheio de expectativas para a nossa Associação, uma vez que coincide com a vontade manifestada pela edilidade macedense em corresponder à criação de mais um museu que não será só mais um museu em Macedo de Cavaleiros: dedicado aos Templários, poderá fazer a diferença para que, com o Museu de Arte Sacra, o Museu Martim Gonçalves de Macedo e o Museu Coronel Albino Pereira Lopo, a cidade e o município passem a dispor de equipamentos sinergicamente importantes para captar turismo, para servir de apoio pedagógico regional, para afirmar com propriedade que no Nordeste Trasmontano Aqui Também Nasceu Portugal!

Manuel Cardoso
Fevereiro 2022

τφ



A formação da Identidade Nacional: O contributo Nordestino

A formação da Identidade Nacional: O contributo Nordestino

Augusto Ferreira do Amaral*
Carlos Alberto Santos Mendes**
Miguel Sanches de Baêna***

**“Por trás da pedra dura, pedra negra
para além destas encostas
um homem quando nasce é como a pedra
e o Marão volta-lhe as costas.”**

**“Por detrás de Trás-os-Montes
a mulher é de granito
os seus braços duas pontes
entre o ventre e o infinito”**

**“Por detrás de Trás-os-Montes
os homens são andarilhos
seus braços arcos das pontes
que ligam a terra aos filhos”.¹**

Este estudo tem como objectivo identificar os pressupostos contributivos da região de Trás-os-Montes, Nordeste Português, para a construção da Identidade Nacional mormente durante a Idade Média objetivado sempre que possível à região Transmontana definida, hoje, para distrito de Bragança.

A demografia Transmontana

Os primeiros trabalhos abrangentes nesta área da ciência que se conhecem e que estão disponíveis são: “O Rol dos Besteiros” que D. João III mandou realizar no ano de 1421. A partir da análise que Rebelo da Silva, utilizou uma relação de 213 almas por cada besteiro existente na região².

* Genealogista, Investigador, advogado, 3º Barão de Oliveira da Lima, Descendente por varonia de Fernando Mendes, “O Bravo”; Ex-Secretário de Estado da Estruturação Agrária (1978-79); Ex-Deputado (1979-83); Ex-Ministro da Qualidade de Vida (1981); Ex-Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados; Ex-Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados; Ex-Presidente da Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente; Presidente do Círculo de Amizade Portugal-Marrocos; Ex-Presidente do Partido Popular Monárquico; Presidente da Causa Real; Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História; Sócio efectivo de número do Instituto Português de Heráldica; mais de 40 obras publicadas sobre genealogia. Sócio de Mérito Científico da Associação Terras Quentes.

** Mestre em História Regional e Local e Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Arqueologia “Uniarq” da Universidade de Lisboa, Presidente da direcção e investigador da Associação Terras Quentes.

*** Doutorado em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador e Vice-Presidente da Associação Terras Quentes, Perito em História e armamento militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo “Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; *Braveheart* realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz.

1 José Carlos Ary dos Santos; *in* Fado Transmontano de José Carlos Ary dos Santos, uma leitura de Manuel Cardoso; <https://adriveinmycountry.blogspot.com/>

2 Daveau, Suzanne e Galego, Júlia; *in* Numeramento 1527/1532 citando Rebelo da Silva, Pág. 11.

Em Trás-os-Montes existiam 252 besteiros, isto é, aplicando a fórmula de Rebelo da Silva, tinha 53.676 habitantes num total Nacional de 1.010.000 habitantes o que não anda longe do censo “numeramento” que foi efectuado entre 1527 e 1532 ou seja cerca de 100 anos depois o total Nacional era de 1.122.000 habitantes.

Os números indicados no numeramento são relativos às unidades administrativas omitindo os aglomerados populacionais com menos de 100 habitantes que não fossem unidades administrativas.

Assim no que é hoje o Distrito de Bragança existiam oito grandes aldeias com mais de 100 habitantes a saber; Em Moncorvo uma aldeia; Em Freixo de Espada à Cinta Uma aldeia; Em Miranda do Douro duas aldeias; Em Outeiro, uma aldeia; e em Bragança duas aldeias grandes (para a época).

De notar por exemplo o distrito de Chaves, vila assolada pela peste epidemias e maus anos agrícola que correspondia a fome somente no primeiro quarto do século XVI (anos, 1503; 1505; 1510; 1521; 1522; 1523 E 1525) só em Chaves morreram 80 dos seus 385 habitantes.

Também temos à disposição variada informação que decorre das Inquirições mandadas fazer por Afonso II em 1220; Afonso III em 1258; D. Dinis em 1284/88, 1301 a 1304 e 1307 a 1311 e por Afonso V em 1343.

A demografia

Relação dos valores demográficos registado no numeramento de 1527 feito ao Distrito, hoje, de Bragança.

Numeramento 1527	Nome actual – Unidades administrativas do distrito de bragança – NÃO inclui as povoações que não são UA	Nº de moradores
Pág 93	Carrazeda de Ansiães	863
	Vilarinho da Castanheira	459
	Vila Flor	455
	Vilas Boas	105
	Torres de Moncorvo	756
	Mós	116
	Freixo de Espada à Cinta	766
	Freixel	134
	Abreiro	71
	Lamas de Orelhão	584
	Frechas	95
	Mirandela	1.132

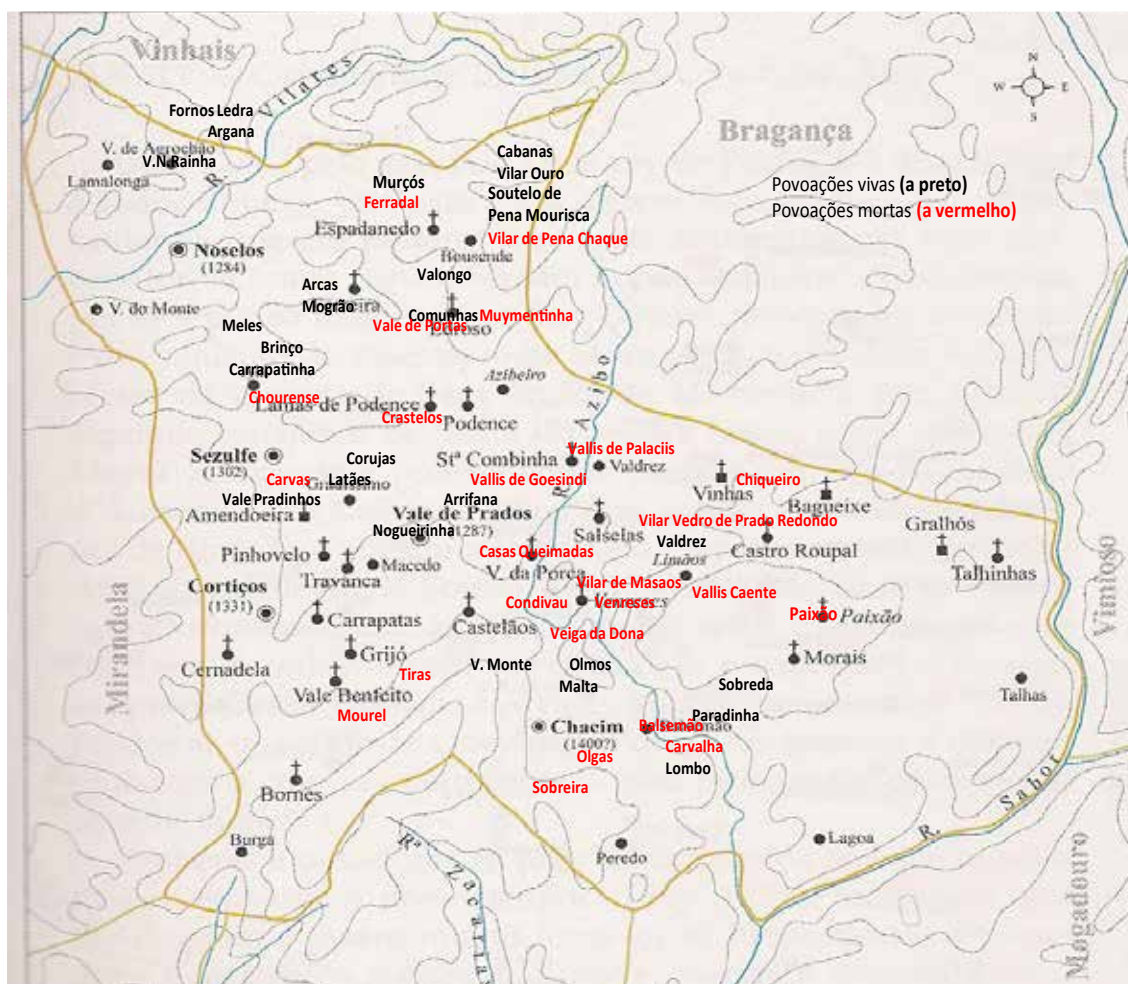
	Cortiços (hoje, Macedo de Cavaleiros)	118
	Sezulfe (hoje, Macedo de Cavaleiros)	37
	Vale de Asnes	44
	Alfandega da Fé	627
	Chacim (hoje, Macedo de Cavaleiros)	124
	Castro Vicente	349
	Mogadouro	959
	Azinhoso	80
	Penas Roias	296
	Bemposta	243
	Miranda do Douro	1625
	Algoso	757
	Vimioso	223
	Outeiro	596
	Bragança	5.649
94	Nozelos (hoje, Macedo de Cavaleiros)	112
	Ervedosa	33
	Torre D. Chama	317
	Vinhais	1.161
	Total Distrito Bragança	18.886
22	Trás-os-Montes – Bragança e Vila Real	35.587
28	Densidade por Km ² – Bragança	8-14

Os números retirados do numeramento estudado por Suzanne Daveau e Júlia Galego em nosso entender pecam por escassos, visto, não contarem com os aglomerados populacionais que não fossem consideradas unidades administrativas, sendo que na mesma obra nas páginas 40 e 41 as autoras dão-nos conta da rede de fortificações existentes e que Trás-os-Montes estava guarnecido por uma cintura de pontos fortificado, sendo que, só no distrito de Bragança havia 35 localidades, somente no Concelho, hoje Macedo de Cavaleiros, pertencentes à Ordem dos Templários (total ou parcialmente) entre o primeiro quarto do século XII e o início do século XIV, eram, a saber; Em terras de Ledra: Argana; Fornos de Ledra Ala; Meles; Vila Nova da Rainha; Vilar D'Ouro; Lamalonga, Arcas, Vº Agrochão; Murçós, Arcas; Corujas, Edroso, Ferreira, Espadanedo e Soutelo Mourisco Argana, Azibeiro; Em terras de Lapaças: Chacim; Bagueixe; Balsemão; Malta; Valdrez; Gralhós, Morais e Talhinhas, S. Combinha e Peredo; Vale Prados; Vilarinho Agrochão; Fornos; Vila Nova Rainha; Meles e Vilar d'Ouro³. Dá-se também conta, na mesma obra,

3 Mendes Carlos e Sanches Baêna, in Caderno Terras Quentes nº 16, páginas 61 a 67.

da existência em todo o distrito de Bragança da existência de uma cintura de 23 castelos ou unidades amuralhadas.

Localidades existentes no espaço, hoje, Concelho de Macedo de Cavaleiros ao tempo das inquirições 1258/1284, o que acrescenta um maior número de povoações existentes nesse concelho.



Povoações desaparecidas a vermelho, mas existentes em 1258

Somente no actual concelho de Macedo de Cavaleiros existiam no ano de 1285, mais 23 povoações, entretanto desaparecidas, a saber; Ferradal; Vila de Pena Chaque; Muymmentinha; Vale de Portas; Chourense; Crastelos; Vallis de Palaciis; Vallis de Goesindi; Carvas; Chiqueiro; Vilar de Prado Redondo; Casas Queimadas; Vilar de Masaos; Vallis Caente; Vanreses; Veiga da Dona; Tiras; Mourel; Balsamão; Carvalha; Olgas; Paixão e Sobreira. Se acrescentarmos a este número as povoações ainda existentes hoje e à data do numeramento efectuado em 1527, que são 63 a saber; Argana; V. Nova da Rainha; V. Agrochão; Lamalonga; Murçós; Cabanas; Vilar de Ouro; Soutelo de Pena Mourisca; Espadanedo; Nozelos; Bousende; Valongo; Arcas; Mogrão; Comunhas; Edroso; Meles; Brinço; Carrapatinha; Azibeiro; Lamas de Podence; Podence; Sezulfe; Latães; Corujas; Gradíssimo; S. Combinha; Valdrez; Vale Pradinhos; Amendoeira; Arrifana; Vale de Prados; Nogueirinha; Vinhas; Bagueixe; Salselas; Valdrez; Limãos; Castro Roupal; Gralhós;

Talhinhas; V. Porca; Macedo de Cavaleiros; Travanca; Cortiços; Carrapatas; Castelões; Cernadela; Grijó; Vilar do Monte; Olmos; Malta; Sobreda; Morais; Talhas; Paradinha de Besteiros; Lombo; Chacim; Vale Benfeito; Bornes; Burga; Peredo e Lagoa.

Isto é, existiram, entre povoações (aldeias) entretanto desaparecidas e as ainda hoje existentes, no século XIII e nos 690 km² que constituem hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros, um total de 86 povoações o que resulta numa mancha de povoamento, uma aldeia e por cada 8 km², “aldeias/povoados” isto, nos séculos XIII/XIV. Nunca poderemos dizer que o Nordeste Transmontano era uma zona deserta, despovoada, na idade média. Como já vimos os números indicados no numeramento de 1527/1532 (no respeitante a esta região nordestina) pecam por escassos por indicarem somente e, no caso concreto, no espaço hoje, Macedo de Cavaleiros, os números de habitantes referentes às unidades administrativas (Cortiços; Sezulfe, Nozelos e Chacim) “per si”, o que atraiçoa a verdade e naturalmente a perspectiva global do povoamento deste concelho transmontano e a noção que temos, que o Nordeste por ser zona de fronteira e de combates constantes ser uma região despovoada, o que contraia a lógica, pois, se era região de fronteira e com necessidades acrescidas de defesa teria que ser bastante povoada e para isso teria contribuído para (a existência em tempos) que a Ordem dos Templários, procederam à defesa desta região do País.

Nome de pessoas (homens-bons) existentes nas freguesias de Macedo ao tempo das inquirições. Século XIII (entre 1258 e 1284)		
Nome da Paróquia ao tempo das inquirições	Localidade (nome actual)	Nome da Pessoa
Sancte Eolaaya de Sancta Aala	Ala	Petrus Pelagii
	Ala	Donnus Sabastianus
	Ala	Gonsalvus Johannis
	Ala	Martinus Rodereci
	Ala	Pelagius Johannis
	Ala	Garsie Salvatoris
Sancte Nicolau Amendoeyra	Amendoeira	Menendus Gonsalvi
	Amendoeira	Dominicus Petri
	Amendoeira	Johannis Michelljs
Bagueixi	Bagueixe	Pero Lopiz / Pero Lopez
	Bagueixe	Dom Matheus
	Bagueixe	Joham Martijnz
	Bagueixe	Johannes Rodericj
	Bagueixe	Pelagius Rodericj
	Bagueixe	Lupus Rodericj
	Bagueixe	Dominicus Andree
	Balsemão	Egidio Martinj
Sancti Giraldi de Venrreses	Banreses	Miguel Dominguez
	Banreses	Martim Fernandez

	Banreses	Martinus Menendj
	Banreses	Martinus Fernandi
	Banreses	Petrus Martinj
Bornes	Bornes	Dominicus Reymundj
	Bornes	Affonso Meendiz
	Bornes	Pedro Camondo
	Bornes	Donnus Petrus Maurus
	Bornes	Egidius Martinj
	Bornes	Petrus Gordo
	Bornes	Donnus Lupus
	Bornes	Dominicus Petri
	Bornes	Petrus Gois
	Bornes	Johannes Barreto
	Bornes	Menendus Petri
	Bornes	Petri Vicencij
	Bornes	Garsia Martinj
	Bornes	Egidius Menendj
	Bornes	Petrus Vicencij
	Bornes	Dominicus Niger
	Bornes	Petrus Iohannis
	Bornes	Perro Iohannis
Burgaa	Burga	Alfonsus Lupi (Afonso Lopes Baião)
Sancti Giralddi de Carrapatas	Carrapatas	Afonso Meendez
	Carrapatas	Martinus Petri
	Carrapatas	Menendus Petri
	Carrapatas	Petrus Alfonssi
Sancte Marie de Castelaos	Castelões	Donnus Durandus
	Castelões	Petrus Dominici
Sancti Marie de Castro Roupal	Castro Roupal	Ruy Fernandez / Roy Fernandez
	Castro Roupal	Pedro Perez
	Castro Roupal	Maria Gonçalves
	Castro Roupal	Meen Gonçalves
	Castro Roupal	Martim Fernandez
	Castro Roupal	Martim Domjnguez
	Castro Roupal	Rodericus Fernandy
	Castro Roupal	Petro Ayrie
	Castro Roupal	Menendus Pelagij
	Castro Roupal	Martinus Laurencij
Sancti Michaelis de Cernadela	Cernadela	Egidius Roderici
	Cernadela	Laurencius Martinj
	Cernadela	Johannes Petri

Sancte Columbe de Chasim	Chacim	Johannis Petri
	Chacim	Ffernandus Eannes
	Chacim	Petrus Camano
	Chacim	Fernandus Cogomyo (Fernão Fernandes Cogominho)
	Chacim	Donnus Ciprianus
	Chacim	Menendus Garsie
	Chacim	Martinnus Petri
Comunhas	Comunhas	Fernandestevez
Sancti Nicolay de Valle de Cortisis	Cortiços	Alfonsus Petri
	Cortiços	Sancius Petri
	Cortiços	Petrus Iohannis
	Cortiços	Ffernandus Iohannis
	Cortiços	Johannes Martinj
	Cortiços	Johannes Iohannis
	Cortiços	Ffernandus Cipriani
Aldeya de Crastelos	Crastelos	Afonso Gonçalvez
	Crastelos	Pero Viriz
	Crastelos	Pero Fernandez
	Crastelos	Durandus Roderici
	Crastelos	Ffernandus Froyle
	Crastelos	Ffernandu Ferveis
	Crastelos	Fernandus Gonsalvi
Sancte Marine de Idroso	Edroso	Garsia Pelagii
	Edroso	Donnus Salvator de Idroso
	Edroso	Donnus Gees de Idroso
Sancti Michaelis de Spadanedo	Espadanedo	Donnus Durandus
Sancte Marie de Ferreyra	Ferreira	Joham Gonçalvez
	Ferreira	Petrus Andree
	Ferreira	Petrus Petri
	Ferreira	Martinus Gees
Gradissimo	Gradíssimo	Johannes Garcie
	Gradíssimo	Johannes Andre
	Gradíssimo	Donnus Michel
	Gradíssimo	Donnus Vicentius
Sancti Cipriani de Gralaes	Gralhós	Donnus Geens
	Gralhós	Donnus Ciprianus
	Gralhós	Michael Petri
	Gralhós	Dominicus Petri
Sancte Marie Mgdelenne de Ecclesiola	Grijó	Petrus Martinij
	Grijó	Petrus Iohannis

	Grijó	Ffernandus Iohannis
	Grijó	Durandus Pelagij
Sancti Marie de Lamis	Lamas	Dom Andres
	Lamas	Pero Andres
	Lamas	Durandus Petri
	Lamas	Johannes Nuniz
	Lamas	Donnus Leonardus
Sancti Crestophani	Malta	Johannes Menendj
	Malta	Johannes Petri
Moiymenta	Moimenta	Joham Dominguz
Sant'Andre de Moraaes Sancte Marie de Moraes	Morais	Roy Martijnz / Roy Martynz
	Morais	Afonso Rodriguiz
	Morais	Pero Vivaees
	Morais	Viviã Astrariz
	Morais	Pero Moraes
	Morais	Maria Lourenço
	Morais	Maria Andre
	Morais	Viviam Perez
	Morais	Dom Estevam
	Morais	Domingos Minguz
	Morais	Petro Ayrie
	Morais	Michael Fernandj
	Morais	Menendus Petri
	Morais	Donna Ffruylhi
	Morais	Martinu Petri
	Morais	Petrus Iohannis
	Morais	Andreas Petri
	Morais	Johanes Martinj
Monçoãaes	Murçós	Fernandestevez
Sancte Marie de Nuzelos	Nozelos	Petrus Ayrie
	Nozelos	Alfonsus Lupi
	Nozelos	Johannes Iohannis
	Nozelos	Martinus Garsie
	Nozelos	Petrus Menendj
	Nozelos	Petrus Gees
	Nozelos	Andreas Michaelis
Sancti Vincencii de Paxom Villa donna Vaasquida ?	Paixão	Pedro Camondo
	Paixão	Martinus Velasci
	Paixão	Donna Vaasquida

	Paixão	Martinus Nuniz
	Paixão	Petrus Michaelis
Sancte Marie de Piunero	Pinhovelo	Ffernandus Micael
	Pinhovelo	Ffernandus Dominicj
Sancte Marie de Podinti	Podence	Ffernandestevez
	Podence	Fernandus Pelagij
	Podence	Menendus Gonsalvi
	Podence	Petrus Ayrie
	Podence	Ffernandus Menendj
	Podence	Martinus Ayrie
	Podence	Dominicus Iohanis
Prado Redondo Reguengeira do Rei e Vilar Vedro	Vilar de Prado Redondo	Viviam Astaris/Clérigo
Sancte Laurencii de Salselas	Salselas	Menendus Garsie
	Salselas	Johanes Petri
	Salselas	Petrus Garsie
	Salselas	Fernandus Petri
Sancti Giraldi de Sancya Colunba Nova	Santa Combinha	Michael Ayrie
	Santa Combinha	Ffernandus Petri
	Santa Combinha	Petrus Petri
	Santa Combinha	Donnus Benedictus
Sesulffe	Sesulfe	Johannes Michaelis
	Sesulfe	Dominicus Petri
	Sesulfe	Andreas Vicencij
	Sesulfe	Ffernandus Martinij
	Sesulfe	Petrus Martinij
	Sesulfe	Dominicus Corzo
	Sesulfe	Domnus Gees
	Sesulfe	Vincencius vicencii
Sam Miguel de Talhas	Talhas	Ruy Fernamdez
	Talhas	Roy Martinz
	Talhas	Viviam Astrariz
	Talhas	Martim Astrariz
	Talhas	Affonso Rodriguiz
	Talhas	Roy Garçia (clérigo)
	Talhas	Pero Viviãaez
	Talhas	Domingos Bertolameu
	Talhas	Roy Garcia (cavaleiro)
Sancte Maria de Tealinas	Talhinhas	Martinus Garsie
	Talhinhas	Garsia Fernandj
	Talhinhas	Andreas Domingo

	Talhinhas	Johannes Petri
	Talhinhas	Michael Petri
Sancti Martim de Travanca	Travanca	Alfonso Menendj
	Travanca	Petrus Dominicj
	Travanca	Donnus Facundus
	Travanca	Andreas Petri
	Travanca	Petrus Geens
	Travanca	Donnus Giraldu
	Travanca	Petrus Pelagij
	Travanca	Alfonso Menendj
Sancte Marie de Valle Bene Facto	Vale Benfeito	Domingos Garcia
	Vale Benfeito	Roy Nunis (trata-se do filho bastardo de Nuno Martins de Chacim, Pai da Barregã do Rei D. Dinis, Maria Rodrigues de Chacim)
	Vale Benfeito	Miguel Johanes
	Vale Benfeito	Martim Perez
	Vale Benfeito	Pero Gees
	Vale Benfeito	Joham Gonçalvez
	Vale Benfeito	Domingos Meendez
	Vale Benfeito	Johannes Ayrie
	Vale Benfeito	Menendus Fernandj
	Vale Benfeito	Johannes Pelagij
	Vale Benfeito	Lupus Alfonssy
	Vale Benfeito	Petrus Martinj
	Vale Benfeito	Fernando Moozino
	Vale Benfeito	Donnus Geens
	Vale Benfeito	Stephanus Vivianj
Sancti Vincencii de Valle de Porcas	Vale da Porca	Johannes Martinj
	Vale da Porca	Donnus Sancius
	Vale da Porca	Johannes Fernandj
	Vale da Porca	Martinus Fernandi
	Vale da Porca	Guymara Iohannis
	Vale da Porca	Michael Roderici
	Vale da Porca	Michael Petri
	Vale da Porca	Salvator Petri
Vinhaes	Vinhas	Martim Fernandez
	Vinhas	Meen Gonçalves
	Vinhas	Dom Duram
	Vinhas	Martim Domjngues
	Vinhas	Dom Andres
	Vinhas	Roy Fernandes (
Total 216 pessoas)		

Donatários e Propriedades na sua posse no Concelho De Macedo De Cavaleiros				
Donatários	Localidade (nome atual)	Propriedade		Fonte: <i>PNH-Inq.</i>
		Tipo	Como a obteve*	
Afonso Lopes (Baião)	Ala	Vila	x	1271b
	Burga	Vilar	apropriação	1307a-1308b
	Lamalonga	[Vila e Igreja]	x	1328a
	Nozelos	1 propriedade	obtido pela força	1269b 1270a
	Vale-Benfeito	1 casal	apropriação	1307a
	Vilarinho Agrochão	Vila (parte)	x	1328a
Afonso Mendes de Bornes (filhos e netos de)	Bornes	½ do padroado Vila (parte)	x	1307
	Bousende	Vilar (parte)	apropriação	1314b
	Carrapatas	½ da vila	apropriação	1309b
	Cernadela	½ do padroado Vila	apropriação	1267b-1268a 1271b
	Cortiços	¾ do padroado Vila	apropriação	1267b 1270b
	Paixão	½ Vila	apropriação	1310b
	Stª. Combinha	Vila	apropriação	1309b-1310a
	Travanca	½ da Vila	apropriação	1309b
	Vale Palácios	Vilar	apropriação	1311b
	Vale Prados	Vilar	apropriação, com suborno	1310b-1312a 1314b
Afonso Mendes de Travanca	Carrapatas	1 casal	apropriação	1308a-1310a
	Castelãos	Vila e Igreja (parte)	apropriação	1311a
	Vale da Porca	Vila (parte)	doação	1514a-1315b
Cavaleiros de Podence	Azibeiro	Totalidade	x	1310b
Concelho de Bragança	Banrezes	½ do padroado	usucapião	1315b
	Edroso	½ do padroado	usucapião	1322a
	Paixão	½ do padroado	usucapião	1310a
	Stª. Combinha	½ do padroado	usucapião	1311a
	Vale-Benfeito	½ do padroado	usucapião	1307
	Vale da Porca	½ do padroado	usucapião	1314b
Egídio Martins	Balsemão	½ vila	apropriação	1316a
	Bornes	Vila (parte)	x	1307a
	Chacim	½ do padroado	x	1316a
Escudeiros de Travanca	Travanca	½ da Vila	herança	1309b-1310a
Fernão Fernandes Cogominho	Balsamão	Vila	x	1316a
	Chacim	Vila	doação	1316a
Fernando João	Valdrez	Vila (parte)	apropriação	1314a-1315a

Garcia Pedro	Nozelos	1 – propriedade	apropriação	1270a
Gonçalo Peres (galego)	Lamas	Vila e igreja (parte)	disputa	1312a
Igreja de Castro Roupal	Bagueixe	Igreja Vila (2 partes)	x	1308b-1309a
	Gralhós	Padroado	x	1306b-1307a
Igreja de Vale da Porca	Paixão	1 casal	apropriação	1310b
João Gomes Barreto e irmã	Bornes	Vila (parte)	x	1307b
João Pedro	Vale da Porca	Vila (parte)	x	1314b-1315b
João Peres de Chacim	Travanca	Vila (parte)	x	1308a-1309b
Lopo Fernandes de Bagueixe	Bagueixe	Vila (parte)	x	1308b- 1309a
Mendes Gonçalves (filhos de)	Amendoeira	1 casal	compra	1310a
	Macedo	Vilar (parte)	apropriação	1315a
	Podence	Vila	x	1316b
Mosteiro de Castro de Avelãs	Crastelos	Vila (6 partes)	x	1312ª-1330a
	Espadanedo	2 casais	apropriação	1323a
	Lamas	Vila e igreja (parte)	disputa	1312a
	Limãos	½ da Vila	posse antiga	1286b
	Salselas	¼ do padroado ¼ da vila	x	1310b-1311a
	Sezulfe	Vila e igreja	apropriação pela força ¹	1267b-1268a 1269a
	Travanca	2 casais	apropriação	1309b
	Valdrez	Vila (parte)	apropriação	1314a-1315a
Mosteiro de Morerueta (Zamorano)	Cernadela	½ do padroado	x	1308b
	Cortiços	½ do padroado	doação	1270a
	Bornes	½ do padroado	x	1307a
Nuno Martins de Chacim ²	Bornes	½ do padroado	x	1307
	Bousende	Vilar (parte)	apropriação	1314b
	Castelãos	Vila e igreja (parte)	x	1308a
	Cernadela	Vila (parte)	apropriação	1307b
	Cortiços	Vila (parte)	apropriação	1307b
	Grijó	Vilar e igreja	x	1309a
	Lamas	Vila e igreja (parte)	disputa	1312a
	Limãos	½ da vila	x	1286b-1329a
	Macedo	Vilar (parte)	filhou	1315a
	Peredo	Vilar (parte)	apropriação	1308b
	Talhas	Vila (parte)	apropriação	1306a
	Valdrez	Vila (parte)	x	1314a-1315a

Nuno Martins de Chacim ²	Vale da Porca	Vila (parte)	doação	1314b-1315b
	Vilarinho do Monte	Vila	x	1290a
	Vilar do Monte	Vila	x	1316b
Ordem do Hospital	Banrezes	½ da vila	x	1315b-1316b
	Castro Roupal	Vila (1 parte)	doação	1307a-1311a
	Crastelos	Vila (6 partes)	doação	1312a
	Gralhós	Vila	x	1306b-1307a
	Lamalonga	[Vila e Igreja]	x	1328a
	Malta	Igreja e vilar	fundação	1316a
	Morais	Vila (parte)	doação (?)	1314a
	Salselas	¼ do padroado e ¼ da vila	x	1310b 1311a
	Talhas	Vila (parte)	x	1306a
	Valdrez	Vila (parte)	apropriação	1314a-1315a
	Vilarinho Agrochão	Vila (parte)	x	1328a
Ordem do Templo	Morais	Vila (parte)	doação (?)	1314a
	Talhinhas	½ da vila	doação	1291a 1308b
		½ da vila	apropriação pela força	
Pedro Aires de Moraes (filhos e netos de)	Castro Roupal	Igreja e Vila	apropriação	1308b-1309a
	Morais	Vila (parte)	x	1314a
	Talhas	Vila (parte)	apropriação	1306a
Pedro Vasques/ /Velasques	Nozelos	1 casal	apropriação	1270a
Prelado	Banrezes	½ do padroado	x	1315b
	Edroso	½ do padroado	usucapião	1322a
	Ferreira	½ do padroado	x	1326a
	Paixão	½ do padroado	usucapião	1310a
	Stª. Combinha	½ do padroado	usucapião	1311a
	Vale da Porca	½ do padroado	usucapião	1314b
Rei (reguengo)	Amendoeira	½ da Vila	x	1310a
	Balsamão	½ do padroado	x	1316a
	Banrezes	¾ da Vila	x	1315b
	Castro Roupal	Vila – 1 parte	x	1309a
	Chacim	½ do padroado	x	1316a
	Crastelos	Padroado Vila (6 partes)	x	1312a 1330a
	Edroso	Vila	x	1322a
	Espadanedo	Padroado	x	1323a
	Ferreira	Vila	x	1326a
	Salselas	½ do padroado ½ da Vila	x	1310b-1311a
	Talhinhas	½ do padroado	x	1308b
	Vale-Benfeito	½ do padroado	usucapião	1307a
	Vinhas	Vila (2 partes)	x	1308b

Sé de Braga	Amendoeira	Padroado	(sufrag. ig. de Pinhovelo)	1310a
	Banrezes	$\frac{1}{3}$ do padroado	'leuat'	1315b
	Bornes	$\frac{1}{3}$ do padroado	doação ³	1307
	Carrapatas	Padroado 2 casais	(sufrag. Igreja de Pinhovelo) apropriação	1308a 1309b
	Edroso	$\frac{1}{3}$ do padroado	usucapião	1322a
	Ferreira	$\frac{1}{3}$ do padroado	usucapião	1326a
	Morais	$\frac{2}{3}$ do padroado	construção (?)	1314a
	Gradíssimo	Vilar (via ig. Pinhovelo)	x	1310a
	Paixão	$\frac{1}{3}$ do padroado	hábito	1310a
	Pinhovelo	Vila e Igreja	construção (?)	1309b-1310a
	Podence	Padroado	x	1316b
	Stª. Combinha	$\frac{1}{3}$ do padroado	usucapião	1311a
	Soutelo Mourisco	Vilar	x	Omisso
	Vale-Benfeito	$\frac{1}{3}$ do padroado	usucapião	1307
	Vale da Porca	$\frac{1}{3}$ do padroado	usucapião	1314b
Vilãos (foreiros)	Amendoeira	$\frac{1}{2}$ da vila	x	1310a
	Edroso	$\frac{1}{3}$ do padroado	x	1322a
	Ferreira	$\frac{1}{3}$ do padroado	x	1326b
	Morais	$\frac{1}{3}$ do padroado	x	1314a
	Nozelos	totalidade	x	1269b
Vasquinha (Dª.) [esposa de Afonso Lopes de Bornes]	Paixão e lugar de Sás	$\frac{1}{2}$ da vila	apropriação pela força	1310b

Nota: Quadros retirados do artigo Macedo de Cavaleiros na Idade Média: A Região, As Famílias e os Homens (séc. XIII a 1325; páginas 147 a 156) de António Elias Gradíssimo, Cadernos Terras Quentes, nº 12, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2015

Continuando, dá-se conta que a cidade (vila) de Bragança tinha no ano de 1527, 5.649 habitantes o que a colocava esta cidade (vila) na quarta cidade (vila) mais populosa do País; Assim Lisboa (a macrocefalia acontece desde a sua tomada aos mouros em 1147) com 17.034 habitantes; Porto 13.122 habitantes; Barcelos habitantes 9.018; Bragança 5.649 habitantes; Santarém 5375 habitantes; Guimarães 4958 Habitantes; e Coimbra 4570 habitantes.

A Geologia Nacional – Transmontana

Antes de nos debruçarmos propriamente sobre a construção da identidade Nacional importa balizar o entrosamento da região Transmontana no todo Nacional; Começamos pela Demografia e passamos agora aos aspectos geológicos que caracterizam a região:

- Vários autores do século XIX procuraram nas razões geográficas encontrar os fundamentos da Identidade Nacional, ideia que se foi esbatendo com os trabalhos da geologia. José Mattoso na sua obra A Identidade Nacional nas páginas 43 e 44

resume com a ajuda de Orlando Ribeiro a divisão do todo nacional em três grandes áreas naturais;

- O Norte Atlântico; Trás-os-Montes e o Sul como sabemos todas elas se prolongam pelas regiões espanholas nos seus limites (lembremo-nos da usual e costumeira expressão popular; para lá do Marão mandam os que lá estão); a fronteira a Noroeste prolonga-se para a Galiza, a fronteira do Nordeste prolonga-se geograficamente para as regiões de Castela e Leão. E o sul quase todo ele com fronteira seca com Espanha. Assim tanto a fronteira seca como fluvial divide paisagens pouco acidentadas e semelhantes de ambos os lados os lugares onde se verifica uma mutação nítida devido à presença de barreiras montanhosas não coincidem nunca com uma fronteira. Por isso a maior parte dos autores concluíram que Portugal não se distingue do resto da península Ibérica por nenhum elemento diferenciado de carácter natural⁴. O país foi uma construção dos homens, e não da natureza. – Exemplo contrário a fronteira entre a Espanha e França determinada pela barreira dos Pirenéus.

Há várias formas de tratar do problema da Identidade nacional, mas aquela que parece mais simples e acessível ao entendimento se bem que de forma resumida podemos categorizá-la em quatro pontos; Primeiro; Uma identidade seja nacional, pessoal ou de artigo tem ter valores distintivos de qualquer. Em segundo lugar; Tem que ter o poder de se lhe atribuir um significado um terceiro ponto; tem que ter adstrito um valor e por fim o quarto ponto; não ser apenas um fenómeno mental tem sempre que ter um objectivo.

A Mobilidade nos séculos XIII e XIV

*Viajar foi uma constante de todos os tempos. Com maior ou menor facilidade, com mais ou menos frequência, por caminhos mais ou menos cómodos, utilizando meios de transporte mais ou menos rápidos, a pé, em montada, em algum veículo ou até em barco, com os mais diferentes motivos, o homem medieval viajava bastante. Eram os mercadores que se deslocavam de feira em feira, eram todos a que elas afluíam para compra e suprir as suas necessidades, os senhores que percorriam os seus domínios para inspecionar, para administrar a justiça, para cobrar as rendas, para caçar. Eram os pedintes andantes, eram os prelados que se deslocavam dentro da sua diocese, os almocreves, constantemente em marcha, os peregrinos, diplomatas, embaixadores, os corregedores, os meirinhos, tantos e tantos outros, mas acima de todos, o Rei que com a sua corte itinerante percorria constantemente o país.*⁵

Acrescentamos que foi detetada (trabalho ainda não publicado por um dos autores, signatário deste artigo) um pequeno troço da variante à Via XVII que passa pela base da Terronha de Pinhovelo e que ligaria à região mais a leste do Nordeste, passando porventura por Miranda do Douro e ligando-se a via da prata, Zamora, Salamanca etc. Recordemos o ano de 1125 quando D. Afonso Henriques se deslocou à “Catedral” de Zamora e se armou cavaleiro – que caminho teria seguido, senão as antigas vias romanas.

4 Gonçalves, Iria, imagens do mundo medieval, pág. 158.

5 Mendes, Caderno Terras Quentes, nº 3 págs. 27 a 38.

São poucas as referências bibliográficas que nos podem dar alguma luz sobre a forma e os custos da mobilidade das pessoas na Idade Média. Recuperando o relato efectuado por Pedro Álvares de Rada na viagem que fez de Navarra, Estella a 26 de Maio e chegou a Sevilha na manhã de 9 de Junho, fazendo no total 821km, fazendo uma média de 55km/dia.

Curioso é atentarmos aos custos da viagem e à sua distribuição. Assim, Rada gastou 59,6% na sua alimentação e dos homens que o acompanhavam, 26,8% na alimentação dos animais, 7,5% no alojamento e os restantes 6,1% em gastos extraordinários (pagamento ao ferrador, gastos com “médico” e medicamentos, arranjo de objectos vários e transporte por barco, etc.).

Objetivando a Identidade Nacional

O nome Portugal

Sem dúvida que o factor político é o mais importante na criação de uma identidade Nacional. No nosso caso, “Portugal” Podemos começar pelo significado do próprio nome: São várias as teses que os historiadores ao longo do tempo apresentaram para justificar o nome Portugal, nome que já existia provavelmente em tempo romano, mas ao certo no século VI em tempo Suevo dá-se conta do nome Portugal o qual persistiu em tempo Visigótico. Seguindo a tese de Fernão Lopes que diz no capítulo II da sua crónica⁶;

Antigamente (Baixa Idade Média), sobre o Douro, foi povoado o Castelo de Gaia e aí aportavam mercadores de navios assim como pescadores pelo rio adentro e acoravam e estendiam as suas redes da outra parte do rio por ser mais conveniente que era o Porto, *“Donde ajuntando estes dous nomes a saber Porto e Gália foi chamado Portugal”*.

O que é certo é que Portugal é dos poucos países na Europa e quiçá no mundo em que o seu nome não provém do nome da etnia/povo que o habita, veja-se por exemplo os casos de França/Francos; Alemanha/etnia Alemannen ou Inglaterra/anglo saxões originários do norte da Alemanha etc.

Assim o nome de Portugal não provem na formação do seu nome, de uma etnia ou de um povo que aqui habitasse, mas de uma realidade político-administrativa que muito lentamente se transformou em nação e que resiste ao longo dos tempos devido a uma forte centralidade e uma das razões, em nosso entender, que a identidade nacional resistiu ao passar dos séculos foi por nunca ter havido em Portugal um relacionamento de privilégio com nenhuma formação étnica/regional. Vamos chamar-lhes assim, ou seja, com minhotos, transmontano, algarvios, alentejanos etc.

Aliás como prova da não existência de um fundo étnico em Portugal decorre com uma análise simples há construção da nomenclatura das Regiões: A Estremadura e a Beira são duas regiões que tiraram os seus nomes do termo que antigamente se designava

6 Matoso., A identidade Nacional, pág 59.

Fronteira; Por outro lado Trás-os-Montes (atrás dos montes) e Alentejo (além tejo) justifica-se estes nomes, de quem vê as regiões a partir de fora, provavelmente a partir do centro do País onde se estabeleceu temporariamente no final do século XII o poder central. O Algarve esta na base de uma palavra árabe, ou seja, de quem olha do lado do Magrebe, visto que significa “Ocidente”. Por fim o Minho nome reduzido que então se denominava Entre Douro e Minho, tomando este nome como referência entre os dois rios.

A Língua

Um grande elemento de aglutinação e que concorre para a construção da Identidade Nacional é a Língua. Será somente nos finais do século XIII que D. Dinis determina que tanto na corte com toda a documentação saída da sua Chancelaria fosse emanada em língua portuguesa, acabando assim com o português/galego usual até ao final do século XII. Língua falada actualmente por perto de 300 milhões de pessoas e contrariamente a muitos países da europa, caso da Espanha, Bélgica, Suíça etc. onde se falam diversos dialectos para além de língua oficial. Nós, nordestinos, também temos o único existente no país o Mirandês.

O conceito de Reino

Logo a seguir à batalha de S. Mamede a chancelaria de D. Afonso Henriques começa a designar este como Rei e Príncipe “Rex portugalsium – Rei dos Portugueses o que perdurou até ao final do reinado de Sancho I, Todavia Afonso II (1211/1223) utiliza outro determinativo “Rex portugalie e/ou portugalensis, isto é, Rei de Portugal ou rei dos Portugueses. *Esta alteração dos usos notariais parece significar que na cúria régia passou a ser habitual considerar o reino não apenas como um conjunto de pessoas dependentes do mesmo rei, mas também como um organismo com a sua própria consistência definido por si mesmo e não apenas pela pessoa do rei ao qual estava sujeito. O reino é, pois, independente do rei. Pensamos, todavia, tratar-se de uma noção precoce.*⁷

O conceito de reino aparece-nos arrefigado também a noção de naturalidade, de Pátria de fronteira, da sucessão régia entre outros que abordaremos no decorrer do artigo. “Nas inquirições de Afonso III no julgado de Avelanoso, Terras de Miranda, surgem depoimentos que revelam com clareza que as pessoas conheciam a fronteira e as formas como estava assinalada” (Marques, p. 8).

7 Matoso, A identidade Nacional, págs. 23 e 24.

O sobre a Naturalidade

Quem eram os Alanos

Temos um Portugal Celta, um Portugal Romano, um Portugal Suevo, um Portugal Visigótico, Portugal Judeu, um Portugal Islâmico e um Portugal Alano, portanto é aceitável considerarmos a formação de um Estado Etnonacional Português.

Se seguirmos os livros de Linhagens dos Séculos XI-XIV e obras de genealogia espanholas e nacionais, entre outros, poderemos chegar a essa conclusão.

Mas qual seria a influência dos Alanos na Formação de Portugal. Estimativas colocam o número de Alanos entre 40.000-50.000. (Bachrach, p-34-36).

Os Alanos constituíam um povo com origem iraniana situada no nordeste do Cáucaso, entre o rio Dom e o mar Cáspio. Foram um dos povos que penetraram no Império Romano tardio no período das migrações dos povos bárbaros, migrando em direcção ao ocidente nos séculos IV-V.

“Em 460, os hunos destruíram o império Alano, obrigando muitos a atravessar a Europa até a Península Ibérica onde chegaram no ano de 609. Nesta migração, acabaram por se juntar aos suevos e aos vândalos que ocuparam simultaneamente com estes a Hispânia.

Os alanos estabeleceram-se na Península Ibérica e fundaram um reino na Lusitânia, sediado em Pax Júlia, a actual cidade de Beja, em Portugal, chefiado por Átax, que foi destruído em 418, obrigando-os a seguir para o norte de África onde sob os reis Gunderico e Genserico, fundam o Reino dos Vândalos e dos Alanos, que seria extinto no século VI, com a dominação bizantina”.

(Alanos – Wikipédia)

“Quase todos os Alanos são altos e formosos, com os cabelos quase louros, um olhar terrível e perturbado, ligeiros e velozes no uso das armas. Em tudo são semelhantes aos Hunos, mas na maneira de viver e nos costumes, menos selvagens. Roubando e caçando, andam de um lado para o outro.

Os Alanos formavam uma irmandade guerreira igualitária, todos os Alanos eram considerados nobres e desconheciam a escravidão. Cultuavam a espada como sagrada e incorporavam ao seu nome o nome da nação assim como em outros povos fronteiriços derrotados por eles orgulhem do que de matar um homem, qualquer que ele seja; como glorioso despojo do assassinato, cortam-lhe a cabeça, arrancam-lhe a pele e colocam-na sobre os seus cavalos de guerra como jaez”.

(Bachrach, XXXI; 2.)

Não se vê entre eles nem um templo, nem um lugar sagrado, nem mesmo se pode discernir um tugúrio com um tecto de colmo, mas com um ritual bárbaro enterram no chão uma espada desembainhada e adoram-na reverentemente, como ao seu Marte, a

divindade principal destas terras por onde vagueiam. (Bachrach XXXI; 23). Ignoram o que seja a servidão, tendo nascido todos de sangue nobre, e mesmo agora escolhem como chefes aqueles que se distinguem na experiência quotidiana da guerra.

Curiosamente os atuais ramos remanescentes de grupos considerados “alanos” da Ossétia, no Cáucaso, ainda possuem como símbolo a figura do leão! O mesmo símbolo descrito por Frei Bernardo de Braga e por Frei Bernardo de Brito.

As tribos alanas que viviam a norte do mar Negro devem ter se deslocado para nordeste no que hoje é a Polónia, misturando-se com os povos eslavos locais que se tornariam os precursores das nações eslavas históricas (em especial sérvios e croatas). Inscrições do século III de Tánais, uma cidade às margens do rio Don na moderna Ucrânia, mencionam uma tribo alana próxima chamada de *choroatos* (*choroatos*) ou *coruatos* (*chorouatos*). O historiador Cláudio Ptolomeu identifica os serbos (*serboi*) como uma tribo sármata que vivia ao norte do Cáucaso, enquanto outras fontes identificam os serbos como uma tribo alana da estepe do Volga-Don no século III.

Nos séculos XI/XII, novas hordas de invasores mongóis empurraram os alanos orientais para o sul do Cáucaso, onde eles se mesclaram aos grupos nativos caucasianos.

Durante as suas investidas na Gália, os alanos acabaram por forjar uma duradoura aliança com os vândalos, estabelecendo-se finalmente na Península Ibérica e posteriormente ao norte da África.

Na Ibéria, atuais Portugal e Espanha, a coligação entre vândalos e alanos foi vencida pelos Visigodos (Godos do Oeste).

Curiosamente os atuais ramos remanescentes de grupos considerados “alanos” da Ossétia, no Cáucaso, ainda possuem como símbolo a figura do leão! O mesmo símbolo descrito por Frei Bernardo de Braga e por Frei Bernardo de Brito.

Parte das antigas genealogias e linhagens informam Mendo Alão (ou Mendo Alam – c. ano 1000), senhor de Bragança, como procedendo dos reis alanos e tendo uma mulher filha de um rei da Armênia (História de Portugal Restaurado, Luís de Menezes Ericeira). Há várias versões de rapto e violência, mas a dimensão mítica da lenda aponta para a Arménia, região próxima da origem caucasiana dos Alanos. Os Alanos passaram a ser um dos símbolos de diferenciação entre Portugal e Castela. Todavia houve um certo fracasso na colonização Alana em Espanha, África e Constantinopla que pode ser contrastado com o sucesso daqueles na Itália e na Gália, se o sucesso for caracterizado em termos de sobrevivência e integração. Lembremos que o pai de Alão Mendo foi 5º conde de Nantes.

No século XVIII desenvolveu-se e consolida-se toda uma historiografia apontando a conexão entre os antigos Alanos com os Senhores de Bragança. Na introdução do livro História de Portugal restaurado de Dom Luís de Menezes, Conde da Ericeira, consta

aceitação de “Dom Mendo Alão, que procedia dos reis Alanos, e de sua mulher, que era filha de um rei de Arménia? todos senhores de Bragança, escrita por Luiz de Moraes, na edição publicada em 1751, oferecida a Dom José Mascarenhas. Desde os Livros de Linhagens há a indicação de que Bragança era um velho “Senhorio Alano” e que possibilitou a fundação do Reino de Portugal, com uma aliança político-estatal, junto com os portos e as terras atlânticas do Entre-Douro-e-Minho e as terras transmontanas”.

*“Por via da genealogia genética do século XXI, o nome e a lembrança dos Alanos mais uma vez voltam dos fantasmas do passado. Além das lendas, os Alanos podem ser a origem de uma assinatura genética de uma linhagem rara encontrada na população portuguesa. Trata-se do marcador genético do cromossomo Y DNA J1 M365+, encontrado exclusivamente somente em pequenas (bM365+), populações de origem iraniana, com poucos casos no Golfo Pérsico e concentração nos Gilakis, ao Sul do Cáspio. Nenhum caso encontrado em populações árabes ou judaicas, nenhum caso encontrado na África do Norte ou no Mediterrâneo. Apenas os dois extremos da Europa ocidental, em Portugal e a Anatólia-Cáucaso verificam a presença desta linhagem genético-genealógica, o que pode ser uma identificação da migração alana para a Lusitânia e para o nordeste da Península Ibérica? Talvez a sua distribuição possa se relacionar a algum fenómeno descrito pela passagem dos Alanos em Portugal, uma exclusividade genética da população portuguesa no conjunto da Europa Atlântica, afinal foram Alanos os primeiros reis do que se tornaria Portugal depois. Mais pesquisas são necessárias, mas a direção para a explicação dos *Y DNA J1 M365+ em Portugal* parece estar literalmente orientada! Outros haplogrupos também podem eventualmente estar associados com os Alanos na sua jornada para a Europa Ocidental Atlântica, mas não se conhece outros casos a serem pesquisados e documentados com o mesmo rigor do Y DNA J1 M365+. Como este marcador se tornou frequente e regular na população portuguesa e brasileira aponta para um bem-sucedido genearca fundador vindo de muito longe. Quem teria sido? Distantes origens orientais nas regiões do Mar Cáspio, do Cáucaso, do Norte iraniano”*

(Costa p 28)

Os Braganços; desde o “Alano”, passando pelos de “Chacim” incluindo os de “Macedo”, até aos dias de hoje

Começamos por abordar o conceito e evolução da naturalidade: É também um conceito que nos vem da idade média que poderemos situar entre finais do século XII e século XIII.

Este conceito por esta altura cingia-se aos deveres de vassalagem e como tal ao camponês exigia-se a vassalagem ao Senhor da Terra onde nasceu que por sua vez devia a fidelidade ao Rei, conceito que se esbateu após muitas contestações e com o apoio do direito romano já no reinado de D. Dinis.

Assim começou a impor-se a ideia de que todos os habitantes do reino eram vassalos naturais do rei. A ideia que se baseava na noção do “nascimento” passou a relacionar-se com a noção de “natureza”⁸. Mas qual era a realidade na região Nordeste de Portugal nessa época (séc. XI-XIII). O poder senhorial estava instalado? Tudo começou com um rapto?

Uma linhagem que participou na fundação de Portugal

A linhagem dos Braganças foi durante muitos séculos uma linhagem mal conhecida, não obstante as notícias dadas pelos nobiliários e por frei António Brandão. Estudada já nos nossos dias, por Almeida Fernandes e por José Mattoso, constituiu o tema único duma obra genealógica por Soares Machado e veio a ser tratada e avaliada no seu papel histórico por Sottomayor Pizarro. Não obstante, pensamos útil uma revisão. Começamos então pelo princípio.

A revisão, a que procedemos, da genealogia da linhagem dos Braganças, conduz, segundo pensamos, a algumas conclusões importantes, que se propõe:

- A associação do território leste de Trás-os-Montes e do nordeste da Beira Alta, após a batalha de S. Mamede, ao território portugalense, deve-se à captação, para a obediência de D. Afonso Henriques, de um ramo da estirpe proveniente de Mendo Alão, o qual veio a ser chamado *de Bragança* ou *Braganços*;
- O substancial alargamento territorial e populacional do âmbito dessa obediência, assim como a participação importante que D. Fernão Mendes de Bragança, com dois dos seus irmãos e os numerosos homens que comandavam, tiveram na batalha de Ourique, foram fatores decisivos para a aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, ou seja, para a fundação do reino em 1139;
- Desde, pelo menos, 1072, e até a morte de D. Nuno Martins de Chacim cerca de 1284, a tenência das terras de Bragança pertenceu, salvo curtos intervalos, à dita linhagem;
- O centro mais denso e duradouro do poder e das propriedades dos Braganços localizava-se na região de Macedo de Cavaleiros;
- Martim Gonçalves de Macedo, que salvou a vida a D. João I, na batalha de Aljubarrota, provinha por varonia da linhagem dos Braganços;
- Macedo de Cavaleiros e Bragança podem, pois, ser considerados dos mais importantes esteios medievais da existência do nosso País.

8 Matoso., A identidade Nacional, págs. 25 a 27.

Os Bragançons

I – MENDO ALÃO?

É o primeiro que consta de fonte medieval, porém mais de três séculos posterior a sua cronologia. Nos documentos seus contemporâneos não o encontramos. Sobre o seu nome de baptismo Mendo não pode haver dúvida tendo em conta o patronímico do filho, documentado. Mas não estamos em condições de garantir a outra parte, *Alão ou Alani(s)* quer fosse alcunha quer fosse étnico, quer patronímico. Segundo a opinião corrente entre os medievalistas Mendo Alão teria sido senhor das terras de Bragança e fundador do mosteiro de Castro de Avelãs, mas tais factos não se abonam em documentos, pelo que não o podemos tomar como provados, Todavia reconhecesse que os Braganções hajam sido patronos deste cenóbio. Quase dois séculos depois, num documento de 1199 aparecem vários membros dessa família, que ao tempo eram padroeiros do mosteiro; (*Oliveira, Carlos Prada de Oliveira. O mosteiro Beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região bragançana*” in *Brigantia Vol. XI n.ºs 1 e 2, Bragança 1991, P. 35*). E por isso inculca que um antepassado comum deles o haja fundado, ou pelo menos que o tenha dotado com importantes bens fundiários. Mas não se considera provado que a fundação do mosteiro houvesse sido anterior ao século XII como tradicionalmente se pretendia. Não sabemos de notícia documental a que se referem, portuguesa, leonesa ou galega, mais antiga que 29 de julho de 1145, data de uma doação de herdades que ao mosteiro fez D. Afonso Henriques (*in, documentos medievais Portugueses. Documentos régios, por Azevedo, Rui Pinto Vol. I, Tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p.259. Certo documento datado de 1144, relativo a uma doação pelo mesmo rei, não deve ser levado em conta, pois é considerado falso*).

Também é questionável que antes de Fernando Mendes Braganção e de um dos seus irmãos, esta estirpe tivesse sido designada como de Bragança. Nem pai nem o avô aparecem identificados como tenes de Bragança; o avô aparece como *tenens*, mas de Chaves.

Tanto o Livro Velho, como o livro de linhagens do Conde D. Pedro e o Livro de Deão contam a história “Dom Mendo Alão de Bragança Filhou por força uma filha d’el rei d’Arménia que ia em romaria a Santiago” e por aí teria começado a linhagem dos Braganções.

Dúvidas fortes se põem à veracidade desta “estória” Uma das dúvidas é que, como o dito “Alão” não atingiu sequer as décadas finais do século XI, não poderia dar hospedagem à suposta princesa em Castro de Avelãs, se como parece provável, este mosteiro só foi construído no século XII. Soares Machado, contudo, aceita no essencial a versão do Livro Velho. E sugere que essa princesa fosse filha do rei de Van, Baseia-se para tanto em Binayan Carmona, encurtando, porém, com isso, por razões cronológicas, uma geração. Qualquer das hipóteses está longe de poder passar disso – simples hipótese – tanto mais quanto não verificámos vestígios antroponímicos arménios na descendência de “Mendo Alão”. Segundo os nobiliários medievais, de Mendo Alão foram filhos, Fernando Mendes e Ouroana Mendes.

Filhos:

1 (II) – FERNANDO MENDES, **que segue**.

?2 (II) – OUROANA MENDES, que, segundo dois nobiliários medievais bastante tardios, teria casado com Fafe Sarracines, rico-homem que segundo a mesma fonte (*Livro de Linhagens do Deão*, p. 186) foi morto no combate entre Garcia II da Galiza e Sancho II de Castela que se travou em Santarém, em fins de abril, princípios de maio de 1071 e nela foi aprisionado o dito rei da Galiza. Mas a existência desta filha de Mendo Alão assenta apenas na indicação fornecida pelos livros de linhagem. É pouco, para se considerarem seguros os dados. Tanto mais quanto houve algumas gerações após um Godinho Fafes, também dos de Lanhoso, que casou com uma Ouroana Mendes (da linhagem dos Ribadouro e não dos Braganções), nomes que não são dos mais frequentes. Simples coincidência ou confusão de nomes e gerações? De qualquer forma não excluimos reservas quanto à mencionada informação dada pelos nobiliários medievais.

II – FERNANDO MENDES

Foi membro da cúria do rei Afonso VI, tenente de Chaves e da terra de Bragança e, já no séc. XII, confirmou documentos do Conde D. Henrique e da rainha D. Urraca. Foi também tenente de Zamora e de Toro, em Leão.

Casou com (?)ALDONÇA GOMES, filha do conde GOMES DIAS, de Carrión, e de TERESA PAIS.

Podemos afirmar que Fernando Mendes governou a terra de Chaves, no reinado de Afonso VI. Tal é declarado em três documentos; um datado de 25 de agosto do ano de 1072 no qual é mencionado como “*principis ipsius terre*” (*in Liber Fidei, publicado por Costa, Avelino de Jesus da; Tomo II Braga, 1978, p. 40*) outro com a mesma data, como aquele “*qui illa terra imperavit*” e outro datado de 23 de fevereiro do ano de 1086, como “*mandante Flavias*”.

Quanto ao uso da palavra *princeps* como qualificativo de Fernão Mendes no mencionado primeiro documento, acrescido da menção *imperavit* naquela terra de chaves, pareceria à primeira vista inculcar que ele pertencesse a uma família real ou soberana. Mas há que aprofundar o valor semântico dum qualificativo deste tipo, reportando-o às circunstâncias de lugar e tempo. E a conclusão é que tal termo não é decisivo para situar Fernando Mendes num plano claramente superior ao de *tenens* ou *mandante* de terras. Denota sim, uma dignidade não inferior a estas, sem prejuízo de a expressão *principis terrae* no reino de Leão, naquela época, poder ter um significado próprio.

É natural que fosse ele o *Fernandus* que confirmou um documento pelo qual foram declaradas a favor do Bispo de Braga D. Pedro, herdades em Rio Mau, concelho de Chaves em 1 de abril do ano de 1074.

Em 18 de Dezembro do ano de 1086 aparece um *Fernandus Menindiz* a confirmar a decisão solene de Afonso VI e de sua irmã Urraca, de restaurarem a catedral da cidade de Toledo. Contudo o lugar dele, nesse documento, é o último dos confirmantes, na 5ª coluna.

Nobiliários medievais têm dito que teria casado com uma filha bastarda do rei Afonso VI de Leão. Aceitaram esta ideia Almeida Fernandes, o Marques de São Payo, Mattoso, Pizarro, Luiz de São Payo e Soares Machado; “Machado, José Carlos Soares; Os Braganções, Associação Portuguesa de Genealogia, Lisboa, 2004”. Mas é de impugnar essa proposta de aliança matrimonial, que os autores espanhóis, aliás nunca mencionam. Essa aliança matrimonial não consta em documento algum anterior ao século XIV, quer das chancelarias régias quer dos arquivos eclesiásticos. E nenhuma das crônicas medievais conhecidas alude a tal matrimónio, nem aponta indício de que uma filha do imperador Afonso VI pudesse ter casado com Fernando Mendes.

Fica também por explicar a razão por que sendo à data (por mera hipótese, claro) o único genro do rei, (Fernando Mendes) nem ele nem a mulher figurarem em acto tão solene, no qual outorgou a infanta irmã do rei do monarca. Também é de estranhar que Fernando Mendes não tivesse ascendido à dignidade de Conde, geralmente atribuída aos nobres que casavam com infantas.

Apurou-se numerosas referências documentais, para a época em questão a um ou vários nobres Leoneses com o nome de Fernando Mendes. São todos compagináveis com o mesmo quadro geográfico, cronológico e social, por que não seguir um velho aforismo jurídico usado para a interpretação da lei escrita; Ubi lex [aqui diríamos * scriptum] nom distinguit, nom distinguetur.

Assim não se descortina razões que impeçam qualquer destes *Fernando Mendes* de ser a mesma pessoa e os demais.

Fernando Mendes foi, sem dúvida, figura da alta nobreza da cúria da Afonso VI e de sua filha a rainha Urraca, tendo confirmado documentos régios entre, pelo menos 1086 e 1118. Era mandante de Chaces (que possivelmente incluía então a terra de Bragança) desde antes de agosto de 1072 e mantinha tal tenência em fevereiro de 1086. Falecido o Rei Afonso VI em 1109, aparece Fernando Mendes a confirmar em março de 1112 um documento do Conde D. Henrique enquanto Conde de Astorga. “In, *Reilly, Bernard F., El reino de León y Castilla bajo el Rey Afonso VI. 1065-1109, tradução espanhola, Salamanca, 1989, pp 83 e 88*).

Fernando Mendes aparece em agosto de 1118 como tenens de Zamora e de Toro. É de admitir que tenha atingido a dignidade de Conde, mas já no termo da sua vida. Tal hipótese poderá ser considerada documentada, desde que se confirme desde que se confirme ser ele o pai de Fernando Fernandes como a seguir propomos. Quanto ao seu casamento não que tivesse sido com uma nebulosa filha de Afonso VI, mas sim com Aldonça Gomes, filha dos Condes de Carrión.

É consensual entre os genealogistas que Fernando Mendes foi pai dum Mendo Fernando, que trataremos mais adiante. Mas arriscamos a hipótese de que houvesse um outro filho, não sabemos se primogénito, personagem destacada no reino de Leão daquela época, também chamado Fernando, que passamos analisar.

Filhos:

?1(III) – FERNANDO FERNANDES

Casou com a infanta D. Elvira Afonso, viúva do conde de Toulouse, filha ilegítima do rei D. Afonso VI e de sua concubina D. Ximena Munhoz.

É seguro que Fernando Fernandes casou em 1117 com a infanta D. Elvira, viúva do Conde de Tolosa. Seu pai era casado com a Condessa Aldonça Gomes. Os corpos dos pais e dos filhos de D. Aldonça Gomes acham-se tumulados na igreja de San Zoilo de Carrión, Fernando Fernandes foi efectivamente tenes de Malgrado na fase final da vida e terá morrido em 1126.

Mas ainda interessa referir a doação datada de 8 de julho de 1117 com a sua mulher D. Elvira, de uma quarta parte do mosteiro de Ferreira de Pantón, declarou que ela era efectuada “pro anima mea et pro patris mei Fernandi comitid et asnima uxoris meae predictae infantae, et pro animabus amnium aviorum et parentum meorum” (pela minha alma e pela alma do meu pai Fernando Conde e pela alma da dita infanta minha mulher, e pelas almas de todos os meus avós e parentes).

Especificou que o bem doado lhe provinha “de hereditate mea própria, quam habeo de patre meo et de avibus meis” – (da herdade minha própria, a qual tenho de meu pai e de meus avós).

Fica assim a saber-se que Fernando Fernandes era filho de um Conde Fernando, que o pai e os avós haviam sido donos do mosteiro de Ferreira de Pantón, e que a quota-parte que deste coube a Fernando Fernandes foi um quarto, entre as quotas-partes de irmãos e/ou primos e/ou tios e/ou sobrinhos. Pantón é um município da província galega de Lugo, vizinho, a oeste de Monforte de Lemos Em linha reta dista cerca de 85 km de Chaves. É *Communis opinio* entre os medievalistas que a terra de Lemos foi concedida por Afonso VI, antes de 1104, ao Conde Froila Dias, uma vez que numa doação feita nesse ano é referenciado o mesmo prócere como tenes de Lemos e Sarriá. Por isso sendo o senhorio de Monforte de Lemos de Froila Dias, não contradiz a hipótese que se propõem de o pai do Conde Fernando Fernandes ser Fernando Mendes, tenens de Chaves e avô paterno de Fernão Mendes Braganção, o “Bravo”. Também compatível com o senhorio duma parte do mosteiro de Ferreira de Pantón, em 1117, por Fernando Fernandes, marido da infanta D. Elvira, provinda do pai dele – Fernando Mendes – segundo se sugere.

Adiante-se que os homens desta linhagem só começam a evidenciar oposição a Leão e à Galiza quando se aliaram a D. Afonso Henriques o que aconteceu com Fernão Mendes,

o bravo e os irmãos Rodrigo Mendes, Nuno Mendes e Mendo [Mendes] de Bragança, aconteceu possivelmente pouco antes ou mesmo depois da batalha de S. Mamede (1128).

Filhos:

1(IV) – GARCIA FERNANDES

Sem geração, que se saiba.

2(IV) – DIOGO FERNANDES

Sem geração, que se saiba.

3(IV) – D. TERESA FERNANDES

Casou com o conde Osório Martins, filho do conde Martim Flaínes e de sua mulher Sancha Fernandes. Com geração.

2(III) – MENDO FERNANDES

Terá casado, segundo os mencionados nobiliários medievais, com D. SANCHA VIEGAS [DE BAIÃO], filha de D. EGAS GONDESENDES DE BAIÃO, mordomo-mor da rainha D. Teresa de Portucale.

Mendo Fernando foi atrás referido como filho de Fernando Mendes. Se era irmão do conde Fernando Fernandes que acabamos de analisar, não é despropositado supor que fosse o mais velho, em razão dos *praenomines* de um e de outro. Pode ser o Menendo (ou Menendus) Fernandiz que figurou como um dos confirmantes em 14 de abril de 1097 da doação dum mosteiro, pelo rei Afonso VI à igreja de Santa Maria de Leão, (*in, Gamba, Andrés, Alfonso VI, Concillería, Curia e império, León, Centro de Estudios y investigación – San Isidoro –, vol. II, 1998, p 364*). E da doação, pelo mesmo rei, do burgo de Travadela – a norte de Sanábria –, à igreja de Santiago de Compostela, em 10 de fevereiro de 1103.

Existem várias alusões documentais portuguesas a um Mendo Fernandes destacado apoiante de D. Afonso Henriques desde a primeira hora, em 1128, 1129 e entre 1137 e 1139, mas são em nosso entender relativas a outro personagem – Mendo Fernandes de Marnel, cunhado de Soeiro Mendes, O “Grosso”. Também não se encontrou nenhuma documentação coeva que indicasse que era sua a tenência de Bragança. Pizarro admite que pudesse ter sucedido a seu pai como governador dessa terra. (*Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor; Linhagens Medievais Portuguesas Genealogias e estratégias (1229-1325, Porto, Universidade Moderna do Porto, 1999 vol. I pp 853-854 e O regime senhorial na fronteira do nordeste português, Alto Douro e Ribacôa séculos XI-XIII, in Hispania Revista Española de história, Madrid Vol. LXVII, 2007 – pp 849-880*).

Conhecem-se cinco filhos, ao que parece legítimos: Fernando, que adiante será tratado, Mendo, Rodrigo, Urraca e Nuno.

Filhos:

1(IV) – D. FERNANDO MENDES DE BRAGANÇA, o “Bravo”, que segue adiante.

2(IV) – D. MENDO DE BRAGANÇA

Alferes de D. Afonso Henriques, passou, no mesmo cargo, entre 1148 e 1153, ao serviço de Fernando II, de Leão. Casou, segundo o *Livro Velho de Linhagens*, com GONTINHA SOARES DE MAIA, filha de SOEIRO MENDES DE MAIA, o “Bom”.

A existência deste Mendo, filho de outro Mendo, que normalmente deveria ser conhecido como “Mendo Mendes de Bragança”, não é isenta de dúvidas. mas foi sugerida e bem fundamentada, para desfazer a confusão, feita por alguns autores, com Mendo Fernandes, que afinal era seu pai, filho de Fernão Mendes, e pelo facto de não poder ser neto de Fernão Mendes, o Bravo in Machado, (*José Carlos Soares, Os Braganças, Associação Portuguesa de Genealogia, Lisboa 2004*). Pela documentação prova-se que foi alferes de D. Afonso Henriques entre 1134 e 1148, nessa qualidade confirmou vários documentos. Depois do ano de 1148 e antes da segunda metade de 1152 passou ao serviço do rei de Leão, onde confirmou documentos e recebeu a qualidade de alferes, após a morte de Afonso VII o seu filho e sucessor Fernando II escolheu-o para o mesmo cargo em 21 de agosto de 1157 “in, Reuter, Abiah Elisabeth, Chancelarias medievais portuguesas, vol. I, Coimbra, 1938.

Filhos(?):

1(V) – PÔNCIO MENDES, o “Velho”

Filho havido em barregã:

? VI – PÔNCIO PONCES

Filho:

? VII – PÔNCIO PONCES

Foi morto pelo rei D. Afonso III.

2(V) – GONTRODE MENDES

Foi monja de Santo Tirso.

3(IV) – RODRIGO MENDES [DE BRAGANÇA]

Confirmou documentos de D. Afonso Henriques desde 1130. Foi tenente de Seia e senhor das duas vilas de Figueirolas, junto ao rio Maças em Aliste. Participou na batalha de Ourique, indo na vanguarda com o rei.

Não consta que tenha deixado descendência.

Confirmou documentos de D. Afonso Henriques em 3 de janeiro de 1130 e em 2 de novembro de 1132, como “dominus Senes” (senhor de Seia). Por carta de 26 de março de 1135, D. Afonso Henriques, deu-lhe a ele, duas vilas de Figueirolas, junto ao rio Maças

em Aliste “*Mourinho, António Maria, in Brigantia, vol. XXII n.ºs ¾, Bragança, 2002*”. Participou com seus irmãos Fernando e Nuno na batalha de Ourique, acompanhando na vanguarda D. Afonso Henriques. É o que diz Frei António Brandão, que vai mesmo ao ponto de pormenorizar. “*Os fidalgos que acompanharaõ a el Rey D. Afonso Henriques na vaõguarda são os nomeados abaico conforme a memoria de Santa Cruz que nos veio à mão, Fernão Mendes de Bragança (o Bravo), Ruy Mendes & Nuno Mendes seus irmãos (...) etc.*” (Mattoso, José; *D. Afonso Henriques, pág 118*). Não consta que tenha deixado descendência.

4(IV) – URRACA MENDES [DE BRAGANÇA]

Casou duas vezes: a 1ª com Diogo Gonçalves [de Urrô ou de Cete], que morreu na batalha de Ourique, filho do fundador do mosteiro de Cete; a 2ª com Soeiro Pais, o “Mouro”, da linhagem de Paiva, ramo da de Baião. Com geração de ambos os casamentos.

5(IV) – NUNO MENDES DE CARIA

Participou na batalha de Ourique, indo na vanguarda com D. Afonso Henriques. Casou com DORDIA MENDES [DE RIBA DOURO], filha de MENDO MONIZ [DE RIBA DOURO] e de GONTINHA MENDES [DE SOUSA].

Como dissemos participou com os seus irmãos na batalha de Ourique, acompanhando na vanguarda D. Afonso Henriques. (*Brandão, Frei António p. 123*). Parece indubitável que D. Nuno Mendes de Caria casou com D. Dordia Mendes de Ribadouro, filha de Mendo Moniz de Ribadouro e de D. Gontinha Mendes. E tiveram pelo menos dois filhos, Mendes Nunes Gago e Sancho Nunes e duas filhas Teresa Nunes (*in Portugaliae Monumenta Histórica. Nova série, vol. V Diplomata et Chartae. P. 296*), e outra que pode ser identificada como Urraca Nunes, casada com D. Paio Moniz de Cabreira, pai de Maria Pais a “Ribeirinha”, concubina de D. Sancho I. (*Machado Soares, pp. 184-198 e pp. 247-249*).

Filhos:

1(V) – MENDO NUNES

2(V) – SANCHO NUNES

3(V) – TERESA NUNES

4(V) – URRACA NUNES

Casou com Paio Moniz de Cabreira, alferes-mor de D. Sancho I, com geração.

IV – D. FERNANDO MENDES DE BRAGANÇA, o “Bravo”

Em 1124 e em 1127 confirmou documentos de D. Teresa. Terá sido tenente de Chaves. Em julho de 1128 era já tenente de Bragança, passando a confirmar documentos de D. Afonso Henriques. Em 1130 outorgou, com os filhos, foral a Numão. Em abril de 1136

confirmou uma doação do imperador Afonso VII de Leão e Castela à sé de Salamanca, assim como outro documento em 1137. Continuou a confirmar documentos de D. Afonso Henriques entre dezembro de 1138 e 29 de julho de 1145

Em junho de 1145, com a sua mulher, a infanta D. Sancha, e com os filhos (dele), fez carta de doação do castelo de Longroiva, com todos os termos antigos que lhe pertenciam, à ordem do Templo.

Em 5 de abril de 1147, ele e sua mulher, a referida infanta, deram o assentimento à concessão de couto em Agostém, concelho de Chaves, à sé de Braga.

Em junho de 1147 confirmou o instrumento escrito dum pacto entre o rei e os cruzados e em 21 de julho de 1151 o duma venda régia.

Deu o seu conselho à outorga dum foral régio em 1 de janeiro de um ano entre 1155 e 1157.

Deu também o seu conselho para que D. Afonso Henriques desse foral a Freixo de Espada à Cinta, mas como não confirmou a respetiva carta régia, é possível que à data da outorga tivesse já morrido.

Desde 1128 até pelo menos 1145 foi tenente de Bragança e, entre 1131 e 1137, pelo menos, foi-o de Zamora.

Participou na batalha de Ourique, indo na vanguarda com D. Afonso Henriques. E de novo terá acompanhado o rei na conquista de Lisboa em 1147, o que se infere do facto de ter confirmado o pacto com os cruzados. Foi senhor de Bragança e Lapaças, Chaves, Monforte de Rio Livre e terras a leste da região de Lamego.

Deve ter morrido pouco depois de 1159.

Casou duas vezes: a 1ª com D. TERESA SOARES DA MAIA, filha de D. SOEIRO MENDES DA MAIA, o “Bom”, e de D. GONTRODE MONIZ; a 2ª, sem geração, depois de 1130 e, provavelmente mesmo, depois de 23 de março de 1142, mas antes de abril de 1147, com a infanta D. SANCHA HENRIQUES, irmã do rei D. Afonso Henriques e anteriormente casada com Sancho Nunes de Celanova, falecido em 1130.

Justificações bibliográficas do que se afirmou; Em 25 de julho de 1124 confirmou uma doação de D. Teresa (*Documentos medievais portugueses* p. 83) Em 12 de janeiro de 1127, confirmou outra doação de D. Teresa, duma herdade em Fatúncias, concelho de Chaves (*Liber Fidei*, Tomo II p. 99); Em 8 de julho de 1128, como Tenens de Bragança confirmou duas doações de D. Afonso Henriques (*Azevedo, Luís Gonzaga de; História de Portugal, vol. 3 p. 151*), Em 1129 confirmou a outorga por D. Afonso Henriques, se é que não outorgou mesmo conjuntamente com ele o foral de Trevões (*Portugaliae Monumenta Histórica, Inquisitiones Vol. I parte II, Lisboa, 1917*). Em 17 de setembro de um ano entre 1129 e 1135 confirmou uma doação de D. Afonso Henriques Rei. (*Documentos Medievais Portugueses, Documentos régios* p. 127). Em 1131 era tenes de Bragança e de Zamora, embora aqui como substituto do conde Rodrigo Martins, (*Reilly, the kingdom... Afonso VIII p. 194*) na mesma obra do mesmo autor; em 12 de abril de 1136 aparece em

Zamora a confirmar juntamente com uma série de bispos, condes e magnates e vários cavaleiros salmantinos e zamorenses, uma doação do imperador Afonso VII de Leão e Castela à Sé de Salamanca, assim como outro documento de 1137, (*do mesmo autor e da mesma obra*). Esta tenência de Zamora é de uma grande importância estratégica para o Nordeste.

Em 4 de fevereiro de 1129 era tenes de Ponce de Cabrera (*Fernández-Xesta pp 82-83*). Mas logo em 1131 era-o Fernando Mendes de Bragança. Em 12 de fevereiro de 1140 tinha-a novamente Ponce de Cabrera, que aí se mantinha em 7 de abril, em 6 de junho de 1142 e até 1157. Não obstante, há notícia documental de que a tenência da fortaleza pertencia ao conde Rodrigo Martins entre 1130 e certo dia do ano de 1135 (*Reilly, p. 173*). E de que em 1146 metade de tal tenência pertencia a Garcia de Aza (*Reilly, p. 187*). São difíceis de explicar tais mudanças e discrepâncias, talvez se deva a hesitações do poder real.

Fernando Mendes de Bragança, o “Bravo” surge a confirmar outra doação de D. Afonso Henriques em dezembro de 1138, (*Portugaliae Monumenta Historica Leges et Consuetudines, Vol.I p. 203*) outras de D. Afonso Henriques, rei em 19 de abril e 7 de junho de 1140 (*mesma obra p. 187*). Em 29 de março e 11 de novembro de 1141, em 29 de dezembro de 1144 e 29 de julho de 1145, (*mesma obra; Portugaliae Monumenta; pp. 219; 223; 229; 233, 257 e 260*) sendo tenens de Bragança.

Em junho de 1145 com a sua segunda mulher D. Sancha e com os filhos (dele) fez carta de doação do Castelo de Longroiva, com todos os termos antigos que lhe pertenciam, à ordem do Templo. (*Albom, Marquis d’; Cartulaire de l’Orde du Temple 1119-1150 Paris pp. 230-231*). Em 5 de abril de 1147, ele e sua mulher, a referida Infanta D. Sancha (irmão de D. Afonso Henriques) deram o assentimento à concessão de couto em Agostém, concelho de Chaves, à Sé de Braga. (*Portugaliae Monumenta p. 273*). Em junho de 1147 confirmou o instrumento escrito dum pacto entre o rei e os cruzados (*Portugaliae Monumenta p. 274*), e em 21 de julho de 1151 confirmou uma venda régia, (*Portugaliae Monumenta p. 289*). Deu o seu consentimento à outorga dum foral régio, entre 1155 e 1157, (*Portugaliae Monumenta p. 309*). E o mesmo fez para o foral de Freixo-de-espada-à-Cinta (*Ventura, Leontina e Oliveira, António Resende de; Chancelaria de D. Afonso III, Coimbra, 2011, livros II e III pp. 51-55*). Uma carta do arcebispo de Braga para o de Compostela, Talvez 1133, alude aos votos da terra de Fernando Mendes o “Bravo” (“*terra Fernandi Menendiz*”) as quais o bispo do Porto nunca teve (“*Illa terra fernandi Menendici nunquam habuit Portugalensis Episcopus*”); (*História Compostelana, edição Falque Rey, Madrid 1994, p. 542*).

Desde 1128 até pelo menos 1145 foi tenens de Bragança e, entre 1131 e 1137, pelo menos, foi-o de Zamora. Em 1147 era-o também de Montenegro. Para além de ter acompanhado o rei em Ourique, certamente que o acompanhou na tomada de Lisboa em 1147, o que se indicia pelo facto de ter confirmado o pacto com os cruzados. Foi senhor de Bragança de Lapaças, Chaves, Monforte de Rio Livre e terras a leste da região de Lamego. Deve ter morrido pouco depois de 1159.

O “Bravo” casou duas vezes: a 1ª com D. Teresa Soares da Maia, filha de Soeiro Mendes da Maia, o “Bom” e de Gontrode Moniz; Depois de julho de 1129 e até provavelmente depois de Março de 1142 antes e abril de 1147 casou com a infanta Sancha Henriques, irmã de Afonso Henriques viúva Sancho Nunes, falecido em 1130; (*Pizarro, Sottomayor, Linhagens, P.529*). Era filho do Conde D. Nuno Velasques (de Celanova) e de D. Fronilde Sanches.

Note-se que, entre a data em que tenha casado com a dita irmã de Afonso Henriques, D. Sancha, e o nascimento do primeiro filho legítimo do rei (D. Henrique, que morreu criança) nasceu em 1147. **D. Fernando Mendes de Bragança o “Bravo” devia ser o maior apoio com que o rei podia contar para, no caso de morrer sem geração, lhe suceder a sua irmã D. Sancha Henriques casada com o Braganção.** Havia uma irmã mais velha, mas dificilmente o fundador na nacionalidade veria nela uma sucessora, visto que era casada com Bermudo Peres de Trava, irmão do magnata galego Fernando Peres de Trava, contra cuja ingerência em Portugal ele tão decididamente lutara.

O Braganção haveria de, aos olhos de D. Afonso Henriques, poder assegurar melhor a independência, nessa época ainda tão periclitante, no caso de ele próprio morrer sem deixar descendência. Além do mais comandava uma poderosa mesnada e estendia as terras que senhoreava por toda a fronteira nordeste do novo reino.

Do primeiro casamento teve Pedro Fernandes de Bragança pelo menos um filho e uma filha que parece ter casado e deixado descendência. Abordemos aquele.

Filhos do 1º casamento:

1(V) – Fulana FERNANDES

Talvez tenha casado com um *GOMES....., ao que parece com geração.

2(V) – D. PEDRO FERNANDES DE BRAGANÇA

Nasceu antes de 1130. Confirmou documentos régios entre 1147 e 1194.

Terá sido ele, e não o leonês D. Pedro Fernandes de Castro, quem ficou incumbido, pelo acordo de maio ou junho de 1194, entre os reis de Portugal e de Leão, de ter à sua guarda os cavaleiros de ambos os reinos, reféns para garantirem a execução desse acordo.

Pelo menos entre 1168 e 1178, era tenente de Bragança; e, pelo menos em 1186, tenente de Viseu.

Foi mordomo e *dapifer* da cúria de D. Sancho I ainda no reinado do rei seu pai, entre 1169 e 1175.

Morreu na segunda metade de 1194 ou pouco depois.

Casou com a condessa D. FROILHE SANCHES DE CELANOVA, filha de D. SANCHO NUNES DE CELANOVA e da acima referida infanta D. SANCHA HENRIQUES, madrastra deste D. Pedro Fernandes.

Este filho varão de Fernando Mendes o “Bravo” – o único que se acha identificado em documentos – nasce provavelmente antes de 1130, pois nesse ano, seu pai outorgou

foral a Numão “una cum filiis meis”; (*Portugaliae Monumenta Historica Vol. I, p. 370*). Sabe-se também que D. Pedro Fernandes de Bragança I e a mulher a condessa, doaram a vila de Barcer à Ordem do Hospital. Por documento sem data, mas lavrado entre 1145 e 1175, se verifica que foi excomungado pelo arcebispo de Baga, por te usurpado bens da respectiva Sé, situados em terá sua, a sabe: a albergaria de Fonte Fria, com a Igreja e a Vila, na terá de lise, que a igreja de Braga tivera em tempo de Mendo Fernandes e de Fernando Mendes (evidentes avô e pai do dito Pedro Fernandes); a albergaria de Paradela, com a vila e a igreja, em terra de Miranda do Douro; a albergaria de Peredo, sobre o rio Sabor; duas partes da igreja de Bornes; e a albergaria na raiz do monte Orelhão com a sua vila e igreja.

Pedro Fernandes de Bragança entre 1168 e 1178 era tenes de Bragança e pelo menos em 1186 tenes de Viseu.

Foi Mordomo e dapifer (o que servia a carne à mesa do rei) da cúria de D. Sancho I ainda no reinado do rei seu pai, entre 1169 e 1175. (*Mattoso, José, D. Afonso Henriques p. 283*).

Casou com a condessa D. Froilhe Sanches de Celanova, filha de D. Sancho Nunes de Celanova e da referida infanta D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques do seu primeiro casamento.

Tiveram vários filhos, a saber: Fernando, que a seguir analisaremos, Garcia, Nuno, Vasco, Sancha e Teresa que analisaremos de seguida.

O último documento, hoje subsistente, que ele confirmou, está datado der 13 de junho de 1294. Terá provavelmente morrido na segunda metade desse ano ou um pouco depois.

Filhos:

1(VI) – FERNANDO PERES

Confirmou documentos particulares entre 1159 e 1178.

Morreu provavelmente em vida de seu pai. Segundo um nobiliário medieval, terá casado com uma dona das Astúrias.

Era o primogénito varão de D. Pedro Fernandes I o Braganção, o que com lucidez sustentou Soares Machado. Será ele o Fernando Peres que interveio como testemunha de dois documentos régios dos quais foi confirmante seu pai; Uma doação em Tamugia ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, datado de maio de 1159; (*Documentos medievais portugueses, documentos régios, p. 112*). E uma doação feita em abril de 1160 de bens em Ladeia ao dito Mosteiro e o mesmo que confirmou em fevereiro de 1178, a doação dum reguengo em Ourem (*Documentos medievais portugueses pp. 352 e 435*).

Por outro lado, foi ele conjuntamente com seu pai, em 26 de Setembro de 1178, confirmou uma doação particular ao mosteiro de San Martín de Castañeda. (*Rodríguez González; Angél, El Tumbo del Monasterio de San Martín de Castañeda, p. 114*). Segundo o nobiliário medieval, terá casado com uma Dona das Astúrias (*Livro Velhos de Linhagens, p. 59*), contudo ignora-se quem ela fosse. Soares Machado deduziu e a nosso ver bem, que ele teve pelo menos dois filhos: Um Fernando, outro Pedro iremos analisar de seguida o primeiro.

O mais provável é que tenha morrido em vida de seu pai e, portanto, antes de 1194.

Filhos:

1(VII) – D. FERNANDO FERNANDES DE BRAGANÇA

Terá nascido cerca de 1175. Entre fevereiro de 1193 e dezembro de 1194 confirmou documentos do rei de Leão, Afonso IX. Entre 1194 e 1204 confirmou documentos do rei de Portugal, D. Sancho I. Desde 1191 está documentado como tenente de Bragança. Em 1196 este rei deu-lhe Vimioso e Sezulf. Nesse tempo haviam rebentado as hostilidades entre os reis de Portugal e de Leão. Este último havia tentado a invasão de Portugal pelo nordeste transmontano e veio a cercar Bragança em 1199. Mas D. Sancho I contou com o apoio de vários próceres da região, entre eles o próprio chefe dos Bragançons, pelo que logrou repelir o ataque.

Em 1 de Janeiro de 1214, o mesmo rei D. Afonso IX, deu-lhe para sempre, hereditariamente, a herdade de Villanova, em Freiras, «pro bono et grato servicio quod mihi fecistis in terra sarracenorum et aliis multis locis». Os serviços em terra dos sarracenos poderiam ter sido a campanha que, reconciliado com Afonso VIII, Afonso IX levou a cabo no outono de 1213, em que tomou Alcántara e pôs cerco a Cáceres.

Tendo subido ao trono de Portugal D. Sancho II, D. Fernando Fernandes estava de novo ao seu serviço em 1224, mantendo-se nesse ano como tenente de Bragança. Teve o cargo de alferes-mor deste rei. Foi ainda tenente de Baião, de Panoias e de Penaguião e senhor de Vimioso (em 1192) e de Ifanes. Na primavera de 1226 acompanhou D. Sancho II na expedição contra os muçulmanos de Elvas, articulada com a de Afonso IX de Leão contra Badajoz. Mas a expedição fracassou, perante a defesa renhida dos elvenses. Em 1232 continuava a intitular-se tenente de Bragança. Mas é possível que tenha morrido nesse ano, depois de março.

Casou em 1192, ou ano anterior, com D. MARIA PIRES, ao que cremos, sem geração.

2(VII) – D. PEDRO FERNANDES DE BRAGANÇA

Terá nascido cerca de 1175. É possível que seja o mesmo que era paroquiano da igreja de Santa Comba de Chacim, em 1192. Outorgou em 1199 a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs.

Trocou Vimioso com o rei D. Afonso II, recebendo a vila e a igreja de Sambade.

Morreu por meados do séc. XIII.

Este foi o segundo filho do atrás referido Fernando Peres. Era, portanto, irmão mais novo de D. Fernando Fernandes de que se acabou de tratar.

Decerto foi ele com o nome de “Pedro Fernandes” outorgou em 1199 a carta de filiação do mosteiro de Castro de Avelãs no de Castañeda (*Borges, Cardoso, publicada por Abade Baçal nas memórias, Tomo III, pp. 266-267*), como também sugere Soares Machado p. 161 da sua obra já citada.

Note-se que os outorgantes dessa carta são apresentados por uma ordem que provavelmente não é indiferente e ajuda a enquadrá-los no conjunto familiar. À cabeça vêm os filhos, as filhas e os netos de D. Pedro Fernandes de Bragança I, atrás estudado. Outorga primeiro o neto D. Fernando Fernandes, filho de Fernando Peres (decerto já falecido). Vai nessa posição pois era, à data, o chefe da linhagem e tenes de Bragança. A seguir vêm os demais filhos varões ainda vivos de D. Pedro Fernandes de Bragança I – Garcia Peres, Nuno Peres e Vasco Peres, certamente por ordem de idades. Segue-se Pedro Fernandes, obviamente irmão mais novo de D. Fernando Fernandes e, com este, filho de Fernando Peres e neto daquele outro D. Pedro Fernandes de Bragança I. Só depois vêm as senhoras, todas irmãs de Fernando Peres e Filhas deste último D. Pedro Fernandes de Bragança I: Sancha Peres, Teresa Peres, com filhos e filhas.

A data deste documento, assim como o lugar e o modo como se refere àquele Pedro Fernandes, tornam impossível que se trate do dito Pedro Fernandes de Bragança I, filho de Fernando Mendes, o “Bravo”. O D. Pedro Fernandes de Bragança I, filho de Fernando Mendes o “Bravo” morreu provavelmente antes de 1195, já quase septuagenário, como avisadamente sustenta Soares Machado.

Nas inquirições de 1258 e 1288 menciona-se este nome “Pedro Fernandes” na região.

D. Pedro Fernandes braganção “uetero” (isto é, “o velho” com a sua mulher, as condessas tiveram a vila de Barcer, que deram à Ordem do Hospital. (*Portugaliae Monumenta, Vol. I p. 1268*). Não restam dúvidas que D. Pedro Fernandes se refere ao velho Fernão Mendes o Bravo.

D. Pedro Fernandes no tempo de D. Sancho I, obteve um quinhão na vila de Parada de Infanções, de um homem foreiro ao rei, tanto Sancha Peres, como um filho do sobredito Pedro Fernandes, como D. Fernando Fernandes tinham o referido quinhão e venderam-no aos homens de Parada em contrapartida do Vilar de “Bouaeses” (sic). Mais tarde veio Froilhe Nunes [de Bragança], mãe de Nuno Martins de Chacim, e cobrou a estes homens 30 morabitinos. Já no tempo de D. Afonso III, veio este Nuno e levou-lhe o Vilar da Coelhosa e 1000 morabitinos. E depois vieram a Ordem do Templo e o mosteiro de Castro de Avelãs e levaram dos mesmos homens dois vilares (Paredes e Leiras) que parece que D. Sancha Peres lhe deixara do seu próprio quinhão em Parada de Infanções.

D. Afonso II deu a igreja vila Sambade a D. Pedro Fernando por troca com Vimioso. Isso passou-se, portanto entre 1211 e 1223, anos em que reinou aquele rei. Em 1258 as mesmas igreja e vila eram possuídas pelos filhos e netos deste D. Pedro Fernandes.

D. Pedro Fernandes de Bragança protegeu onze homens foreiros de Vale da Porca que costumavam fazer foro ao rei; por isso, em 1258, eles não faziam. Nuno Martins de Chacim dera a criar um seu sobrinho na Vila de Vale da Porca, que era toda foreira ao Rei, em tempo de D. Sancho II. O dito sobrinho era em 1258 já escudeiro, ia pousar na referida vila, fazia mal aos homens e os homens faziam-lhe serviço à força.

No entanto por estranho que pareça, nem este Pedro nem os filhos e os netos vêm mencionados nos nobiliários medievais. Isto explica por que até agora nenhuma proposta

foi feita, que seja do nosso conhecimento, sobre o nome desses filhos e netos. O próprio Soares Machado, que com a sua grande agudeza arrancou ao esquecimento a dita personagem, admite que o segundo Pedro Fernandes de Bragança tivesse ficado solteiro, decerto influenciado pelo facto de os nobiliários medievais o omitirem. Pensamos, no entanto, que as referências que se apontou indicam que haja deixado geração. Mais. O seu neto paterno veio a ser o célebre magnate D. Nuno Martins de Chacim.

Filhos:

1(VIII) – MARTIM PERES DE CHACIM

Terá nascido entre 1195 e 1200. D. Sancho I deu-lhe a vila de Vale de Asnes. Foi senhor, com seu irmão, da vila e da igreja de Sambade.

Casou com sua prima segunda D. FROILHE NUNES, filha de NUNO PERES e da concubina MARIA FOGAÇA (ou FISCA).

Os filhos de Pedro Fernandes de Bragança II haveriam de ter o patronímico *Peres*. Ora sabendo-se que o território de Bragança e de Ledra foi passado a pente fino nas inquirições, tanto de Afonso III como de D. Dinis, não deixaria de ser estranho que tivessem sido omissas de tão minucioso inquérito as herdades de quaisquer possuidores com tal patronímico (ainda que se tratasse de gente de quem nenhum abuso contra os interesses patrimoniais do rei corresse qualquer rumor). Vale a pena, por isso, rastrear os proprietários “Peres” ali assinalados em meados do século XIII ou pouco depois.

Feito o rasteio saltam à vista entre todos os demais Peres, como aqueles que melhor se ajustam à qualidade de filhos de Pedro Fernandes de Bragança II, os nomes de Martim Peres de Chacim e João Peres de Chacim, irmãos segundo tudo indica.

Do primeiro foi filho D. Nuno Martins de Chacim, largamente documentado como autor de numerosos abusos na captação de propriedades e na sua subtração às contribuições devidas ao Rei. Não obstante tal fama, D. Afonso III chamou-o para a sua cúria, para o importante cargo de meirinho-mor. Foi também Aio de D. Dinis, enquanto príncipe e, quando este subiu ao trono, guindou-o a seu mordomo-mor – o mais elevado cargo da cúria –. É possível que a sua tenência de Bragança se devesse ao facto de chefiar a linhagem dos Braganças a partir da morte de Fernando Garcia.

A carreira e ações de D. Nuno Martins de Chacim têm sido tratadas por historiadores eminentes. E não é caso para menos, por isso que ele, apesar de todo o estendal de aparente latrocínio que lhe é assacado, em parte supostamente cometido durante a anarquia e guerras internas que dominaram o reinado de D. Sancho II, veio a ser um dos principais esteios da cavalgada centralizadora da monarquia iniciada em D. Afonso III e desenvolvida triunfalmente por D. Dinis. (*São Payo, Marquês de; A problemática de um brasão de armas I.P. Heráldica, II série, Tomo IX, 1968 p. 164*) A mãe de D. Nuno, Froilhe Nunes, vinha da linhagem Bragança, se bem que fosse bastarda. Era filha de D. Nuno Peres o “Candarim”, atrás tratado e duma concubina dele. Maria Fisca ou Fogaça, segundo os nobiliários medievais.

Até há pouco tempo era consensual supor que a chefia dos Braganços coubera a D. Nuno Martins de Chacim por via da sua mãe, Froilhe Nunes apesar da bastardia que a afectava. Mas dizia-se que ela casara com um homem condição mais modesta do que a sua e, até, de origem obscura – o referido Martim Peres de Chacim. As razões invocadas para essa suposição eram de facto de o livro de linhagens do Conde D. Pedro noticiar que o filho de Nuno foi armado “cavaleiro” por D. Fernando Garcia Braganção e, sobretudo, a referência, feita no livro do Deão, de que aquele casamento foi desaguisado”, o que se consideraria sinónimo de “desigual”. Soares Machado, na sua obra atenta sobre os Braganços, veio contestar este veredito sobre a posição social inicial de Martim Peres de Chacim; (Machado Soares obra já cit p. 164). E argumentou no nosso ponto de vista corretamente que a cerimónia de investidura Nuno Martins de Chacim como cavaleiro, mas sim, naquele caso, o apadrinhamento de Nuno na futura chefia da linhagem; e que o aludido termo “desaguisado” era sinónimo de “desavindo”, ou seja, inculcava desentendimento, mas não *misalliance*. Demonstrou por outro lado, que, muito antes de Martim Peres de Chacim ter casado, tanto este, como o seu irmão João, tinham já propriedades na região. Efectivamente, o próprio apelido “de Chacim”, naquelas circunstâncias sugere que não era mera indicação geográfica, mas sim sinal, de que ambos eram senhores, ali, de terra honrada. Ora, pelas inquirições de 1258, fica a saber-se o seguinte sobre estes dois irmãos. O rei D. Sancho I (Sancius ueterus, portanto, entre 1185 e 1211) doa a Martim Peres de Chacim a vila de Vale de Asnes, que fora reguenga; (*Portugaliae Monumenta Histórica, Inquisiciones Vol. I, pp. 1266-1267*). Quanto as Travanca, o prelado da respectiva Igreja depôs, nas inquirições de 1258 “... quando encartou [sic] o Rei D. Sancho o velho encartou Bragança com os seus termos, os homens que reclamavam a terra venderam um terço da Vila que era reguenga a João Peres de Chacim e agora têm-na os seus filhos e seus netos e não fazem daí foro ao senhor rei...” Por aqui se vê que João Peres de Chacim adquiriu uma terça parte de Travanca no tempo do rei D. Sancho I e que em 1258 tal terça parte pertencia aos filhos e netos, decerto porque ele e algum filho com descendência teriam já morrido.

Por outro lado, pelas mesmas inquirições se sabe que no tempo de D. Sancho II, João Peres e Martim Peres deram à Ordem do Hospital um terço da vila de Banreses; (*Baçal; Tomo III p. 366*) pelo depoimento do prelado da igreja, nas inquirições de 1258.

Da conjugação dos depoimentos das inquirições a conclusão a tirar é a de que o avô de Nuno Martins de Chacim e pai de Martim e João Peres era D. Pedro Fernandes e que este era o D. Pedro Fernandes de Bragança II. Com efeito um dos inquiridos afirmou que quem filhou a herdade de Banreses a homens foreiros foi D. Pedro Fernandes. E o outro disse que a mesma herdade foi filhada pelo “Avô de Nuno Martins de Chacim”. Se os depoimentos acertam – e não há qualquer indicação de que difiram – este avô era o dito D. Pedro Fernandes II. É certo que o D. Pedro Fernandes de Bragança I (o que foi mordomo de D. Sancho I), também era antepassado de Nuno Martins de Chacim pela parte da mãe deste. Simplesmente, por aí, não era avô, mas sim bisavô.

Nuno Martim de Chacim, nas suas supostas “tropelias” teria andado estreitamente associado a um Fernando Anes, também denominado, nas inquirições por, Fernando

Anes de Chacim, (*Baçal, Tomo II p.367*) que era seu primo coirmão, por ser filho de João Peres de Chacim. Aquele Fernando Anes referido sete vezes em negócios conjuntos com Nuno Martins de Chacim, por exemplo: O vilar de Valdrez não era povoado porque Fernando Anes e outros cavaleiros, entre os quais Nuno Martins de Chacim e a Ordem do Hospital o impediam; o vilar tinha reguengo e em 1258 tinham-no Nuno M0uda de Nuno Martins de Chacim era em 1258 senhor de muitas herdades em terras de Macedo de Cavaleiros. Em 1290 Fernando Anes já tinha morrido. Seu pai João Peres de Chacim morrera antes de 1248 ano em que morreu D. Sancho II (deposto por bula Papal em 1245) e no exílio em Toledo desde 1247 e que em 1258 Fernando Anes tinha pelo menos um irmão ou irmã cossenhora(a) de alguma dessas propriedades.

Filhos:

1(IX) – D. NUNO MARTINS DE CHACIM, que segue, no final.

2(IX) – MARTINS

2(VIII) – JOÃO PERES DE CHACIM

Foi senhor, com seu irmão, da vila e da igreja de Sambade.

Adquiriu um terço de Travanca.

Filhos:

1(IX) – FERNANDO ANES DE CHACIM

Foi cavaleiro. Possuiu os seguintes bens conforme se vê dos depoimentos das testemunhas nas inquirições de 1258:

- *Travanca* – seu pai comprara um terço de Travanca, foreira ao rei; e não fazia daí foro ao rei;
- *Nogueira* – comprada em 1258, tinha aí uma herdade foreira e não fazia daí foro ao rei;
- *Parada* – desde o tempo de D. Sancho II, tinha esta vila, que fora do rei, e não fazia daí foro ao rei;
- *Valpaços* – desde o tempo de D. Sancho II, tinha esta vila que fora do rei, e não fazia daí foro ao rei;
- *S. Geraldo e Santa Comba* – tinha aí um casal foreiro do rei e de Bragança, que comprara em tempo de D. Sancho II e trazia-o por honra; em 1290 foi proferida sentença de que o casal fosse devasso e entrasse aí o andador de Bragança pelos direitos de el-rei e de que fosse chamado el-rei sobre a compra;
- *Valdrez* – este vilar fora realengo e agora não era povoado por causa de Fernando Anes e outros cavaleiros que o tinham, nomeadamente Nuno Martins de Chacim e a Ordem do Hospital, e ainda o mosteiro de Castro de Avelãs, que defendiam que fosse povoada para o rei e não faziam foro para este;

- *Quintela* – Pedro Adães, que fora foreiro ao rei, tornara-se homem de Nuno Martins de Chacim e de Fernando Anes e não fazia agora o respetivo foro; esta aldeia veio a ser toda de Fernando Anes e ganhou-a de D. Nuno Martins de Chacim e sempre a viram trazer por honra: em 1290 foi proferida sentença de que permanecesse como estava;
- *Quintana* – duas partes tinham sido realengas e em 1258 tinha uma Fernando Anes de Chacim e outra Pedro Anes de Bornes e não faziam daí foro ao rei, e a outra terça parte era dos filhos e netos de Garcia Raimundes que a tiveram de seus avós;
- *Buizendo* – o vilar dos casais de Buizendo fora todo do rei e em 1258 não, porque Nuno Martins de Chacim e Fernando Anes o tinham filhado em tempo de D. Sancho II e agora tinham-no e não faziam daí foro ao rei;
- *Salselas* – comprara uma herdade foreira e um casal na vila de Salselas no tempo de D. Sancho II e não fazia daí foro ao rei;
- *Aziveiro* – fora realengo e filharam-no Nuno Martins de Chacim e Fernando Anes em tempo de D. Sancho II e não faziam daí foro ao rei;
- *Vilarinho* – fora realengo e filharam-no Nuno Martins de Chacim e Fernando Anes em tempo de D. Sancho II e não faziam daí foro ao rei;
- *Chacim* – 1248 – toda a herdade que Nuno Martins de Chacim e Fernando Anes, com a sua fraternidade, tinha em Chacim, fora realenga, e Martim Peres cavaleiro filhara a um homem de Chacim a herdade que tinha realenga em tempo de D. Sancho II, pelo dano que o mesmo homem fazia ao referido cavaleiro, e Nuno Martins de Chacim tinha em Chacim uma devesa e era metade do rei e os mesmos cavaleiros tinham-na e não faziam daí foro ao rei.

Não temos informação sobre se casou nem se teve descendência.

?2(IX) – ESTÊVÃO ANES DE BRAGANÇA

Era cavaleiro e dos principais fidalgos de Bragança.

Em 1293 foi procurador do concelho de Bragança num pleito sobre certos imóveis que várias pessoas honravam. Em 1305-04-24 outorgou uma procuração a favor de Rui Martins de Moraes, para efeitos duma contenda que, com diversos outros bragantinos, tinham com o rei.

Morreu antes de 1340, data em que foi enterrado com pompa e circunstância, no mosteiro de Castro de Avelãs.

Casou com

Filhos:

1(X) – FERNÃO ESTEVES [DE MACEDO]

Foi cavaleiro. Em 1279 era juiz de Bragança. Em 1290 possuía vários imóveis na área dos concelhos de Bragança e Macedo de Cavaleiros (pelo menos uma vila e 8 casais, dos quais 5 em Macedo de Cavaleiros). Trocou casais com o mosteiro de Castro de Avelãs.

Em 1305 era cavaleiro de Bragança e outorgou com seu pai a referida procuração a favor de Rui Martins de Moraes, provavelmente seu sogro, para efeitos duma contenda que, com diversos outros bragantinos, tinham com o rei.

Casou com (?) uma filha de RUI MARTINS DE MORAIS e de SANCHIA FERNANDES, senhores de Sanceriz por troca com o rei D. Dinis.

Filhos:

1(XI) – RUI FERNANDES DE MACEDO

Instituiu em 1353 o morgado de Macedo de Cavaleiros.

Casou com LEONOR FERNANDES DE CARVALHO.

Filho:

? XII – *ESTÊVÃO RODRIGUES DE MACEDO

Filho:

XIII – FERNÃO ESTEVES DE MACEDO

Foi chefe do nome e armas dos Macedos.

Casou, com geração.

2(XI) – AIRES FERNANDES DE MACEDO

Foi clérigo, apresentado em 1373 para a igreja de Mirandela. Terá sido abade de Parada.

Em MARIA DE CRASTO, mulher solteira, teve,

Filho:

XII – AIRES FERNANDES DE MACEDO

Foi legitimado por carta régia de 1396-10-21.

Em 1408 era escudeiro e vivia em Vinhais.

3(XI) – GONÇALO FERNANDES DE MACEDO

Filho:

XII – MARTIM GONÇALVES DE MACEDO

Foi o herói de Aljubarrota.

Casou, com geração, uma parte da qual, embora com duas bastardias, conserva a varonia Macedo, que é também, provavelmente, varonia Bragançana.

2(X) – JOÃO ESTEVES

Filho:

XI – ESTÊVÃO ANES DE BRAGANÇA

Foi escudeiro e vassalo de D. João I, a quem prestou grandes serviços, pelo que dele recebeu, em 1386-10-23, o senhorio de juro e herdade da aldeia de Vimioso.

Não consta que tivesse casado, mas teve filhos ilegítimos, legitimados por carta régia de 1399-07-13, pelo menos um deles com geração.

3(X) – GONÇALO ESTEVES

Casou com D. MARIA MARTINS, filha de MARTIM ANES REDONDO e de MARIA RODRIGUES DE JOLDA. Sem geração.

2(VI) – D. GARCIA PIRES DE BRAGANÇA, o “Ledrão”, que segue adiante.

3(VI) – D. NUNO PERES DE BRAGANÇA, o “Candarim” ou “Candarrão”

Em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs.

Antes de fevereiro de 1208 cedeu a sua irmã Sancha a parte que possuía no couto da Anta, em Sabrosa.

Casou com D. ELVIRA MENDES DE RIBA DOURO.

Os três nobiliários medievais referem-no como filho de D. Pedro Fernandes de Bragança (o primeiro), era, portanto, um dos irmãos de Fernando Peres e de Garcia Peres atrás mencionados. Candarim (do latim Kenderedi) abandonado em 1037 e 1100, hoje corresponde a um pequeno povoado, próximo do mosteiro de Celanova. Há escassas referências documentais a este Nuno Peres. Em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs. (*Borges, Cardoso ffs 84 a 85v, e Baçal Tomo III pp 266-267*). O Livro de Deão, p.164; insere a seguinte informação “*E o sobredito Nuno Pires, filho de dom Pedro Fernandes de Bragança, houve uma barregam a Maria Fogaça, e fege em ela Rui Nunes e Froilhe Nunes*”.

Filha do casamento:

1(VII) – D. URRACA NUNES DE BRAGANÇA

Filhos ilegítimos havidos na sua barregã MARIA FOGAÇA (ou FISCA):

2(VII) – RODRIGO MONIZ DE BRAGANÇA, o “Coldre”

Foi morto por seu primo Pedro Fernandes de Bragança, o “Pequeno”.

Casou com

Filhos:

1(VIII) –

2(VIII) –

3(VII) – D. FROILHE NUNES DE BRAGANÇA

Casou com seu primo segundo MARTIM PERES DE CHACIM, como acima se disse e no final se desenvolverá.

4(VI) – D. VASCO PERES DE BRAGANÇA, o “Veirão”

Entre 1196 e 1205 confirmou documentos régios. Nesse período recebeu uma ordem do rei para que não perturbasse o abade e os frades do mosteiro do Bouro, ao qual o monarca doara Macedo do Mato. Em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs.

Casou com D. SANCHIA PERES DE BAIÃO, filha de PEDRO VIEGAS DE BAIÃO e de SANCHIA AFONSO.

Foi outro irmão de Fernando, de Garcia e de Nuno Peres de Bragança; confirmou os seguintes documentos com D. Sancho I;

Janeiro de 1205, como testemunha, foro aos povoadores de S. Cipriano de Panóias. (*documentos de D. Sancho I p. 157*). 4 de junho de 1205; – Doação à Sé de Lamego da vila de Canelas, Panóias. Em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro do Couto de Avelãs (*Borges, Cardoso, pp. 84 e 85*). Casou com D. Sancha Peres de Baião, filha de D. Pedro Viegas de Baião da linhagem dos de Baião, e de Sancha Afonso. Tiveram cinco filhos; Nuno; Sancha, Elvira, Maria e Urraca. O Nuno está documentado como “Nuno Valasci” foi casado com D. Urraca Peres da Nóvoa, filha de D. Pedro Anes da Nóvoa, alferes-mor de D. Afonso II entre 1213 e 1223.

Aqui importa abordar uma hipótese suscitada por Soares Machado na esteira de Luiz São Payo.

O acima referido D. Vasco Peres de Bragança, o “Beirão” teria tido um filho ilegítimo com Urraca Esteves de Antas chamado “João Vasques de Bragança” que seria o pai de Estevão Anes de Bragança. Este último é um fidalgo documentado que viveu no Séc. XIII, atingiu os inícios do XIV e deixou descendência. Afloramos já o assunto num estudo publicado sobre o tronco dos Macedos, (*Amaral, Augusto Ferreira do; Macedos Subsídios genealógicos, Lisboa, 2014*) que a nosso ver, descendem por varonia daquele Estevão Anes de Bragança Estevão Anes de Bragança era seguramente filho de um João. E não é forçado admitir que fosse também da linhagem dos Bragançons, não só devido ao seu apelido de “de Bragança” que nas circunstâncias não parece ser simples indicação geográfica, como também pelo facto do corpo de Estevão Anes ter sido solenemente enterrado no mosteiro de Castro de Avelãs em 1340.

Ora, uma hipótese pertinente é a de que descendesse de D. Pedro Fernandes de Bragança II, senhor de Sambade por troca de Vimioso com o rei, como acima indicamos. Cronologicamente é admissível, uma vez que ele, Estevão Anes terá nascido entre 1240 e 1250. Poderia ser filho de João Peres de Chacim e, portanto, irmão de Fernando Anes, ambos atrás mencionados. João Peres de Chacim parece ter falecido algum tempo antes de 1250, uma vez que o seu filho Fernando Anes obteve de D. Nuno Martins de Chacim a

aldeia de Quintela, terra reconhecida como honrada; (*Portugaliae Monumenta Historica Vol. I parte II pp 1288 e 1310*). No entanto essa datação é compatível com o nascimento de Estevão Anes entre 1240 e 1250. De Estevão Anes de Bragança o que se conseguiu documentar é pouco – Comprou, em tempos de D. Dinis um casal em Colnelas, foreiro ao rei, que ele passou a ter por honrado. Era um dos fidalgos principais de Bragança. Ainda vivia em 1305, quando outorgou com outros, uma procuração a dois procuradores para resolverem uma contenda que subsistia com o rei D. Dinis. Devia, porém, já ser velho, pois outro dos poucos outorgantes dessa procuração, como fidalgo principal de Bragança, foi seu filho Fernando Esteves; (*Amaral, Augusto Ferreira do; obra citada, p. 137*). Este deixou geração. Eram seus filhos os três irmãos de Macedo – Rui, Aires e Gonçalo – que viveram no século XIV e foram ascendentes dos Macedos do tronco, isto é, daqueles que tiveram o seu solar, ou seja, bens imóveis honrados, em Macedo de Cavaleiros. Se, como é provável, tal solar proviera do pai desses irmãos Fernandes de Macedo, Fernando Esteves, e se, como também é provável, este filho de Estevão Anes de Bragança era neto de João Peres de Chacim, aí estará a explicação para a posse, pelos ditos irmãos, de terem terra honrada em Macedo de Cavaleiros e para a origem do apelido do fidalgo quatrocentista João Gonçalves de Macedo, chefe do nome e armas dos Macedos, e para o do herói de Aljubarrota Martim Gonçalves de Macedo, (Bisneto de João Gonçalves de Macedo).

Como atrás ficou, pensamos de forma claramente demonstrado, esta linhagem que percorreu desde o ano 975 com a presença do Mendo Alão, até ao nascimento de Martim Gonçalves de Macedo em 1350, pouco mais de três séculos e meio, mas de forma continuado e brilhante. **Podemos afirmar que os Bragançons estiveram no nascimento da Nação portuguesa e com eles ela deu os seus primeiros passos, digamos, o seu primeiro século. Sem o pundonor desta linhagem que soube resistir aos avanços de Leão de Castela dos Muçulmanos, estando sempre ao lado do nosso primeiro rei quando era necessário, tanto na defesa do Nordeste como no grande fossado de Ourique e na tomada de Lisboa. De facto, o país durante esse período era da linha de defesa do Douro para cima, o sul andava aos solavancos, para baixo e para cima tendo limpado o seu território somente em 1249, e fixada fronteira pelo tratado de Alcanizes em 1297, com D. Dinis. Portugal e os portugueses devem a sua independência o seu lar ao Norte e sobremaneira ao povo nordestino, (aquele lugar onde um homem quando nasce é como a pedra e a mulher de Granito, como dizia o poeta Ary dos Santos)** há que respeitar esta evidência coisa que a historiografia portuguesa pouco tem feito.

Tentámos descrever, com um pouco de história, cada um dos descendentes desde o Mendo Alão, até ao Martim Gonçalves de Macedo. **Agora tentaremos de forma mais sucinta trazer, por varonia e à guisa de conclusão de apreciação genealógica, assim, propõe-se:** A associação do território leste de Trás-os-Montes e do nordeste da Beira Alta, após batalha de S. Mamede, ao território portugalense, deve-se à captação, para a obediência de D. Afonso Henriques, de um ramo da estirpe proveniente de Mendo Alão, o qual veio a ser chamado *de Bragança* ou *Bragançons*;

O substancial alargamento territorial e populacional do âmbito dessa obediência, assim como a participação importante que D. Fernão Mendes de Bragança, com dois dos seus

irmãos e os numerosos homens que comandavam, tiveram na batalha de Ourique, foram fatores decisivos para a aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, ou seja, para a fundação do reino em 1139 (logo após a batalha de Ourique);

Desde, pelo menos, 1072, e até a morte de D. Nuno Martins de Chacim cerca de 1284, a tenência das terras de Bragança pertenceu, salvo curtos intervalos, à dita linhagem; o centro mais denso e duradouro do poder e das propriedades dos Bragançons localizava-se na região de Macedo de Cavaleiros.

Martim Gonçalves de Macedo, que salvou a vida a D. João I, na batalha de Aljubarrota, provinha por varonia da linhagem dos Bragançons;

Macedo e Bragança podem, pois, ser considerados dos mais importantes esteios medievais da existência do nosso País.

Filhos do casamento:

1(VII) – NUNO VASQUES DE BRAGANÇA

Teve bens em S. Mamede de Guide, julgado de Mirandela, e metade da vila de Paranhos, julgado de Montenegro.

Casou com D. URRACA PERES DA NÓVOA, filha de D. PEDRO ANES DA NÓVOA, mordomo-mor de D. Afonso II.

Filhos:

1(VIII) – GONÇALO NUNES DE BRAGANÇA

Exilou-se para Castela. Em 1283 e 1284 confirmou documentos de Afonso X, o “Sábio”. Neste último ano fez uma doação ao mosteiro de Pombeiro. Terá sido morto em Bragança.

Duma sua barregã terá tido

Filho:

IX – Fulano GONÇALVES DE BRAGANÇA

Em 1290 possuía alguns bens que tinham sido de seu pai.

2(VIII) – D. URRACA NUNES DE BRAGANÇA

Casou com FERNÃO RODRIGUES CABEÇA DE VACA, com geração.

2(VII) – D. SANCHA VASQUES DE BRAGANÇA

3(VII) – D. ELVIRA VASQUES DE BRAGANÇA

Casou com PEDRO SOARES DE TOUGUES, sem geração.

4(VII) – D. MARIA VASQUES DE BRAGANÇA

Casou com NUNO FERNANDES DE GOSENDE.

5(VII) – D. URRACA VASQUES DE BRAGANÇA

Casou com FERNÃO PIRES DE LUMIARES.

5(VI) – D. SANCHA PERES DE BRAGANÇA

Em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs.

Casou com D. HERMÍGIO MENDES DE RIBA DOURO, filho de D. MENDO MONIZ DE RIBA DOURO, irmão de D. Egas Moniz, o “Aio”, com geração, extinta.

6(VI) – D. TERESA PIRES DE BRAGANÇA

Em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs, com seus filhos e filhas.

Casou com D. AFONSO HERMIGES DE BAIÃO, filho de HERMÍGIO VIEGAS DE BAIÃO e de CLARA, com geração.

VI – D. GARCIA PIRES DE BRAGANÇA, o “Ledrão”

Pelo cognome terá sido grande proprietário na terra de Ledra, confinante com Bragança.

Em 1196 confirmou um diploma de D. Sancho I de Portugal e nos anos seguintes até 1205, confirmou outros. E que em 1199 outorgou a carta de filiação do mosteiro de Couto de Avelãs.

Casou com D. GONTINHA SOARES, “Carnes Más”, filha de D. SOEIRO MENDES, “Facha” e da condessa D. ELVIRA GONÇALVES DE SOUSA.

Filhos:

1(VII) – D. PEDRO GARCIA DE BRAGANÇA, que segue.

2(VII) – D. FERNANDO GARCIA DE BRAGANÇA

Foi rico-homem no tempo de D. Sancho II e era tenente de Bragança em 1237 e 1238. Não confundir com Fernando Garcia de Sousa.

Duma barregã teve:

Filho:

VIII – PEDRO FERNANDES DE BRAGANÇA, o “Pequeno”

Possuiu bens na terra de Bragança. Terá matado seu primo Rui Nunes de Bragança e veio a morrer em Marrocos.

3(VII) – D. MAIOR GARCIA DE BRAGANÇA

Além da relação incestuosa adiante referida, foi amiga de um cavaleiro, de quem teve uma filha.

4(VII) – D. TERESA GARCIA DE BRAGANÇA

Casou com D. RODRIGO PÉREZ MANRIQUE, senhor de Amusco e outros lugares, filho de D. PEDRO MANRIQUE DE LARA, senhor de Molina, e de D. SANCHÁ, infanta de Navarra. Com geração ilustre em Castela.

5(VII) – D. ELVIRA GARCIA DE BRAGANÇA

Casou com D. ORDOÑO ÁLVAREZ DE ASTÚRIAS, com geração ilustre em Castela.

VII – D. PEDRO GARCIA DE BRAGANÇA

Nas inquirições de 1258 é referido que fazia violências contra os homens de Mirandela que reclamavam a vila de Sesulfe.

Cometeu incesto com sua irmã MOR, de que nasceu um filho. Casou depois com D. SANCHÁ OSORES, filha de D. OSÓRIO ANES.

Filhos do casamento:

1(VIII) – D. TERESA PIRES DE BRAGANÇA

Casou com JOÃO MARTINS DE AVANA e foi amante de LOURENÇO MARTINS DE BERREDO.

2(VIII) – D. GARCIA PIRES DE BRAGANÇA

Morreu antes de 1252.

Filho incestuoso:

3(VIII) – MARTIM PIRES TAVIA

Cometeu violências contra homens da freguesia de Santa Maria de Nuzelos, Macedo de Cavaleiros, no tempo de D. Sancho II. Possuiu bens nos julgados de Santa Cruz de Vilariça e de Montenegro. Morreu antes de 1258.

Casou com ALDONÇA PIRES MARINHO

Filhos:

1(IX) –

2(IX) –

3(IX) – ALDONÇA MARTINS TAVIA

Casou com RUI NUNES DE CHACIM, filho bastardo de D. NUNO MARTINS DE CHACIM.

IX – D. NUNO MARTINS DE CHACIM

Atrás referido, filho de MARTIM PERES DE CHACIM e de D. FROILHE NUNES.

Nasceu cerca de 1218 e morreu entre 1283 e 1288. Foi senhor, com seus irmãos e seu tio João, da vila e da igreja de Sambade.

Nele recaiu a chefia da linhagem dos Bragançons tendo sido senhor de inúmeras e extensas terras no nordeste transmontano.

Foi meirinho-mor de D. Afonso III e mordomo-mor de D. Dinis.

O seu túmulo, já vazio, acha-se nas ruínas do mosteiro de Castro de Avelãs.

Casou duas vezes e de ambos os casamentos teve geração, além de tê-la também ilegítima.

Em suma

Apesar de não estar irrefragavelmente provado, considero bastante provável (pois tudo o que se acha documentado o faz presumir e não sabemos de argumentos que o contrariem), o seguinte que:

- a) Fernando Fernandes, filho de Fernando Mendes, fosse o 2º marido da infanta D. Elvira;
- b) Que Martim Peres de Chacim e João Peres de Chacim eram filhos do segundo D. Pedro Fernandes de Bragança, neto paterno do primeiro D. Pedro Fernandes de Bragança;
- c) Pelo dito Martim Peres de Chacim veio a recair a chefia da linhagem Bragançana no filho deste, D. Nuno Martins de Chacim;
- d) Estêvão Anes de Bragança era filho do dito João Peres de Chacim;
- e) Gonçalo Fernandes de Macedo (pai do herói de Aljubarrota) era filho de Fernando Esteves de Bragança e, portanto, neto paterno de Estêvão Anes de Bragança;
- f) O prior do mosteiro de Santo Estêvão de Vizela, Gonçalo Gonçalves, pai de João Gonçalves de Macedo, era filho do herói de Aljubarrota.

Considero provado por fontes seguras tudo o mais.

No pressuposto de estarem certos todos esses factos, as conclusões genealógicas a tirar são as seguintes:

1. A representação genealógica dos Bragançons estará no atual representante – que desconheço quem seja – de D. Nuno Martins de Chacim, mas que certamente não tem a respetiva varonia.
2. Os Macedos de Macedo de Cavaleiros tinham a varonia Bragança, dos Bragançons, embora não estivesse neles a chefia dessa linhagem.
3. O chefe do nome e armas dos Macedos está no representante do morgado de Macedo, instituído em 1353 por Rui Fernandes de Macedo; o último possuidor desse

morgado conhecido foi, na 1ª metade do século XVIII, Jorge de Morais Sarmento, mas ignoramos quem por sua morte lhe sucedeu.

4. Martim Gonçalves de Macedo era, por varonia, dos Macedos de Macedo de Cavaleiros, mas não era o chefe do nome e armas dos Macedos.
5. O representante genealógico atual de Martim Gonçalves de Macedo é difícil de determinar, mas será, provavelmente, ou o representante da família Casco de Vasconcelos, de Évora, ou o chefe dos Siqueiras Freires, (presentemente, a Condessa de Azambuja).
6. Os Ferreiras do Amaral descendem por varonia de Martim Gonçalves de Macedo, portanto dos Macedos de Macedo de Cavaleiros e, portanto, também, dos Bragançons.
7. É muito possível – mas com algumas dúvidas adicionais – que os Macedos de Melres também descendam por varonia daqueles Macedos; se assim for, existe hoje descendência deles por varonia, nomeadamente os Cunhas Osórios, da casa de Juste, em Lousada.
8. Para além destes, desconhecemos por completo que existam descendentes por varonia dos Bragançons.

A linha de descendência varonil dos “Ferreira do Amaral”, a partir dos Bragançons, é a seguinte:

1 (nº da geração) – Mendo Alão

Filho:

2 – Fernando Mendes, prócer do rei Afonso VI

Filho:

3 – Mendo Fernandes

Filho:

4 – D. Fernando Mendes de Bragança, o “Bravo”

Filho:

5 – D. Pedro Fernandes de Bragança I

Filho:

6 – Fernando Peres

Filho:

7 – D. Pedro Fernandes de Bragança II

Filho:

8 – João Peres de Chacim

Filho:

9 – Estêvão Anes de Bragança

Filho:

10 – Fernando Esteves

Filho:

11 – Gonçalo Fernandes [de Macedo]

Filho:

12 – Martim Gonçalves de Macedo, o herói de Aljubarrota

Filho:

13 – Gonçalo Gonçalves, prior de Santo Estêvão de Felgueiras

Filho:

14 – João Gonçalves de Macedo

Filho:

15 – João de Macedo, abade de S. Clemente de Basto

Filho:

16 – Gaspar de Macedo

Filho:

17 – António de Macedo, que passou a Mazagão

Filho:

18 – Gaspar de Macedo

Filho:

19 – Salvador do Amaral

Filho:

20 – Domingos Pires do Amaral

Filho:

21 – Salvador do Amaral

Filho:

22 – Francisco Rodrigues Cabral

Filho:

23 – José Ferreira da Penha de França, que passou a Lisboa

Filho:

24 – Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

Filho:

25 – João Maria Ferreira do Amaral

Filho varão:

26 – Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

Filho varão:

27 – Augusto Basto Ferreira do Amaral

Filho único:

28 – João Maria Barreto Ferreira do Amaral

Filhos varões:

29 – Augusto Martins Ferreira do Amaral

Filhos varões:

30 – João Maria de Sousa Coutinho Ferreira do Amaral

Filhos varões:

31 – João Maria da Silva Passos Ferreira do Amaral

31 – António Maria da Silva Passos Ferreira do Amaral

30 – Luís Maria de Sousa Coutinho Ferreira do Amaral, sj.

30 – Salvador de Sousa Coutinho Ferreira do Amaral

Filhos varões:

31 – Miguel Maria Vasconcelos Abreu Ferreira do Amaral

31 – Francisco Maria Vasconcelos Abreu Ferreira do Amaral

31 – António Maria Vasconcelos Abreu Ferreira do Amaral

29 – Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Filho único:

30 – Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

Filhos varões:

31 – João Gabriel Vidal Ferreira do Amaral

31 – Manuel Guilherme Vidal Ferreira do Amaral

29 – Francisco Martins Ferreira do Amaral

Filhos varões:

30 – Pedro Lauer Ferreira do Amaral

30 – Henrique Lauer Ferreira do Amaral

29 – João Martins Ferreira do Amaral.

3. DESCENDENTES

Mendo (Alão)

+Fafe Sarracines

└Fernando Mendes

+Aldonça Gomes filha do Conde Gomes Dias de Carrión⁵⁸

└Mendo Fernandes

+D. Sancha Viegas de Baião

└D. Fernando Mendes de Bragança, o Bravo

+D. Teresa Soares da Maia e 2º D. Sancha Henriques

└D. Pedro Fernandes de Bragança I

+D. Froilhe Sanches de Celanova

└Fernando Peres de Bragança

+Dona das Astúrias

└D. Pedro Fernandes de Bragança II

+Desconhecida

└João Peres de Chacim

+D. Maria Peres

└D. Pedro Fernandes de Bragança II

+Nome desconhecido

└João Peres de Chacim

+Desconhecida

└Estevão Anes de Bragança

+desconhecida

└Fernando Esteves

+filha de Rui Martins de Moraes e de Sancha Fernandes, não se sabendo o seu nome

└Gonçalo Fernandes de Macedo

+desconhecida

└Martim Gonçalves de Macedo

+Brites de Sousa e 2º casamento Catarina Anes

└Gonçalo Gonçalves, Prior de Santo Estevão de Felgueiras

+Desconhecida

└João Gonçalves de Macedo

+Desconhecida

└João de Macedo, abade de S. Clemente de Basto

+Isabel ou Brites de Azevedo

└António de Macedo que passou por Mazagão

+Maria de Pinho

└Gaspar de Macedo

+Brites do Amaral

└Salvador do Amaral

+Inês Dias

└Domingos Pires do Amaral

+Leonor da Cunha

└Salvador do Amaral

+Maria Rodrigues Cabral

└Francisco Rodrigues Cabral

+Leonor Pessanha

└José Ferreira da Penha de França, que passou a Lisboa

+Ana Joaquina Rosa

└Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

+Ana Isabel Cirila de Mendonça

└João Maria Ferreira do Amaral

+Maria Helena de Albuquerque

└Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

+Carolina Amélia Bastos

└Augusto Basto Ferreira do Amaral

+Júlia Salvação Barreto

└João Maria Barreto Ferreira do Amaral

+Maria José da Graça F. V. Oliveira Martins

└Augusto Martins Ferreira do Amaral

Há vários momentos na nossa história que ajudaram a consolidar a percepção da categoria de “Portugueses”. Elencamos alguns; O primeiro momento será no tempo da reconquista quando o rei “como chefe” luta ao lado dos seus vassalos contra o infiel, cimentando o espírito de grupo a crença na fé cristã – elo de união – não podemos, contudo, confundir a crença religiosa com o vínculo nacional. Um segundo momento dá-se quase em simultâneo; as lutas contra Castela e Leão.

Deve-se a D. Dinis a maior empreitada de construção de recintos amuralhados na raia, reconhecendo-se a este rei uma consciência nítida de sentido de fronteiro, assunto que debruçaremos.

As guerras contra Leão e Castela sobretudo nos reinados de D. Fernando e sobretudo no reinado de D. João I tornam-se decisivas, pois aparecem nas contendas povos de outras nacionalidades – Franceses, Gascões, Ingleses, para além dos Castelhanos – o que confere às disputas um travo de internacionalização, isto é, portugueses contra estrangeiros, ajudando a separar “o trigo do joio”. Se bem que se tenha passado no século XII a batalha de Ourique a lenda do milagre dos campos de Ourique só vem a luz do dia no século XIV, José Mattoso, citando Lindley Cintra. Daqui resultou a primeira expressão de sacralidade dos reis portugueses e que por eles beneficia os seus vassalos⁹.

Outro facto importante na consolidação da consciência Nacional acontece com a epopeia dos descobrimentos em que muito foram desbravando o mar e terras, tendo contactos com outros povos e outras culturas reforçando assim o sentimento “Nacional”.

Perante estas diferenças aquelas que opunham os minhotos, transmontanos, aos alentejanos, algarvios etc. os portugueses pobres aos portugueses ricos, os nobres aos clérigos, eram evidentemente menores, não se sobrepunham à consciência Nacional.

Mesmo em momento de crise, como foram os anos da dualidade real 1580/1640, a literatura lusitana não baixou os braços. Aparecem nesse lapso de tempo uma série das obras que revelam uma inequívoca consciência da identidade nacional.

Exemplos; Monarquia Lusitana de Fr. Bernardo de Brito; 1597, 1631, 1632; as obras de Duarte Nunes de Leão – 1600, 1608, 1610; Tomé Pinheiro da Veiga – 1605.; 1597 André de Resende De Antiuitatibus Lusitania; 1591 Dos Santos de Portugal de Tomas Lino da Assunção; Paralelos de Príncipes e Varões ilustres da Nação Portuguesa de Francisco Soares Toscanos 1621; Várias Antiguidades de Portugal de Gaspar Estaço 1625 entre outros.

A Fronteira

Quando passa a existir a noção de reino, isso, implica necessariamente, a noção de fronteira. Quando foi forte o poder da vassalagem senhorial sobre o campesinato a noção de fronteira, o poder sobre o espaço que habitavam era mutável e imprecisa que correspondia a uma zona de guerra ou deserta.

9 Mattoso., A identidade Nacional, págs. 16 e 17.

No século XIII com o aparecimento das comunidades/municipalistas autónomas, consideravam-se membros dessa comunidade. Será por todo o século XIII e fundamentalmente no final do século XIV que com as guerras com Leão e Castela a definição de fronteira a norte e com os infiéis a sul se começam a definir e a defender as fronteiras entretanto desenhadas a régua, esquadro e espada. E foi daqui que se partiu para a conquista do Império de além-mar.

“Nos finais do Séc. X e o primeiro quartel do Séc. XI ficaram marcados por uma conjuntura militarmente desfavorável para as forças cristãs, onde aos sucessos califais se aliaram uma série de ataques normandos que assolaram a costa atlântica. Esta situação contribuiu para acentuar o sentimento de insegurança entre as populações do Entre-Douro-e-Minho e, particularmente, do Douro Litoral. Em resposta, o processo de encastelamento incrementou-se ainda mais. Ao longo da primeira metade do séc. XI multiplicam-se, nos documentos, as referências a castelos com uma particular incidência precisamente nesta área mais meridional do Entre-Douro-e-Minho e do primeiro Condado Portucalense. Alguns cálculos mais recentes apontam para a existência de quase 300 castelos no Entre Douro-e-Minho”. (Barroca, 193). O que se passaria no Nordeste Transmontano? Neste caso entre o século XII e XIV. Como nos diz, [Marques p.9]. *“Não quer com isto dizer que, desde os finais do século XI e durante o século XII apesar das vicissitudes políticas conducentes à autonomia nacional e ao reconhecimento do título de rei a D. Afonso Henriques, pelo Papa Alexandre III, em 1179, o Norte de Portugal e a região Transmontana tenham estado ausentes das preocupações povoadoras dos nossos monarcas e de outros agentes povoadores, de que eles se socorreram (dizemos nós a exemplo o caso dos Bragançons), mas os séculos XIII e XIV viriam a ser decisivos na condução deste processo da autonomia Nacional”*.



Este quadro mostra-nos as três linhas de defesa da fronteira do nordeste transmontano, cerca de 250 km; a primeira linha defensiva a vermelho, a linha de defesa central a amarelo e a linha de defesa da rectaguarda a verde constituída por 22 unidades defensivas.

- 1 – Castelo de Bragança – Séc. XIII
- 2 – Rebordãos ou Castelo do Tourão (em ruínas) – 1208
- 3 – Vimioso, Fortificação, provavelmente antes da nacionalidade
- 4 – Castelo de Santulhão (Já desaparecido – Informação dos “Amigos dos Castelos”
- 5 – Castelo de Algosó século XII
- 6 – Castelo Miranda Douro – século XII
- 7 – Castelo de Picote
- 8 – Castelo de Bemposta – século XIII
- 9 – Castelo de Penas Róias – século XII
- 10 – Castelo Mogadouro – século XII
- 11 – Castelo de Castelo Branco – Século XIII
- 12 – Castelo de Freixo de Espada à Cinta – Século XII
- 13 – Vinhais – século XII
- 14 – Outeiro de Miranda – Século XIII
- 15 – Castelo de Milhão (já desaparecido – informação “amigos dos castelos”
- 16 – Castelo de Balsemão – Século XII/XIII
- 17 – Cerca muralhada Torre Moncorvo, D. Dinis 1295
- 18 – Alfândega da Fé (Já desaparecido, provavelmente final séc. XIII)
- 19 – Torre D. Chama – século XII
- 20 – Mirandela – século XIII
- 21 – Vila Flor – século XII/XIII?
- 22 – Vilarinho da Castanheira – provavelmente século XIII?

Temos que tomar em consideração que o nordeste transmontano era uma zona tampão tanto da parte norte com Vinhais e Bragança, na parte leste desde Rebordosa Freixo de Espada à Cinta, zonas de infiltração de Leão e Castela, como na parte do douro sul, contra investidas do Islão. Isto é, até ao final do século XII era quase 50% do território Nacional.



Portugal – linha de defesa e de fronteira do Douro e nordeste 1128-1213

A historiografia portuguesa, porventura, não tem dado o devida atenção e valor na criação de Portugal à zona Transmontana, isto é, ao Nordeste Português. Raro é aquele trabalhador da história que fixa a sua atenção a este pedaço tão importante do País na criação desta Nação.

Mas a criação da identidade Nacional tem outras vertentes, que temos que considerar mormente a vertente da atribuição de valor como a vertente política.

A comunidade que concorre para a existência da Identidade Nacional assume certos valores que considera os interesses colectivo superiores que pode até tornar-se um bem supremo, fazendo parte de um código de conduta que convida a todos os sacrifícios, mesmo o da vida, para garantir o bem comum. *“Estas noções tornam-se inerentes à ideia de Pátria, como valor fundamental, sagrado, indiscutível. Ao considerar eterna a noção de identidade nacional, a ideologia nacionalista tendeu também a considerar eterno o valor supremo que atribui à Pátria. – Ora a investigação histórica não permite confirmar tais teorias”*¹⁰.

A Política na construção da Identidade Nacional

A primeira manifestação de um valor atribuído aos portugueses por oposição aos “estrangeiros” aparece muito precocemente nos Annales Domni Alfonsi Portugalensium regis Anais de Afonso Henriques, redigidos em Santa Cruz de Coimbra por volta de 1184 ou 1185, no contexto da batalha de S. Mamede – Diz o autor que Afonso Henriques, quando certos homens indignos e estrangeiros cobiçavam o reino de Portugal com o consentimento da Rainha D. Teresa. Ao designar Portugal como reino o autor estava

¹⁰ Matoso., A identidade Nacional, págs. 29.

obviamente a projectar sobre o passado uma realidade que só se verificou depois de S. Mamede¹¹.

Encontramos já nos séculos XI e XII testemunhos de locução “pro pátria mori” (morrer pela pátria). O que significaria para um camponês Nordestino “Pátria”. Pátria era a sua aldeia, o pedaço de terra onde tinha nascido, vivido e iria morrer. Mas o controle do estado vai-se tornando cada vez maior materializando-se num chefe de Estado, num Rei.

Vai criando referências, como o emblema, o escudo das armas nacionais e a moeda que por regra ostenta a figura do Rei.

São estratégias que a autoridade régia vai perseguindo no sentido de dar visibilidade aos rituais de ostentação do seu poder pessoal que pretende transmitir a toda a população. O Rei, o Estado exige que os seus vassallos assumam uma expressão da sua própria identidade comum a identidade nacional¹². É pela obediência ao Estado, ao “Rei” que os portugueses se distinguem de todos os outros homens de outras nações. E por seguirem a bandeira da nação e do seu Rei que se distinguem dos seus inimigos, encontrando aí a proteção e segurança de todos os perigos.

E assim quanto mais duradora é a autonomia política e a continuidade do território, mais solida e aprofundada é a identidade nacional, mesmo quando as mudanças de regime faziam alterar a sua forma como aconteceu frequentemente com a bandeira nacional, as armas reais, todo o mais permaneceu sempre como elemento aglutinador.

Já relatamos atrás factos tanto culturais como políticos que serviram para cimentar na população a identidade Nacional. São nos momentos de grandes feitos e/ou exaltação nacional que mais se nota essa identidade. O significado nacional que produz o aparecimento de “Os Lusíadas” de Luís de Camões, mesmo sabendo que a taxa de analfabetismo do país seria porventura acima dos 90% os receptores, clérigos, nobreza e outros intelectuais da época produziram um enorme impacto no imaginário Nacional que atingiria uma audiência de maiores dimensões. Já outro facto político, exacerbaram o denodo da exaltação nacional, como o caso do Ultimatum britânico em que todos os partidos políticos se puseram de acordo, para não falar em outros acontecimentos mais recentes, como por exemplo toda o empenhamento de Portugal e dos portugueses na libertação, do jugo da Indonésia, da nossa ex-colónia, Timor.

Foi um longo caminho desde que Afonso Henriques se apoderou do poder do condado em 1128 até 12 de Julho de 1985 data da adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Será que em termos de Identidade nacional vamos no bom caminho? Uma coisa temos quase por certo, Portugal pode contar com o Nordeste Transmontano para dar continuidade a esta caminhada que já leva quase 900 anos. Todo este processo tem um ponto de partida político: a apropriação por um chefe/rei com uma autoridade própria

11 Matoso., A identidade Nacional, pág. 31.

12 Matoso., A identidade Nacional, págs. 100/103.

sobre um conjunto de homem; já o ponto de chegada estará nos domínios da política, da psicologia social e da sociologia.

A história constitui para a sociedade actual um dos fundamentos mais importantes da consciência da memória colectiva e, por conseguinte, de identidade nacional, mas como diria Sousa Santos citado por José Mattoso. Há sempre tendência para tomar como absoluto algo que é relativo. O que é ficção ou abstração.

Seguimos este artigo com um tema saboroso, mas, também, um aglutinador cultural de um povo:

À mesa, entre 1128 até ao final do século XIV

Por certo as diferenças do homem à mesa no século XII/XIV, seriam muitas, mas sobretudo no comportamento social, já que nas iguarias, havendo diferenças claro, mas talvez não tantas como nós poderíamos imaginar, sobretudo nos géneros alimentares apresentados à mesa, sendo que comer entre Douro e Minho ou no Nordeste Transmontano a diferença não seria muita.

Começamos pelas diferenças de género à mesa; Aos olhos dos costumes das sociedades ocidentais nos dias que hoje correm, devia parecer mal, às refeições haver separação entre homens e mulheres, já que das crianças, não temos notícias do seu posicionamento social ou melhor à mesa. A crónica de Afonso Henriques “crónica dos sete primeiros reis vol. I, 1952, cap. 26”, relata-nos que quando do casamento da filha com o Conde D. Raimundo que *“tomou el-rei e o Conde, e foi com ele para onde haviam de comer. E naquele dia comeu o Conde com El-Rei em sala, ele e todos os que com ele vinham e a Rainha e as Infantas com as suas donas e donzelas em outra sala.”* Por outro lado, Fernão Lopes na sua crónica de D. João I vol. I cap. 95; relata-nos o que se passou no casamento de D. João I, com a Rainha D. Filipa de Lencastre: *“enquanto o espaço de comer durou, faziam-se jogos à vista de todos, homens que o bem sabiam fazer, assim de mesas e salto real e outras coisas de sabor; as quais acabadas, alçaram-se todos (das mesas) e começaram de dançar, e as donas em seu bando cantando arredor com grande prazer.* Dá a entender que apesar de estarem em mesas separadas, já conviviam na mesma sala, homens e mulheres. Vejamos então a mesa.

Começamos pelo pão e pelo vinho, sem dúvida os itens mais importantes na alimentação da Baixa Idade Média transversal a todas as classes sociais, sobretudo as classes mais baixas.

Os géneros alimentícios existentes

Pão; de cevada normalmente utilizada na alimentação dos equinos embora se fizesse pão de milho, do milho já existente em 1258 dizia-se pão de “Borona” e também de centeio, embora houvesse pão de mistura de várias farinhas. O trigo era o cereal por excelência – vocábulos ligados ao pão: Moinho; Farinha; Peneira; Amassaria; Forno; Tabuleiro para o

pão; No regimento da casa Real de 1258 D. Afonso III, fala-se de (Padeiros e regueifeiros), duas regueifeiras, uma para ele e outra para a Rainha. Havia pão de diversos tamanhos, entre eles um pequenino chamado “Mondas”. O trovador Peres Vuitorom, do século XIII, gaba o pão que comeu na casa do rei. O Infante D. Pedro de Aragão quando esteve em Portugal no tempo de D. João I disse ter encontrado – Bom pão e bom capitão.

Saquitaria; Lugar onde se guardava o pão. Depósito de pão cozido, na casa real. Saquiteiro; Cargo de saquiteiro. Pessoa que estava encarregue de guardar a saquitaria.

Os portugueses do interior, sobretudo, Transmontanos, não precisavam de recorrer a fava, para a transformar em farinha e fazer o pão. Socorriam-se sobretudo a castanha e à falta da mesma ainda tinham o centeio e a bolota, que depois de torrada (para lhe retirar o tanino) e moída fazia-se o pão.

Pão-coito; Também se fabricava biscoito, de demorada conservação. Em 1384, foi levado para a frota, que no Porto se armava com fim de socorrer Lisboa. Muito biscoito havia em Coimbra e em Montemor-o-Velho. Em 1388 fala-se de uma casa em Lisboa – onde ora está o biscoito – Chancelaria de D. João I.

Vinho; O número de bebidas na Idade média era muito limitada, Café, Chá Chocolate, desconheciam-se, os líquidos ingeridos eram à base de água e vinho (Marques, p.16). O vinho que se produzia em grande quantidade era, já se vê, largamente consumido. O beber estava no hábito do rico e do pobre. São inúmeros os textos ou passagem deles que aludem ao vinho e ao seu consumo. – Andava D. João I em campanha militar pelos campos de Benavente chegou as horas de “conversa”. (Fernão Lopes Vol. II capítulo 101) – Vinho e fruta foram servidos. Havia vários tipos de vinho e dentro de cada um deles, o bom e o mau. (Arnaut afirma na p.28) *“o homem medieval português tinha em matéria de vinhos o seu gosto formado, segundo o inventário de 1366, a Ordem da Avis tinha em Lisboa uma adega em que havia vinte e sete tonéis com vinho, a saber; vinte e três com vinhos vermelhos e rosetes e quatro com brancos, o mesmo inventário diz-nos que no Alandroal a ordem tinha, dez talhas cheias de branco, e três com vinho rosete e oito talhas de vinho vermelho, destas oito, cinco eram de bom vinho e três de mau vinho, e o mestre da Ordem possuía uma talha de vinho – formigento –, termo que José Pedro Machado considera de significado obscuro, mas que nos parece ligado a formiga, vinho formigento vinho gasoso que faz formigueiro nos lábios”*. Sabemos por (Fernão Lopes, cap. I), *“que em 1383, os ingleses importavam vinhos de Portugal, “vinho bastardo” e vinho dos Algarves. Também o sentido de beber vinho se deve entender o “beber” da conhecida frase de Fernão Lopes acerca dos portugueses em Aljubarrota: – quando a alva do dia começou a crescer já el-rei tinha as suas batalhas ordenadas e estiveram toda a sesta por bem quente o sol armado até tarde, e os mais deles sem comer nem beber, por ser véspera da festa de Nossa Senhora da Assunção e ficou-lhe o sol com o pó e ventos nos rostos. O vinho dava força e alegria e não transmitia doenças”*. Já naquele tempo, em Portugal se fervia por vezes a água para beber. Bebia-se vinho às refeições e fora dela, e às vezes em excesso. O bêbado medieval, claro que existiu. O trovador medieval

Martim Soares, fala de “Tabernas” e este nome diz tudo. Mas chamar-se bêbado mesmo a quem fosse, era um insulto. Que o diga a pobre abadessa do convento de Évora que perdeu a vida segundo correu, por ter rotulado alguém de “bevedice” no motim que havia na cidade apoiando a elevação do Mestre de Avis a Regedor e Defensor do Reino. (Fernão Lopes, crónica D. João, Vol. I, cap. 45).

A inversão de beber dá-se, segundo Garcia de Resende a partir de metade do século XV. As mulheres, parece que passam a consumir mais vinho que os homens, até então o vinho era por excelência para os homens. Diz então Garcia de Resende:

As portuguesas honradas
Vimos por desonra a ver
No rosto e face poer
E trazer averdugadas,
E também vinho beber;
Por desonestas haviam
As que tais coisas faziam,
Depois foram tão usadas, que todas hão que as passadas
Nem sabiam, nem viviam.

(crónica D. João II Garcia de Resende, p. 369)

Não se conhece um único documento medieval português que fale de cerveja contrariamente aos costumes em tempo da romanização em que Plínio diz, que os Lusitanos consumiam cerveja (Plínio-o-Velho, p. 42). “Para beber, usavam-se copos, um tanto maiores e mais pesados do que os de hoje, os chamados vasos em linguagem medieval. “O que beber, com duas mãos tenha o vaso”, mandava a regra Alcobacense. Vasos ainda maiores denominavam-se grais e tagras.” (Marques, p.19)

O Peixe; Peixe era do mar e do rio; Utilizava-se fresco, seco, de conserva em sal e mesmo fumado. (1258) Nas contas da ucharia de D. Afonso III respeitante ao período de 16 outubro de 1257 e 10 de junho de 1270 se alude a grandes quantidades de peixe; 640 dúzias frescos e sete dúzias de peixotas (pescada) secas; 26 dúzias frescos e cinco dúzias de congros secos e 2658 talhos (tálhos) de baleia, nove peças de língua e 1656 lampreias secas. Quanto ao fumado; no Tejo em 1384 foram apresados certos navios que vinham da Galiza, neles foi achado pescado seco, de pescadas e congros e polvos e sardinhas de fumo e de pilha. (Fernão Lopes, crónica de D. João I, Vol. I, Cap. 12) Também em Portugal se produzia peixe fumado pelo menos sardinha como se colhe numa carta publicada por Virgínia Rau. O salmão já no século XIII era muito apreciado. Comia-se também marisco; No castelo de Germanelo, concelho de Penalva, distrito de Coimbra, fundado por D. Afonso Henriques, em 1142 e que teve curta utilização, foram encontradas muitas conchas de marisco. Outras espécies piscícolas, se dá conta; trutas, bogas, solho, irse? de marisco etc. Nos Costumes de Beja se fala de carga de ameijoas e de caranguejos e de todos os mariscos (Rau; p. 142-147).

A carne; De um modo geral o português medieval alimentava-se das mesmas carnes de que o português de hoje – Só não tinham Perú, em contrapartida dispunha de muitos porcos monteses, cervos, ursos e outros animais, hoje quase ou totalmente desaparecidos – Três passos das inquirições de 1258; “et si maetaverint porcum montes dabunt Maiordomo spatulam, et de corzo pernam, et cervo et capra quadrazil; et urso manus- et dant lumbum de toto venato et de urso manus.” Mais; bois, cabras, ovelhas, porcos. Aves as mais variadas, de criação; caça abundante. Uma refeição digna metia sempre carne. O trovador Peres Vuitorm século XII diz que comeu em casa do rei; capão, cabrito e lombo de vinho de alhos e de sal, tudo magnifico, acompanhado de pão e vinho de igual categoria. O regimento da casa real de 1258 e a Lei de 1261 a pragmática de 1340, dão bem ideia do papel relevante que a carne e o peixe tinham na alimentação medieval. D. João I, nunca dispensava a carne de vaca, sob três formas; desfeita, assada e cozida.

Os pobres por mingua não comiam carne ou comeriam pouca e padeciam mal. Nas festas de Évora por ocasião do casamento do infante D. Afonso filho de D. João II, Resende fala; Vacas; vitelas; carneiros; porcos; leitões; galinhas, Capões, patos, adéns (pato-real), pavões.

Os vegetais; A bibliografia que consultámos, muito pouca referência fazia ao consumo de vegetais, todavia encontramos em tempo Romano (época de ouro do consumo de vegetais); Guimarães.pp20 e 21 citando Plínio; fala-nos desses hábitos vegetarianos e a existência de O Trigo e Fava, rabanete, cebola, cenoura, nabos, brócolos, agriões, rábanos, espargos e sobretudo as couves que sustentavam os pobres. Num estudo efectuado por Tereso, 2009, aos restos paleobotânicos encontrados na Terronha de Pinhovelo, em Macedo de Cavaleiros, diz-nos entre as páginas 81-90; “*No Ambiente I, foram amostradas duas estruturas de combustão. Na U.E. [65] a espécie mais abundante é a Vicia faba var. minor. Entre os cereais, a cevada é a espécie mais abundante, seguida de T. spelta/dicocum. Os trigos nus, T.aestivum/durum e T. compactum são também frequentes. Panicum miliaceum é residual. É, pois, de crer que os hábitos do consumo de vegetais se tenham mantido até à fase cronológica em estudo e certamente pelos tempos subsequentes, até hoje.*

As especiarias; Eram produtos essenciais, tendo em vista a quase inexistência de condições de preservar saudavelmente os alimentos, havia que esconder os sabores dos produtos por vezes já em degradação. Assim, as especiarias autóctones eram fundamentais (ainda não tínhamos chegado aos descobrimentos). Na nossa Idade média, mesmo na Alta Idade Média, usava-se especiarias, se bem que o seu uso nessa época fosse muito mais limitado (por falta das mesmas) do que na Baixa Idade Média, ou após os descobrimentos.

A pimenta já chegava às nossas mesas nos séculos XII/XIII, importadas do norte de África e por vezes da Europa. No foral de Lisboa 1179, taxavam-se os direitos para a pimenta. Na feira de Guimarães criada em 1258, também se taxava a pimenta. Por decreto de D Afonso III em 1253 foi a pimenta fixada em 15 libras portuguesas. Ainda Virgínia Rau informa-nos que numa carta de 1269 fala-se da venda em Coimbra de Cominhos; pimenta e açafrão. Estas três espécies que se utilizam ainda hoje nas cozinhas transmontanas, como especiarias; o Açafrão, o Alecrim e a Segurelha.



Açafrão



Segurelha



Alecrim

Apanhados junto ao Santuário de S. Ambrósio em Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros

Nos Inventários e contas da Casa de D. Dinis período de 1278 a 1282 menciona-se três onças de cravos de girofle, três libras de canela, dois arráteis de gengibre, duas arrobas de pimenta. Em 1223? – 1279 entraram pelo porto da Atouguia “Rabaçus e outras espécies” – VR – À feira de Lamego criada em 1292 concorriam Mouros de Arevalo (Ávila) e de Granada, com especiarias – VR – Era um dos caminhos que abasteciam o reino de especiarias antes do trato da Índia?

Vamos à fruta; A fruta desempenhava um papel importante na dieta alimentar em Portugal. Havia, na Alta Idade média, uma grande variedade de árvores de fruta, praticamente todas a fruta que conhecemos hoje, somente a laranja doce chegaria mais tarde pela mão de Vasco da Gama. A fruta comia-se fresca ou seca. Uma das frutas mais consumidas era a castanha (Garcia Resende crónica João II cap. 46) que desempenharam em grande parte que viriam a ter as batatas já na Idade Moderna. João Gaia poeta português do século XIII ao convidar o Bispo de Viseu para jantar com ele um dos argumentos era dar-lhe figos temporãos maduros (Garcia de Resende crónica D. João II cap. 46).

Outros produtos: Leite, manteiga, queijo, atafebe, (soro de leite coalhado) ovos, legumes, hortaliças, azeite, vinagre, mel, açúcar. O rábano é de uso muito antigo. O açúcar é referido várias vezes nos inventários e Contas da Casa de D. Dinis – 1270/1282 – exemplo; Um pichel pequeno, verde do ultramar, cheio de açúcar razacence; oitenta e dois arráteis de açúcar rosado; cento e quinze, arráteis de açúcar de Alexandria. No começo do século XV cultivava-se açúcar no Algarve cana sacarina. No ano de 1403, Afonso Anes era o “Açucareiro” do rei D. João I (Fernão Lopes, crónica D. João I, Vol. I, cap. 12).

Horas das refeições; A pragmática de 1340 e a crónica de D. João I de Fernão Lopes dão-nos a informação sobre o horário das refeições. Fernão Lopes, Vol. I, cap. 65, Traz a indicação para as horas do jantar e da Ceia «dês meio-dia até sol-posto» e «dês horas de comer até noite», mas ainda tínhamos o almoço que seria a primeira refeição do dia ao amanhecer, logo de forma substancial.

Profissões da cozinha; em 1478, D. Afonso V estabelece os ordenados dos seus cozinheiros; cozinheiro-mor vestimenta, capuz de pano de Londres, mongi de grã roxa, calças de grã vermelha carapuça e gibão de veludo preto dobrado; Cozinheiros pequenos do confeiteiro, do braseiro que tem a cargo fazer o fogo, Vestimenta; capuz, pelote, calças de Bristol e gibão de chamalote; O “alinteiro” – de actividade talvez também ligado ao fogo – ; O porteiro da cozinha, vestimenta, capuz, pelote e calças de Londres e gibão de chamalote com meias mangas e colares de veludo preto. Outras actividades ligadas à cozinha; Os homens da ucharia; o galinheiro

Utensílios de cozinha; Relação das existências na cozinha da Ordem Militar de Avis no ano de 1366; Uma caldeira grande; um caldeiro grande; duas panelas de cobre velhas; e duas peelas de cobre “provavelmente sertã” ; duas colheres de ferro, uma furada e outra sã; três espetos de ferro, dois grandes e um pequeno; Um gadanho de ferro; Uma grelha de seis esteios e quatro pés; dois catores? pequenos; seis talhadores (base para cortar a carne e outros alimentos) são e dois britados; uma gameleta; uns caldejijs grandes de ferro e outro pequeno (Talvez caldeiros especializados pela forma?); uma seira de esparto; um gral e um malhadeiro (almofariz), dois cutelos de cozinha; Bacios grandes de cozinha espécie de pratos/travessas; fogareiros em ferro pequenos e velhos; Uma trempe de ferro; uma tijela de fogo de orelhas; um fole de fogo; duas escumadeiras de latão; duas tenazes de fogo; um assador de castanhas. Entre 1278 e 1282 (D. Dinis) nos inventários e contas da sua casa, fala-se; escudelas, talhadores, saleiros, colheres, pichéis, justas, copas, vasos, bacios, toalhas, mantéis (alguns eram axadrezados).

O garfo. No período em estudo não se usava o garfo. Damos conta da sua existência na antiguidade clássica, mas somente possuía dois dentes e servia somente para servir à mesa. O seu uso na europa começou timidamente no século XV nas capitais nortenhas, de Itália. A sua popularização dá-se somente a partir do século XVI em França, começando a sua introdução na corte Francesa de Catarina de Medici, século em que a sua utilização chega às cortes peninsulares. Até então, em Portugal, comia-se à mão e o modo de pegar nos alimentos a levar à boca indicava a classe social a que pertencia, um nobre pegava a comida com apenas três dedos polegar, indicador e dedo médio, mas mais elegante seria pegar no alimento com dois dedos, Polegar e indicado. A Igreja católica associava o garfo ao tridente que a imagem do diabo carrega consigo, daí ter proibido a utilização do garfo durante vários séculos. Era hábito em todas as classes sociais, rezar-se tanto no início como no fim de qualquer refeição, após se “dar água às mãos”.

Conclusão

Quem melhor definiria o carácter de um transmontano senão um transmontano, referimo-nos a Miguel Torga “comemorações do centenário do seu nascimento, pág 98 “; exprime assim as suas características: *“Á solta por estas brenhas, em perfeito equilíbrio de alma e corpo sinto-me na plenitude do ser normal, casado e harmonizado com o meio”*. E acrescenta, *Sou realmente monolítico, mas composto de vasas diversas, de escórias diversas, carregadas pelas circunstâncias e por elas conglomeradas. Vasas friáveis separadamente e que juntas, acabaram por endurecer à prova de picareta”*.

Para falarmos da identidade nacional obviamente necessitamos de pessoas, espaço geográfico e objectivos societários comuns. Falarmos do contributo que uma região, neste caso o nordeste transmontano, objetivando-nos no distrito de Bragança e, com o intuito, de atingirmos o que é hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros, que só foi alcandorado a categoria de Concelho em 1853 ou seja há 167 anos é de facto um exercício muito difícil. Para recuarmos no tempo sabendo que os censos com resultados mais fidedignos começaram a acontecer por volta do século XIX momento em que Macedo de Cavaleiros é concelho, e tendo disponível os dados das inquirições do século XIII e XIV a que se juntou o “rol de Besteiros” e, uns anos depois, o numeramento de 1527 um trabalho mais fidedigno se bem que com muitas fraquezas, onde se elencou somente as unidades administrativas. Como dissemos é muito difícil sem termos a tentação de entrarmos um pouco no imaginário e na especulação. Todavia, por portas e travessas, foi-nos possível catalogar somente no que é hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros 86 povoação coevas aos séculos XIII e XIV. Se reparamos a listagem de povoação existente no numeramento de 1527 só são referenciadas no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiro as localidades de Chacim 124 moradores; Cortiços 118 moradores; Sezulfe 37 moradores e Nozelos 112 moradores o que totaliza 391 moradores. Se considerássemos estes 391 moradores no espaço que é hoje o concelho de Macedo de Cavaleiros dividindo pelas 86 localidades catalogadas teríamos uma média de 4 habitantes por cada localidade o que é impossível de acreditar. Se atentarmos para o quadro dos “homens bons” que estiveram presentes e foram testemunhas nas inquirições 1258 e 1284 temos um total de 216 pessoas. Temos que admitir que estas pessoas eram casadas e que tinham filhos (provavelmente muitos), daí não acreditarmos nos números indicados para as localidades que hoje fazem parte do Concelho de Macedo de Cavaleiros serem somente 391 habitantes.

Assim como é pouco credível o número de 18.886 habitantes existentes à data do numeramento de 1527 para o distrito de Bragança.

Todavia a realidade entre os séculos XII/XIII e parte do século XIV esta região – O nordeste Português – não foi tão fustigada com pestes e maus anos agrícolas como os que os precederam. A provar isso temos que no ano de 1377 existe um pedido efectuado ao rei D. Fernando, de escusa do pagamento de impostos devido ao surto de peste no termo de Bragança, que teria dizimado “a sexta parte dos omees de cavalo e de pee”.

A situação demográfica de hoje no concelho de Macedo de Cavaleiros parece-nos muito idêntica à situação que se passou entre o Século XII e meados do Século XIV, ou seja, verifica-se uma curva descendente muito acentuada de população chegando-se aos números do censo de 2021 com 14.252, vindo a decrescer de forma dramática desde 1960 onde perdeu quase metade da população, mas aqui o fenómeno parece-nos diferente do que se passou entre os séculos XII e meados do século XIV onde porventura se verificou uma curva acentuadamente muito crescente e depois caiu dramaticamente por razões de ciclos de peste e maus anos agrícolas. Em resumo, pensamos que o número de habitantes no concelho de Macedo de Cavaleiros entre os séculos XII e meados do século XIV não andaria muito longe do número indicado no censo do Instituto Nacional de Estatísticas do ano de 2021, portanto, tínhamos gente para lutar pela sua identidade/ /independência.

Tendo em atenção a sua situação geográfica, o nordeste transmontano foi sem dúvida que, quem em primeiro lugar, deu o “peito às balas” para a defesa do condado portugalense e depois o reino de Portugal. Assim o dizem a cintura constituída por 22 castelos e sítios amuralhados existentes no distrito, assim como também a existência de “boas” vias de comunicação. O caso da Torre de D. Chama é paradigmático. A Torre de “Dona Châmoa Gomes” filha do Conde Gomes Nuno de Pombeiro que era casado com Elvira Pérez de Trava. D^a Châmoa Gomes era casada com Paio Soares, mas teve um filho bastardo de D. Afonso Henriques o Infante D. Fernando Afonso que foi Alferes-Mor do Reino. De referir que a “Torre da D. Chama” se situa no traçado da Via Romana XVII onde se encontra a única “ponte romana” da região que ligava Braga a Astorga. Em Lamalonga/Macedo de Cavaleiros tem duas variantes uma para as minas de Ervedosa para Norte e outra variante para Leste que passa a Macedo de Cavaleiros e segue depois o caminho para Miranda e em direcção a Zamora, onde D. Afonso Henriques se tornou Cavaleiro provavelmente no ano de 1125. É de lamentar o topónimo dado a região por terceiros “Trás-os-Montes” só por si é um topónimo que nos quer diminuir – é qualquer coisa que fica para lá dos montes – O que queremos provar é exactamente o contrário – Trás-os-Montes merece tanto ou mais respeito do que qualquer outra região do país, já que a esta região se deve uma grande quota de crédito para sermos, hoje, uma nação um país. Poucos levam em conta que Portugal nasceu e consolidou-se antes de avançar para Sul, na linha “fronteira” a norte do Douro. Quanto à língua, sempre se falou o português apesar de na região de Miranda existir o único dialecto reconhecido no País “o Mirandês”. Quanto à sua fronteira já antes do tratado de Alcanizes assinado em 12 de setembro de 1297 no reinado de D. Dinis, os Transmontanos souberam preservar as linhas de fronteira, caso contrário não se teria chegado a 1297 pelo contrário, tivemos ainda que libertar as terras de aliste para Castela/Leão, mantendo-se até hoje a linha de fronteira assinado pelo acordo de Alcanizes.

Sob o aspecto político de extrema importância para a construção da identidade Nacional, Trás-os-Montes teria recebido mais carinho e afectos nos reinados dos reis que reinaram entre e o início do século XIV quando se deu a extinção da Ordem dos Templários que, pensamos, nos dias de hoje. E foi esse apoio recebido pelo poder real que conduziu

sempre o povo Transmontano/Nordestino a um vínculo inquebrável da sua identidade Nacional até hoje, mesmo contra algum esquecimento por parte dos políticos nos últimos tempos.

Por fim, recordemos a importância vital que a linhagem dos Braganções teve para o desenvolvimento e segurança de todo o País, assim quando os da “Maia” consagraram-se aos Braganções pela via do casamento exaltaram-se com esse facto pois os Braganções pelo seu prestígio e pelas ligações régias que possuíam eram os precedentes na hierarquia estabelecida, aliada ao prestígio da origem régia, não se pode esquecer a importância política e estratégica dos Braganções em relação a Portugal pelo facto de controlarem uma vasta área fronteiriça com o reino de Leão e o reino de Castela. Lembremos que os “Maia” ou “Ribadouro” os “Sousa” os “Baião” e os “Braganções” eram as cinco famílias mais importante desde o início da nacionalidade. Os historiadores interrogam-se o porquê deste poder mormente entre meados do século XII e meados do Século XIII. Alguns autores pensão que a causa estará no facto dos Braganções não terem adoptado a estrutura linhagista e de terem mantido o sistema de partilha hereditária dos bens (Pizarro Vol. I, pág 226).

José Mattoso, citando Paulo Dórdio Gomes e Orlando Ribeiro retrata de forma exemplar e feliz as características do povo Transmontano, muito diferente em seu entender do povo de Entre-Douro-e-Minho. Recordemos; *Os Senhores de Bragança viviam nas mais rudes terras do País, bem diferentes das de Entre Douro-e-Minho, em zonas planálticas que atingiam altitudes acima dos 700 metros. Podemos imaginar as mais favorecidas de entre elas ao visitar, por exemplo, a aldeia de Caravela (Mirandela). Orlando Ribeiro encontrou aí, há uns trinta anos (data corrigida pela data da publicação; há mais de 55 anos) uma aldeia com casas feitas de enormes blocos de granito, semelhantes à de Nogueira da Montanha, sede de freguesia. O ilustre geografo fez notar que tais edifícios parecem ter sido construídos por uma comunidade com “uma organização social poderosa, uma “disciplina colectiva” especialmente “firme”, uma vida de relação muito intensa. Pode-se perguntar se não seriam antes uma comunidade que desenvolveram uma certa especialização tecnológica.*

Lembremos-nos que os Povos Entre-Douro-e-Minho e o povo Transmontano foram entre 1128 a batalha de S. Mamede e os finais do reinado de D. Afonso Henriques 1179 os limites fronteiriços de Portugal, portanto mais de cinquenta anos.

É sem dúvida a estirpe dos Braganções (não confundir com a linhagem da Casa de Bragança que só aparecerá em 1385 com D. João I) que durante este período e quiçá muito mais, lembremo-nos do papel desenvolvido pela Ordem dos Templários e momentos posteriores de guarda à fronteira norte e leste Transmontana, que foram o garante da existência de Portugal como reino, como Nação. Sendo que a figura central dos Braganções é sem dúvida, apesar do seu carácter “violento” e “belicoso”, tão necessário naqueles tempos, para moldar o povo transmontano com os predicados que Mattoso alude e que ainda hoje persistem.

“Ter quase nove séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição de identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação o mesmo Estado. Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desapareceram uns tantos outros. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido, mas realizando através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e valiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é, não durou porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu – a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário do portador duma doutrina e duma civilização”.

In; História de Portugal de António G. Matoso – A.O.S.

Bem hajam Transmontanos/Nordestinos.

Bibliografia consultada e utilizada

- **Albom, Marquis – D’Cartulaire Général de l’Orde du Temple**, 1119-1150, Paris, 1913.
- **Alemaný, Augustí** – Sources of the Alans, Brill, Leiden, Boston, Köln, 2000.
- **Alves, Francisco Manuel, Abade de Baçal** – Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII. Edição Câmara Municipal de Bragança, 2000, Bragança.
- **Alves, José Lopes** – A batalha de Ourique, 25 de Julho de 1139, Certezas e congeminções do pensamento acumulado até aos primórdios do século XXI, editora europress, 2008.
- **Amaral, Augusto Ferreira do** – Separata de Armas e Trofeus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, IX Série. Tomo XVIII, Parte I, 2016, Lisboa.
- **Amaral, Augusto Ferreira do** – Macedos subsídios Genealógicos, Cadernos Terras Quentes, nº 13, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2016.
- **Amaral, Augusto Ferreira do e Mendes Carlos A. Santos** – Duas visões convergentes sobre as origens de Martim Gonçalves de Macedo, Cadernos Terras Quentes, nº 13, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2016.
- **Amaral, Augusto Ferreira do** – Separata de Armas e Trofeus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, IX Série. Tomo XIX. parte II, 2017, Lisboa.
- **Amaral, Augusto Ferreira do** – A Nobreza portuguesa da primeira dinastia e a heráldica, Separata de Armas e Trofeus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, IX Série, Tomo XXII, 2020, Lisboa.
- **Arias, Jorge C.** – Identity and Interraction: The Suevi and the Hispano-Romans King Miro and St. Martin of Braga (1145) Austrian National Library De virtutibus quattuor (Federzeichnung Im co. 791, fol. 109v). Advised by: P.J.E. KershawSpring 2007University of Virginia.
- **Arnaut, Salvador Dias** – A arte de comer na Idade Média, Colares editora, Sintra, 2000.
- **Arnaut, Salvador Dias** – A crise nacional dos fins do século XIV – A sucessão de D. Fernando, Coimbra, 1960.
- **Artsruni, Thomas** – History of the House of Artsrunik, Detroit, Wayne State University Press, 1985.
- **Aviles, Don Joseph de** – Ciencia heroyca, redvcida a las leyes heráldicas del blason, Tomo II, Barcelona, 1725.
- **Azevedo, Luís Gonzaga de** – História de Portugal, Edições Biblion Vol. III, Lisboa, 1940.
- **Azevedo, Rui Pinto de** – Documentos Medievais Portugueses, documentos régios, Vol. I, Tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1958.
- **Bachrach, Bernard S.** – A History of the Alans in the West, from their first appearance in the sources of classical antiquity through the early middle ages, University of Minnesota Press, 1973.
- **Baêna, Sanches de; Romano, Augusto e Torres, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco** – Memórias histórico-genealógicas dos Duques Portuguezes, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1883.
- **Baêna, Miguel Sanches e Loução, Paulo Alexandre** (Coord) – Grandes enigmas da história de Portugal, Vol.1 – da pré-história ao século XV. Edições Esquilo, Lda, 2009, Lisboa.
- **Barbosa, Pedro Gomes** – A Fronteira na Idade Média. O caso de Trás-os-Montes, Notas para um estudo em preparação, Caderno Terras Quentes, nº 1, Associação Terras Quentes, 2004, Macedo de Cavaleiros. Pág. 109 a 127.
- **Barbosa, Pedro Gomes, e Mendes, Carlos Santos.** – De Macedo a Macedo dos Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, Edições CMMC/ATQ, Macedo de Cavaleiros, 2006.
- **Barroca, Mário Jorge** – O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no mosteiro d Castro de Avelãs, in revista da faculdade de Letras: História, Porto, Universidade do Porto, 1996.
- **Barroca. Mário Jorge** – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI), Portvgália, nova série, vol. XXV, sl e sd.
- **Barros, Gama** – História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XIV 3ª edição dirigida por Torcato de Sousa Soares, Tomo VII, s.d.
- **Bastos, A. De Magalhães, ed.** – Crónica de cinco reis, autor anónimo quatrocentista, Livraria Civilização, Porto, 1945.
- **Barton, Simon** – The aristocracy in twelfth-century León and Castille, Cambridge, 1997.

- **Barton, Simon** – Comes et Maiordomus Imperatoris, más apuntes sobre la vida del Conde Ponce Giraldo de Cabrera, in Anales de la Real Academia de Heráldica y genealogia, vol. III, Madrid, 1994-1995.
- **Beceiro Pita, Isabel** – Los poderes señoriales en los territorios fronteirizos al norte del Duero, siglo XIII inícios del XIV, in História, serie II. Vol. 5 nº, Madrid, 1990.
- **Bernardino, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves** – Sancius Secundo Rex Portugalensis, A Chancelaria de D. Sancho II, 1223-1248, Coimbra, 2003.dissertação de Mestrado.
- **Bishko, Charles Julian** – Spanish and Portuguese monastic History 600-1300, reimpressão, 1984.
- **Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) – Monarchia Lusitana, Terceira parte, de D. Henrique ao fim do reinado de D. Afonso Henriques, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1631, Lisboa.
- **Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) – Qvarta Parte Monarchia Lvsitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d'el-rei d. sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.
- **Brandão, Doutor Fr. Francisco**, (cronista mor de Portugal) – Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa
- **Brandão, Doutor Fr. Francisco**, (cronista mor de Portugal) – Quinta parte da Monarchia Lusitana; Últimos 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Ioam da Costa, 1672, Lisboa.
- **Barroca, Mário Jorge** – A Arquitectura Militar Portuguesa no Tempo de D. Afonso Henriques in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século português pp125 a 158 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- **Borges, José Cardoso** – Descrição topográfica da cidade de Bragança, manuscrito, B.N.L. Colecção Pombalina, nº 248 fls 84-85.
- **Binayan Carmona, Narciso** – Una princesa Armenia en Compostela en el siglo XI, su genealogía, in, Estudios Genealogicos, Heraldicos Y Nobiliarios en honor de Vicente de Cadenas y Vicent, com motivo del XXV aniversario de la revista Hidalguía, Madrid, 1978.
- **Canal Sanchez-Pagin, José María** – La Infanta Doña Elvira, in, Archivos Leoneses, ano XXXIII, Leon, 1979.
- **Canal Sanchez-Pagin, José María** – El conde leonés Don Fruela Díaz y su esposa, la navarra Doña Estefanía Sánchez, in principe de Viana, revista editada pelo governo de Navarra, ano 47, nº 177, Pamplona 1986.
- **Cardoso, Manuel José de Sousa** – Subsídios para a História da região de Macedo de Cavaleiros, Lampaças e Ledra, Edição do Autor, 1992, Macedo de Cavaleiros.
- **Cavero Domínguez, Gregório e Martín López, Encarnación** – Colección Documental de la Catedral de Astorga – 646/1126, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro s.d.
- **Casarego, Jesús Evaristo** – Crónicas de los Reinos de Asturias e León. Editorial Everest, 1985.
- **Coelho, Maria Helena da Cruz e Homem, Armando Luís de Carvalho** – Nova história de Portugal, Vol. III, Lisboa 1996.
- **Costa, Avelino de Jesus da** – Liber Fidei, Tomo II, Braga, 1978.
- **Costa, Avelino de Jesus da** – O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga, Universidade de Coimbra, 1959.
- **Costa, Avelino de Jesus da** – Constituições Diocesanas Portuguesas, I Braga.
- **Daveau, Suzanne e Galego Júlia** – O numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 9, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986.
- **David, Henriques e Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor** – Nobres Portugueses em Leão e Castela, século XIII, in revista de História, Vol. VII, Porto, 1986-1987.
- **David, Pierre** – Études historiques sur la Galice et le Portugal, Instituto Français au Portugal, Lisboa, 1947.
- **Deserto, Jorge e Marques, Susana da Hora** – Estrabão. Geografia, livro III, Introdução do grego e notas, Imprensa da Universidade de Coimbra, Pombalina University Press, 2021
- **Echevarría Arsuaga, Ana** – Almasor, un califa en la sombra, Silex Ediciones, Madrid, 2011.

- **Erdmann, Carl** – A adopção do título de rei D. Afonso Henriques, in congresso do Mundo Português, publicações, II vol. Lisboa, 1940.
- **Estepa Díez, Carlos** – El reinado de Alfonso VI, Madrid, 5.
- **Fernandes, A. Almeida** – Território e política portugalense séculos VI-XII, in O tripeiro, Porto 4ª edição, ano XII, e Guimarães, 24 de junho de 1128, in revista Guimarães, Vol. LXXXVIII, 1978.
- **Fernandes, A. Almeida** – Tarouca Monumenta Histórica, Livro de Doações de Tarouca, Braga, 1992.
- **Fernandes, A. Almeida** – Livro das doações de Tarouca ½, Braga, 1992.
- **Fernandez de Viana y Vieites, José Ignacio** – Colección Diplomática del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pantón, Lugo 1994.
- **Fernandez-Xesta y Vásquez, Ernesto** – Dos sellos del linaje de Cabrera en el siglo XIII, el sello fr doña Sancha, Vizcondesa de Cabrera y el selo de don Fernando Fernández, In actas del primer coloquio de sigilografia, Madrid, 1990.
- **Florez, Enrique** – España Sagrada, Guadarrama editorial Revista Agustiniana, Tomo XVI, Madrid, 2005.
- **Freire; A. Braamcamp** – Cartas de quitação d’el-rei Dom Manuel no arquivo histórico português, Vol. II Lisboa, 1904.
- **Freire Camaniel, José** – El monacato galego en Alta Edad Media, Fundación Pedro Barrie de la Maza, Coruña, 1998.
- **Gambra, Andrés** – Alfonso VI, Cancillería, Curia e Império; Centro de Estudios e Investigación, San Isidoro, vol. II, León, 1998.
- **Gayo, Felgueiras** – Nobiliários das famílias portuguesas, Edição Carvalho Bastos, Braga, 1989.
- **Gomes, Paulo Dordio** – O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro, in revista Arqueologia Medieval, nº 2 (1993), Porto.
- **Gonçalves, Iria** – Imagens do Mundo Medieval, Edições Livros Horizonte, Lisboa, 1988.
- **González, Julio** – Alfonso IX, Tomo II Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, 1944.
- **Gradíssimo, António Elias** – Macedo de Cavaleiros na Idade Média: A Região, as famílias e os homens (Século XIII a 1325), Cadernos Terras Quentes, nº 12, Associação Terras Quentes, 2015, Macedo de Cavaleiros, Pág 57 a 186.
- **Guimarães, Manuel** – À Mesa com a história, Colares edições, Sintra, 2001.
- **Herculano, Alexandre** – História de Portugal, Tomo I, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853.
- **Herculano, Alexandre** – História de Portugal, Tomo II, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1854.
- **Herculano, Alexandre** – História de Portugal, Tomo III, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858.
- **Herculano, Alexandre** – História de Portugal IV – Livro 1185-1211 Ulmeiro, Livraria e Distribuidora, 1983, Lisboa.
- **Huici Miranda, Ambrósio** – Las grandes batllas de la reconquista durante las invasiones africanas, Edição Fasimile, Granada, 2000.
- **Jiménez Suárez, Maria Jesús** – Colección Documental del monasterio de San Andrés de Espinareda 1043-1428, León, 2005.
- **Keats-Rohan, K.S.B.** – Billichildis, problèmes et possibilités d’une etude de l’onomastique et de la parenté de la France du nord-ouest; in Onomastique et parenté dans l’Occident medieval; ed K.S.B. Keats-Rohan et C. Settipani, Oxford, Prfospographica et Genealogica, 2000.
- **Ladero Quesada, Miguel Ángel** – Castilla y León in História de Es+aña Menéndez Pidal, Tomo IX, parte segunda, Madrid, 1998.
- **Le Colloc’h, Bernard** – Des Asiatiques en Hongrie, Khazars, Kabaars et Alains, Paris, L’Harmattan, 2013.
- **Lebedynsky, Iaroslav** – Sur les traces des Alains et Sarmates en Gaule, Paris, L’Harmattan, 2011.
- **Linage Conde, António** – Alfonso VI, el rey Hispano Europeo 1065-1109, Burgos, 1994.

- **Linage Conde, António** – Los origenes del monacato beneditino en la Peninsula Ibérica, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, León, 1973.
- **Lomax, Derek** – The reconquest of Spain, London and New York, 1978.
- **Lopes, Filipa, Silva, Maria João Oliveira e** – Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Vol. V, Diplomata et Chartae, Academia das Ciências de Lisboa, 2015.
- **López Ferreiro, António** – História de la Santa A.M. Eglise de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1900.
- **Lourenço, Eduardo** – O Labirinto da Saudade, 5ª edição, Dom Quixote Lisboa, 1992.
- **Lucas Álvarez, Manuel** – La documentación del tumbo A de la catedral de Santiago de Compostela, León, Centro de Estudios y Investigación San Isidoro, 1997.
- **Machado, José Carlos Soares** – Os Bragançons, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 2004.
- **Marques, Maria Alegria e Soveira, João** – A corte dos primeiros Reis de Portugal, Afonso Henriques, Sancho I e Afonso II, Gijon 2009.
- **Marques, A.H. de Oliveira** – O poder e o espaço, in Nova história de Portugal, Vol. III, Lisboa, 1996.
- **Marques, A.H. de Oliveira** – A Sociedade Medieval Portuguesa, Editora Sá da Costa, 4ª edição, Lisboa, 1981.
- **Marques, José** – Estruturação administrativa e social do Nordeste Transmontano, no período medieval. Alguns aspectos, Brigantia, Vol. XXIV nº 3 e 4 e XXV nº 1 e 2. Bragança, 2004-2005.
- **Matoso, António G.** – História de Portugal, Volumes I e II, Livraria Sá da Costa, Editora, Lisboa, 1939.
- **Mattoso, José** – Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o Mundo nas origens da Nacionalidade, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século português pp11 a 25 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- **Mattoso, José** – Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal – 1096-1325 – I-Oposição, 5ª edição, Editorial Estampa, 1995, Lisboa.
- **Mattoso, José** – A Identidade Nacional, Cadernos democráticos, 4ª edição, Fundação Mário Soares, Gradiva, Lisboa, 2008.
- **Mattoso, José** – Naquele Tempo, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2009.
- **Mattoso, José** – Portugal Medieval, novas interpretações, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1984.
- **Mattoso, José** – D. Afonso Henriques, Círculo dos Leitores, Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, 2ª edição, Lisboa, 2011.
- **Mattoso, José** – Ricos-homens Infanções e Cavaleiros, Guimarães & Cª, editores, Lisboa, 1982.
- **Meireles, Frei António da Assunção** – Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa, index dos Documentos do Arquivo, publicadas por Alfredo Pimenta, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1942.
- **Mendes, Carlos Alberto Santos** – Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo, contributos para um programa integrado, Edições CMMC/ATQ, Minerva Transmontana, Vila Real, 2005.
- **Mendes, Carlos Alberto Santos** – Macedo de Cavaleiros, cultura património e Turismo, contributos para um programa integrado, edição Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, Macedo de Cavaleiros.
- **Mendes, Carlos Alberto Santos** – Carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2, pp 5 a 52 Associação Terras Quentes, 2005, Macedo de Cavaleiros.
- **Mendes, Carlos Alberto Santos** – Traçado da estrada romana [Via XVII, Braga-Astorga] existente no concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 3 –, Associação Terras Quentes, 2006, Macedo de Cavaleiros.
- **Mendes, Carlos Alberto Santos** – Retratos do quotidiano medieval no concelho de Macedo de Cavaleiros, De Nuno Martins de Chacim a Martins Gonçalves de Macedo in Caderno Terras Quentes, nº 7 –, Associação Terras Quentes, 2006, Macedo de Cavaleiros.
- **Mendes, Carlos Alberto Santos** – Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos, Cadernos Terras Quentes, nº 6, Edições CMMC/ATQ, Macedo de Cavaleiros, 2009.
- **Mendonça, Manuela** – Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal, Estudo de História Regional Portuguesa, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995.

- **Menendez Pidal, Ramon** – La España del Cid, 5ª edição, Madrid, 1956.
- **Menezes** – D. Luiz de (Conde da Ericeira); História de Portugal Restaurado, Tomo II, Lisboa, 1760.
- **Mestre Campi, Jesús e Sabaté Flocel** – Atlas de la Reconquista, Ediciones Península, Barcelona, 1986.
- **Mínguez, José Maria** – Alfonso VI, Hondarribia, editorial Nerea, 2000.
- **Miranda Calvo, José** – La reconquista de Toledo por Alfonso VI, Toledo, 1980.
- **Morais, Cristovão Alão de** – Pedatura lusitana (nobiliário de famílias de Portugal), Tomo II – Volume I, Livraria Fernando Machado, Porto, 1699.
- **Mourinho, António Maria** – Acção e influência dos Monges de S. Bernardo no Nordeste Transmontano séculos XII-XVI, partindo de Santa Maria de Moreruela, em Leão, In, Brigantia, vol. XXII, nºs 3e4 Bragança, 2002.
- **Narciso, Binayan Carmona** – Com o titulo; «Una Princesa Armenia en Compostela en el Siglo XI: su genealogia». Publicado pelo Instituto Salazar y Castro C.S.I.C.; Estudios Genealogicos Heraldicos y Nobiliarios en Honor de Vicente de Cadenas Y Vicente, com motivo del XXV aniversário de la Revista Hidalguia, Tomo I, Madrid 1978. Pág 130-131.
- **O’Callaghan, Joseph F** – Reconquest and crusade in medieval Spain, University of Pennsylvania, Press, Philadelphia, 2003.
- **Ognibene, Paolo Alani. I** – La riscoperta, il nome Alania mediovale, Mimesis, Milano Udine, 2012.
- **Oliveira, António Resende de** – Trobadores e xogares, contexto histórico, tradução para Galego, Edições Xerais de Galicia, Vigo, 1995.
- **Oliveira, Carlos Prada de** – O mosteiro beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região Bragançana, in Brigantia, vol. XI nºs 1 e 2, Bragança, 1991.
- **Oliveira, Ricardo Costa de** – Nós somos Alanos”: Documentos, Mitos e Concepções dos Alanos no Ocidente Ibérico. Textos Experimentais de Debates. Departamento de Sociologia. UFPR3 de julho de 2015.
- **Pedro Barrié de la Maza** – Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media, La Coruña, Fundación, 1981.
- **Pereira, Marcelino** – Um desconhecido tratado entre Sancho I de Portugal e Afonso IX de Leão, in Revista Portuguesa de História, Tomo XVII, II, Coimbra, 1977.
- **Peres, Damião** – Como nasceu Portugal, Vertente, 1992, Porto.
- **Perez de Urbel, Justo** – História Silense, Madrid, 1959.
- **Peres de Urbel, Justo** – Los primeros siglos de la Reconquista años 711-1038, in história de España Menéndez Pidal, 6ª edição (dir. José Maria Jover Zampra) Espasa Calpe, Tomo VI, Madrid, 1992.
- **Perez de Urbel, Justo** – Samiro, Su Cronica y la Monarquia Leonesa en el siglo X, Estudios Medievales, Madrid, 1952.
- **Pimenta, Alfredo** – Notas de diplomática, Lisboa, 1939.
- **Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor** – O Regime Senhorial na Fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Riba Côa. (Séculos XI a XIII) Revista Hispânia (Revista espanhola de História) 2007 vol. LXVII, número 227, Porto, 2007.
- **Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor** – Linhagens Medievais Portuguesas – Volume 1 e 2, Universidade Moderna, 1997, Lisboa.
- **Pizarro, Sottomayor e Fernandes, A. De Almeida** – Livro das doações de Tarouca ½ Braga, 1992.
- **Portela Silva, Ermelindo** – Garcia II de Galicia. El Rey y el reino 1065-1090, Burgos, 2001.
- **Portugaliae Monumenta Histórica** – Livro de Linhagem de Deão, nova série, Vol. I.
- **Prado de Guevara y Valdés, Eduardo** – Los Señores de Galicia, La Coruña, 2000.
- **Prieto, Augusto** – Samiro, Alon y Arnaldo, três obispos de Astorga, cronistas del reino de León, in León Medieval. Doce Estudios, León, Colégio Universitario de León, 1978.
- **Quintana Prieto, Augusto** – Jimena Muñiz, madre de Doña Teresa de Portugal, In, Revista Portuguesa de História, Universidade de Coimbra, Tomo XII, Coimbra, 1969.
- **Quintana Prieto, Augusto** – Lá Infanta Doña Elvira, hija de Alfonso VI y Jimena Muñiz, In, Temas Bercianos, Tomo III, Ponferrada, 1984.

- **Quintana Prieto, Augusto** – Un brigantino en Astorga, Fernado Fernandez de Braganza, *in* Brigantia, vol. IV, Bragança 1984.
- **Rades Y Andrada, frei Francisco de** – Crónica de las três Ordenes y cavallerias de Santiago, Calatrava y Alcantara, Toledo, 1572.
- **Rau, Virgínia** – Estudos de História Medieval, Editorial Presença, Coleção textos universitários. Lisboa, 1985.
- **Reuter, Abiah Elisabeth** – Chancelarias medievais portuguesas, Vol. I, Coimbra, 1938.
- **Reilly, Bernard F.** – El reino de León y Castilla bajo el rey Alfonso VI, 1065-1109 tradução espanhola, Salamanca, 1989.
- **Reilly, Bernard F.** – The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1998.
- **Ribeiro, João Pedro** – Dissertações Chronologicas e Críticas, Tomo I, Lisboa, 1860-
- **Ribeiro, Orlando** – Introduções Geográficas à História de Portugal, Imprensa Nacional, Lisboa, 1997.
- **Rocha, Ana Rita** – A corte de D. Sancho II, 1223-1248, in Revista Portuguesa de História, Tomo XLIV, 2013.
- **Rodríguez Gonzáles, Angel** – El Tumbo del Monasterio de San Mafrtin de C astañeda, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, León, 1973.
- **Rodriguez López, Pedro** – Episcologio Asturciense, Tomo II, Astorga, 1907.
- **Ruiz Albi, Irene** – La Reina Doña Urraca 1109-1126, Cancillería y colección Diplomática, León, Centro de estudos e investigación San Isidoro, 2003.
- **Ruiz Asencio, José Manuel** – Colección Documental del Archivo de la Catedral de León, 775-1230, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, Vol. IV, León, 1990.
- **Russo; Rute Isabel Rodrigues** – Os Bárbaros: a diferença em Orósio e Hidácio de Chaves. Atas dos encontros da primavera, Vol. III 2017.
- **Sá Bravo, Hipólito de** – El monacato en Galicia, La Coruña, 1994.
- **Salazar y Acha, Jaime de** – Manual de genealogia Española, Madrid, 2006.
- **Salazar y Acha, Jaime de** – Política matrimonial de Alfonso VI de Castilla, in anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogia, Vol. II Madrid, 992-1993.
- **Sanchez-Albornoz, Claudio** – El Reino de Asturias, Oviedo, Tomo III, Institutio de estudos Asturianos, 1975.
- **Sanchez-Albornoz, Claudio** – La España Musulmana, 7ª edição, Espasa Calpe, Tomo I, Madrid, 1986.
- **Sanchez Alonso, B** – Crónica del obispo Don Palayo, Imprenta de los Sucesores de Hernado, Madrid, 1924.
- **São Payo, Luis de Mello Vaz de Marquês de** – A problemática de um brasão de armas (São Payo), *in* Armas e Trofeus, Instituto Português de Heráldica, II série, Tomo IX, Lisboa, 1968.
- **São Payo, Luis de Mello Vaz de Marquês de** – Apostilas à obra Linhagens Medievais Portuguesas, Associação Portuguesa de Genealogia, Lisboa, 2016.
- **Santana, Maria Olinda Rodrigues** – Documentação foraleira Dionisiana de Trás-os-Montes, Estudos e Ensaio UTAD, Ed. Colibri, Janeiro 2008, Lisboa.
- **Saraiva, José Hermano** – História de Portugal, 4ª edição, publicações Europa-América, Mem Martins, 1993.
- **Sénac, Philippe** – Ak-Mansur il flagelo dell’anno mile, trad. italiana, Salerno Editrice, Roma, 2011.
- **Soares, Delfim Bismarck** – A terra de Vouga nos séculos IX e XV Território e Nobreza, Aveiro, 2008.
- **Soares, Torcato de Sousa** – Um testemunho sobre a presúria do bispo Odoário de Lugo no território Bracaraense, in Revista Portuguesa de História Tomo I Universidade de Coimbra, Coimbra, 1941.
- **Senra Gabriel y Galán, José L.** – Mio Cid es de Bivar e nos de los Comnde de Carrion, Los Banu-Gómez de Carrion a la luz de sus epitáfios, in, Quintana, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, nº 5, 2006.
- **Sousa, Bernardo Vasconcelos e, e Pizarro, José Augusto Sotto Mayor** – A família – estruturas de parentesco e casamento, in (Dir. José Mattoso) História de vida privada em Portugal. A Idade Média, Lisboa, 2010.

- **Tereso, João Pedro** – Estudo paleobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovel Macedo de Cavaleiros) Caderno Terras Quentes nº 6, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.
- **Torres Sevilla e Quiñones de León, Margarita** – Linages nobiliarios de León Y Castilla, León, 1999.
- **Torga, Miguel** – Comemorações do centenário do nascimento. Ed. Ministério da Cultura, Vila Real, 2007.
- **Veiga, A. Botelho da Costa** – Investigação sobre combatentes d’Ourique, em documentos medievais, In separata da nação portuguesa, Série V, Tomo I, Lisboa, 1928.
- **Ventura, Leontina** – A nobreza – da guerra à corte – in Nova história de Portugal (Dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira arques) Vol. III, Lisboa, 1996.
- **Ventura, Leontina e Oliveira, António Resende de** Chancelaria de D. Afonso III, Livros II e III, Coimbra 2011.
- **Ventura, Leontina** – A nobreza de corte de Afonso III, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992.
- **Vicente, António Balcão** – Macedo de Cavaleiros, Da Terra de Lapaças ao Concelho; Os forais e a sua época. Editora Ancora, Novembro de 2004, Lisboa.
- **Xavier García, Francisco** – Descripción genealógica y história de la ilustre Casa de Sousa, Madrid, 1770.
- **Yáñez Neira, Damián** – El monasterio cisterciense de Ferreira de Pantón, Consellería Educación e Cultura, Lugo, 1985.

Outros

- Base de dados de arqueologia da Associação Terras Quentes.
- Base de dados de História da Associação Terras Quentes.

Sítios electrónicos

- **Geneall** – <https://geneall.net/pt/geneall-plus>
- **Alanos** – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)
- **Alanos**, genética – in, [https:// www.academia.edu/ 5889836/ Western_ European_ J1-M365 _ position_in_the_J1_haplogroup_Y_chromosome_phylogenetic_tree](https://www.academia.edu/5889836/Western_European_J1-M365_position_in_the_J1_haplogroup_Y_chromosome_phylogenetic_tree) FTDNA. J1-M365

τφ



A importância histórica e simbólica
da imaginária de São Miguel Arcanjo
pertencente à Igreja de S. Martinho de
Vilar do Monte/Castelãos, descoberta e
recuperada pela Associação de Defesa
do Património de Macedo de Cavaleiros
“Terras Quentes”

**A importância histórica e simbólica da imaginária de São Miguel Arcanjo
pertencente à Igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, descoberta e
recuperada pela Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros
“Terras Quentes”**

**The historical and symbolic importance of the imagery of São Miguel
(Arcchangel) belonging to the church of S. Martinho de Vilar do Monte,
discovered and recovered by the Association for the Defense of the Heritage of
Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”**

Carlos Alberto Santos Mendes*

Miguel Sanches de Baêna**

Manuel Sousa Cardoso***



Imaginária de vulto pleno de S. Miguel Arcanjo¹

* Mestre em História Regional e Local, Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador colaborador do Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa, Presidente da direcção e investigador da Associação Terras Quentes.

** Doutor em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador da Associação Terras Quentes, Perito em História militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo “Non, ou A Vã Gloria de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; *Braveheart* realizado por Mel Gibson, 1995, *Linhas de Wellington*, 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz.

*** Consultor e escritor, ex Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte e, 2011-2018; ex Vice-Presidente do IVV 2019-2021, Sócio fundador da Associação Terras Quentes.

1 Crédito da Foto de Manuel Cardoso, Tratamento da imagem de Carlos Mendes.

Esta escultura de São Miguel Arcanjo, que, estamos em crer, seja única do género no país, foi encontrada pelos nossos técnicos de História de Arte, equipa coordenada pelo nosso sócio de mérito Científico, Sr. Professor Doutor Vítor Veríssimo Serrão, aquando da realização do inventário ao património de arte sacra que a Associação Terras Quentes realizou entre 2004 e 2010 da Diocese de Bragança. Foi inventariante desta peça a equipa do Dr. Ricardo Naito que em 13 de Outubro de 2008 descobriu esta escultura, esquecida, e quase decapitada, na sacristia da igreja de São Martinho de Vilar do Monte e a catalogou dando-lhe o número 88 de inventário. Diz este historiador de Arte na sua primeira apreciação à peça: *“A figura, hierática, do Arcanjo calca o demónio com os pés e subjuga-o ao poder do Bem por intermédio do estandarte cruciforme que segura na mão direita cravando-o na boca da figura demoníaca. Na mão esquerda ostenta o escudo com a cruz de Calatrava em médio relevo. Por baixo do escudo pende a balança com dois pratos, cada um acolhendo curiosas almas em posição orantes. São Miguel é, ainda, portador de um par de asas de considerável tamanho trabalhadas por formas ovaladas recortadas”*.

Conjugando esforços financeiros e tendo em conta um protocolo estabelecido entre as comissões fabriqueiras das paróquias de Macedo de Cavaleiros, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a Associação Terras Quentes, entendeu-se, dado o valor da peça, que deveria ir para a oficina de restauro da Associação Terras Quentes para uma intervenção indispensável com o intuito de a salvar.

Assim aconteceu:

Estado em que encontrámos a escultura



Todavia e devido ao grande volume de trabalho da nossa oficina de conservação e restauro e aos procedimentos burocráticos necessários, a peça do São Miguel Arcanjo só daria entrada na oficina de restauro da nossa Associação a 18 de abril de 2010 tendo o trabalho de recuperação terminado em 4 de Maio. (Ver anexo 1)

Esta escultura de vulto esteve em exposição na pré-inauguração do museu municipal Martim Gonçalves de Macedo, na antiga escola do Toural em Macedo de Cavaleiros em 12 de Dezembro de 2015, tendo recolhido à Igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, dois anos mais tarde, regressando ao museu, por um período temporário, em 2021.

Os autores deste artigo procederam, entretanto, a uma releitura chegando a resultados extraordinários sobre o seu potencial, enquanto valor patrimonial Nacional. No entanto, carece em primeiro lugar lembrar, alguns motivos externos à escultura para a podermos enquadrar no cenário da sua aparição na Igreja de S. Martinho de Tours de Vilar do Monte. Começamos pela passagem e estadia de Santo Nuno Álvares, “Santo” Nuno Álvares Pereira por Macedo de Cavaleiros, mais concretamente pelo Vale que corre ao longo das aldeias de Castelãos e Vilar do Monte entre 16 de abril e 10 de maio de 1386, aquando do cerco à praça de Chaves.

Passagem de Nuno Álvares Pereira por Castelãos/Vilar do Monte em Abril/Maio 1386, após Aljubarrota:

Havia que conquistar o Reino, assim o diz Fernão Lopes: “Quoais Luguares ElRei ouve loguo dos que tinham voz por Castela... Na região Transmontana Bragamça, Vinhaaes, Chaves, Momnforte de Rio Livre, Momtallegre, o Mogadoiro, Miramdella, Alfamdega, Lamas dOrelham, Villa Reall de Panoyas. Cinquenta e quatro lugares em todo o reino que tinham dado voz por Castela (E posto que os rricos e poderosos, assi alcaides de castellos, come outros fidalgos tevessem voz por ElRei de Castella, os poboos porem todos em seus corações eram contra elle e comtra a Rainha”².

Pelos dados deixados por Fernão Lopes podemos refazer o que foi trajecto do exército real e de Nuno Álvares Pereira naquilo que podemos chamar “Campanha do Norte (Leiria/Coimbra/Guimarães/Porto/Chaves/Bragança/Almeida).

“Estando em Santarém, depois que teve postos em segurança os luguares da Estremadura que damte tinhaõ voz por Castela, dadas as cidades de Lisboa, Torres Vedras e Obidos – Ordenou de partir daquela Vila por cumprir sua Romaria que prometera amte que entrasse a Batalha.

– Tinha prometido ir a pé a Samta Maria dOliveira, que he na vila de Guimarães.

Chegando a Leiria, perdoou aos portugueses que contra ele tiveraõ voz e apoderou-se do Castelo que era desamparado dos castelãos. Partio de Leiria e chegou a Coimbra onde foi recebido honrradamente e dali foi para o Porto onde lhe foy feita tanta honra em sua chegada quanta se bem pode fazer, continuando o caminho cheegou a Guimarães, recebido por clérigos e frades e toda a gente, feita a sua oração e oferta deu muitas esmolas e tornou-se ao Por.No Porto sobe de novas certas, como Nuno Álvares, seu Comdestabre fizera per Castela – matara o Mestre de Samtiaguo na batalha que cõ ele houvera. Mamdoulhe o Comde pedir por merçe que lhe perdoase, porque asy entrara sem sua licença”³.

2 Crónica de D. João I por Fernão Lopes, Capítulo LX Quais os Luguares El Rey Ouve Logo que tinham voz por Castela, pág 159/160 edição da Livraria Civilização de 1990.

3 Crónica de D. João I por Fernão Lopes, Capítulo LXI, pág161/162 edição da Livraria Civilização de 1990.

Em 15/16 de janeiro 1386, assenta arraial em Chaves, donde pede auxílio ao Condestável. A duração do cerco foi longa, terminará somente em 30 de Abril 1386:

“El Rey mandou chamar o Comdestabre...Ho Comdestabre como vio o recado mandou loguo chamar suas gemtes e partio dAmtre Tejo e Odiana e foise ao Porto day o Comde partiu para Chaves e tomou caminho de Bragança; e em huma aldeã que chamão Castellaõs leixou suas gemtes e bandeira sob Governança e capitania de Martim Gonçalves do Carvalhal, seu tio, e elle foy afforado a Chaves não mais cô oitemta lanças”.

Após a entrega da praça, nesse dia 30 de abril, “ElReyfoy a vila e emtrou no castelo e ouvio missa e armou três cavaleiros da Ordem do Esprital e fez Eguas Coelho seu mestre sala, e deu a vila ao Condestadre. Diziaõ alguns que esto lhe dava Ell Rey por gualardão da batalha de Valverde que pouquo avia que vemçera. O Conde poos recado no lugar, deixado por alcaide Vasquo Machado, hum bom escudeiro, e partiose daly pêra suas gemtes que leixara em terra de Bragança (Castelãos)”⁴. Portanto o Condestável devia ter retornado a Castelãos no dia 3 de maio de 1386.

“...Ho comde naquela comarqua (Bragança/Castelãos) mamdou seu recado a Joam Afonso Pimemtell, que tinha Barguamça por ell rey de Castela, que falassem ambos a salva fe. (João Afonso Pimentel, casado com Joana Teles, irmã de Leonor e Tia de Beatriz).

E pasamdo o Comde per qçerquaa da vila veo lhe falar, João Afonso a hum lugar que ambos divisaram. Não se entenderam apesar das promessas do conde se lhe entregasse a praça. ...O Conde partiu daly e foy em romaria a Santa Maria do Azinhoso que lhe havia devoção”⁵.

O capítulo LXIX da crónica de D. João I por Fernão Lopes, relata-nos um facto pouco falado pela nossa historiografia, mas por certo a merecer grande atenção:

COMO HO COMDE LÃCOU FFORA DE SUA OSTE TOTALAS MOLHERES QUE OS SEUS TRAZIAM

“...E estando assim em terras de Bragança (Castelãos) mandou poer em obra huma cousa que muito havia que tinha em vomtade de fazer, vemdo que o contrairo era perigoso pêra homeis que em guerra avião de continuar, a qual foy esta: que porquoanto os de sua campanha tragião todos mançebas, também os [que erão] casados como os que não ho heraõ, Ordenou que nenhu deshy em diamte não trouxese mamçeba nem mulher comsygo, e se alguma fose mais achada no arraial que fose loguo açoutado pubricamente por elle”⁶.

4 Crónica de D. João I por Fernão Lopes, Capítulo LXI, pág163 edição da Livraria Civilização de 1990.

5 Crónica de D. João I por Fernão Lopes, Capítulos LXIV e LXV, pág165/170 edição da Livraria Civilização de 1990.

6 Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros Cadernos Terras Quentes, nº 6, pág 9, Carlos Mendes, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

E, assim, estando em terras de Bragança (Castelãos, Macedo de Cavaleiros) ordenou aos seus homens uma coisa que há muito tinha vontade de fazer, vendo que o contrário era perigoso para os homens que em guerra haviam de continuar e que foi o seguinte: Porque os seus homens traziam todas mancebas (meninas), tanto os casados como os solteiros. Ordenou que nenhum dos seus homens dali em diante trouxesse manceba ou mulher consigo, e se alguém fosse apanhado com companhia feminina no arraial seria logo açoitado publicamente por ele (Nuno Álvares Pereira).

“Deste mandato desprouge muito a todos que as trazião que não <<no>> ouve hy tal que ho sofrer cõ paçiemça, mas cada hum falamdo sobre esto ao Comde mostrava tamtas e tais razões porque lhe era neçessario trazela, que bem semelhava aos que presemtes herão nenhuma ser deitada fora da companhia.

Ho Comde como hera comprido de mamssa e bem aventurada razão cortezmente respndia a todos com muitas e boas palavras; Mas porque a fim de todas hera não querer que hy mais andassem não os podia apaçifficar”⁷.

Esta ordem desagradou muito a todos os seus homens que tinham companhia feminina que ouviram em silêncio e a sofrer com paciência,

*...” mas cada um foi falar ao Conde que mostrava tantas e tais razões porque lhe era necessário fazê-lo, que bem confrontava os presentes, mas que não as queriam que abandonassem o arraial. O Conde homem de cumprir palavra e pela bem-aventurada razão, respondia a todos com muitas e boas palavras. Mas a finalidade era que as mulheres abandonassem o arraial, não os podia pacificar. “E huns dizião que amtes saberyão perder sua merçe. **Uns diziam que tinham perdido a sua (Nuno Álvares Pereira) merçe.** Outros se desnaturavão delle (Comde) e que nunca mais o serviam. **Outros desligavam-se dele (Nuno Álvares Pereira) e que nunca mais o serviriam.** Outros davão com as armas em terra, dizemdo palavras e mostramdo geitos que seria lomgo de contar e escrever. **Outros atiraram com as armas ao chão, dizendo palavra e mostrando jeitos que seriam longos de contar e escrever.** Em tanto que o Comde dizia depois per vezes que amte quizera esperar hua batalha, posto que de muita gente ffose, que esperar de respõder e tamtas razões poderão não leixou elle de o poer em obra, emtemdemdoo por serviço de Deus e proll dos que eraõ em sua companhia. Emtaõ se partiraõ todas, que não ficou nenhuma, e eles foram convidados daly em diante de as mais trazer, nem foy que se dele partisse por tal azo”⁸.*

....Tanto assim foi que Nuno Álvares Pereira dizia por vezes que antes queria participar numa batalha – visto que muita gente contestara e tantas razões, não deixaram ele de apresentar, para justificar a medida tomada, por serviço a Deus e em prol das suas tropas. Mas partirão todas e os homens foram convidados para que dali em diante de não as trazer mais.

7 Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros Cadernos Terras Quentes, nº 6, pág 13, Carlos Mendes, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

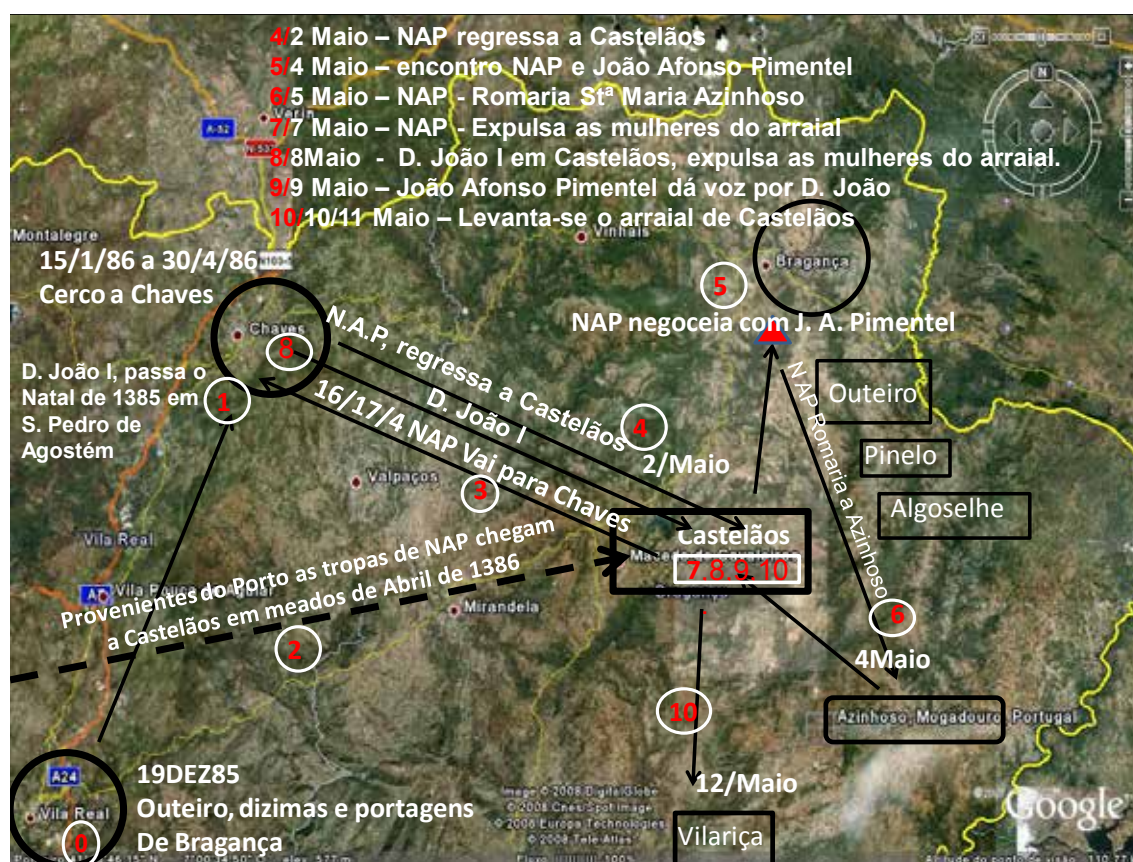
8 Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros Cadernos Terras Quentes, nº 6, pág 14, Carlos Mendes, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros.

“E como El Rey chegou de Chaves (a Castelãos), o Comde lhe dise aquilo que feito tinha e que o demovera ao fazer e que fose sua merçe de poer em tal defesa em seu arraial, ca doutra guisa não poderia elle bem manter aquela ordenança se em sua oste não foise asy guoardada.

Emtão ell Rey por defesa que nenhuma sua campanha não trouvesse molher comsyguo sob aquela pena que o Comde posera; e tãobem lhe fez o Comde que posese defesa sobre ho arreneguar e jogou dos dados, pois doutra maneira não poderia manter a ordem, se nas suas tropas (do D. João I) não fosse também seguida esta ordenação. Então o Rei D. João para defesa do Conde, ordenou às suas tropas também para não trazerem consigo mulheres, sob a pena que o Conde pusera. Dando assim total cobertura à determinação do Nuno Álvares Pereira.

E porem dizia ell Rey depois muitas vezes que todolos boôs costumes que em Portugal avia que o Comdestabre os posera todos; nem nos não lhe apropriamos cousa que de louvar seja que em ell mais perfeitamente não ouvese”⁹.

O Capítulo LXX, dá-nos conta da chegada das tropas de D. João I e de D. Nuno ao Vale da Vilarica a 12 de Maio de 1386, onde fazem alarde (bivaque militar – reunião de todas as tropas).



9 Crónica de D. João I, Alvarez, Antonio, tirada por ordem de D. Rodrigo da Cunha, edição de 1644, 2ª parte, capítulo 6, pág 176 a 179 localizada em K.K. Hofbibliothek Osterr.Nationalbibliothek.

10 Carlos Mendes, Caderno Terras Quentes nos 6, Associação Terras Quentes, pág. 6, Macedo de Cavaleiros, 2009.

Cronograma da Passagem de Nuno Álvares Pereira Por Castelões/Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros	
Data/Ano 1386	Eventos entre 15 de janeiro de 1386 e 10 de maio de 1386
15/jan. a 30/abril 1386	Cerco de Chaves. Nuno Álvares Pereira só chega a Chaves para ajudar o Rei D. João I em 16/17 de abril de 1386.
16 de abril	Proveniente do Porto, Nuno Álvares Pereira chega ao campo do Pereiro em Castelões/Vilar do Monte onde deixa parte do seu exército ficando a comandar o seu Tio Martim Gonçalves do Carvalhal.
17 de abril	Nuno Álvares Pereira encontra-se com D. João I no cerco ao castelo de Chaves.
2 de maio	Nuno Álvares Pereira regressa ao campo do Pereiro e junta-se ao resto da sua tropa.
4 de maio	está perto de Bragança a conferenciar com João Afonso Pimentel alcaide do Castelo de Bragança para este lhe entregar a praça. Este não lhe entregar a praça. Fá-lo-á mais tarde entregando a D. João I.
5 de maio	Nuno Álvares Pereira passa em romaria a Santa Maria de Azinhoso.
5 de maio	Nuno Álvares Pereira chega ao campo do Pereiro em Castelões/Vilar do Monte e expulsa todas as mulheres do seu arraial.
6 de maio	Chegada do Rei D. João ao arraial de Castelão e produz vários documentos na sua chancelaria.
8 de maio	Nuno Álvares Pereira obriga o rei D. João I a expulsar também todas as mulheres que estavam junto à sua tropa.
9 de maio	João Afonso Pimentel dá voz por D. João I
10 e 11 de maio	As tropas do Rei D. João I e de Nuno Álvares Pereiro levantam o arraial de Castelões/Vilar do Monte e vão a caminho do Vale de Vilariça.

Como já dissemos, Nuno Álvares Pereira, vindo de terras de Odiana, chamado pelo Rei em ajuda ao cerco da praça de Chaves, vai directo (via Porto) a Castelões, deixando aí o grosso das suas tropas com o comando deixado a seu tio, Martim Gonçalves de Carvalhal. Desconhece-se o dia preciso para a chegada a Castelões/Vilar do Monte das tropas de Nuno Álvares, mas por certo será por meados do mês de abril (entre 15 e 17) 1386. Acompanhado por 80 lanças Nuno Álvares parte para Chaves em socorro de D. João I. Justificação das datas¹¹:

Profusamente referido, o cerco a Chaves termina a 30 de abril. D. João I entrega a praça a Nuno Álvares que por sua vez nomeia por alcaide Vasco Machado, seu escudeiro. Nada se sabe o que se passou com o rei nos dias imediatos ao final do cerco a Chaves, (porventura teria ficado os três dias da costumeiros em Chaves) o que se sabe é que ir-se-á encontrar em Castelões, com as suas tropas, juntando-se aí a Nuno Álvares e as tropas deste.

11 Justificação das datas: Distâncias que serviram de calculo à exequibilidade das datas: partindo do cálculo de velocidade média da marcha em cavalgada, entre 11 e 12 km/h

Chaves – Castelões – 51km, em linha recta - +/- 5 horas

Castelões Bragança – 32km em linha recta - +/- 3 horas

Bragança – Azinhoso – 47km em linha recta +/- 4,5 horas

Azinhoso -Castelões – 29 km em linha recta - +/- 3 horas

A velocidade média da marcha em cavalgadas é entre 11 e 12 km/h. Todavia, nos concursos de marcha, esta velocidade tem chegado, em média, entre 15 e 16km/h. Este excesso de velocidade dificulta a avaliação da qualidade do diagrama, da dissociação, sendo a forma mais comum de mascarar andamentos excessivamente diagonalizados. Em velocidade normal, entre 11 a 12 km/h, o sincronismo perfeito, ou quase perfeito no deslocamento de bípodes diagonais seria facilmente evidenciado nos cavalos “velocistas”. Lúcio Sérgio de Andrade – Zootecnista, escritor, árbitro de equídeos marchadores: www.equicenterpublicações.Com.

Nuno Álvares Pereira regressa a Castelãos onde chegará a 1 ou 2 de maio. Entretanto, envia um emissário a Bragança, combinar um encontro com João Afonso Pimentel para negociar a entrega desta praça. Encontro que se realizará perto de Bragança, (em local não especificado por Fernão Lopes, nem por nenhuma documentação encontrada), a 4 de maio. Na melhor das hipóteses no dia 5 de Maio de 1386, um sábado, e após gorarem-se as negociações com João Afonso Pimentel, Nuno Álvares Pereira regressa, passando por Azinhoso em romaria a Santa Maria. Voltará a Castelãos, muito provavelmente a 6 de maio. Nesse mesmo dia ou dia seguinte, Nuno Álvares está com as suas tropas e dá-lhes a ordem de abandonar do arraial todas as mulheres, episódio, que atrás já nos referimos. Será no dia 8 de maio de 1386 o dia da chegada das Tropas de D. João I ao arraial de Castelãos, trazendo consigo, com grande probabilidade, o seu fiel Escudeiro/Cavaleiro Martim Gonçalves de Macedo, aliás como argumentamos fundamentadamente no livro de *Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo*.

É nesse dia, 8 de maio, que à chegada do rei, Nuno Álvares o põe ao corrente da sua decisão de expulsar todas as mulheres do arraial, solicitando-lhe solidariedade no acto, facto que D. João aceitou, expulsando também todas as mulheres que integravam a carriagem das suas tropas.

A 9 de Maio, D. João recebe a notícia da entrega da praça de Bragança, por parte do alcaide João Afonso Pimentel, conforme nos informa Fernão Lopes. Nesse mesmo dia é assinado o tratado de Windsor, sem a presença de D. João I.

Por fim, o levantamento do arraial de Castelãos verificar-se-á, entre 10 e 11 de maio, atendendo à data da chegada ao alarde de Vilariça que começa a 12 de maio.

Para nós, esta data não é muito segura, tendo em conta que, apesar de D. João I ter tomado conta do abandono da praça de Bragança, em Castelãos, no dia 9 de Maio, aparece-nos uma carta datada do dia 18 de Maio e emanada de Vilariça, escrita ao João Afonso Pimentel. Qual seria a razão dessa carta aparecer somente 9 dias após a entrega da praça, ou será que a estadia em Castelãos se prolongou por mais dias.

De todo o périplo da estadia em terras Macedenses, destacamos assim, o dia 8 de maio de 1386, como uma data a celebrar pelos Macedenses, já que nesse dia se reuniram em Castelãos as tropas de Nuno Álvares Pereira que já, lá se encontravam e D. João I com as suas tropas, onde se encontrava o escudeiro real, cavaleiro e Macedense Martim Gonçalves de Macedo.



Campo do Pereiro onde estiveram estacionadas as tropas dos exércitos de Nuno Álvares Pereira e do Rei D. João I em Casteloãos/Vilar do Monte¹²

Monumento mandado edificar pela Associação Terras Quentes e pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros no campo do Pereiro, Casteloãos/Vilar do Monte para lembrar a presença naquele local das tropas do Rei D. João I e do Condestável Nuno Alvares Pereira.



Monumento, visto na sua totalidade em comemoração à presença das tropas de D. João I e Nuno Alvares Pereira em Casteloãos/Vilar do Monte – Macedo de Cavaleiros¹³

12 Carta Militar de Portugal escala: 1:25.000 nº 78.

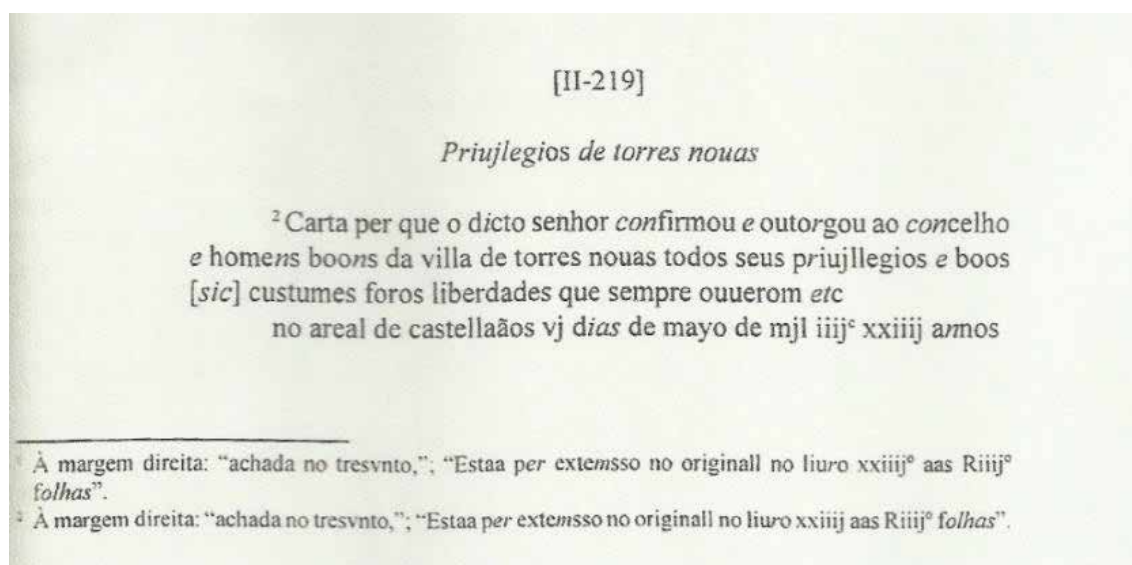
13 Créditos da foto e tratamento de imagem, Carlos Mendes.



Texto da placa do monumento comemorativo da presença das tropas do Rei D. João e do Condestável entre 16 de abril e 11 de maio de 1386¹⁴

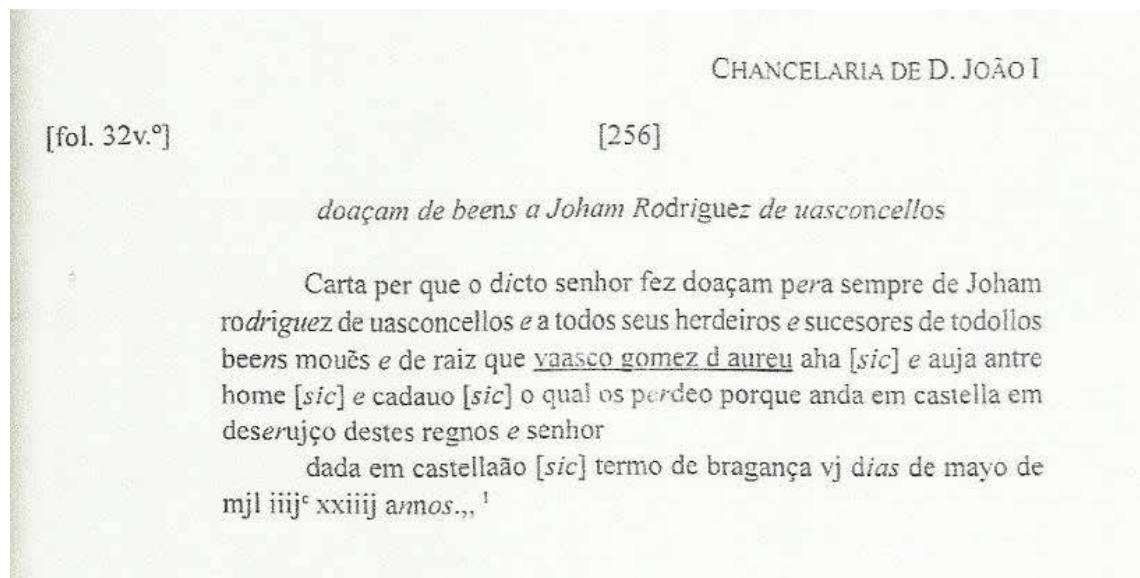
A Chancelaria de D. João esteve reunida em Castelãos e de lá foram produzidos os seguintes documentos:

Documentos emitidos pela Chancelaria de D. João I em 6 de maio de 1386, em Castelãos/ Vilar do Monte Macedo de Cavaleiros.

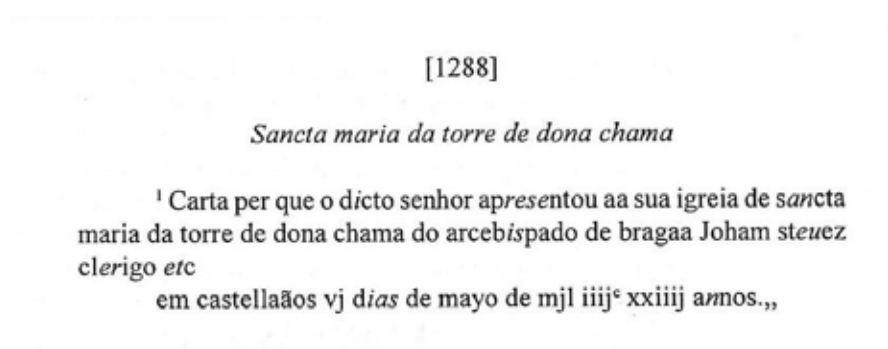


Retirada do livro das Chancelaria de D. João I, Volume I, Tomo I, pág 131.
Edição do Centro de Estudos Históricos, Universidade de Nova Lisboa, 2004

¹⁴ Créditos da foto e tratamento de imagem, Carlos Mendes.



Retirada do livro das Chancelaria de D. João I, Volume I, Tomo 3, pág 180.
Edição do Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2005



Retirada do livro das Chancelaria de D. João I, Volume II, Tomo I, pág 130.
Edição do Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2005



Placa comemorativa da data da santificação de São Nuno de Santa Maria em 26 de abril de 2009 colocada na base do monumento Nuno Álvares Pereira existente na Avenida Nuno Álvares Pereira em Macedo de Cavaleiros



Placa colocada na base da estátua em 26 de abril do ano de 2009. Texto da Associação Terras Quentes¹⁵

15 Créditos das fotos e tratamento de imagem, Carlos Mendes.

Mas, o que é que tudo isto, tem que ver com a escultura do São Miguel Arcanjo que encima este artigo?

Vamos tentar elucidar:

Para além de todos os apetrechos de defesa corporal (arnês) que a escultura nos mostra, e a que mais a frente iremos referir, o escudo mostra-nos um símbolo “heráldico” que facilmente se poderia identificar como o símbolo da Ordem de Calatrava, como o fez a equipa do Dr. Ricardo Naito na sua primeira apreciação à peça. Mas também poderia ser o símbolo da Ordem de Avis ou o símbolo de armas dos “Pereiras”. Esta era a nossa grande dúvida. Havia que esclarecê-la, terminar com o enigma, e pensamos que conseguimos!

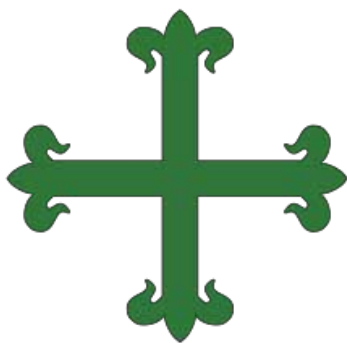


Escudo da escultura de vulto do São Miguel Arcanjo da igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, onde se notam, no centro da cruz, os riscos do vazamento central, indiciando ser a cruz das armas dos “Pereiras”¹⁶

16 Crédito da foto de Manuel Cardoso. Tratamento de Imagem Carlos Mendes.



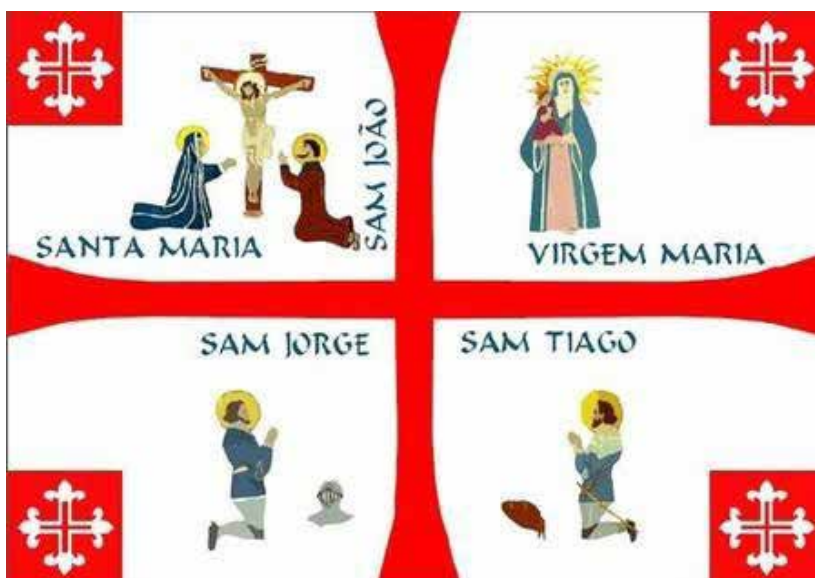
Ordem de calatrava¹⁷



Ordem de Avis¹⁸



Armas dos "Pereiras"¹⁹



Pela tradição, Bandeira de Nuno Álvares Pereira em Aljubarrota²⁰
Bandeira, que nos deixa algumas dúvidas

Mas vejamos o que nos diz Fernão Lopes na sua crónica de D. João I no capítulo XXXVII, pág 92:

*"E estes tinhaõ alta bandeira de São Jorge e outros balções de mestura; asy que [há] az da võguarda com suas alas era semeada de bandeiras e pendões como a cada huu prazia de ter, que **ahi não avia emtaõ rey darmas** nem outro arauto que ho a nimguem desdisese"*

Na mesma pág 92...

"Aly naõ avia cotas darmas per que o Comde nem outros fidalgos fosem conhecidos, caa imda estomçe não heraõ em uso, mas o Comde traziaa hua jaqueta de pano de lãa verde, toda borlada de roseiras, deshi cota e peito e

17 Cruz da Ordem de Calatrava; Ordem de Calatrava – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

18 Cruz da Ordem de Avis; Ordem de São Bento de Avis – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

19 Armas dos Pereiras – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

20 Bandeira utilizada por Nuno Álvares Pereira na Batalha de Aljubarrota; *in*, Nuno Álvares Pereira – Knoow. Com.

braçaees e arnês de pernas e guantes, segumdo de cote costumava e sempre espada <na> çinta e adagua, salvo quoamdo ouvia misa... e os que eraõ guoardas del Rey junto com ele e ysso mesmo os que aviaõ de guardar a bandeira.”

Por esta passagem de Fernão Lopes verificamos que à época ainda não existia “Heráldica regulamentada”, que no caso do Rei D. João I e do Condestável Nuno Álvares Pereira as suas tropas eram identificadas pelas suas bandeiras, como mostramos acima a bandeira de Nuno Álvares Pereira “presente na batalha de Aljubarrota”.

De facto, há historiadores que remetem para o século XII o nascimento da “heráldica regulamentada”, mas pelas palavras de Fernão Lopes compreende-se que ela tenha nascido entre a batalha de Aljubarrota e a data em que Fernão Lopes escreveu a crónica de D. João I, (1385/1443 – unicamente, 58 anos após a batalha), mas supomos que tivesse acontecido ainda dentro do reinado de D. João I. Quando Fernão Lopes afirma “**ahi não avia emtão rey darmas**”, quer dizer que no tempo de Fernão Lopes **já existia** essa figura do Rey darmas. “o rei de armas”, nomeado pelo Rei, que, detinha o poder de atribuir a configuração da heráldica a cada família, para que não houvesse repetições de simbologia.



“Comde traziaa hua jaqueta de pano de lã verde” – Modelo conjectural (foto da esquerda) existente no Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros, conforme informação de Fernão Lopes e relatório da análise ao loudel original de D. João I existente no museu de Guimarães e realizado por José Mendonça, Maria José Taxinha e Maria Emília Teixeira. Nos trabalhos de restauro ao Loudel original de D. João I (foto da direita) foram encontrados vestígios de cor verde, conforme relatava Fernão Lopes na sua crónica²¹

Como ainda hoje se pode verificar a olho nu, a escultura de São Miguel Arcanjo apresenta vestígios de policromia, portanto, originalmente seria pintada, todavia não apresenta

21 Trabalhos sobre o original do loudel de D. João I, in, O loudel do Rei D. João I, Secretaria do Estado da Cultura, 1ª edição, Lisboa, 1981, realizados por Dr. José Mendonça, Drª. Maria José Taxinha e Drª Maria Emília Teixeira.

nenhum vestígio de policromia na cruz, implantada no escudo, que nos pudesse ajudar a atribuir a propriedade da cruz de quatro braços iguais e flordelisada. Assim as diferenças entre os símbolos das três entidades Ordem de Calatrava (cor vermelha); Ordem de Avis (cor verde) e bandeira de Nuno Álvares Pereira, distinguiam-se somente pela cor.

Sendo que a característica das armas dos “Pereira” era branca e tinha um vazamento central a vermelho. Por isso, era difícil, senão impossível, não havendo policromia, deslindar-se o enigma, mas era fundamental esclarecer esse aspecto.

Se fosse atribuída à Ordem de Calatrava, quereríamos dizer que o lugar, (Castelãos/Vilar do Monte) provavelmente, tinha sido ocupado, à época, por forças de Castela, facto que ainda não detetámos na bibliografia disponível se bem que a praça de Bragança estava nas mãos de João Afonso Pimentel que tinha voz por Castela, todavia o grande poder Senhorial em Macedo de Cavaleiros e esta região, encontrava-se em terras de Lapaças, gozavam de certa independência, veja-se o exemplo de Martim Gonçalves de Macedo; do Senhor de Travanca, do Senhor de Bornes; do Senhor de Vale de Prados etc... Quanto a ser atribuída à Ordem de Avis ou às armas dos “Pereira” era bem mais pacífico. O que detetámos e já publicamos, foi que as tropas dos exércitos de D. João I e do Condestável Nuno Álvares Pereira estiveram estacionadas em Castelãos/Vilar do Monte como se provou de forma indubitável.

As cruces da Ordem de Calatrava, da Ordem de Avis e das Armas dos Pereiras são iguais diferindo somente nas cores que apresentam. Levantou-nos suspeitas o facto de existirem linhas na parte central do escudo, que indicadoras que o artista riscou as linhas de vazamento na parte central da cruz, como se pode verificar mesmo a olho nu, na fotografia, com o intuito de pintar a vermelho o vazamento central. Se assim é, sem dúvida que estamos perante a cruz das armas dos “Pereiras”.

Não existindo ainda a “heráldica regulamentada” como nos informa Fernão Lopes e havendo gente da mesma família, caso, por exemplo, dos irmãos de Nuno Álvares Pereira que estavam por Castela sendo que um deles era mestre da Ordem de Calatrava, (Pedro Álvares Pereira) e muitos exemplos de outras famílias. Assim, como se identificariam os contendores da batalha? Houve de facto uma maneira, sobre a qual nos debruçaremos em próximo artigo.

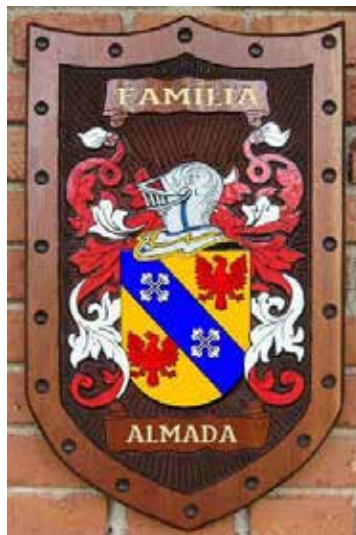
Atentemos, entretanto, à importância da heráldica, ou melhor dizendo, à “simbólica identitária” como existiu antes de Aljubarrota, ou posteriormente a esta batalha, a Heráldica “regulamentada”, para que servia?

Para além de ser um campo de expressão artística, é também um elemento do direito medieval, todavia a simbologia que lhe está subjacente é talvez o mais importante ele, era metafórica ajudava a transmitir o carácter destemido, o valor, a bravura, a qualidade, a capacidade de mobilizar pessoas, o culto do guerreiro. A heráldica tornou-se de tal forma importante que chegou de forma fulgurante aos nossos dias basta pensar nos clubes de futebol, o Sporting, o Benfica o Porto, divulgados pelo leão, pela

águia e pelo dragão, em que estes símbolos (expressos na sua bandeira) têm como objectivo transmitir as qualidades que atrás nos referimos aos seus adeptos aliás o leão, a águia e o dragão são a fauna mais utilizada nos brasões da Idade Média. Três exemplos:



“Os Silva, com o leão”²²



“Os Almada, com a águia”²³



“Os Vila-Nova, com o dragão”²⁴

Sobre o escudo que nos apresenta a escultura de São Miguel Arcanjo

Sobre este assunto, Fernão Lopes na crónica citada no capítulo XLI na página 102 refere: “**Ho Comdestabre** de Portugal **amdava em çima de um cavalo**, peramte a sua avomguarda e alas de huua parte pera há ouotra, **com huu escudo no braço**, da parte do imiguos **por reço dos virotões** quue dalgus loguares vinnhaõ e nnão soomennte cheguavã aly, mas deles pasavvaõ as azes e feriaõ na carriagem homeis e moços e bestas”²⁵.

Prova que o Condestável andava equipado com escudo de guerra, provavelmente semelhante ao escudo da imaginária, o que demonstra não só pelo escudo, mas também pelos pormenores do arnês, que o escultor conhecia bem o equipamento militar da sua época.

Trata-se de um escudo de tipo peninsular (o que está na escultura), português²⁶, e de guerra, pois apresenta-se curvo como se nota na parte cimeira. Em baixo, contrariamente ao escudo francês que acabava em bico pronunciado, este é ligeiramente arredondado, como o escudo peninsular.

22 Brasão da família Silva – entalhado em Madeira – Pica-pau Entalhes – Brasões de Família e Placas de madeira entalhada (picapauentalhes.com.br).

23 Brasão da família Almada – entalhado em Madeira – Pica-pau Entalhes – Brasões de Família e Placas de madeira entalhada (picapauentalhes.com.br).

24 Brasão da família Vila Nova – entalhado em Madeira – Pica-pau Entalhes – Brasões de Família e Placas de madeira entalhada (picapauentalhes.com.br).

25 Crónica D. João I de Fernão Lopes II volume, Porto, 1990.

26 www. Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)escudo espanhol, Ibérico, Português ou Flamengo.

Sobre os besantes, José Mattoso na sua obra “D. Afonso Henriques”, na pág 169²⁷ ensina-nos:

“Os chamados “besantes” pequenos círculos, que a tradição interpretou como dinheiros e que o conde D. Pedro considerou como alusivos aos 30 dinheiros que Judas recebeu por atrair Jesus – mas eram, prosaicamente, pregos ou saliências que reforçavam o escudo e, ao mesmo tempo ornamentavam pela disposição simétrica em torno de um ponto central, salientando-se os que formavam uma cruz”.

Acrescentam os autores. Os besantes eram tão somente as cabeças dos pregos que seguravam o “Guige” e os “enarmes” do escudo que permitiam ao cavaleiro segurá-lo e manuseá-lo, mas também cabeças de pregos ornamentais que seguravam a cruz. Em nosso entender, com a presença dos restantes buracos, o artista pretendia simular virotes espetados no escudo.

Explicando: Se não há dúvida que o escultor pretendia que os besantes centrais, que “seguram a cruz” seriam somente para decoração da mesma, sabendo-se da policromia original poderíamos confirmar totalmente esta tese. Por outro lado, todos os restantes buracos simbolizavam as cabeças dos pregos e querem demonstrar onde se situavam os pregos dos enarmes. As correias, destinadas a empunhar o escudo, eram divididas em dois grupos. O primeiro era constituído por uma longa tira de cabedal, cuja função era manter o escudo pendurado do lado esquerdo em torno do pescoço. A essa correia, os espanhóis davam o nome de *tira col* (tira de pescoço) e os ingleses de *guige*. Esta guige era feita de forma a poder ser ajustada através de uma fivela interior.

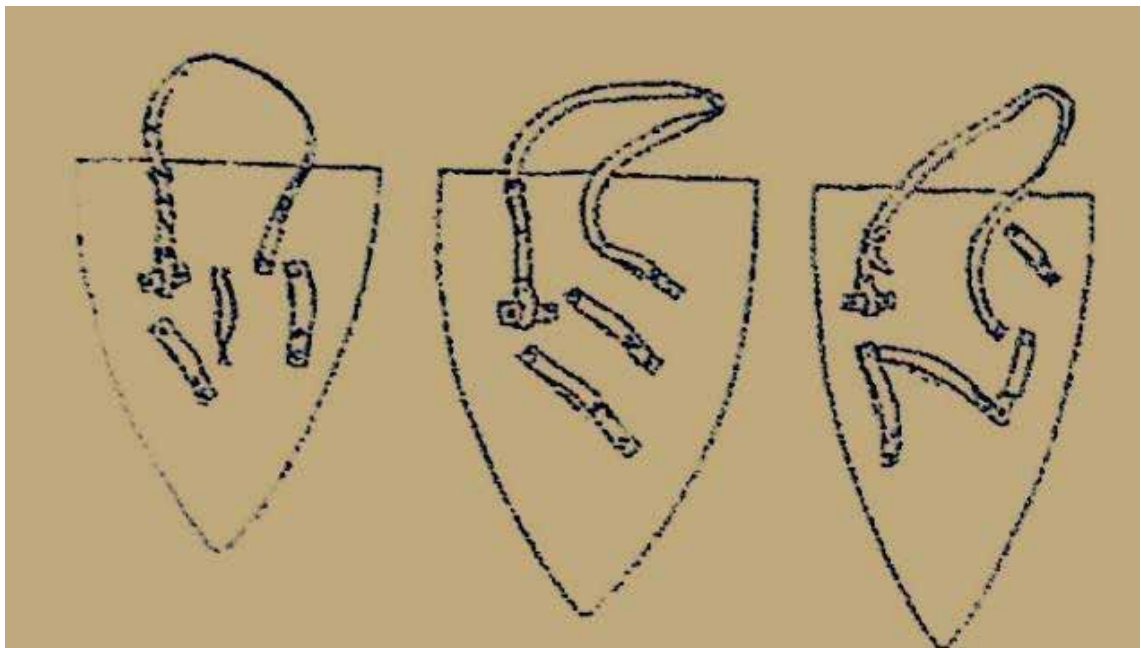
O segundo grupo de correias eram os enarmes. Essas correias pouco diferiam das usadas pelos Gregos, Celtas ou Lusitanos muitos séculos antes. Basicamente, os enarmes eram compostos por três correias: uma, à esquerda do escudo, outra, próxima da direita e outra, consideravelmente mais pequena, na ponta da direita. O antebraço passava através das duas primeiras – a primeira tira à esquerda fixava o braço perto do cotovelo e a outra o pulso. A terceira tira podia ser agarrada pelos dedos. No caso de o cavaleiro necessitar de empunhar as rédeas, largava esta terceira correia e o escudo continuava fixo ao nível do cotovelo e do pulso.

Existem ainda alguns escudos bem conservados, datados de entre 1190 e 1320, que nos mostram perfeitamente como eram feitos. Um dos mais completos está no Landsmuseum, em Zurique²⁸.

27 Mattoso, José, Reis de Portugal – D. Afonso Henriques, Edição Temas e Debates, Círculo dos leitores, 2ª edição Lisboa, 2011.
28 www. National Museum Zurich – National Museum Zurich (landesmuseum.ch).



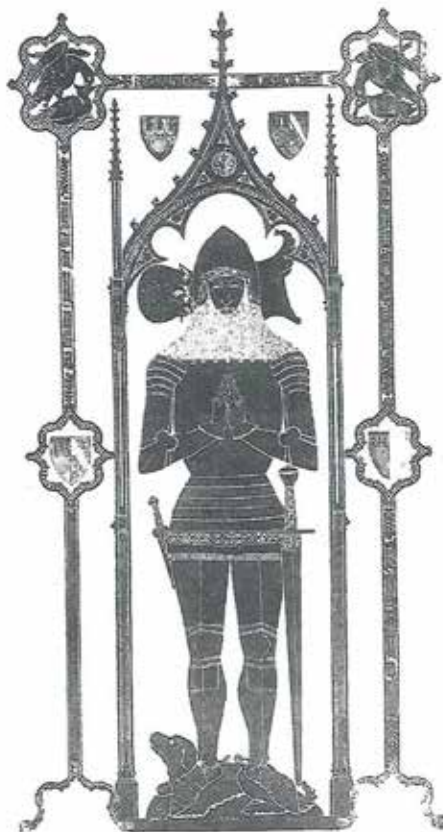
Escudo da escultura do Arcanjo São Miguel



Reconstituição das correias interiores (alguns modelos) dos escudos de meados e segunda metade do século XIII, investigação de Hemut Nickel (Der Mittlralter Reiterschield des Abendlands Phd Thesis, Universidade de Berlis, 1958) Baseado em exemplares existentes em Marburg²⁹

29 Nickel, Helmut, Der mittelalterliche Reiterschield des Abendlandes, Dissertation, Universidade de Berlis, Marburg pág 199.

Sobre o arnês que nos mostra a escultura do São Miguel Arcanjo



Estátua jacente de Sir Peter Courtney 1409³⁰

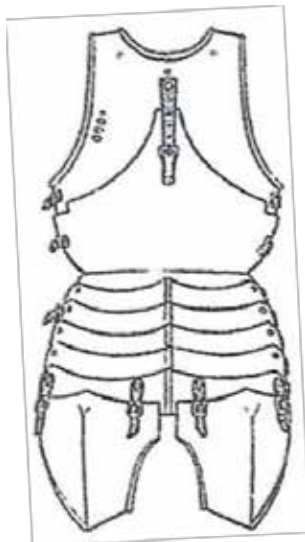
Repare-se no cingulum Militariae (cinto), que se usava. Descaiu e deixou de se usar a partir da primeira vintena do século XV. As escarcelas são iguais à escultura do São Miguel Arcanjo, de Vilar do Monte. Teria chegado a Portugal, feita em duas peças articuladas, provavelmente, apresentada por algum cavaleiro estrangeiro em Aljubarrota, mas só serão vulgarizadas mais tarde.



Modelo dos finais do século XIV

30 www.pinterest.nz/pin/392868767480171713/

Este modelo apresenta duas peças de protecção do peito, articuladas, com aba e unidas por presilhas. E apresenta escarcelas direitas, iguais às que estão na escultura do São Miguel Arcanjo e com quatro unidades.



Modelo c. 1415/1425, com rabo de peixe

Este modelo apresenta peito articulado, e escarcelas ondulantes, também com coxotes ou fraldões. Note-se que as peças de proteções do peito (panceira) são iguais às que o escultor colocou na peça do São Miguel Arcanjo, notando, inclusivamente as presilhas laterais.³¹



Presilha lateral³²

Este modelo de arnês era composto por peito articulado (panceira) em duas peças, escarcelas e coxotes. Repare-se que os coxotes estão suspensos – presos por presilhas, tiras de cabedal.

31 Desenhos retirados da Obra; European Armorie, Claud Blair, London, Bapsford, Ltd pág 219, 1958 de Miguel Baêna.

32 Créditos da foto, Manuel Cardoso Tratamento da imagem, Carlos Mendes.

Podiam ser usados ou não, sendo que a escultura do São Miguel Arcanjo de Vilar do Monte aparentemente não apresenta coxotes. Como se disse, o peito ou panceira era feito de duas peças, soltas, suspensas no topo por uma tira de cabedal que se viria a vulgarizar a partir do final do primeiro terço do século XV, contrariamente ao modelo mais utilizado no século XIV em que o peito (panceira) se apresentava com uma única peça.

Não há dúvida que o equipamento militar que o arcanjo São Miguel apresenta é um uniforme “pronto para combate”. Não apresenta espada à cinta nem o cingulum Militariae o que quer dizer que, não apresentando estes apetrechos, não indicia outra coisa senão “pronto para combate”. Qual seria a vontade da expressão do artista: pronto para combate “entre o bem e o mal”? ou pronto para combate entre os portugueses e os castelhanos? Não sabemos.

Assim, poderemos ter uma aproximação cronológica à peça, ou seja, século XV, já que as partes mais recentes das armaduras começam somente a ser utilizadas pelo segundo modelo a partir de 1415/1425.

Recorremo-nos novamente à crónica de Fernão Lopes e, ainda, à página 92 que no seu final diz-nos como os combatentes de Aljubarrota se apresentaram uniformizados, isto é, com armaduras (os cavaleiros): *“As armas defemsavees de todos eraõ bacinetes de camal deles, com caras e deles sem elas, e solhas e loudees e cota e fraldões e panceiras; e de ferir lamças e fachas de ferro e de chumbo e deles machados quem os podia aver...”*³³.

Escultura do Arcanjo São Miguel, vista numa perspectiva da História de Arte

Começamos com umas palavras proferidas pela professora Carla Alexandra Gonçalves numa palestra realizada no museu Machado de Castro em Coimbra em Junho de 2010, com o tema “Repercussões do Mestre Pero na escultura posterior de Coimbra”; *“uma escultura consubstancia, como qualquer outra obra de arte, um objecto estético intencional, e por isso preme de funções, consentindo em abrir-se numa dimensão discursiva com os seus públicos o estabelecimento de vínculos entre o consciente e o inconsciente humano, bem como entre o mundo terreno e o celestial.*

Assim a escultura constitui desde cedo na história das realizações artísticas uma forma de comunicação muito acessível, praticamente directa e muito inspiradora”. É assim que vemos esta obra de arte encontrada enterrada no logradouro da Igreja de São Martinho de Tours de Vilar do Monte em Macedo de Cavaleiros (informação “vox populi”), a restante história e o seu entrosamento parece-nos que está bem sustentado no que ficou dito anteriormente. Mas há que tentar saber quem foi o seu executor e o seu encomendante. Encontrar o encomendante, na maioria das vezes é mais difícil que o executor, mas não menos importante pois, permite-nos entender a conjuntura que suporta a peça, para melhor entendermos a expressão artística derramada na sua obra.

33 Crónica de D. João I por Fernão Lopes, Volume II Capítulo XXXVII, pág 93 edição da Livraria Civilização de 1990.

Neste caso uma apreciação às peculiaridades formais da peça remete-nos para a escola escultórica de Coimbra, começada pelo Mestre Pero, grande introdutor da escultura gótica em Portugal de forma plena – É uma oficina que é incentivada pela rainha Santa Isabel. Mestre Pero, que se pensa seja proveniente de Aragão e que esteve ativo em Coimbra a partir da primeira quinzena do século XIV. Mas, seguindo o raciocínio da atribuição cronológica da peça para meados do século XV, poderemos pensar pertencer à escola escultórica de Coimbra, não ao Mestre Pero por razões cronológicas e pela temática figurativa do nosso Arcanjo São Miguel daí termos que pensar nos seus seguidores. Para tal também temos que nos concentrar sobre obras com material de suporte igual e formalismo idênticos ou iguais. Ou seja, esculturas executadas em pedra de Ançã, uma **pedra calcária de cor clara, entre o amarelado e o branco-azulado, de textura oolítica, sem veios**, muito macia, originária da região de Ançã, no concelho de Cantanhede. E, assim, chegámos ao escultor João Afonso que, não só utilizava normalmente, como material de suporte das suas obras a pedra de Ançã, como também nos apresenta várias peças simbolizando o Arcanjo São Miguel, como, por exemplo das duas figuras expostas no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.



Imagens de João Afonso que estão no MNAA
ambas de meados séc. XV³⁴



S. Miguel Arcanjo de Vilar do
Monte

Sendo, todavia, a temática apresentada nestas duas esculturas de vulto são diferentes já que o arcanjo São Miguel de Macedo de Cavaleiros apresenta-se com uma indumentária militar, aspecto que não encontramos nos Arcanjos São Miguel de João Afonso ou de qualquer outro escultor da escola de Coimbra, ou das restantes escolas que poderiam ter existido no resto do País. Contudo, apresenta similitudes ou particularidades formais que nos permitem entrar em termos de comparação como, a maioria das imagens produzidas na oficina do Mestre João Afonso, seguindo a sua bibliografia no que se

34 Almeida, Carlos Alberto Ferreira de e Barroca, Mário Jorge, Editorial Presença, pág 177 e 245, Lisboa 2002.

refere às esculturas do Arcanjo São Miguel, que produziu, utilizarem sempre uma vara encimada com uma cruz que vai espetar na boca do diabo, nos vários modelos a posição da mão que segura a lança (vara com cruz) é muito semelhante, assim como as formas do rosto, transpirando a serenidade, a melancolia, isto é, as particularidades formais são aspectos cotejáveis do mesmo artista.

Curioso é o facto da imagem do São Miguel Arcanjo de Vilar do Monte se apresentar com equipamento de armadura completa e com escudo este facto obriga o artista a trocar o posicionamento do demónio com a cabeça do lado esquerdo para o lado direito, já que o escudo não lhe permitia colocar a posição do demónio com a cabeça colocada para o lado esquerdo, como era seu hábito, e como vemos nas duas esculturas de João Afonso que se encontram no Museu Nacional de Arte Antiga.

Seria interessante, mais tarde, encontrar-se o encomendador, para se entender a razão que levou o Mestre João Afonso a ter aceiteado esta encomenda. Assim esclarecia-se, porventura, o raciocínio de ter representado o São Miguel Arcanjo vestido com uma armadura completa e com um escudo que tem como símbolo as armas dos “Pereiras”. O local do achado, em si, não nos surpreende, pois, foi um sítio icónico para Nuno Álvares Pereira, (“campo do Pereiro”, um vale que corre frente as aldeias de Castelãos e Vilar do Monte, em Macedo de Cavaleiros) onde ele, para além de ter lá estacionado as suas tropas entre 6 de abril e de maio de 86, como já divulgamos, pelas palavras de Fernão Lopes, tem o gesto mais simbólico não só de grande comandante militar e exímio combatente, de sentido de responsabilidade, e com mostras de sensibilidade religiosa, quando expulsa do arraial de Castelãos todas as mulheres, dizendo “o Condestável” na sua crónica, que foi o acto mais difícil da sua vida de comandante e combatente. Da sua Crónica *“E naquele lugar (castellãos) mandou o conde estabre lançar fora todollas molheres que em sua hoste vinham, que nom ficou nenhua, que eram já tantas que nenhuu nom andava na guerra sem molher”*³⁵.

Acresce que esta escultura do Arcanjo São Miguel apresenta ainda resto de policromia bom seria que houvesse possibilidade de se efectuarem *“estudos laboratoriais com técnicas analíticas macro e microscopia com luz polarizada afim de revelar a estratigrafia das camadas pictóricas, assim como o enquadramento geo-histórico para fins de identificação das unidades geológicas de onde proveio, assim como a utilização de técnicas de micro-espectroscopia e fluorescência de raio X para identificação dos materiais de que são compostos os pigmentos. Também seria importante a caracterização colorimétrica e manipulação de imagens Hiper espectrais com o intuito de simulação do aspecto cromático da escultura do Arcanjo São Miguel de Vilar do Monte. Foram estes testes que o Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/CEAUCP e o Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra fizeram.*

35 Calado, Adelino de Almeida, Por ordem da Universidade de Coimbra, Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra, Acta Universitatis Coninbrigensis, pág 193, Coimbra, 1991.

Através destas análises conseguiram, pelas amostras recolhidas no tumulo da rainha Santa, saber que houve dois momentos marcantes de aplicação de policromia, sendo o último datado de 1782³⁶.

Sobre o local de achamento de escultura do São Miguel Arcanjo de Vilar do Monte

Como já informamos, esta escultura de vulto foi encontrada na sacristia, sobre o arcaz, junto à parede Este, do lado direito na Igreja de S. Martinho de Tours da paróquia de Vilar do Monte, por uma das equipas de historiadores de arte liderada pelo historiador de Arte Dr. Ricardo Naito que, entre 2004 e 2011 trabalharam na inventariação do espólio da Diocese Bragança-Miranda sob a responsabilidade da Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” e com a coordenação do Professor Doutor Vitor Serrão.



Igreja de S. Martinho de Tours de Vilar do Monte³⁷

37 Foto retirada da Base de dados de História de Arte da Associação Terras Quentes, tratamento imagem Mestre Carlos Mendes.

No documento nº55 retirado do manuscrito nº 7 da Biblioteca Nacional de Lisboa que diz respeito ao catálogo de todas as igrejas existentes no bispado de Bragança, “Catálogo de todas as comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321”, já consta a Igreja de S. Martinho de Vilar do Monte, que teria sido (como informa a notícia) taxada (à data) em 18 libras³⁸.

A Escultura de vulto inventariada do São Miguel Arcanjo, na igreja de S. Martinho de Vilar do Monte não foi a única peça a quem atribuímos a cronologia de meados do Século XV. Dá-se também conta no seu espólio de uma outra escultura de vulto, mas em suporte em madeira a qual se atribuí a mesma datação, século XV. Esse objecto de devoção a que nos referimos é uma Nossa Senhora com o Menino, única peça existente no concelho de Macedo de Cavaleiros pertencente a grupos escultóricos vindos da Flandres, zona de “Malines” ou de artistas Flamengos a trabalhar ocasionalmente em Portugal.



Nossa Senhora com o menino/Malines pertencente à Igreja de S. Martinho de Tours de Vilar do Monte³⁹

³⁸ Alves, Manuel; Memórias arqueológicas-Históricas do distrito de Bragança, Tomo IV pág 444 e 446.

³⁹ Foto e anotações retiradas da Base de dados de História de Arte da Associação Terras Quentes, tratamento imagem Mestre Carlos Mendes.

Concluindo

Desde o princípio deste século que estamos a viver momentos de mudança de mentalidades no respeitante ao património e não só no nosso país, problemas que refletem as alterações humanas no viver societário, em que não é alheia os avanços tecnológicos, género, etnicidade, transnacionalismo, etc. Hoje o património tornou-se mutável não se fica só pelo objecto e a sua história arqueológica, mas a realidade é uma categoria mental e aí entra a educação, o ensino, a cultura.

Vão longe (ou devia ir) os tempos em que os trabalhadores da história e/ou da arqueologia se abrigavam em nichos com objectivos políticos ou societários. Não devem estes agentes das humanidades preocupar-se somente com a honestidade intelectual e científica ou então não estarão a contribuir para a tal mudança de mentalidade que se falou.

O facto de termos atribuído esta peça, do arcanjo São Miguel, a uma putativa homenagem ao São Nuno de Santa Maria – Nuno Álvares Pereira, não foi, longe disso, fazer algum frete ou enaltecer a sua figura, tão estimada na história deste país já tivemos a oportunidade de escrever sobre a figura e a sua actuação na batalha de Aljubarrota fizemos uma análise aos dados históricos que imergem desta escultura. Assim, como interpretar a dualidade simbólica da escultura? Da luta do Bem contra o Mal, expressa nas almas que em posição orante estão nos pratos da balança? Será somente por questões de seguidismo das leituras cristãs ou será que o escultor queria que fizéssemos uma segunda leitura em que o Bem estaria a representar os Portugueses e o Mal os Castelhanos? Assim nos parece, pois se assim não fosse não fazia sentido apresentar a cruz atribuída aos “Pereiras” no escudo da imaginária.

Quando a peça nos chegou às mãos não foi possível detectar qualquer registo que nos proporcionasse a identificação da cruz flordelisada. Todavia, após a sua limpeza, e com alguma destreza visual, agora, nos apercebemos das guias centrais a fazer o encaminhamento das linhas do vazamento da parte central da cruz. Essa iniciativa foi do escultor para o ajudar a pintar o vazamento central. Assim, a cruz flordelisada com vazamento central pertence por certo às armas dos “Pereiras”.



Vazamento central do escudo dos pereiras seguindo as guias marcadas pelo escultor⁴⁰

Sendo uma peça do século XV, também nos ajuda a chegar a esta conclusão: o facto da armadura (arnês) com que o escultor vestiu a imagem, se bem que tenha partes do modelo do final do século XIV, mas, tem sobretudo atributos do modelo recente 1415/1425, ou seja, a protecção do peito (panceira) é do modelo que aparece só depois 1415. Logo, como é óbvio, não podíamos conferir a cronologia aos finais do século XIV. Quanto ao artista que fabricou a peça, atribuímo-la à escola de Coimbra e ao escultor João Afonso, sendo que este esteve activo entre 1439 e 1469, período entre o qual podemos datar a peça. Contudo, apesar de subsistirem algumas dúvidas, sem quaisquer hesitações atribuímos esta escultura, com leitura dual à figura de Nuno Álvares Pereira – será o registo mais antigo existente que se pode atribuir a esta figura histórica.

Fica-nos a dúvida na cruz que a figura tem encostada à cabeça – se se trata do prolongamento da lança que o São Miguel Arcanjo tem espetada na boca do demónio, ou não, já que a inclinação entre a cruz e o cabo da lança não está na vertical. Poderia ter acontecido que nas operações de restauro a cabeça tivesse ficado ligeiramente inclinada e assim distorcesse o alinhamento. Caso a cruz não tenha que ver com o alinhamento da lança, teríamos aqui uma expressão de santidade, o que se veio a verificar 624 anos mais tarde.

40 Créditos da foto de Manuel Cardoso, Tratamento de Imagem e composição Carlos Mendes.

Anexo⁴¹

Para memória futura, transcrevemos parte do relatório da intervenção de conservação e restauro da peça que ocorreu na oficina de Conservação e restauro da Associação Terras Quentes sobre a peça de São Miguel Arcanjo que pertence à paróquia de S. Martinho de Tours de Vilar do Monte.

Título/ Tema:	São Miguel Arcanjo
Autor/ Atribuição:	Desconhecido
Material/ Técnica:	Escultura em pedra
Data/ Escola:	Séc. XIV (meados)
Dimensões:	72(altura)x 28(largura)x 22(profundidade) cm
Assinatura/ Marcas:	Inexistentes
Peso:	21,5 kg
Componentes da peça/	1
n.º:	
Proveniência:	Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros
Proprietário:	Igreja de São Martinho
Início do tratamento:	19 de abril de 2010
Fim do tratamento:	4 de maio de 2010
Execução técnica:	Frederico Oliveira Matos – Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Conservador/Restaurador A. Terras Quentes.
Responsável:	Frederico Oliveira Matos
Data do Relatório:	18 de maio de 2010

1.1. Critérios da Intervenção:

Relativamente aos critérios da intervenção, estes encontram-se estreitamente ligados a um código ético estabelecido pela ECCO (Confederação Europeia das Organizações de Conservadores-Restauradores), cujo objectivo primeiro é estabelecer os limites adequados numa intervenção. É neste sentido que todas as actuações de um restaurador deverão ser regidas por uma metodologia de investigação e conhecimento profundo sobre os objectos em que vão intervir. Daí a necessidade de se documentar todos os processos, registando e fotografando todos os produtos e técnicas utilizadas, com o intuito de não se remover, adulterar e destruir as evidências históricas que a obra comporta.

Desta forma, o papel fundamental do Conservador-Restaurador é contribuir para a compreensão dos bens culturais respeitando o seu significado, tendo por missão o exame diagnóstico e os tratamentos, assim como a documentação e registo de todas as intervenções efectuadas.

41 Relatório retirado da Base de Dados da Associação Terras Quentes.

Os critérios que regeram o tratamento efectuado à presente obra foram no sentido da matéria reintegrada até ao presente contacto necessitar de uma estruturação da sua superfície, articulando-a com a estrutura da superfície cromática envolvente. Para tal, foi necessário ter sempre presente a máxima de que a assimilação cromática tanto das lacunas estucadas como das áreas circundantes destas condiciona o êxito do retoque.

1.2. Intervenção Realizada:

1.2.1. Suporte

Remoção de restauros anteriores

Nesta etapa, efectuou-se a remoção de elementos presentes na obra, provenientes de intervenções anteriores, que por se encontrarem oxidadas, fragilizadas, serem incompatíveis com os materiais originais ou por já não cumprirem a sua função, foram retirados por meios mecânicos, para posteriormente serem substituídos por materiais mais recentes e compatíveis.

Fixação de elementos soltos do suporte

Esta fase consistiu na adesão de elementos do suporte que se encontravam separados, devido a algum choque físico que tenham sofrido e que provocou a sua separação. Para tal, foi usado um co-polímero acrílico dissolvido num solvente aromático aplicado com trinchã na zona da falha, para criar um filme protector que posteriormente recebeu uma camada de resina epóxida que iria fazer a ligação entre os dois componentes. Este adesivo foi escolhido, por este ser inerte e não sofrer movimentações com elementos exteriores, pelo que se torna bastante compatível com as propriedades físicas do material de suporte.

Colmatação de fendas e fissuras relativas ao suporte

Este procedimento e o seguinte realizaram-se já depois da limpeza de sujidades estar efectuada.

Foi introduzido um material em tudo semelhante ao original, mas de densidade inferior, adaptando-se ao material de suporte. O gesso misturado com cola animal foi usado, por ser um material que após a secagem forma uma camada bastante resistente e rígida, compatível com o material de suporte, além de ter um tom aproximado ao do material original, mas perfeitamente discernível para se distinguir o original do restauro. Previamente foi aplicada uma camada de resina epóxida, para criar uma maior adesão deste material com o original, tendo-se o cuidado de aplicar antes de tudo uma camada de um co-polímero acrílico, para criar um filme que impedisse que estes materiais se agregassem permanentemente ao material de suporte.

1.2.2. Superfície

Limpeza mecânica das sujidades superficiais

Uma vez que esta limpeza é essencial para a remoção da camada de poeiras e sujidades acumuladas. A limpeza mecânica visa a extracção de materiais depositados fisicamente na superfície das obras por intermédio da acção de elementos suaves, como trinchas macias e aspiração controlada, a fim de não danificar a superfície. Esta primeira limpeza desimpediu os poros do suporte garantindo uma maior eficiência dos produtos usados posteriormente.

Aplicação de camada de protecção

Posteriormente aos tratamentos serem todos efectuados, foi necessária a aplicação de um verniz final por. Desta forma, formou-se uma espécie de véu protector cujo objectivo foi agregar algumas partículas constituintes da obra que ainda pudessem libertar-se desta e criar um filme protector em redor da peça, de modo a protegê-la.

1. MATERIAIS UTILIZADOS NO TRATAMENTO

- Adesivo sintético à base de metil-acrilato – Paraloid B72®
- Água
- Araldite Standard
- Aspirador
- Bisturis cabos números 3 e 4
- Cartas abrasivas
- Cotonetes
- Espátulas
- Lâminas de bisturi números 15 e 20
- Luvas
- Papel absorvente
- Papel bi-siliconado
- Pincéis
- Solventes orgânicos – hidrocarbonetos e álcoois
- Trinchas

RECOMENDAÇÕES DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Durante o tempo de vida útil de uma obra esta é geralmente afectada, irremediavelmente, por factores externos que desencadeiam processos de deterioração que encurtam a boa fruição da mesma. Os agentes que mais frequentemente afectam as obras de arte são a agregação de partículas sólidas, de pequena e média dimensão, que resultam da deposição de poeiras na superfície do quadro. Outro factor externo que causa degradação é a variação de humidade e temperatura, dos quais resultam fenómenos de contração e distensão – variações essas que podem conduzir a uma degradação biológica pelo desenvolvimento de microrganismos e insectos que se alimentam de matéria orgânica.

Uma preocupação a ter presente será a sua manutenção. Se estiver colocada numa vitrina estará mais salvaguardada de poeiras e, por isso, necessitará de menores cuidados de limpeza. Caso não seja possível a sua colocação em tais condições, as sujidades e poeiras acumuladas deverão ser removidas apenas com um *bouquet* de penas ou panos de flanela e nunca com produtos de limpeza agressivos ou que contenham água. O seu manuseamento deve ser cuidado e apenas quando estritamente necessário. Desse modo será aconselhável o uso de luvas de algodão a fim de minimizar o contacto “nu” com a obra, para que não se criem manchas de gordura que possam, entre outros males, atrair outras sujidades, o que vai beneficiar a sua vigilância e uma boa manutenção do seu estado de conservação.

Estes agentes de degradação constituem um grave problema para a conservação e restauro do património cultural porque causam danos estruturais e provocam, por vezes, alterações químicas no verniz e na camada policroma. Para se prevenir a acção de tais agentes de degradação seria recomendável que fossem feitas inspeções periódicas ao local onde ela se vai encontrar.

É também de extrema importância que o local onde se instale a imagem não apresente bruscas mudanças de humidade e temperatura (locais de passagem, junto a portas ou janelas, junto a lareiras ou aquecedores) e locais excessivamente secos ou excessivamente húmidos (de que os sótãos e caves são exemplo). Um ambiente irregular provoca alterações no suporte e, consequentemente, na camada cromática. Assim, devem ser feitos esforços para que o local mantenha as condições climáticas controladas e, essencialmente, estabilizadas. A temperatura pode ser medida com um termómetro comum, e deverá ser mantida entre os 18 e 28°C, de modo que seja confortável para o ser humano e neutro para a obra de arte. A humidade relativa poderá ser medida por um higrómetro ou higrógrafo, sendo existem aparelhos capazes de fazer ambas as medições – temperatura e humidade: termohigrómetros e termohigrógrafos. Este valor deverá manter-se entre os 50-65%. Em casos de humidade excessiva, será aconselhável a utilização de um desumidificador ou recorrer-se à ajuda de um técnico especializado.

A escultura deve estar num local onde não esteja exposta à acção da luz directa porque os raios UV e IV são muito nocivos para a obra. Assim, estas radiações podem ser controladas através de uvímetros, sendo o valor recomendado para este caso de 150 a 180 lux. Desta forma, deve-se evitar a instalação junto a fontes de iluminação intensas, sejam de luz natural ou artificial, ou seja, perto de projetores de alta potência ou junto a janelas. A luz natural e artificial deteriora as camadas cromáticas e os vernizes. Caso a sala possua luz natural, esta deve ser filtrada ou por meio de filtros ou de panos de linho cru, devidamente colocados nas janelas. No caso de a iluminação ser artificial, não é aconselhável o recurso a lâmpadas incandescentes, sendo mais adequadas as de tungsténio.

A fim de se preservar a obra da melhor forma possível, será importante considerar que, mais do que providenciar as condições ideais, é fundamental conservar as condições ambientais às quais a obra já esteja habituada, de forma a evitar qualquer mudança agressiva que possa resultar em alterações dimensionais.

Aconselha-se, neste sentido, que caso surjam qualquer tipo de dúvidas em relação á obra, por mais simples que possa parecer, a entrar em contacto com a Oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes pois, o nosso objectivo é ajudar a preservar o que mais de valioso temos: o nosso património que em si encerra valores preciosos da nossa cultura.

APÊNDICE FOTOGRÁFICO



Fig. 1 – Pormenor das junções existentes no pescoço, aplicadas no restauro sofrido anteriormente pela escultura



Fig. 2 – Pormenor da remoção de massas existentes na escultura, provenientes da intervenção anterior de restauro



Fig. 3 – Pormenor da limpeza superficial de sujidades depositadas na superfície da obra



Fig. 4 – Pormenor da escultura após a fixação da cabeça ao resto do corpo



Fig. 5 – Pormenor da aplicação de massas para fazer o preenchimento das lacunas existentes ao nível do suporte



Fig. 6 – Pormenor do nivelamento das massas de preenchimento das lacunas do suporte



Fig. 7 – Pormenor da aplicação de camada de protecção final na escultura



Fig. 8 e 9 – Frente da peça, antes e depois da intervenção de conservação e restauro

Bibliografia consultada e utilizada

Aldazábal, José – *Dicionário Elementar de Liturgia*, Editora Paulinas, Prior Velho, 2007.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de e Barroca, Mário Jorge, *História de Arte em Portugal*, Editorial Presença, pág 77 e 245, Lisboa 2002.

Alves, Francisco Manuel. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte* – Tomo IX, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975.

Alves, Francisco Manuel. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte* – Tomo IV, reedição do Museu Abade Baçal, Bragança, 1975.

Amarante, Eduardo. *Portugal Simbólico*. Publicações Quipu, Lisboa, 1999, pág 25.

Baêna, Miguel Sanches, Mendes, Carlos Alberto Santos e Pereira, Claudio: Do Mito à Realidade: A Batalha de Aljubarrota – 14 de agosto de 1385 “A História Que Não Se Contou” in Cadernos Terras Quentes, nº 5, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2019.

Barbosa, Pedro e Mendes, Carlos: De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota a figura de Martim Gonçalves de Macedo, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2006.

Blair, Claud; *European armour*, circa 1066 to circa 1700, London: B. T. Batsford, [1972].

Brito, Frei Bernardo de – *Monarchia Lusitana*, Tomo I livro 2 cap. 31º.

Calado, Adelino de Almeida; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, acta universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1991.

Chevalier, Jean e Gheerbrant; *Dicionário dos Símbolo*. Teorema, Lisboa, 1994, pág 441.

Dias, João José Alves; *Chancelarias Portuguesas* D. João I Volume I tomos 1,2 e 3 – Volume II, tomos, e 1,2 e 3; Volume III, tomos ,1, 2 e 3 e Volume, IV, Tomos 1 e 2.

Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, Porto, 2003.

Estrabão (cit. FLORES), *Espanha Sagrada*, Tomo 24, pág. 11. s.l., s.d.

Estrabão. *Memórias da Litteratura Portuguesa* – Tomo I pág 24, Estrabão cap. III. s.l, s.d.

Fossier, Robert. *Gente na Idade Média*. Editorial Teorema SA, Lisboa, 2010.

Gonçalves, Carla Alexandra; *Repercussões de Mestre Pêro na escultura posterior de Coimbra*, conferência 29 de junho de 2010 no museu Machado de Castro em Coimbra. Professora Auxiliar na Universidade Aberta. Investigadora do CEAUCP/CAM.

Lopes, Fernão; *Crónica de D. João I*; Edições:

- Aluarez, Antonio, tirada por ordem de D. Rodrigo da Cunha, edição de 1643, 1ª Parte localizada em K.K. Hofbibliothek Osterr.Nationalbibliothek.
- Aluarez, Antonio, tirada por ordem de D. Rodrigo da Cunha, edição de 1644, 2ª parte localizada em K.K. Hofbibliothek Osterr.Nationalbibliothek
- Visconde de Lagoa, direcção, Livraria Civilização série régia, Volumes I e II Porto, 1949.
- Introdução de Moreno, Huberto Baquero e Prefácio de António Sérgio, Livraria Civilização, volumes I e II, Porto, 1990.

Macedo, Francisco Pato de e Gil, Francisco P.S.C.; *A oficina escultórica de Mestre Pero*, in, Rua Larga, Revista da reitoria de Universidade de Coimbra, nº 29, Coimbra, julho de 2010.

Marques, A.H. de Oliveira. *A sociedade medieval Portuguesa, aspectos da vida quotidiana*. A esfera dos livros, Lisboa, 2010, pág.26.

Mattoso, José, *Reis de Portugal – D. Afonso Henriques*, Edição Temas e Debates, Círculo dos leitores, 2ª edição, Lisboa, 2011.

Mendes, Carlos Alberto Santos: *Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castela*; Caderno Terras Quentes, n 6, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.

Nichel, Helmut, *Der mittelalterliche Reiterschild des Abendlandes*, Dissertation, Universidade de Berlis, Marburg, pág. 199, 1958.

τφ



Centros Europeus de Fabrico e Comércio de Armamento

Século XII até ao final século XIV

Fernão, Vitor. História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 2002.

Tavares, Jorge Campos. *Dicionário dos Santos*, 3ª edição, Lelo Editores, julho de 2004, Lisboa.

Vasconcelos, J. Leite. *Religiões da Lusitânia*, Vol. II. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1989, pág. 144.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa. *Elucidário*, Livraria Civilização Editora, 1º e 2º volume, Porto, 1993.

Miguel Sanchez Beña*
Carlos A. Santos Mendes**

Outros: Introdução

Armas e Armamento ou equipamento bélico militar de ataque, isto é, elementos de defesa corporais e elementos/arma de ataque, é desde logo um conceito errado de análise, mormente durante o período em que se vai basear a nossa investigação (século XII ao final do século XIV), pois não existiam elementos de defesa nem de ataque, utilizamos essa terminologia só por uma questão de comodidade e de uso histórico.

- **Ordem de Calatrava** –www. Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

Num período de 200 anos, o exército português (segundo o *Wikipédia*) se viu em Aljubarrota, apresentaram-se pelo lado português, não só o exército do Rei D. João, como o exército do Condestável Nuno Álvares Pereira, uma série de hostes senhoriais,

- **National Museum Zurich** – www. National Museum Zurich (landesmuseum.ch).
- **Sir Peter Courtney**; in www.pinterest.nz/pin/392868767480171713/.

(eram exércitos “ad-hoc” formados sazonalmente, normalmente fora dos períodos de sementeiras). O dever de equipar essas forças era obrigação régia e das casas Senhoriais Nobres. Como nos diz João Monteiro na sua obra “Armeiros e Armazéns nos

seculares da Idade Média”, citando Fernão Lopes, terá sido numa reunião régia já no início do século XV (fora do âmbito cronológico do nosso trabalho) que pela primeira vez, se pensou seriamente na constituição de uma espécie de exército fixo de defesa” – diz Fernão Lopes; “a ordenança certa pera deffenssam de seus reinos, de três myl e duzentas lanças”. Por outro lado, a peonagem quando não tinha apoio financeiro do “Nobre ou do Senhor” utilizava o armamento que normalmente utilizava nos seus afazeres agrícolas;

o Abegão, o Açaagador, o Barbeiro de espadas o Ferreiro, cutileio o latoeiro o Segeiro os Limpadores, eram os fabricantes dessas peças. As Foices, Alabardas (na época ainda tratadas – por Fernão Lopes – por lanças), Cutelos, e outras alfaias agrícolas que em caso de necessidade bélica tinha essa dupla função – agricultura e guerra.

João Gouveia Monteiro na sua obra citada, afirma “a posse das armas assumia uma configuração especial. Objecto pessoal, individual, as armas eram tidas como um património valioso, transmitido de geração em geração, não era raro ver as armas incluídas nas disposições testamentárias”.

Base de dados de História de Arte.

- Base de dados de Arqueologia.
- Base de Dados da Oficina de Conservação e Restauro.

o Abegão, o Açaagador, o Barbeiro de espadas o Ferreiro, cutileio o latoeiro o Segeiro os Limpadores, eram os fabricantes dessas peças. As Foices, Alabardas (na época ainda tratadas – por Fernão Lopes – por lanças), Cutelos, e outras alfaias agrícolas que em caso de necessidade bélica tinha essa dupla função – agricultura e guerra.

João Gouveia Monteiro na sua obra citada, afirma “a posse das armas assumia uma configuração especial. Objecto pessoal, individual, as armas eram tidas como um património valioso, transmitido de geração em geração, não era raro ver as armas incluídas nas disposições testamentárias”.

* Mestre em História Regional e Local, Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador colaborador do Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa, Presidente da direcção e investigador da Associação Terras Quentes, vasta obra publicada.

** Doutor em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Investigador da Associação Terras Quentes, Perito em História militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo” Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington, 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz.

Esta obra citada, de João Gouveia Monteiro, baseia-se, sobretudo, numa apresentação pioneira, de uma carta de quitação outorgada em 21 de julho de 1455 por D. Afonso V a Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa entre 1 de janeiro de 1438 e 1 de janeiro de 1448, ou seja, o inventário das peças de armamento e arnês e existentes nesse armazém em Lisboa.

Mas, a página 21 da sua obra referida Gouveia Monteiro (cf. F. Lopes CDJ, II, cap. CCII, p 454) diz textualmente *“No que a Portugal diz respeito, a importância de possuir um bom arsenal de armas, directamente controlado pela coroa, parece estar bem presente no espírito dos conselheiros que, nos inícios do século XV, exortaram D. João I a ordenar a existência de 1.500 arneses permanentemente disponíveis para a guerra, 500 dos quais seriam fornecidos pelo próprio rei, e os outros por grandes senhores, laicos ou eclesiásticos.”* Sendo uma prova inequívoca que até ao final do século XIV Portugal não possuía nenhuma produção de arneses e os que havia tinham sido importados; como o caso do modelo que equipa a escultura de São Miguel Arcanjo e a única presença física de uma armadura presente na capela Real da Catedral de Toledo e que se diz pertencente a Duarte de Almeida o decepado, o herói da batalha de Toro em 1485, conforme imagens onde se consta o punção do fabricante Italiano “ Miságli”.



S. Miguel



Armadura do Decegado “Frente” e “Costas”



Armadura decepado na Catedral de Toledo

Notas sobre as figuras; A imagem do Arcanjo São Miguel mostra uma similitude. Ambas tem o peito em forma de rabo de Peixe, se bem que o modelo de São Miguel seja anterior e o modelo de Duarte de Almeida seja um renascimento mais tardio. Nota-se no peitoral da armadura, que se encontra na Catedral de Toledo, pertencente ao Decegado Duarte de Almeida, uma punção com a marca dos “Miságli”, sendo que a armadura deste tenha sido feita por Tommazo “Miságli” Negroli e a armadura que apresenta o São Miguel Arcanjo de Vilar do Monte, pode-se atribuir ao seu avô António “Miságli” Negroli. Curioso é que a armadura apresenta tanto o capacete e as perneiras de modelo diferente às fabricadas pelos “Miságli” (Miságli, cidade situada no norte de Itália) se bem que sejam de modelos coevos. Á época quando se encomendava uma armadura a uma fabrica (oficina de referência) fazia parte desta um pacote chamado “Garriturre” isto é; acompanhava uma panóplia de peças assim como variantes de armadura para a Guerra; Torneios, Paradas etc., daí o seu preço ser tal elevado.

Sousa Viterbo dá-nos de forma indirecta conhecimento da existência de um mestre fabricante de armamento de nacionalidade alemã, que viu os seus bens confiscados por D. João I, alegando ter ficado a dever ao seu antecessor, Rei D. Fernando, a soma de 1.000 libras, mas que o armeiro alegava já ter pagado pelo fabrico de algumas armas.

De facto, a situação do fabrico de armamento não era brilhante em Portugal, diríamos mesmo inexistente. O panorama na europa ocidental era totalmente diferente como iremos ver mais à frente.

Vejamos três ou quatro exemplos que nos dizem claramente o que se passava em Portugal entre o período em análise (séc. XII até ao final do séc. XIV, digamos Aljubarrota)

No capítulo LXXXVII da crónica de D. Fernando de 1895 de Luciano Cordeiro p.91, diz-nos, com o título “Das ordenações que el-rei D. Fernando fez, por regimento e bem de seu reino, e que armas mandou tivessem então”. *“Estando elle na cidade d’Évora, mandou por todo o seu reino fazer novas apurações de todos os moradores n’elle, e mudar as armas que d’antes tinham por outra nova maneira que se então começou a usar”.*

“O cronista Fernão Lopes descreve: «As armas que mandou el Rei mudar a esta guisa: do carambais mandou que fizessem jaque; e da loriga, cota; e da capelina, barvuda com seu camalho, e estofa, e cota, e jaque, e caxotes, e canelleiras Framçeses, e luvas, e estoque e grave»; também no capítulo XXXVI lê-se: «Armado aaguisa chamavom estomçe assi de pee come de cavallo, qualquer que era compridamente armado, sem lhe falleçemdo nenhuuma cousa, e o que era comunallmente, e nom tambem, chamavom armado aa mea guisa»

Viterbo dá-nos nota na pág 570 da sua obra de uma carta de crença de 2 de dezembro de 1390...mandamos que alguus beesteiros do conto foi mandado que tevessem arneses e nom tevessem beestas que nom engargando que ilhis asy fosse mandado que tevessem os ditos arneses que nom tenerem cavalos que seriam tornados e postos por beesteiros do conto.

Ainda o mesmo autor Sousa Viterbo dá nota de uma carta de isenção de direitos de 1398, pág. 571, diz: Alguuns moradores e vezinhos da dicta cidade mandam trager, de Frandes e d’Ingraterra e doutras partes alguus arneses pera seus corpos pera os teerem por nosso serviço e defessom da terra.

Da Chancelaria de D. João I, do ano 1410, uma deliberação que isentava de direitos as armas e os arneses que viessem do estrangeiro. A medida destinava-se à defesa do Reino e “pollos nossos naturaes poderem melhor aver armas”, pelo que a isenção se applicava tanto aos comerciantes como aos compradores.

E por privilégio do mesmo rei, de 1416, foi concedido a João Peres e Afonso Peres “o não pagamento de pedidos nem fintas, por serem armeiros mandados vir de Castela”.

Um regulamento dos Alfagemes medievais de Évora de 1373-1395, há muitos anos dado a conhecer por Gabriel Pereira, estipulava justamente os preços a cobrar pela execução de muitos destes trabalhos: limpeza de espadas, amolar cutelos, de cunhais, ou de azcumas, limpeza de coxote, de canelaeiras, de braçais, de capelinas ou bacinetes, etc, (cf G. Pereira, p. 143).

Como iremos ver mais à frente em glossário das profissões da Idade Média aparecem-nos os nomes das profissões adstritas aos trabalhos de fabrico de armamento, mas sobretudo de recuperação.

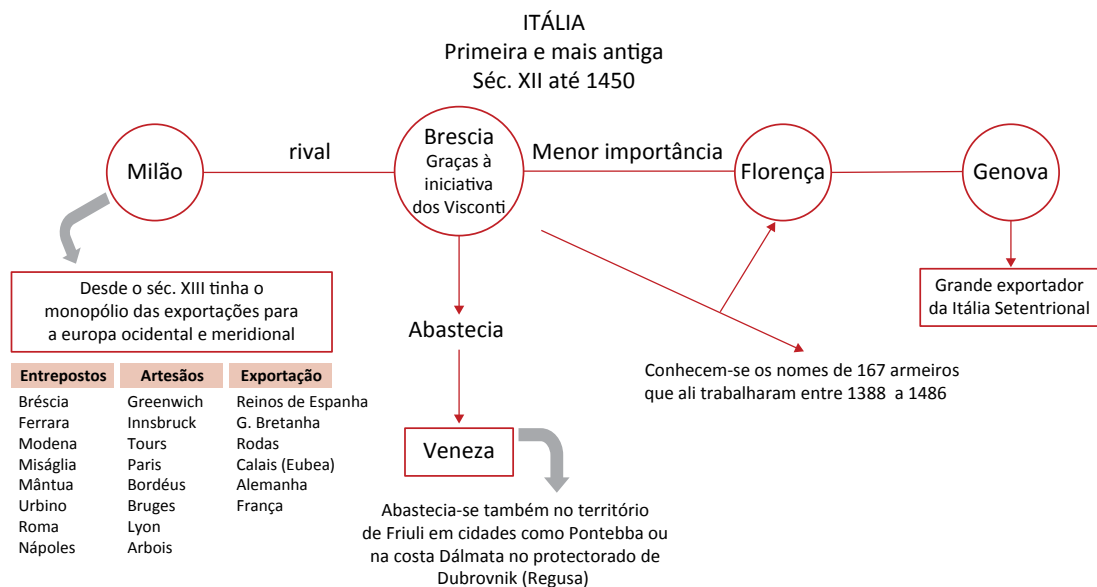
Pelo que atrás nos referimos, facilmente se verifica que o equipamento e o material de guerra português, não só era escasso como também imperfeito; as palavras imperfeito, desconexo, escasso e impotente, leva-nos a esta conclusão, quer relativamente às armas ofensivas quer defensivas. Já o poeta português Luís Vaz de Camões, na sua obra “Os Lusíadas” refere sobre o equipamento militar de inícios do Séc. XV, (100 anos mais tarde do que o período a que nos estamos a referir) que cada qual se armava como podia e não como convinha, no dizer do poeta.

Mas não podemos deixar de referir talvez o nome e estória mais importante sobre o estado da nossa indústria passada com Nuno Álvares Pereira em 1385 quando ia a caminho de Santarém encontrou um Alfageme, à data Barbeiro das espadas; Homem que se ocupava em limpar, açacalar, dar esmeril e guarnecer as espadas, adagas, terçados etc. e igualmente fazer-lhes as bainhas, voltaremos a esta figura mais à frente

Foi desde meados do Séc. XV, (se bem que tenhamos detectado em datas anteriores), que os monarcas portugueses concederam privilégios e vantagens aos oficiais que fabricavam armas e seus pertences, destacando-se os seguintes ofícios: hasteiros, couraceiros, barbeiros de espadas, lanceiros, bate-folhas, latoeiros de cravações de couraças, armeiros, viroteiros, solheiros, besteiros e espingardeiros, reforçando os que já cá existiam, mas em fins do século XV, (100 anos após os limites da nossa análise) admitia-se e fomentava-se a vinda de artífices estrangeiros para fabricar, corrigir e polir as armas quer defensivas quer ofensivas. Mas na segunda metade do Séc. XV quando o Império Colonial Português, estava consolidado em toda a Costa Ocidental Africana, a arte de fabricar e conservar armas e equipamento militar ainda era uma preocupação da coroa portuguesa como se explica através de medidas régias do monarca D. Manuel I, como por exemplo, o pagamento obrigatório de uma taxa de oito cruzados por cabeça por cada judeu que fugindo de Castela se refugiava em Portugal, ficava reduzido a meia taxa se o seu ofício estivesse relacionado com a fabricação e renovação das armas.

Mas qual era o panorama do fabrico e da comercialização de armamento bélico e protecção individual na Europa Ocidental, durante o período em análise, (século XII e final século XIV)? Onde estavam situados os centros de produção onde Portugal ia importar o material bélico necessário para a sua defesa. Poder-se-á fazer alguma análise à evolução dos arneses ou materiais portáteis bélicos em Portugal ou teremos que ir acompanhando as modas e evoluções tecnológicas vindas de toda a Europa Ocidental e não só. Pensamos que um trabalho que não conhecemos que exista será um inventário dos carimbos ou dizeres com que os fabricantes ou mesmo artesãos grafavam as suas peças; assim o panorama no resto da Europa Ocidental desde o século XII ao final do século XIV era o seguinte: Vamos apresentar seis quadros, por ordem de Importância e antiguidade: Itália; Alemanha, Países Baixos; França; Reinos de Espanha; Inglaterra; Suécia; e Portugal.

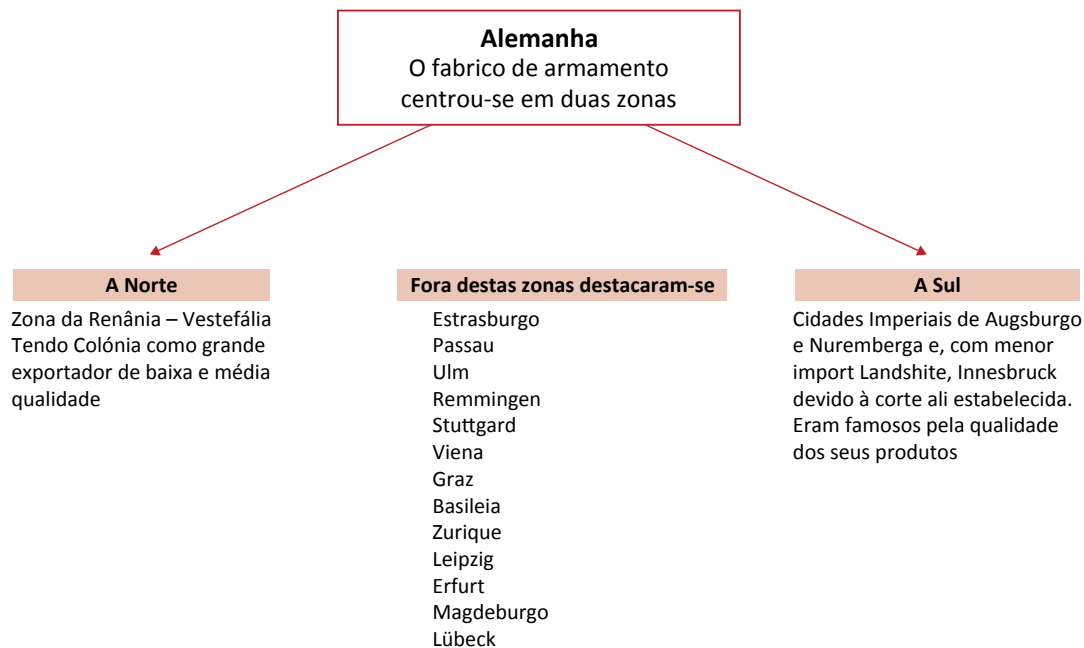
CENTROS EUROPEUS DE FABRICO E COMÉRCIO DE ARMAMENTO
Século XII até ao final século XIV



CENTROS EUROPEUS DE FABRICO E COMÉRCIO DE ARMAMENTO

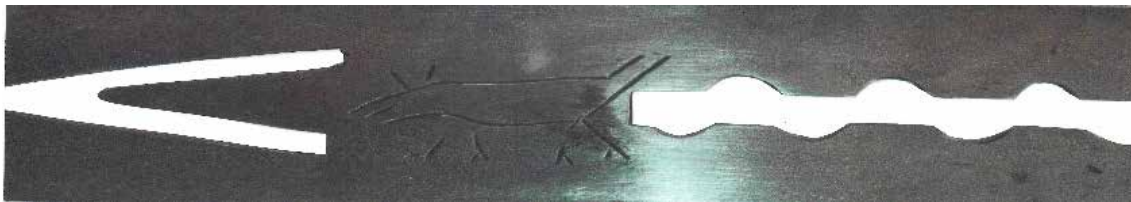
Século XII até ao final do século XIV

“Parte Dois”



Logo a seguir a meados do século XV dá-se uma descentralização nos locais de fabrico de armamento

Reprodução da espada de Justiça de Nuno Álvares Pereira, no Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo, em Macedo de Cavaleiros – fabricada em Passau/Alemanha – com o símbolo da fábrica **um lobo passeante**



Portmensor da marca do fabricante



Brasão de PASSAU ainda hoje

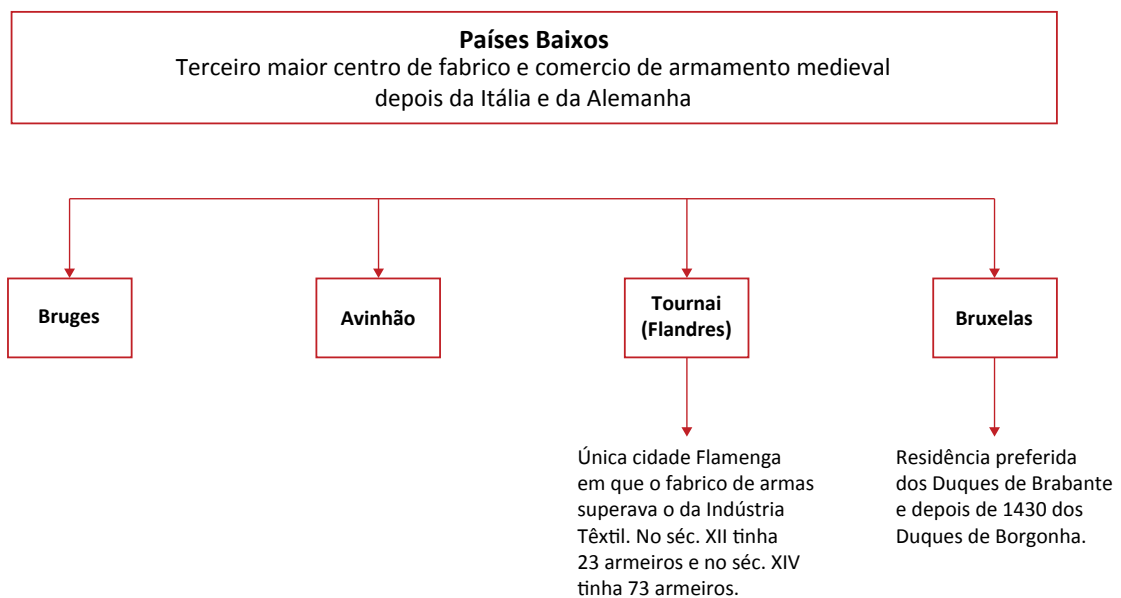


Réplica da espada de Justiça que pertencia a Nuno Álvares Pereira, modelo como seria à época

CENTROS EUROPEUS DE FABRICO E COMÉRCIO DE ARMAMENTO

Século XII até ai final do século XIV

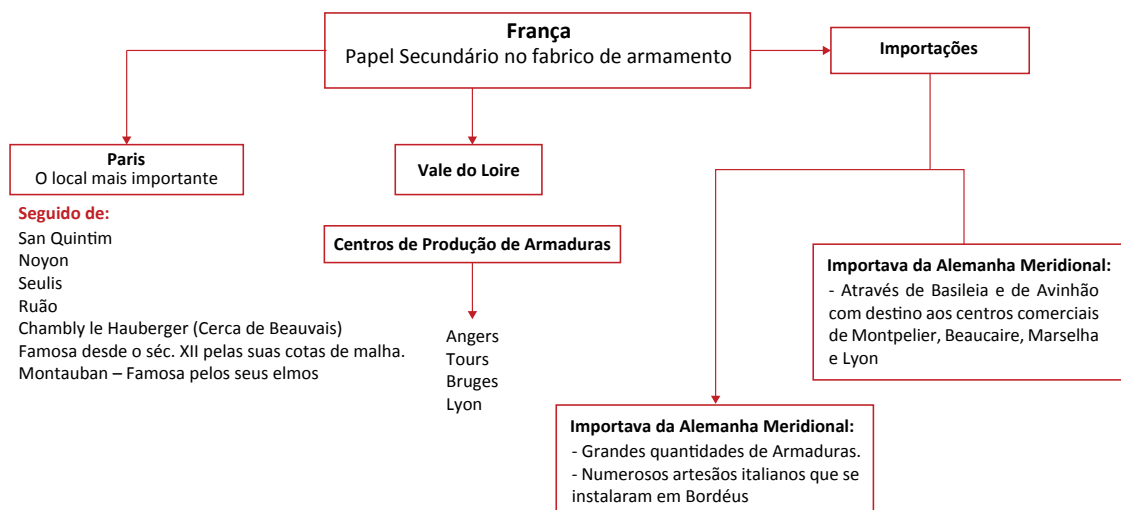
“Parte Três”



CENTROS EUROPEUS DE FABRICO E COMÉRCIO DE ARMAMENTO

Século XII até ao final do século XIV

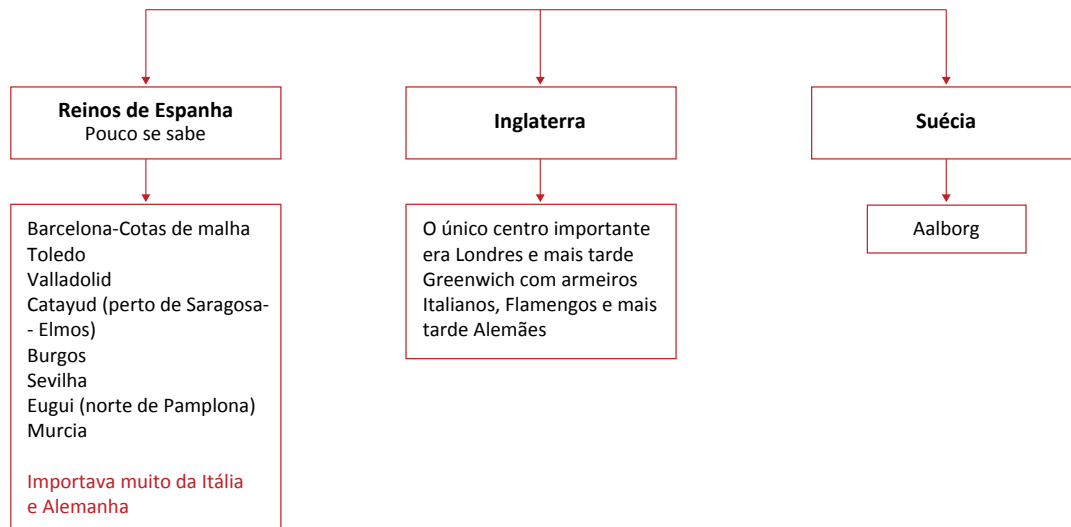
“Parte Quatro”



CENTROS EUROPEUS DE FABRICO E COMÉRCIO DE ARMAMENTO

Século XII até ao final do século XIV

“Parte Cinco”



CENTROS EUROPEUS DE FABRICO E COMÉRCIO DE ARMAMENTO – Século XII até ao final do século XIV

“Parte Seis”

PORTUGAL

O estado dos nossos conhecimentos sobre o fabrico e comercialização de armamento em Portugal, uns breves apontamentos soltos:

Comecemos pela espada já que a espada em tempos medievais, sobretudo anteriormente e dentro do quadro cronológico em estudo (séc. XII ao final séc. XIV – período temporal de nosso interesse por excelência ou seja desde a pré nacionalidade, 1122 data que se conhece da primeira presença da Ordem do Templo em Portugal até à batalha de Aljubarrota) era considerada como um “ser vivo”.

De uma forma esquemática podemos sintetizar as gravações e incrustações nas laminas das espadas:

Letras de inscrição

Quanto à interpretação; até ao ano de 1225 eram bastante legíveis e compreensíveis, a partir dessa data, pelas alterações verificadas no fabrico das lâminas tornaram-se de difícil leitura, a partir de 1325, tendem a desaparecer, voltando a aparecer mais tarde, como mais à frente explicaremos: O que é que com este esquema pretendemos dizer:

Antes de 1225 as letras ou frases eram perfeitamente legíveis quanto ao seu formato ou significado. Ou seja: eram compreensíveis.

Em meados do período entre 1225 e 1325 é praticamente impossível a sua interpretação dada a enorme quantidade de inscrições e significados a maior parte das vezes isotéricas e de difícil senão muitas vezes impossível interpretação. Depois de 1325 em grande parte devido à alteração da secção das laminas deixou de haver espaço plano onde as inscrições fossem gravadas. Assim as inscrições com sentido (isto é, com muitas letras) foram desaparecendo.

Espada cinta

As inserções/inscrições eram feitas ao centro



Estoque

Neste modelo de espada não havia espaço



Em síntese:

1. C. 900-c. 1050 = Inscrições em grandes letras romanas que eram incrustadas por tiras muito fininhas de aço retorcido colocado sobre as aberturas feitas na lâmina e marteladas a quente. Normalmente de um lado da lamina estava gravada.

Numa inscrição com o nome do espadeiro e do outro lado da lamina vários símbolos de significado até hoje desconhecido

2. De 1050-c.1150 – Neste período as inscrições eram feitas em letras romanas idênticas ao período anterior, abertas e colocadas na cava da lamina, embora mais pequenas e de mais fácil leitura, já que a cava era também mais estreita que as laminas do período anterior.

Espada

Com letras romanas na nervura central



Era comum gravar-se o nome do espadeiro ou frases religiosas (principalmente a partir de 1050, muitas vezes no reverso do lado onde constava o nome do fabricante, ou num lado e outro da lamina. Recordo-me de uma que nos passou pelas mãos cuja inscrição era: IN NOMINE DOMINI.

3. c.1050 a c.1300 – Pequenas inscrições de muito fácil leitura que podem ser analisadas em seis subdivisões:
 - a) Pictografia simbólica;
 - b) Invocações a Deus e a Cristo
 - c) Frases nitidamente ligadas ao culto de virgem Maria;
 - d) Frases retiradas da bíblia (geralmente salmos) quer na sua totalidade ou pelas letras iniciais;
 - e) Desenho místicos ou cabalísticos;
 - f) Frases – muitas vezes sentenças – de conteúdo religioso.

Estas seis classes ou subdivisões estiveram em uso praticamente em todo o período medieval tardio.

Nota importante a reter. O conteúdo das inscrições ou das incrustações não nos dá qualquer indicação da datação da arma, mas uma indicação aproximada para uma classificação dos tipos de inscrições. No entanto se olharmos para a técnica da incrustação juntamente com a forma das letras, podemos chegar a uma data mais aproximada do fabrico daqueles tipos de armas.

Assim pode-se dizer, com alguma precisão que a classe (A) (Com incrustações pictográficas) foi na sua maior parte utilizado no início do período entre c.1050-1200.

A Classe (B) Esteve muito em voga entre 1125 e 1200 e deixou praticamente de ser usada entre 1200 e 1400.

A classe (C) confinou-se praticamente ao século XII.

A Classe (D) entre 1225 – 1300.

A Classe (E) Esteve em uso desde 500 a.C até c. 1820 d.C.

A Classe (F) Rara, mas os poucos exemplares conhecidos datam entre 1225-1325.

Esta brevíssima síntese de inscrições e nome ou marca do fabricante ou espadeiro, tem unicamente como objectivo final estabelecer uma metodologia classificativa dessas inscrições e através delas chegarmos a uma datação da arma. Isto em termos genéricos, já que se olharmos para o caso português, a praticamente inexistência de exemplares “assinados” impedem-nos de levar avante um trabalho mais específico. No entanto a existência e o estudo de uma metodologia classificativa permitem-nos enquadrar qualquer exemplar encontrado ou que vier a ser encontrado no nosso país.

Fica aqui uma interrogação. Porque é que em Portugal, país com várias frentes de guerra, ao contrário do que aconteceu em quase toda a Europa, não se desenvolveram “casas/oficinas/fábricas” para o fabrico e exportação de armas?

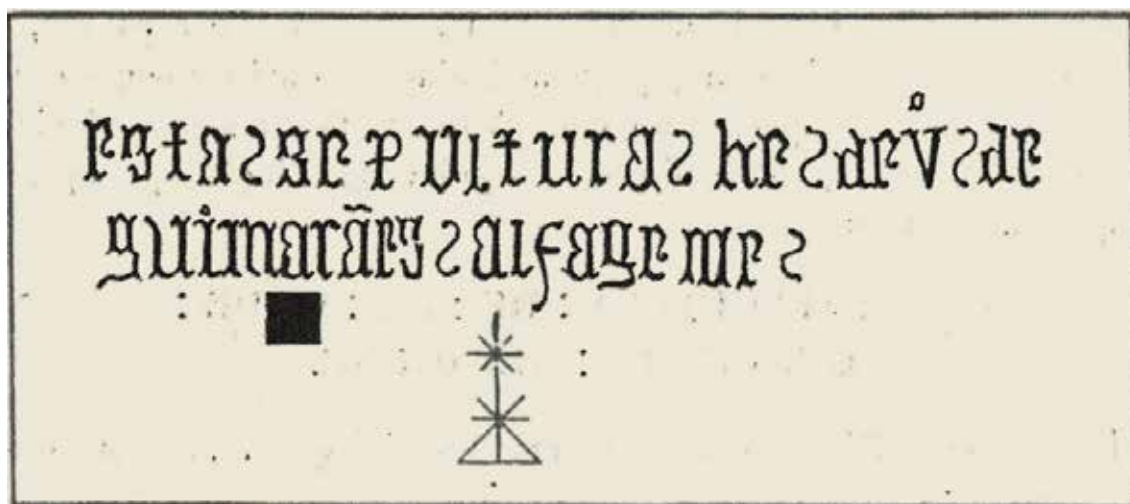
Penso que a resposta se encontra num plano de lógica histórica que importa meditar.

Na realidade as cruzadas puseram frente a frente uma imensidade de povos com técnicas, métodos de fabrico e inovações de toda a ordem. Esta miscelânização de conhecimentos acabou por desenvolver todo o tipo de armamento da época e conferir-lhe uma qualidade até então nunca vista.

Perante uma procura crescente numa Europa então em fase de formação “as gentes” das cruzadas então já senhores de novas tecnologias emigram para o Ocidente e para sul onde abrem estabelecimentos destinados a comercializar o que de melhor havia no campo da armaria. E é assim que começam a aparecer e a desenvolver-se grandes centros de fabrico de armas onde os fabricantes de maior prestígio na sua época abrem os seus estabelecimentos comerciais, alcançando uma dimensão nunca vista. E é assim que se afamam os grandes centros, as grandes casas e os mais prestigiados fabricantes na Alemanha, em Itália, em Espanha, nos Países Baixos etc.

Esse desenvolvimento e actividade comercial gerado em torno do armamento e entrando na Europa Central, Mediterrânea e Nórdica não foi acompanhado com a mesma intensidade em Portugal. E porquê? Sabemos que na sua fase inicial Portugal era um pequeno reino em guerra aberta a norte a sul e a oriente.

Exemplo raro antes da batalha de Aljubarrota; O Alfageme de Santarém:



Nome e simbólica utilizada pelo João de Guimarães “Alfageme de Santarém”

Parece não haver dúvida da narrativa, tanto de Fernão Lopes como também a história narrada na crónica do condestável, sobre a figura do Alfageme – João de Guimarães – A Pág 155 do Archeologo Português retiramos as afirmações do Padre Fr. Jerónimo constante da Chronica da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, escrita em 1745, depois do violento tremor de terra registado em 1734, mas posterior ao mais violento registado no dia 1 de novembro de 1755.

No capítulo XVII da edição crítica de Adelino de Almeida Calado de 1991 sobre a “Estória de Dom Nuno Alvrez Pereyra”, o autor conta-nos que quando “passou per ante a porta de huu alfageme que morava acerca da praya do Tejo e vyo teer ante a porta hua espada muyto limpa e bem guarnida de seus garnimentos e tomou-a na mão e fez pergunta ao alfageme se lhe corrigia asy huuua sua e elle respondeo que sy, e muyto melhor. E Nun’Alvrez mandou logo por ella e mando-a dar ao alfageme que a corregesse”. O resto da história o melhor será ler a peça de teatro escrita por Almeida Garret em 1842 “O Alfageme de Santarém ou a Espada do Santo Condestável”.

Diz o Padre Frei Jerónimo da Encarnação *“Foi este o espadeiro, o qual não quis em Santarém receber dinheiro pelo concerto que fez na espada do nosso invicto condestável, segurando-lhe que tudo lhe satisfaria quando por ali voltasse feito Conde de Ourém. Assim aconteceu, porque passando o Conde por aquela vila, condecorado com este título achou o espadeiro preso com todos os seus bens confiscados, por se haver inclinado ao séquito de Castela; o que sabido logo deu liberdade e lhe mandou restituir os bens”*. Obrigado a tanta clemência o dito João de Guimarães sempre acompanhou o santo condestável, não só no século, mas também que tomou hábito e viveu na religião. Morrendo, pois, neste convento o mesmo fundador lhe destinou aquella honrada sepultura, onde por anos lhe mandou esculpir a marca que usava nas espadas e por epitáfio lhe fez lavrar no mármore, como de pessoa virtuosa, a ocupação e o nome.

Nota explicativa: do erro na interpretação do nome «inscrito na lápide; sendo o “v” gótico confundível é de supor que na inscrição estivesse “y” que significa yoam ou João e v (com um o por cima), abreviatura que vae contra o uso geral. Do que fica dito se colige que o nome do alfageme era na verdade João.

Os autores deste artigo entendem que a letra “V” com um “o” a encimá-lo tem a validade de Y (Yoanne – João), que vai dar ao mesmo.

Quanto à simbologia ou significado da sua “assinatura”



Não nos discorre nada de significativo de explicação para o simbolismo das figuras geométricas inscritas na sua assinatura.

A tomarmos como verdadeira esta estória o que podemos tirar dela é que o João Guimarães, seria um ótimo espadeiro, todavia os provimentos da sua actividade chegaria e pouco mais para a sua subsistência e não podemos entender a sua actividade como uma actividade industrial, aliás Sousa Viterbo na sua obra A armaria em Portugal logo na página 3 diz: O Alfageme de Santarém é uma figura typica em que reflugem simultaneamente o clarão da história e o clarão da poesia. No final da mesma página Viterbo refere-se a uma lei de D. Afonso III em que taxa os preços de muitos géneros, mercadorias e artefactos. Esta lei era extensível não só as províncias de Entre Douro e Minho, mas certamente se applicou a todos os pontos do paiz., casos punidos com

severidade extrema. As disposições que ali se encontram acerca da venda e fabrico de armas, e pelas quais ficamos sabendo aproximadamente o estado das indústrias correlativas na metade do século XIII.

A obra da Armaria em Portugal é porventura a obra mais completa no que diz respeito a este tema, todavia é-nos pouco relevante, pois a maior parte senão a totalidade refere-se a casos acontecidos após a “Batalha de Aljubarrota” data-limite para esta nossa investigação.

Assim fica logo claro na página doze e treze da obra de Viterbo a seguinte passagem; *“Em alguns dos mais importantes museus e galarias militares da Europa vêem-se em fileira, como n’uma revista espectral, os cavalleiros da idade media, lança em punho, viseira cahida, cobertos de armaduras reluzentes, como esperando, atentos, o som da buzina de Rolland ou de qualquer outro dos paladinos de Carlos Magno, a fim de partirem para a batalha ou para o torneio, combatendo por Deus, pela pátria, ou pela dama do seu pensamento.*

Nós não possuímos essa miragem belicosa de um passado heróico podendo apenas fazer surgir dos seus túmulos rendilhados os valentes cavalleiros que de há muito estão dormindo o sonno da eternidade. Em compensação fazemos desfilar modestamente a falange dos obscuros operários, sem os quaes os semideuses da guerra, desarmados, sem o auxílio da espada reluzente, jamais teriam obtido o premio da gloria, a imortalidade do seu nome”.

Na pág 24 da sua obra Viterbo refere-se ao caso IX – Ao caso dos Mestre Alberto, João Pires e Giraldo em que D. João I expediu uma carta datada de 5 de junho de 1391 (após Aljubarrota) mas supomos que este armeiro mestre Alberto (Alemão), já residia em Lisboa desde o tempo de D. Fernando caso que atrás já relatámos.

Relatamos o caso do nº X – Alvares (Allfonso): armeiro de armas brancas obrigou-se a viver na villa de Miranda do Doiro e a ter n’ella a sua tenda aberta abastecida de aparelhos e engenhos para alimpar armas brancas e malha. Resulta isto do texto da carta de privilégio dada em a cidade de lixboa a XIX dias do mês de junho de mil b^c XXBij e feita por Fernão da Costa. N’ella se declara: “e posto que ele dito A. Alvez vyua em Palaquoyro (Palaçoulo) termo da dita vila de Myranda todavya lhe será guardado este previlegio asy e tam imteyramente como se vyuese na dita vila de Miranda. – Nossa nota; ainda hoje em Palaçoulo a sua principal indústria é a cutelaria.

Glossário sobre a descrição de algumas das armas descritas por Fernão Lopes

Adarga: Escudo fabricado não em madeira, mas em pele, originário do Magrebe, no Séc. XIII, muda a sua forma circular, assumindo um aspecto bi-oval.

Aljava: Bolsa ou coldre de couro que os besteiros ou arqueiros, traziam a tiracolo ou á cintura e onde transportavam os virotões ou setas destinadas à utilização nas operações militares.

Armatoste: Pequeno engenho com que antigamente, e com grande facilidade, se armavam as bestas.

Azarnefe: espécie de veneno.

Baldréu: Pelica para luvas, de cujas apara se faz cola.

Broquel: Escudo pequeno, usado antigamente e que, em geral apresentava no meio um umbigo de metal que cobria a embraçadeira, a qual estava por dentro e por onde se segurava a peça.

Besta: A besta, embora imperfeita, já era conhecida em Portugal por volta do séc. XI, porém, só se tornou uma importante arma de guerra durante o séc. XIV. Na batalha de Atoleiros, D. Nuno Álvares Pereira, serviu-se dos peões e dos besteiros para o triunfo desta batalha e que marca a supremacia da infantaria como decisiva para este triunfo.

Braçais: Peça de arnés destinada à defesa do braço.

Brafoneiras:— Peças de malha em forma de calça, destinadas à protecção das pernas.

Caneleira: Peça de equipamento militar destinada à protecção das canelas.

Couraça: Peça de protecção do tronco (peito e costas) dos combatentes, cuja afirmação se produz na Península Ibérica a partir de meados do séc. XIII, em virtude da incapacidade das tradicionais defesas de malha contrariarem entre si só a evolução registada a nível do armamento defensivo.

Capelina: Será a «barvuda» e camalho servia de base para o grande elmo que, na segunda metade do século era usado quase exclusivamente para justas e torneios.

Coxotes (arma defensiva): Um grupo de lâminas de metal, ou coiro reforçado com metal, que defendiam as coxas e se uniam às joalheiras, formadas por uma peça globular com extensão lateral externa, a asa. Era articulada ao coxote por uma pequena lâmina e outra na parte inferior, constituindo um bloco para facilitar o movimento.

Caneleiras (arma defensiva): Defesa das pernas, composta por duas lâminas articuladas com dobradiças na parte externa e com correias e fivelas na parte interna. Muito usadas em coiro, abertas na parte interna e unidas por um cordão que corria de um extremo ao outro. O texto diz «francesas», provavelmente de metal, coisa comum na Europa.

Elmo: Protecção de ferro destinada à protecção da cabeça dos guerreiros. Domina em Castela o elmo em forma de tonel, diferente da Capelina, capacete de ferro de tipo semiesférico bastante simples que se moldava à forma da cabeça e que podia ter ou não uma protecção nasal.

Estofa: Como é citada antes da cota, embora o cambais fosse usado sob a malha, é provável que seja uma túnica de tecido forte para o substituir. A malha não era fácil de usar sem protecção que defendesse o corpo do roçar dos anéis, os quais, tendo os extremos rebatidos, eram ásperos.

Estoque: É a espada do cavaleiro, longa e estreita, que pendia do cinto «nobre» e a Adaga, presa à direita, muito pequena. Este cinto, ou antes cinturão.

Escudo: O escudo como arma defensiva é conhecida desde longínquos tempos. Fernão Lopes diz-nos que os Castelões, em Aljubarrota, traziam na vanguarda de besteiros «apavezados» e que o Condestável andava com um escudo no braço, por recriar os virotões. Os escudos tinham geralmente na parte superior, argolas ou braçadeiras, por onde passavam os braços para se manobram. Os escudos portugueses do fim da Idade Média, considerando como fonte iconográfica a tapeçaria de Pastrana, onde é possível identificar alguns soldados ao serviço de D. Afonso V, eram grandes, coloridos e com armas heráldicas. Com a introdução das armas de fogo e com o alcance de maiores distâncias dos projecteis, o escudo foi-se abandonando sucessivamente. Porém a sua eficácia como equipamento de defesa contra setas, arremessões, dardos e golpes de espada ou lanças, dependeu sempre do seu material, uma vez que em função da necessidade de resistir aos projecteis, tiveram necessidade de serem reforçados, e o seu peso, o que acabou por ter consequências no palco de guerra, sobretudo na movimentação dos “guerreiros”.

Funda: Arma vulgarmente usada entre os Romanos, cujos exércitos não dispensavam um corpo de fundeiros, a funda era muito apreciada, pela eficácia de tiro do seu projectil. A sua utilização está documentada, nas Guerras Fernandinas com Castela.

Gambais: era uma túnica de tecido ou de cabedal, acolchoada com costuras verticais enchidas de algodão. Usada pelos árabes, aparece na Europa depois das primeiras Cruzadas. Certamente conhecida na Península Ibérica, dado o contínuo contacto com os mouros. E era geralmente usada sob a loriga. Os homens a pé usavam – no por vezes como única defesa. Será mudada em jaque.

Garrucha: Acessório com que se armavam as bestas.

Guindareza (no texto; guindaresa): cabo que servia para trabalhar os guindastes antigos, feitos com rodas de madeira.

Gurguz/Gurguzes; Dardos, virotões, quadrelos ou armas de arremesso, cujo lançamento se fazia por meio de grandes bestas, à diferença das setas, que se atiravam com arcos.

Jaque: era uma veste reforçada com lâminas de ferro. Como as Ordenações se referem ao armamento importante, seria o que os ingleses chamam «coat of plates», geralmente de coiro, que servia de base a lâminas de metal; sem mangas, foi usado no século XIV como a única defesa do tronco. Em Portugal as reformas militares levadas a cabo por D. Fernando após a 2ª Guerra Fernandina pressupõe a introdução desta peça, quando Fernão Lopes refere que “do cambal mandou que se fizesse jaque” Fernão Lopes, Crónica de D. Fernando Capítulo LXXXVII, pp. 305.

Jubanete: Pequeno gibão de aço, ou de ferro.

Látego: açoite, chicote azorrague de cordas ou correias – A corda da cilha da sobrecarga enquerideira.

Loriga: Conhecida no Ocidente Medieval nos Sécs. XII e XIII, tem provavelmente antecedentes ibéricos que se reconhecem no equipamento romano e na literatura visigótica Peça clássica característica do equipamento defensivo, destinada à protecção do tronco, embora pudesse

também comportar elementos destinados à defesa da cabeça e dos braços. Pode definir-se como uma túnica de malha ou camisola de anéis, sem capuz, com mangas, e não passava abaixo dos joelhos, com um talho à frente e outro atrás para facilitar a permanência do cavaleiro na cela. Será mudado em «cota», veste de malha a anéis com manga, gola alta, e chegará até pouco abaixo das ancas. O jaque a cobrirá completamente.

Loudel: Túnica larga, de mangas curtas ou mesmo sem mangas, possivelmente acolchoada, que os guerreiros envergavam – decorada com os seus símbolos heráldicos.

Luvas: As manoplas, com a parte metálica em forma de clepsidra, ao interior da qual se aplicava uma luva de cabedal ou tecido forte, com os dedos cobertos por uma série de pequenas placas de metal.

Lança: A lança comprida normal era a arma principal dos chamados homens de armas, que constituíam em plena Idade Média a chamada cavalaria pesada. Fazia parte do equipamento de D. Nuno Álvares Pereira, quando reconheceu o campo de batalha, antes da sua eclosão; nessa acção levava “cento de cavalo com cotas e braçais e lanças compridas “. Contudo o Condestável como afirma o cronista, dela não se serviu uma vez que combateu a pé. A infantaria portuguesa, nas Guerras da Independência 1383-85, utilizou frequentemente a lança de menores dimensões, entre elas destacam-se os dardos que eram lanças mais curtas utilizadas pelos peões. O cronista refere: “eram em tanto servidos avondo de lanças e dardos e virotões”. Em Portugal as lanças utilizadas pela infantaria portuguesa nas Guerras Fernandinas, pouco evolução apresentam relativamente aos séculos anteriores tal como no Ocidente. “Durante os séculos XII e XIV o manejo das lanças pela infantaria não sofrem variações importantes relativamente à Alta Idade Média “. Neste grupo de armas podemos ainda indicar: os piques (que tinham aproximadamente os seis metros, os chuços curtos e muitas vezes improvisados, as forquilhas e até tridentes.

Maça: Estas armas identificadas pela iconografia peninsular, segundo Soler de Campo, tinham uma grande carga simbólica e parecem estar associadas ao poder e à justiça. Era uma arma secundária, ofensiva e era uma espécie de cacete curto, com um cabo cilíndrico e uma cabeça de ferro que poderia ter várias formas entre elas a esférica.

Pavês: Escudo canelado e de grandes dimensões, que servia para proteger completamente um guerreiro, em particular um besteiro – que – regularmente tinha que se recolher para poder e recarregar a sua besta.

Sapatos de Ferro: peça de arnês de pernas destinada, como o nome indica, à protecção dos pés dos guerreiros.

Profissões Idade Média, a maior parte delas já extintas

Critério de apreciação: Qualquer trabalho ou acção que produza rendimento (remuneração), seja continuado ou esporádico. Rendimento ou remuneração que pressupõem sempre uma contrapartida.

Aazador

Se dizia do homem ou mulher que fomenta, ordena, dá ocasião ou motivo para se fazer alguma coisa. Causador, ocasionador, proporcionador. O que azou ou diligenciou (Elucidário Santa Rosa Viterbo – expressão século XIV). O mesmo que hoje o “facilitador.

Abegão (Ferrador e Ferreiro)

O abegão era pau para toda a obra. Fazia a manutenção do equipamento agrícola metendo a mão na madeira e no ferro, e, nalguns casos, também fazia as vezes de ferrador. Isto porque os mestres Ferreiros, geralmente, tinham oficina aberta apenas nos povoados de maior dimensão, vilas e cidades. O ferreiro também exercia a função de ferrar as cavalgaduras, com a forja faziam os diferentes moldes para cascos de mulas, cavalos e burros. Uma oficina de ferreiro ocupava no mínimo, 4 pessoas: uma que acarretava o ferro, a lenha e o carvão para a forja; outra que se destinava apenas a alimentar a fornalha e que se chamava “foleiro”; mais um ou dois trabalhadores malhavam/batiam o ferro e por último havia um “mestre” do ofício que executava as peças.

Açaagador

O que açacalava, polia, dava cortes e afiava todo o género de ferramentas e armas. (Viterbo 1425).

Açacaal: mesmo que aguadeiro. (do Árabe as-saqqã)

Homem que se ocupa em carretar e trazer água por dinheiro ou de graça (Viterbo século XVI).

Acontiado

Vassalo que recebia do Rei certa quantia de dinheiro para estar prestes a servi-lo com um número de lanças em tempo de guerra ou qualquer outra necessidade ou precisão. (Viterbo Século XIV).

Adiantado

Funcionário civil e judicial. Originariamente devia ter sido um cargo civil e militar em que um governador representava o Reino uma província distante. (Viterbo, Séc. XIII).

Adiceiro

Nome dos mineiros que trabalhavam nas minas de ouro (em adiça, entre Almada e Sesimbra). (Viterbo- 1346).

Advogado/Vouzeiro/Advogaria

Ofício de advogado que, mais de uma vez servia para esconder a verdade, protelar as causas e extorquir com trapças e enredos uma sentença cheia de injustiça, com detrimento da parte oposta e que não soube ou não pode contrastar a mentira. (Viterbo – 1301). D. Pedro extinguiu esta profissão durante o seu reinado.

Aguadoiro. (o mesmo que aguadeiro)

Molho de linho em rama que se vai enriar. Cova, fosso, tanque com água onde se faz o curtimento do Linho (homem/mulher que procedia a esse processamento) Elucidário, Joaquim Santa Rosa de Viterbo (1400).

Alavoeiro

Os que guardam o alavão (rebanhos de ovelhas de ordenha, para fazer queijo).

Alcaide da Vara

Oficial subalterno de justiça que prendia, penhorava e fazia outras diligências por mandado do alcaide-mor.

Alcaide da Vila

Alcaide que superentendia numa determinada Vila.

Alcaide da Fusta

Embarcação do tipo da galé, mas de menores dimensões, embora variáveis. Cada um dos remadores de uma fusta.

Alcaide dos Donzeis

Homem que tinha a seu cargo os meninos nobres que, no palácio, se criavam, castigando as suas travessuras, cuidando da sua limpeza e boas artes (Viterbo – D. João II).

Alcaide dos Mouros Forros

Mouro reconhecido por presidente ao chefe numa mouraria.

Alcaide das Sacas

Oficial de Justiça que tomava conhecimento dos contrabandos e prendia ou penhorava os contrabandistas. (Viterbo – 1778).

Alcaide das Taracenas

Oficial subalterno de justiça que exercia as suas funções nos estaleiros onde se construíam navios, nos armazens onde se guardavam armamentos navais e nos depósitos de munições de guerra. (Viterbo – 1442).

Alcaide das vintenas do mar.

O que prestava serviço na vintena da Marinha, instituição formada por marítimos, pescadores e barqueiros, jovens capazes de combater e de servirem a bordo às ordens de um Anadal auxiliado por oficiais seus denominados vintaneiros ou vinteneiros nome que designava igualmente os macebos alistados. (Viterbo – 1383).

Alfageme

Oficial que compõe ou guarda espadas. Também; Nome que se deu aos barbeiros porque afiavam e limpavam as espadas – F.L. cap56 usa esta palavra no sentido de alfange ou espada curta.

Alfeiro; Alfeireiro ou Maioral

Pessoa que se ocupa dos rebanhos de alfeiro (gado novo). (Leite de Vasconcelos) O termo ainda é hoje conhecido no Alentejo (Moura, Serpa, Safara) onde significa o maioral de um rebanho composto por borregos, carneiros e bem assim de gado que parece temporão.

Alfeloeiro

Vendedor de Alféloa, melaço ou doce. Massa de açúcar branco feita a modo de pauzinho roliço. Pasta de melaço, em ponto forte, de modo que fica branca depois de manipulada, reduzindo-se ao feitio de uns pauzinhos torcidos.

Almocreve

Almocáravia, ofício de almocreve, recoveiro que conduz ou aluga bestas.

Almoceleiro

O que faz cobertores para camas, mantas, cobertas, lisos ou de felpa. Nos documentos de Lamego se diz *amucelleiro*.

Almotacé (Almoçabel) – (Edis romanos)

Inspector de pesos e medidas nos mercados.

Almosarife ou Almozarife, ou ainda almoxarife

Oficial que cobra os direitos reais de vários géneros. (almoxarife da alfândega; da Portagem; das casas e tendas; das Ovenças; das Tercenas; do armazem; do Biscoito; do Castelo; do Celeiro; do Paço da Madeira; dos Fornos do Biscoito.

Almocreves

Na nossa era de informação instantânea, imaginarmo-nos a nascer, viver e morrer no mesmo sítio poderá ser um exercício mental complicado, contudo, só fazendo este exercício poderemos compreender o quão importante eram todos aqueles que não faziam o seu dia-a-dia numa determinada localidade, mas entre várias. Era o caso dos Almocreves, condutores de animais de carga que faziam do transporte de bens de uma terra para outra a sua profissão. Naturalmente falamos de outros tempos em que 50km não se fazia em meia hora, mas um ou dois dias; Com eles iam também as notícias de freguesia para freguesia, do campo para a cidade, e da cidade para o campo. Quem ia casar com quem, quem comprou o quê, quem vendeu o quê, quem é o novo pároco de sítio tal, se as colheitas para lá da serra prometem, se há perigo de guerra, etc etc...

Anadel. (Annadem ou Anhadel)

Capitão dos Besteiros. A quem competia a nomeação dos besteiros do conto, a sua inscrição na lista do recenseamento, a sua convocação e instrução. Anadel do mar; Anadel-mor; dos Besteiros de cavalo.

Apurador

Recrutador; o que escolhia ou separava gente para a guerra, besteiros, galeotes, homens do mar etc.

Arquitecto

Architectus Aeminiensis Lusitanus CIL 2559 e CIL 5639. Divina nobilis arte in carmine dicitur architectus ponuis Alcantarensis CIL 761. (Esta nobre arte divina está na canção dos Arquitectos da ponte de Alcântara).

Barbeiro das espadas

Homem que se ocupava em limpar, açacular, dar esmeril e guarnecer as espadas, adagas, terçados etc. e igualmente fazer-lhes as bainhas.

Bargueiro

O que fazia redes de pescar, a que chamavam bargas ou vargas (Viterbo – 1487).

Barqueiro

Barcarum certâmen. In ind. XII.

Bobo da corte: bufão, bufo ou simplesmente bobo

Nome pelo qual era chamado o “funcionário” monárquico encarregado de entreter o rei e rainha e fazê-los rirem. Muitas vezes eram as únicas pessoas que podiam criticar o rei sem correr riscos.

Bolseiro

Recebedor, depositário, o que tem a bolsa ou cofre de uma comunidade religiosa ou secular. (Viterbo – 1307).

Bufom ou Bufona

O que anda com a sua tenda às costas e só vende coisas miúdas e de pouco preço. (Doc. de Lamego 1300).

Cabeleireiro

Ornatix. CIL 1740.

Tonstrinum. CIL 5181.

Caçador

Auceps; in carmine 2335.

Venator. CIL 2240.

Calceteiro

Operário que calça as ruas com pedras justapostas; empedrador. É provavelmente uma das mais antigas profissões conhecidas (tempo romano).

Caldeireiro

Aerarius Cordubae CIL 2238.

Candieiro

Oficial que faz candeias de cera a que hoje chamamos rolo; este era diferente do cerieiro, que fazia velas, tochas e brandões. (No ano de 1487, se mandam taxar as obras dos picheiros, cirieiros e candieiros da cidade do Porto).

Capadeiro

Capador, o que tem ofício de castrar os animais.

Cavalo acontiado e arnesado

Vassalo que servia el-rei com armas e cavalo, e arnês ou escudo, vencendo quantia ou soldo certo e anual v.g. 2\$000 ou 4\$000 réis. (Viterbo).

Cavalo de Maio

Certo tributo de umas tantas libras ou soldos que, em Viseu e seus termos se pagava todos os anos nº 1º de Maio para todos aqueles, cabeças de família, que nesse dia, não apresentassem cavalo de marca, seu próprio e capaz de servir na guerra.

Colcheiro

Pessoa que tecia colchas. (Colcheiro de S. Cosmado, doc. De Tarouca, 1286).

Colheiceiro

Rendeiro, homem que cobra e recolhe as colheitas do rei. (doc de Lamego do século XIV).

Correeiro

A construção de arreios, selas, coelheiras, albardas, etc, era da competência do correeiro.

Cocheiro

Pessoa responsável por conduzir os cavalos em uma carroça ou carruagens. Eles eram uma espécie de motorista para a nobreza.

Comerciante

Mercator. CIL 6110.

Comerciantes de ferro

Negotians ferrarius – CIL 1199.

Croceiro/a

Faz ou fazia croças/coroças (espécie de capa de juncos).

Curandeiro

Medicae manus. In carmine 4314.

Degolador

Não podiam os judeus matar alguma rês ou ave daquelas que a lei de Moisés lhe permitia comer, mas isto só podia fazer o degolador que devia haver em cada lugar onde Judeus houvesse. A sua obrigação era fazer logo saber ao colhedor e escrivão do rei as carnes que degolara, para receber quatro dinheiros de cada arrátel. (Viterbo).

Desenhador

Aquilegus (desenhador de água) CIL 2694 e 5726.

Emprazador de cachorros

A ordenação do reino (livro 1º, tit 65paragrafo 21) tratando do prémio que se há-de dar pelas Câmaras aos que extinguiem lobos, diz: E o que emprazar cachorros e os mostrar haja 4.000 réis.

Encouteiro

Rendeiro, sacador, que cobrava e arrecadava os encoutos dos 500 soldos que pagavam à coroa os que temerariamente quebrantavam ou, de qualquer modo, ofendiam os coutos que ela havia posto, dado e concedido. (Doc. De 1300 nas Bentas Porto).

Enfermeira

Nutrix. CIL 545 e 3190.

Enxalmador

O que curava com palavras e que estava autorizado a receber contribuições. (D. Afonso V, corte).

Ermitão

Pessoa que vivia numa ermida, prestando assistência a quem as visitava.

Enxerqua (Vendedor de)

Vender carne à enxerca. A que se vende fora do açougue, e a olho, sem peso e sem medida. (foral de Penedono D. Manuel 1512).

Fabriqueiro

Cobrador de rendas ou rendimentos da igreja, ou encarregado dos paramentos ou alfaias litúrgicas.

Farmacêutico

Medica optimus. CIL 497.

Ganhão

Homem que trabalhava na lavoura e na cava das terras.

Governado

Apaniguado, criado, moço. *Todo o homem que com Senhor viver, quer por soldada, quer a bem fazer.*

Gravador

Caelator, anaglyptarius.

Iguariço

Vaqueiro, pastor de vacas. (E que andavam com as egoas as vacas dos nossos iguariços, e os caens que as guardavam. (carta de D. Afonso V 1454).

Illiciador

Aquele que vende pão, vinho, azeite etc. recebendo o dinheiro.

Inspector de trabalho

Curator operis privat. CIL 1637.

Joalheiro

Lapidarius. CIL 5181.

Jogral

O que vivia a maior parte do ano tocando por preço vários instrumentos em festas (Viterbo).

Jubeteiro

O que fazia gibanetes e mais propriamente o algibebe, que remenda ou compõem vestidos ou roupas velhas e rotas (Viterbo 1393).

Lançarote

O que tratava dos burros de cobrição e chegava as éguas ao burro para que fossem cobertas.

Latoeiro

Aquele que trabalha em lata ou latão; funileiro.

Empregados de limpeza

Tabernae fullonia. CIL 1170.

Linheiro/a

Homem ou mulher que preparava ou assedava o linho para fiar. Também trabalhava o linho até à urdidura.

Madeireiro

Caudicarius CIL 260.

Mancebo da soldada

Criado que serve por salário. (Viterbo, Documento da Câmara de Coimbra de 1374).

Médico

D(octor) campi ofic(ialis) CIL 2394.

Medico oftalmologista

Medicus ocularis. CIL 1737 e 5055.

Mestre-escola

Pedagogus. CIL 1981.

Mestre de Gramática

Magíster artis grammaticae. CIL 3872.

Mineiro

Metalla Vispascence. CIL 6110.

Mimicos

Mimographus. CIL 4092.

Mordomo

Vilicus. CIL 1552.

Mordomo-mor

D. Vasco ainda servia este ofício no ano de 1165 (Viterbo).

Motorista. (Aurigas)

Auriga CIL 3181 e CIL 4314.

Ourives

Argentarius. Vasclarius 3749.

Pááteiro

Bodegueiro, taberneiro que na praça ou à porta de casa tem algumas coisas venais e comestíveis para venda. (doc da Câmara de Coimbra de 1361).

Pagador de soldos do exército

Clavarius; in Vipasc. 5181.

Peliceiro. (Peliteiro ou ainda Peliterio)

O que curtia, preparava, compunha ou vendia peles, a que hoje chamamos curtidor, tosador, surrador.

Pescadores e varejistas

Piscatores et propolae. CIL 5929.

Pitanceiro

O que recebe as rendas do convento, segundo os costumes da ordem, a todos os indivíduos dela. (Viterbo 1500).

Porta-voz

Orator. CIL 354.

Pousadeiro

Era um dos zagais do rebanho que tinha a seu cargo prever o lugar para o dito. Abaixo dele havia outros pastores mais pequenos e de menos soldada.

Professor de ensino

Ludi magistri. In lege vipase 5181.

Recebedor da Alfândega

Funcionário alfandegário que tinha por missão cobrar e receber todos os impostos. (Viterbo – 1444).

Rendeiro da Alfândega

Funcionário alfandegário a quem competia fiscalizar as mercadorias que os mercadores portugueses levavam do reino. (Viterbo – 1459).

Sapateiro

Calciamenta.

Sargenta (e)

Criada(o), moça(o) de servir, assalariado e pronta(o) para todo o serviço. (Jhoana Martins, sargenta que foi d’Affonso Domingues – Documento do salvador de Coimbra – 1396).

Segeiro

O Segeiro era o artífice ligado essencialmente à construção e reparação de carroças, não deixando, no entanto, de fazer e reparar alguns objectos agrícolas, uma expressão pouco usada, mais conhecido como Ferreiro.

Serviçal

Lavrador, mordomo, caseiro, homem do campo e que trata da abegoaria. (Viterbo doc. Da guarda 1299).

Tabelião

Notário, escrivão (Viterbo Doc. 1295).

Tamanqueiro ou Soqueiro

Pessoas que pregavam ou pregam as gáspeas às solas dos tamancos, por meio de tachas e chatas.

Tanoeiro

O Tanoeiro é um artífice que trabalha no fabrico de toneis, barris, tinhas, celhas, pipas e outros objectos cujos elementos-chave são as aduelas e os aros. O tanoeiro era bastante conhecedor das várias madeiras, matéria-prima para o fabrico de aduelas. Estas eram manufaturadas pois a sua curvatura e espessura só poderia ser dada à mão. É ainda em recipientes feitos pelo tanoeiro que se fabricam dos melhores vinhos em Portugal.

Tenceiro

Recebedor das rendas do concelho. (Sentença da Câmara de Ponte de Lima – de 1410).

Bibliografia, Utilizada e consultada

Amaral, Luis Carlos e **Garcia**, João Carlos; O tratado de Alcañices (1297) Uma construção Historiográfica, Revista da Faculdade de Letras do Porto, pág 968 a 1028, Porto.

Amaral, Luis Carlos; O Povoamento da terra bracarense durante o século X, Revista da Faculdade de Letras do Porto, III série, vol. 10 pp 113-127 Porto, 2007.

Barroca, Mário Jorge; A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa de século XII, Portugalia, nova série, Vols XVII-XVIII, 1996/1997.

Barroca, Mário Jorge; Epigrafia Medieval Portuguesa (862 a 1422) Vol. I, Textos Universitários de ciências sociais e humanas, Porto, Fev 2000.

Barroca, Mário Jorge; Epigrafia Medieval Portuguesa (862 a 1422) Tomo I, Textos Universitários de ciências sociais e humanas, Porto, Fev 2000.

Barroca, Mário Jorge; Epigrafia Medieval Portuguesa (862 a 1422) Tomo II, Textos Universitários de ciências sociais e humanas, Porto, Fev 2000.

Barros, Maria Filomena Lopes de e **Santos** Maria Leonor; O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora CIDEHUS-UE, 2012.

Brandão, Doutor Fr. António; Terceira Parte da Monarchia Lvsitana, que contém a história de Portugal desde o Conde D. Henrique até ao reinado do rei D. Afonso Henriques, ano 1632, Lisboa.

Cordeiro, Luciano: Crónica de El-Rei D. Fernando por Fernão Lopes Vol. I Lisboa 1895.

Cordeiro, Luciano: Crónica de El-Rei D. Fernando por Fernão Lopes Vol. II Lisboa 1895.

Cordeiro, Luciano: Crónica de El-Rei D. Fernando por Fernão Lopes Vol. III Lisboa 1896.

Cordeiro, Luciano: Crónica de El-Rei D. Fernando por Fernão Lopes Vol. IV a VII Lisboa 1897.

Cunha, Maria Cristina: Bracarense do Século XIV: O livro das Cadeias; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto Novembro 2009.

Ferreira, Leandro Ribeiro: Os besteiros do conto em Portugal na Idade Média 1385-1438 contextualização historiográfica, metodologia e objectivos de uma dissertação de mestrado. Estudos medievais da Universidade do Porto, 2015.

Ferreira, Maria Isabel Rodrigues; Tese de doutoramento; A Normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI), Poderes, Sociedade, Espiritualidade, Volume I, Porto 2004.

Fonseca, Luis Adão; Coord. Paula Pinto Costa; História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis. Por Fr. Jerónimo Román, Porto 2008.

Gaier, Claude; L'industrie et le commerce des armes dans les anciennes principautés belges du XIII^{me} à la fin du XV^{me} siècle. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres". 1973.

Gomes, Saul António; A extinção da Ordem do Templo em Portugal. Centro de história da Sociedade e Cultura da FLUC acesso 14 abril 2021.

Maia, José dos Santos; O Mar como futuro de Portugal (1223-c.1448), Edição Academia da Marinha, Lisboa, 2019.

Leão, D. Duarte Nunes; Crónicas del rey Dom João o I, Tomo I Off. José de Aquino Bulhoens, Lisboa, 1780.

Marreiros, Rosa; Chancelaria de D. Dinis, Livro III Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Monteiro, João Gouveia; A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média, Lisboa Editorial Notícias, 1998.

Monteiro, João Gouveia; Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média, Palimage Editores, a imagem e a palavra, Viseu, 2001.

Português, Aacheologo; notícias várias, pág 152 a 156, notícias sobre a sepultura do Alfageme de Santarem que se encontra no museu arqueológico do Carmo, 1903, Lisboa.

Rocha, Ana Rita, A corte de D. Sancho II (1223-1248), FLUC, Instituto de história Económica e social. Acesso 9jul2015.

Rudolf Wegeli; Zeitschrift für Historische Wafenkund Kosatumkunh, 1923 Tese de doutoramento; Dissertação efectuada em 1903 sobre o tema "Inscrições nas lâminas das espadas medievais, universidade de Bona.

Serra, José Corrêa da; Livros inéditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I a D. João III, Academia Real das Ciências, Oficina da mesma academia, 1792, Lisboa.

Teixeira, Mariana Jacob; Dos armazéns de armas aos actuais museus militares da Direcção de História e Cultura Militar – análise de um percurso evolutivo, FLUP, Vol. 2 pp 182-300, 2012.

Viana, Mário; Os preços agrícolas nas inquirições de 1258 (lei da Almotaçaria) Universidade dos Açores – CHAM e CEGF, Açores, 2009a e 2009b.

Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos; Bulário Bracarense, Sumários de diplomas pontifícios dos séculos XI a XIX, Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, 1986.

Viterbo, Francisco Marques de Sousa; A armaria em Portugal. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal, in "Estrato da História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1907.

Viterbo, Francisco Marques de Sousa; A armaria em Portugal. Segunda série. Noticias documentadas dos fabricantes de armas de arremesso e de fogo, bésteiros, viroteiros, arcabuzeiros, espingardeiros, etc. que exerceram a sua indústria no nosso paiz, in Extrato da História e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, parte II, 1907b.

Teixeira, Mariana Jacob; Dos armazéns de armas aos actuais museus militares da Direcção de História e Cultura Militar – análise de um percurso evolutivo, FLUP, Vol. 2 pp 182-300, 2012.

Edições electrónicas

Bouzy Olivier; L'armement occidental pendant la première croisade – Cahiers de recherches médiévales et humanistes, Classic Garnier, SL, 1996 - 1 | 1996 Croisades et idée de croisade à la fin du Moyen Âge (openedition.org).

COGNOT, Fabrice, L'armement médiéval. Les armures blanches dans les collections bourguignonnes Xe – XV^e Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne U.F.R. Histoire de l'art et Archéologie, Paris, 2013. – Présentation – Dr. Fabrice Cognot, PhD, Bladesmith (historicalbladesmith.com).

τφ



A Espada de D. Afonso Henriques

A Espada de D. Afonso Henriques

– História, Mito e Realidade –

Miguel Pereira Coutinho Sanches de Baêna*

Carlos Alberto Santos Mendes**

A tradição oral consagrou o mito do nosso primeiro Rei. Homem de tal envergadura¹ e heroicidade só podia ter uma espada enorme. Há pouco mais de uma geração a palavra corrente era que a espada de D. Afonso Henriques era tão grande que nem sete homens podiam com ela. Ora se cada homem consegue levantar 30kg sete homens conseguiriam levantar 210 kg. Assim, no imaginário popular a espada do nosso primeiro monarca pesaria mais de 210 kg, o que é um perfeito disparate, resultante da veneração tributada ao Rei, mais de que a uma cuidada observação científica.

O certo é que, apesar de tudo, continua a pairar o mito e a duvida sobre a verdadeira espada de D. Afonso Henriques suscitando, ainda hoje, até nos meios académicos, opiniões antagónicas.

Mas vamos começar pelo principio para que os nossos leitores entendam com nitidez o cerne deste enigma histórico e possam com alguma segurança emitir uma opinião fundada.

Existe no depósito do Museu Militar do Porto uma espada cuja tradição aponta ter pertencido a D. Afonso Henriques. Tivemos ocasião, há uns anos atrás, de analisar atentamente esse magnifico exemplar e “in loco” estudá-la em pormenor. As conclusões foram surpreendente. Dessas conclusões ficou-nos uma certeza: aquela não era a espada de D. Afonso Henriques (vide próximo capítulo – o mito).

Então, onde estaria a verdadeira espada do nosso primeiro Rei? É esse enigma que nos propomos desvendar.

* Mestre em História Regional e Local, Licenciado em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador colaborador do Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa, Presidente da direcção e investigador da Associação Terras Quentes.

** Doutor em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, Vice-Presidente da direcção e Investigador da Associação Terras Quentes, Perito em História Militar, Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo “Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012, produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz. Vasta obra publicada.

1 “Grandes Enigmas da História de Portugal; Baêna, Miguel Sanches de; Vol. I da Pré-História ao século XV, pág 171, Esquilo, Edições & Multimédia, 2ª edição, Maio, 2009, Lisboa.



Réplica da espada atribuída ao Rei D. Afonso Henriques e que se encontra no Museu Militar do Porto
– Peça pertencente ao espólio da Associação “Terras Quentes”

Capítulo I – História de uma espada

Tudo começou em 1570 quando D. Sebastião se deslocou a Coimbra e visitou os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I na Capela-Mor do Mosteiro de Santa Cruz, de que nos ficou o registo de D. Frei Nicolau de Santa Maria, na Crónica dos Cónegos Regrantes:

“Depois de ter assistido no dia 20 de Outubro de 1570 a um doutoramento na Universidade passou D. Sebastião a visitar as sepulturas de D. Afonso Henriques e D. Sancho I. O Prior-Mor D. Lourenço Leite lhe mostrou a espada de D. Afonso Henriques a qual tomou D. Sebastião e com grande veneração a beijou dizendo aos fidalgos da sua comitiva: – bom tempo em que se pelejavam com espadas tão curtas. Esta é a espada que libertou todo o Portugal do cruel jugo dos Mouros, sempre vencedora e por isso, digna de se guardar com toda a veneração – E entregando-a ao Prior Geral, D. Lourenço de quem a recebera lhe disse: – Guardai, Padre, esta espada, porque ainda me hei-de valer dela contra os moiros de Africa”.

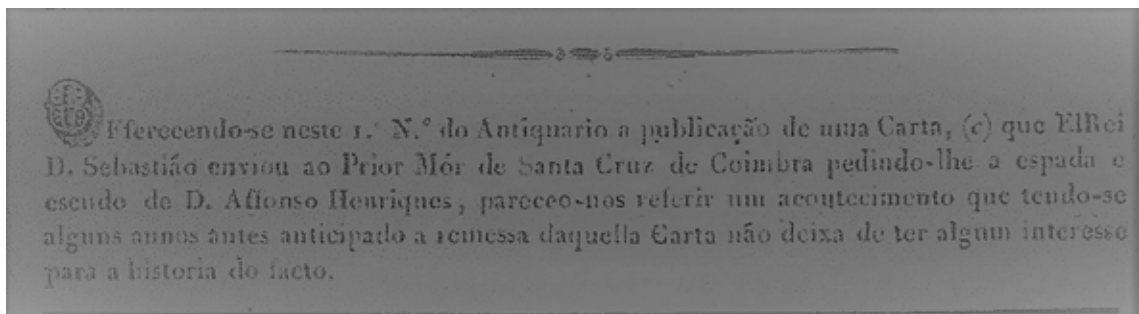
Passados oito anos, D. Sebastião enviou uma carta ao geral de Santa Cruz D. Pedro de Assunção pedindo-lhe o empréstimo da espada e do escudo do nosso primeiro Rei, revelando que os pretendia levar consigo até ao Norte de África.

Essa carta foi objecto de uma investigação por parte do douto Padre Manuel da Cruz Pereira Coutinho, redator do Antiquário Conimbricense onde foi publicado o seu fac-simile. Tendo-se extraviado quando se fez a mudança de cartório do convento, foi encontrada e publicada pelo então secretário do Governo-Civil que conseguiu a sua restituição e depois de permitir que dela se tirasse uma cópia, remetendo-a para a Torre do Tombo.

Diz. A carta:

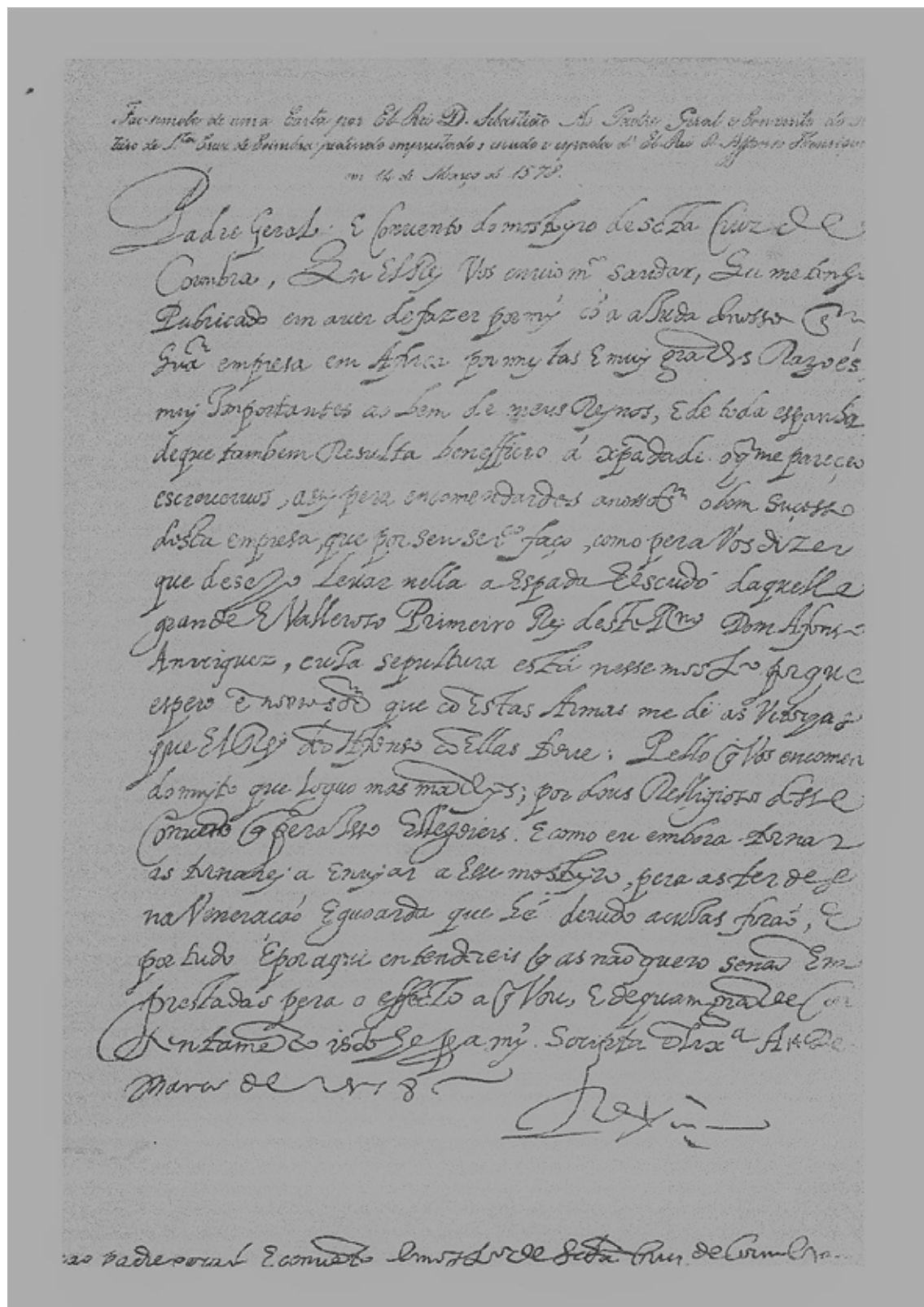
“Padre Geral e Convento do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Eu el-Rei vos envio muita saudar. Eu me tenho publicado em haver fazer por mim com a ajuda de Nosso Senhor uma empresa em África por muitas e muito grandes razões ao bem do meu Reino e de toda a Espanha de que também resulta beneficio à Cristandade de o que me pareceu escrever-vos assim para encomendardes ao Nosso Senhor o bom sucesso desta empresa que por seu serviço faço, como para vos dizer que desejo levar nela a espada e escudo daquele grande e valoroso primeiro Rei deste Reino D. Afonso Henriques cuja sepultura está nesse mosteiro, porque espero em Nosso Senhor que com estas armas me dê as vitórias que El-Rei D. Afonso com elas teve. Pelo que vos encomendo muito que logo, mas mandais por dois religiosos desse convento que para isso elegeres. E como eu embora tornar a tornarei a enviar a esse mosteiro pera as terdes na veneração e guarda que é devido a cujas foram e por tudo. E por aqui entendereis que não as quero senão emprestadas para o efeito a que vou e de tão grande contentamento isto é para mim”.

“Escrito em Lisboa a 14 de Março de 1578” – “Por ElRei”
– O Antiquário Conimbricense – Numero I, julho de 1841
(The J. Paul Getty Museum Library).



Página 2 do número 1 do Antiquário Conimbricense 1841

Fac-Simile da carta:



Recebida esta carta mandou logo o Padre Prior limpar a espada do glorioso Rei D. Afonso e fazer-lhe uma bainha de veludo com uma ponteira em prata doirada e uma caixa preta em que fosse metida com sua chave e fechadura doirada e outra caixa preta em que fosse o escudo do mesmo Santo Rei para irem estas armas com resguardado e veneração e as mandou... a el-rei o qual recebeu com grande gosto e contentamento dizendo que; *“se Deus lhe dava a vitória que esperava prometia de fazer canonizar o glorioso rei D. Afonso como já o intentara fazer el-rei D. João III seu Senhor e Avô”*

– Cronista de Santa Cruz (in Arquivo Pitoresco 1861, vol. XXXII pp255/256)

– (Padre Manuel da Cruz Pereira Coutinho, 1841 a p.4;

A.M.S. Castro 1924 p. 166; C. Passos 1956 p. 153)

Em resposta à carta de El-Rei o Prior de Santa Cruz. D. Pedro Assunção convocou o capitulo para o dia 24 de março desse ano, tendo sido decidido enviar as duas peças para Lisboa. Para tal, foi delegado no vigário do Mosteiro de Santa Cruz, D. Jerónimo de Menezes essa tarefa. E no dia 24 de Junho de 1578, a espada e o escudo de D. Afonso Henriques embarcaram na frota que conduziu D. Sebastião ao Norte de África.

Até aqui temos documentos coevos que nos permitem acompanhar com “certezas” o trajecto e a “vida” da espada de D. Afonso Henriques: temos, como já vimos, o original da carta de D. Sebastião solicitando o empréstimo das peças e que se conhece o registo da sua entrada nos livros de Santa Cruz (M.C. Pereira Coutinho 1841 b, pág 48). E sabe-se com algum pormenor a acta da Reunião do Capitulo de 24 de Março de 1578 onde ficou decidido efectuar o empréstimo da espada e do escudo a D. Sebastião.

No entanto nada consta sobre a devolução da espada e do escudo ao Mosteiro de Santa Cruz, o que decerto não deixaria de ficar registado pelos Padres Cruzios.

Curiosamente, o Padre M. C. Pereira Coutinho, no seu antiquário Conimbricense refere que o Secretário-Geral do Distrito de Coimbra, tinha ordenado um escrupuloso exame nos papeis do arquivo pertencente ao Cartório de Santa Cruz com o intuito de descobrir alguns documentos que pudessem evidenciar se aquelas armas foram efectivamente restituídas ao Mosteiro ou não. E finaliza que se ignora qual o resultado dessa investigação.

Todavia, O livro dos Assentos e Resoluções do Convento regista as decisões tomadas entre 1574 e 1601 pelo que somos de crer, com alguma certeza que até este ultimo ano a espada não regressara ao Mosteiro. De resto, como já vimos pelas descrições do Padre Pereira Coutinho secundado pelas descrições de Santa Cruz não há qualquer referência explicita à presença da espada e do escudo de D. Afonso Henriques até aos inícios do século XVII. A partir de então começamos a ouvir falar de novo destas peças como se misteriosamente lá tivessem sido recolocadas. A primeira noticia que temos reporta-se a Manuel Severim de Faria que visitou o Mosteiro em 1609 e, anos mais tarde, em 1628 Manuel Faria e Souza apontava que *“... da espada e el escudo com que peleava a la*

sobrepliz con que seguia al Coro son oi en aquel monasterio joyas inestimables” (Sousa, M.F. (1628) – Manuel Faria e Souza – Epitome de las Historias Portuguesas, Vol. II, Lisboa, 1673 – 1ª edição, Madrid, 1628).

Aliás o interesse pelas armas de D. Sebastião devia ser imenso, pelo impacto até internacional que teve a batalha de Alcácer Quibir. Em 1628 segundo se infere do testemunho de D. Francisco das Neves Baltazar que veio a Portugal e que em 1645 publicou o seu livro “Journal des voyages” ainda a espada e o escudo se encontravam à guarda do Mosteiro dos Crúzios pois a certa altura da sua obra o escritor diz “*Je le vis aussi l’épée de Roi Don Alphonse I & un chapelle d’os de morts, dont on fait cas sans raison*”.

Em suma podemos afirmar, com alguma segurança, baseados no “livro dos Assentos e Resoluções do Convento” que regista as decisões tomadas entre 1574 e 1601 que até esse ano a espada não regressara ao Mosteiro de Santa Cruz.

De resto as descrições de Santa Cruz ignoram qualquer referencia explicita à presença da espada e do escudo do D. Afonso Henriques durante várias décadas até que a partir dos inícios do século XVII como já vimos, “voltam a reportar-se a estas peças” (Barroca, Mário – Armamento medieval no espaço português – Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000).

Gera-se aqui uma interrogação pertinente quase que um mistério.

Não há qualquer registo da devolução da espada e do escudo de D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Santa Cruz. Pelo menos até aos inícios do século XVII. Ou seja, temos o espaço de meio século (1578 Alcácer Quibir/1628 Manuel de Faria e Souza) em que as armas desapareceram. E é então que nasce esse mistério em torno da espada do nosso primeiro Rei.

As opiniões dividem-se. Para uns – Manuel de Faria e Souza (1628) e Frei Nicolau de Santa Maria (1668) a espada e o escudo, na confusão do desembarque teriam ficado esquecidos a bordo da nau real, pelo que acabaram por regressar a Lisboa. Segundo Frei Nicolau de Santa Maria, o Cardeal D. Henrique teria ordenado a sua devolução ao Mosteiro de Santa Cruz para onde foram transportadas por Frei Francisco das Neves.

Para estes autores a espada que se venerava em Santa Cruz até 1834 ou seja, a actual espada em depósito no Museu Militar do Porto², seria, portanto, a espada genuína de D. Afonso Henriques. Atente-se que a espada e o escudo de D. Afonso Henriques eram venerados como relíquias. Vale a pena lembrar que quando em 1578 os frades crúzios enviaram a espada a D. Sebastião solicitaram ao Monarca que quando regressasse apoiasse o processo de canonização de D. Afonso Henriques.

2 A espada exposta no Museu Militar do Porto permaneceu em Coimbra até 1834, altura em que por ocasião da extinção das Ordens religiosas foi levada para o Porto e, por desejo de S.M. D. Pedro IV confiada ao recém-criado Museu da Academia de Belas-Artes do Porto, também designado Museu Portuense ou Atheneu Portuense de onde transitou, após aquela se extinguir para o Museu Nacional Soares dos Reis.

No entanto outros autores para os quais a ideia de esquecimento da espada e do escudo não fazia qualquer sentido. Defendiam a ideia de que a espada, atribuída ao nosso primeiro Rei que chegou aos nossos dias, resulta de uma encomenda feita pelos frades nos finais do século XVI ou inícios do século XVII para substituir a ausência da original e, desta forma manter vivo o culto que em torno dela se havia gerado. Por outras palavras, a espada ainda existente e atribuída a D. Afonso Henriques nada tem a ver com a verdadeira espada do nosso primeiro Rei.

Esta polémica sobre a espada de D. Afonso Henriques adquiriu “foros de cidade” entre os vários autores que a partir do século XVII sobre ela se debruçaram. Defenderam a originalidade da espada Frei Nicolau de Santa Maria (1668), António Augusto Leal (1873), Inácio de Vilhena Barbosa (1875) José Augusto Carneiro (1897), Augusto Mendes Simões de Castro (1914 e 1924) e Carlos de Passos (1956). Outros autores, porém, defenderam que a espada ora exposta resulta de uma cópia.

Entre eles destacam-se o Cónego Manuel da Cruz Pereira Coutinho (1841)³, A. M. Seabra Albuquerque (1860) Luís Figueiredo da Guerra (1928), Luís Keil (1947) e Gastão de Melo de Mattos (1962).

Capítulo II – O Mito

Quando D. Sebastião visitou o Mosteiro de Santa Cruz, como abordamos no capítulo anterior, viu e admirou a espada e o escudo do nosso primeiro rei que se encontravam sobre o seu túmulo. Para uma melhor compreensão deste facto há que entender a suas faces. Não é por acaso que em diversas circunstâncias nos tivessem inquirido sobre as armas tumulares pró dúvidas eram simples: qual a verdade de tudo isto?

Em termos muito genéricos podemos adiantar que as armas conservadas nas igrejas se podem dividir em três grupos:

- Armas que acompanharam o Rei ou o Nobre em sua vida e eram colocadas sobre o seu túmulo ou suspensas a seu lado.
- Armas que acompanharam o Rei ou o Nobre e eram colocadas sobre o seu corpo no interior do túmulo.
- Armas oferecidas à Igreja.

A razão porque as espadas eram preservadas nas igrejas deve-se ao facto da crença de que a espada de um cavaleiro pertencia, na realidade à Igreja.

3 Manuel da Cruz Pereira Coutinho nasceu na freguesia de Almagreira, concelho de Pombal, em 1808, e faleceu em Coimbra, a 24 de janeiro de 1880. De origens humildes, foi sucessivamente amanuense da Administração-Geral do Distrito de Coimbra (1837), Vice-Reitor do Colégio dos Órfãos e secretário particular do Reitor da Universidade, Conde de Terena (1841-1848). Na vida sacerdotal, foi prior das freguesias de S. Pedro e de S. Cristóvão e cónego da Sé de Coimbra. Reputado arqueólogo, paleógrafo, historiador e bibliógrafo, foi associado provincial da Academia Real das Ciências e sócio efetivo do Instituto de Coimbra, onde desempenhou funções de vice-presidente da sua Secção de Arqueologia e foi o primeiro conservador do seu Museu de Antiguidades. Foi colaborador assíduo da revista O Instituto (fundada em 1853) e de outras publicações periódicas, como Crónica Literária da Nova Academia Dramática e O Prisma – Periódico da Academia Dramática de Coimbra (fundados por José Freire de Serpa Pimentel, em 1840 e em 1842, respetivamente), O Conimbricense (fundado por Joaquim Martins de Carvalho, em 1854) e O Zéphyro (fundado por António Augusto Gonçalves, em 1872) In: <https://acerca.de.coimbra.blogs.sapo.pt/tag/Manuel+da+cruz+pereira+coutinho>.

Tinha sido santificada no altar no acto da sua consagração como cavaleiro e, por isso, devia acompanhá-lo na sua morte. Foi provavelmente com esta intenção, mais do que propriamente uma forma de o glorificar e perpetuar o seu nome a razão porque muitas espadas, esporas, elmos e guantes foram colocados sobre os seus túmulos ou colocados dentro deles. Assim as armas terminariam a sua vida com o seu senhor.

Este usou-as para defender a Santa Igreja e por isso a sua missão tinha chegado ao fim. Era altura também elas descansarem.

Esta tradição projetou-se muito para além do Séc. XII, e é por esse motivo que já no Séc. XIII e inícios do Séc. XIV muitas estátuas jacentes tumulares refletem este pensamento. O cavaleiro reclinado sobre o seu tumulo apresenta-se a desembainhar a espada. (O realismo de algumas dessas estatuas tumulares era tal e a força que nos transmite tamanha que é dado assente entre a maioria dos historiadores que o cavaleiro está a desembainhar a sua espada num gesto vigoroso totalmente contrário à ideia de descanso eterno na paz dos céus.

Muitos desses cavaleiros apresentam a mão direitas pousada sobre o pomo da espada num gesto final de paz como se tivessem a introduzir a espada na sua bainha contrariando dessa forma a mais ou menos generalizada de que o cavaleiro se mantinha numa posição bélica mesmo depois da morte para defender, se tal viesse a ser necessário, a Santa Igreja.

Até aqui abordamos as estatuas tumulares que em Portugal começam a aparecer somente a partir do século XIII.

E pelo que toca às armas propriamente ditas que pertenceram ao cavaleiro ali sepultado? De uma forma geral essas armas eram depositadas sobre as arcas tumulares não tinham estátuas jacentes. Eram lisas no topo e, por isso, as armas era lá depostas. Isto é: ficavam à mostra. Quem visitasse o tumulo poderia apreciar as armas do nobre ou do Rei ali sepultado. Foi isso que aconteceu quando D. Sebastião foi visitar o Mosteiro de Santa Cruz. As armas de D. Afonso Henriques estavam sobre o seu tumulo ou penduradas na parede à vista de todos, permitindo que D. Sebastião as apreciasse. Esta prática durou em Portugal pelo menos até finais do Séc. XV. Bastará tomar atenção parte do espólio ainda existente de D. João II e do Príncipe Afonso perpetuado por dois magníficos elmos bocas de “sapo” e muitas outras peças já desaparecidas, mas felizmente desenhadas e identificadas pelo pintor régio Domingos António Sequeira (aquando a sua visita ao Mosteiro da Batalha no ano de 1800).

Mas nem sempre as armas eram colocadas junto aos túmulos. Muitas vezes acompanharam os corpos no interior. Nos reinos de Espanha essa prática era corrente. Para a história, referimos o magnífico espólio encontrado na “Capela Mayor” da Catedral de Toledo quando em 1941 a pedido de Oliveira Salazar foi procedido à abertura do tumulo do Rei D. Sancho II de Portugal (1223-1248). Nessa ocasião, foi aberto o tumulo de Sancho IV “O Bravo” e dele foi retirado a coroa magnífica de Afonso X o Sábio e a espada Sancho IV provavelmente a mais bela e bem conservada espada medieval existente.

Em Portugal a prática corrente era as armas serem colocadas sobre os túmulos reais ou da nobreza ou nas imediações. Todavia esta prática não foi seguida pela Ordem do Templo. Achados efectuados na Igreja de Santa Maria do Olivais fazem-nos crer que os cavaleiros Templários eram sepultados com as suas armas. Aliás os túmulos ainda existentes nos reservados do Convento de Cristo, e em muitos deles as armas detidas pelos cavaleiros entre os séculos XII e XIV. Muito desse espólio foi destruído, mas o pouco que se recuperou em 1940 demonstra que com os Templários essa prática era corrente. Tudo indica que eram sepultados com as suas armas.

Tudo isto vem a propósito do enigma da espada que seria do Rei D. Afonso Henriques. E aqui fica-nos uma interrogação. Será que a espada ainda existente teria pertencido a D. Afonso Henriques? Será que foi essa mesma espada que D. Sebastião levou para Alcácer Quibir?

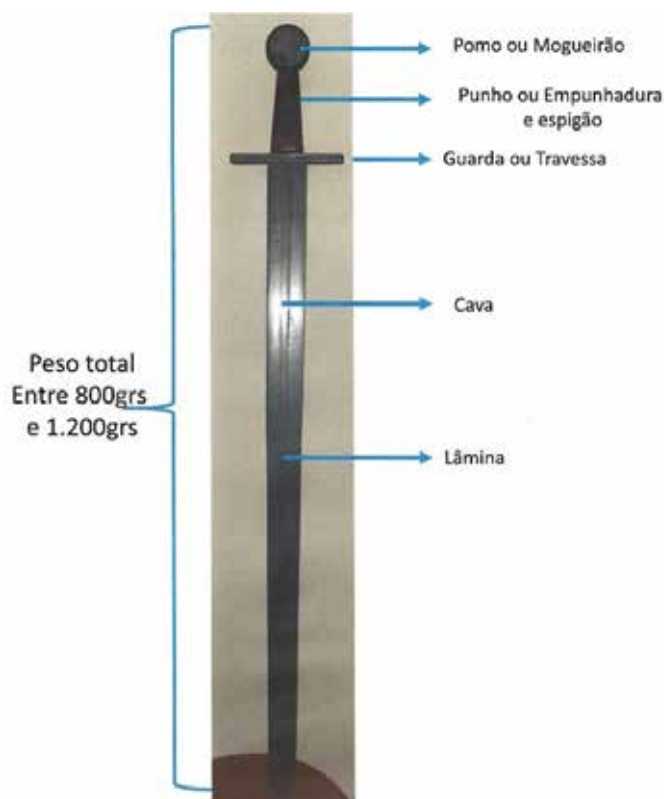
É esse particular que vamos agora abordar tentando separar o mito da realidade.

As espadas do século XII

Como eram as espadas do séc. XII? Esta é uma pergunta pertinente e lógica. Embora a resposta não seja difícil; também não é simples. E porque é que não é simples?

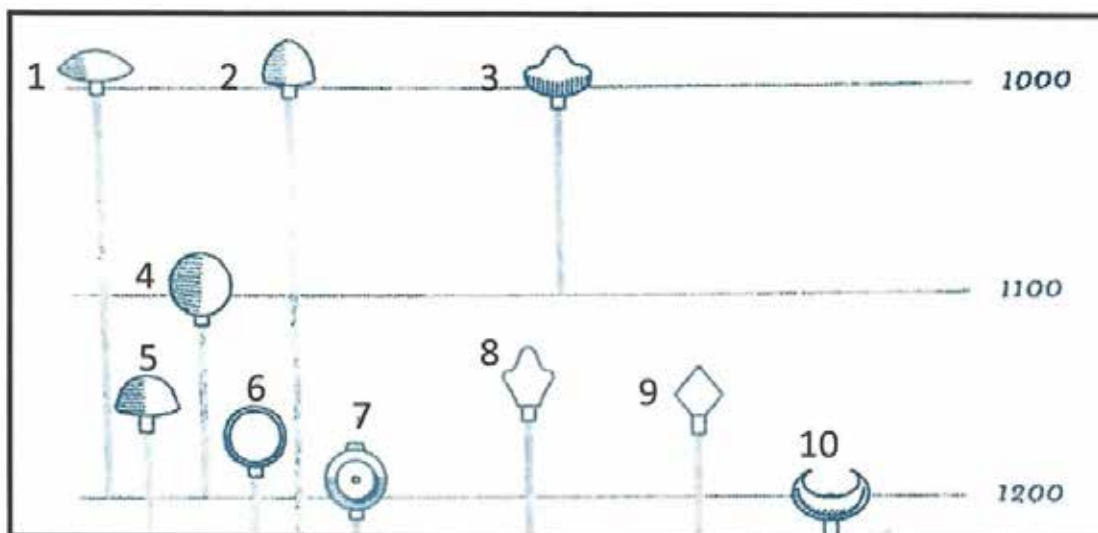
Uma espada, seja ela de que século for, é sempre composta por cinco partes: Lâmina, Empunhadura, Guarda, Pomo e Bainha. A classificação de todas essas partes é que nos permite apontar com precisão a datação da espada.

Espada do século XII – Componentes ou partes



Reprodução de uma espada do século XII pertencente ao espólio da Associação Terras Quente

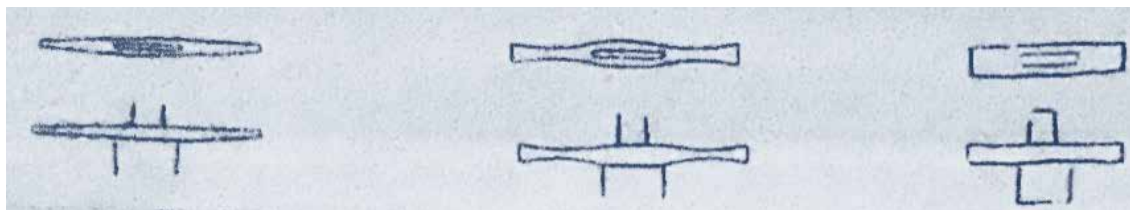
Pomo ou Mogueirão – Tipologia básica



1. Usado com frequência entre 980 e 1180, mais raramente depois de 1200
2. Desenvolvimento do Pomo. Popular entre 1150 e 1250.
3. Popular entre 980 e 1100.
4. Popular entre 1100 e 1200, mas também até 1380, particularmente em Itália e Espanha.
5. Popular entre 1150 e 1290
6. Popular em 1180. DE novo em uso c. 1350.
7. Popular c. de 1180. Em uso de novo a partir de 1500.
8. Popular c. de 1150 e 1250. (espada de S. Fernando – Real Armaria de Madrid).
9. Popular c. 1120. Em uso em 1350 embora raro.
10. Popular finais século XII. Em uso novamente no século XIV

Investigação baseada na metodologia de Ewart Oakeshott

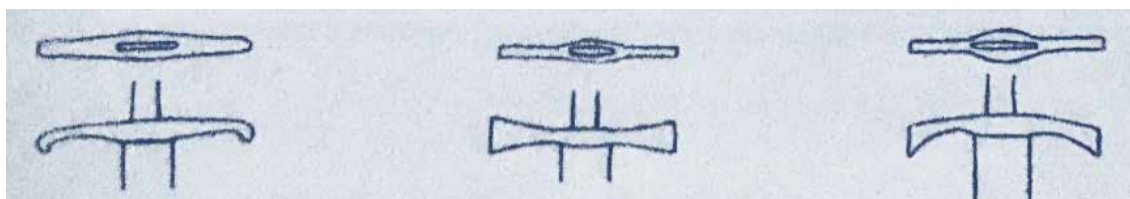
Tipologia dos mais usados modelos de guarda no século XII-XIV



Em uso até fim da Reconquista

Popular entre 1250 e 1350 tem uma secção que podia ser circular, quadrada ou octagonal. De uma forma geral podíamos dizer que a secção circular inicia-se na data Entre 1070, a quadrada entre 1250 e 1350 e a octagonal depois de 1250.

Séc. XII. Muito comum depois de 1060



Séc. XII, Inícios séc. XIII

Raramente apareceu antes de 1200 Comum c. 1300

Usada desde os finais do séc. XII aos finais do séc. XV. O período ouro é a segunda metade séc.XIII

Investigação baseada na metodologia de Ewart Oakeshott

Tal como os pomos e as lâminas também as guardas conhecidas na Idade Média por “travessas” têm sido objecto de estudos e sobretudo sistematização. Nesse esforço foram analisados 35 modelos de pomos e 7 estilos diferentes de guardas. Esta sistematização deve-se sobretudo a Ewart Oakeshott, baseado nas investigação feita séc. XX por Elis Behmer e Jan Petersen. É o resultado desses estudos adoptados agora à realidade Portuguesa, que damos a conhecer.

As guardas estudadas referem-se a tipos básicos, já que podia haver uma infinidade de modificações originadas pelo gosto pessoal. Muitos chegavam até mesmo a pintá-las de cores vivas, tal como faziam aos elmos e as cotas de malha.

Tipologia dos mais usuais modelos de lâminas



Finais séc. X



1120/1180 até 1º quartel séc. XIII



200/1320

Investigação baseada na metodologia de Ewart Oakeshott

Conclusão

A apreciação da tipologia exposta das várias peças componentes de uma espada medieval, permite-nos concluir com um grau de certeza quase absoluta sobre a verdadeira espada de D. Afonso Henriques que se encontrava no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra antes de ser levada por D. Sebastião para Alcácer Quibir.

Aliás esse tipo de espada está perfeitamente representada numa pequena escultura em pedra do nosso primeiro monarca que esteve muitos anos na Alcáçova em Santarém, encontrando-se presentemente no Museu Arqueológico do Carmo.

Uma análise atenta aponta-nos de uma empunhadura muito curta (repare-se que a mão, mesmo sem a protecção da malha de ferro envolve a base do pomo) equipada com uma travessa ou guarda retilínea muito em voga no século XII e um pomo ou Mogueirão do tipo “disk pommel” em uso entre 1100 e 1200.



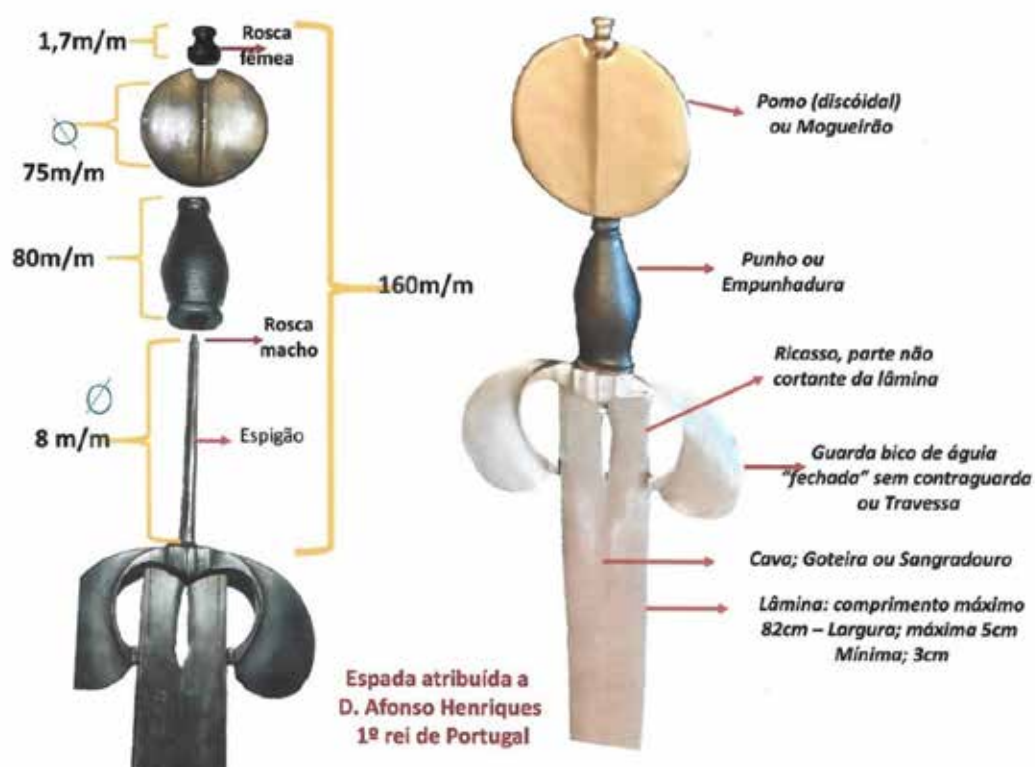
Como podemos ver, este modelo de espada nada tem a ver com a espada existente, atribuída a D. Afonso Henriques. São dois modelos totalmente distintos que, por isso, importa serem descodificados.

Sobre a Espada atribuída a D. Afonso Henriques que se encontra no Museu Militar do Porto.

Em 1987, tivemos ocasião de nos encontrar em Lisboa com Ewart Oakeshott, a maior sumidade (em nossa opinião) em armaria medieval com quem há muito nos vinha-mos correspondendo e por quem nutríamos especial estima e respeito. Aquele nosso encontro era específico e versava sobre um tema de especial interesse para ambos: a espada de D. Afonso Henriques. Para isso levávamos connosco uma foto ampliada da espada que após longa e agradável conversa, lhe entregámos, pedindo-lhe para a analisar com cuidado e se possível emitir a sua doura opinião. Tempos depois enviou-nos uma carta na qual a determinada altura diz o seguinte:

“The form of the hilt is so typical of the late 15 century that it is very difficult to reconcile it with the tradition of Afonso Henriques”...

Tradução: “A forma do punho é tão típica do final do século XV que é muito difícil contactá-la com a tradição de Afonso Henriques”...



Espada desmontada com a indicação das medidas e nomenclaturas, peça pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes

E mais à frente acrescenta:

... Basically of course it's late 15 century Spanish".

Tradução: ... Basicamente é claro (o punho) é Espanhol do século XV".

Finalmente remata:

... It's very hard to believe that (the sword) could be from the 12th century because its elements are from a 15th century Spanish weapon

Tradução: ... É muito difícil de acreditar que (a espada) poderia ser do século XII porque os seus elementos são de uma arma espanhola do século XV.

Uma análise atenta a esta espada leva-nos a concluir que, na realidade se trata de um exemplar da segunda metade do século XV ou inícios do século XVI. As razões são por demais evidentes.

Parafuso para enroscar o pomo. Falso. Nas espadas medievais os pomos eram rebitados ao espigão e nunca aparafusados, como vemos na fotografia acima com a espada desmontada.

Pomo. Falso. O pomo original tinha que ter algum peso para servir de contrabalanço, não é o caso.

Punho em metal. Falso. Os Punhos eram feitos sempre em madeira ou osso.

Ricasso. Parte da lâmina não afiada para não magoar o dedo que envolvia a lâmina, só aparece já na 2ª metade do século XV.⁴

Assim temos uma espada com todos os componentes do século XV/XVI, (1450-1520) mas nenhum do século XII.

Por várias vezes nos perguntaram se esta espada era mesmo do século XV, ou era uma reprodução. À excepção da empunhadura de metal que é absolutamente falsa, e do pomo que também é falso, tudo o mais é original.

Há muitos anos atrás, a arma foi desmontada à nossa frente e os especialistas presentes verificaram com espanto a pouca espessura do espigão. Não chegava a 1cm. Por outras palavras, qualquer movimento brusco, dobraria ou partiria a lâmina pelo espigão tornando-a inoperacional. Logo a conclusão dos especialistas é que a lâmina não podia ter sido feita para combate. Era uma lâmina de ostentação. Discordámos de imediato. A lâmina era verdadeira e, por isso, na origem o espigão teria cerca de 3cm na sua base, diâmetro normal de um espigão numa espada de combate do século XV/XVI.

No entanto, para conseguirem introduzir o espigão da espada, bem mais largo na sua origem na abertura do punho metálico acabaram por o limar, estreitando-o.

Conclusão final

Entre meados do século XV, c.1450 e 1520 começaram a divulgar-se nos reinos de Espanha e em Portugal um modelo de empunhaduras que permitia o uso da espada em golpes de talha ou mesmo de ponta. Essas empunhaduras estavam equipadas com contraguarda e ricasso de forma a permitir uma protecção para o dedo indicador que envolvia a lâmina. Assim, tornava-se possível manusear a espada de gume ou de ponta com igual eficácia. Dada a avançada evolução do armamento português adaptado aos descobrimentos, acredita-se que este tipo de arma seja uma adaptação portuguesa.

4 O ricasso já existia muito antes do século XV, embora fosse raríssimo. Um dos exemplares mais conhecidos é uma espada dos inícios do século XIII que integrou a coleção de H. Peterson (Arlington, Virgínia, E.U.A.). Mas tanto quanto se sabe é um exemplar único. Só a partir de 1426 e com mais frequência a partir de 1435 é que se começa a divulgar o ricasso, e uma pequena contraguarda destinada a proteger o dedo indicador. Aliás Ewart Oakeshott refere (Archaeology of Weapons, p. 327) que já na idade do bronze se fabricavam espadas com ricasso. Todavia o esgrima medieval baseava-se no gume e não na ponta, pelo que até ao séc. XV a espada estava desprovida de ricasso e era empunhada para cortar e raramente para espetar. As guardas em "bico de águia" fazem parte de um grupo de guardas tipicamente Ibéricas, por muitos designadas "Guarnições à Portuguesa". Estará esta designação correcta? É possível, mas não nos podemos esquecer que, nos reinos de Espanha estes modelos também eram correntes. Procedemos, por isso, a um estudo muito ligeiro dos mais afamados exemplares usados em Portugal e em Espanha que sendo datáveis nos permitem abordar com precisão a espada atribuída a D. Afonso Henriques. E tentámos esboçar uma metodologia classificativa.

É possível e até muito provável já que tivemos ocasião de apreciar documentação francesa que, referindo-se a estas espadas as denominadas “guarnições à portuguesa”. Seja como for, são espadas de um período em que as armaduras, com a proliferação dos centros europeus de fabrico de armamento se disseminaram cada vez mais.

Fazer frente a essas armaduras obrigava à criação de armas de ataque diferentes, capazes de talhar e de espetar, aproveitando os falsos das armaduras. E é assim que na Península Ibérica se começa a disseminar este modelo de espada também conhecida por espadas de “guardas de caranguejo” ou em português mais vernáculo “colhonas” (do Inglês quillons – guardas).

Torna-se evidente que dentro do mesmo tipo de guardas, começaram a aparecer modelos diferentes, mas todos eles de base comum.

Se quisermos abordar uma metodologia classificativa deste tipo de espadas podemos considerar três modelos básicos:

I	1. Espadas de “guarnições à portuguesa” sem contra guardas. 2. Espadas de “guarnições à portuguesa” com contra guardas.
II	1. Espadas de “guarnições à portuguesa” abertas. 2. Espadas de Guarnições à portuguesa” fechadas.
III	1. Espadas de “guarnições à portuguesa” “bico de águia”. 2. Espadas de “guarnições à Portuguesa” “cauda de peixe”.

Todos estes modelos foram usados em Portugal e nos reinos de Espanha e quase todos eles entre 1450 e 1520.

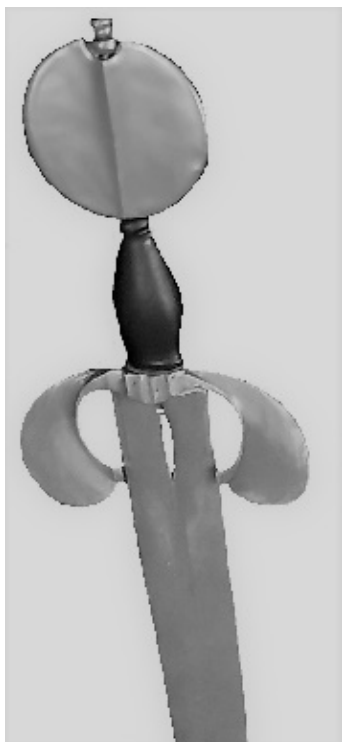


Dos Painéis de São Vicente de Fora atribuídos ao pintor régio de D. Afonso V, – Nuno Gonçalves – e que terão sido executados entre 1470 e 1480. Repare-se nas 3 espadas que o painel dos Cavaleiros apresenta onde é bem visível que as guardas em bico de águia não são fechadas, mas com sobre-guarda fechada.

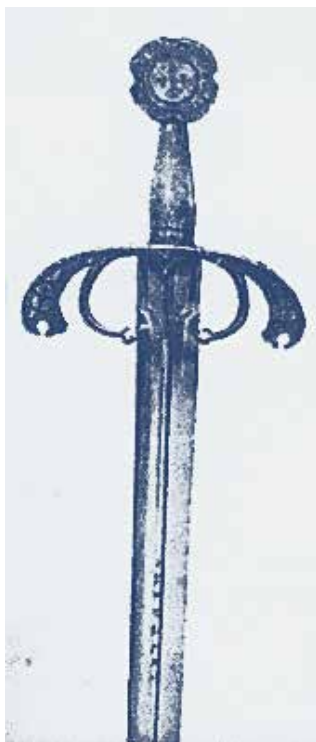


Pintura de São Paulo, empunhando uma espada com guarda Portuguesa (na opinião de alguns autores) que se encontra no Museu Nacional de Arte antiga e que se atribuiu à escola de Nuno Gonçalves.

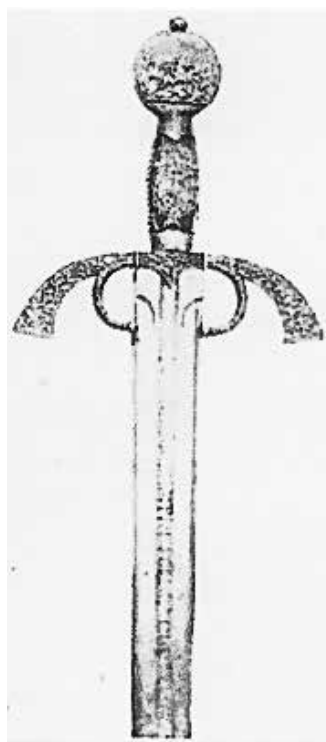
In; https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A0o_Paulo.



Guarda Bico de Águia
sem Falsa-guarda
Espada Af. Henriques



Espada de guerra de
Fernando o Católico
guarda bico de Águia
com contraguarda
(Falsa-guarda)



Espada de guerra do Grão
Capitão Gonçalo Fernandez
de Córdova 1453-1515
com guarda cauda de peixe
(Falsa-guarda)

Se olharmos com atenção para os painéis de Nuno Gonçalves e para a pintura de S. Paulo podemos apreciar os dois modelos de espadas de guarnições à portuguesa – bico de águia e cauda de peixe – e compará-los com as guarnições das espadas de Fernando “O Católico” e do “Grão Capitão”. As conclusões são surpreendentes porque as armas são absolutamente iguais.

E é dentro deste espírito que temos de enquadrar a espada dita de D. Afonso Henriques. Embora despida de contraguardas – as pontas das guardas em bico de águia tocando a lâmina faziam as vezes das contraguardas – a sua tipologia é a mesma. Por isso, a datação desta espada é idêntica, tem que ser idêntica à datação das espadas insertas nos painéis de Nuno Gonçalves e das de Fernando “O Católico” e do “Grão Capitão”. Finalizando: a espada em causa nunca poderia ter pertencido a D. Afonso Henriques. Tudo indica que as suas componentes verdadeiras se situam entre 1450 e 1520.

Bibliografia usada e consultada

- ANTIQUÁRIO CONIMBRICENSE, O** – Numero I, julho de 1841 (The J. Paul Getty Museum Library).
- ARQUIVO PITORESCO** – (Números 1 a 52 do ano de 1861) Numero 32, pág 255/256, Lisboa, 1861.
- COUTINHO, MENOEL DA CRUZ PEREIRA** – Elvenda ou Conquista de Coimbra, romance histórico e Moral elaborado sobre os factos do século XI, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1858.
- BAÊNA, MIGUEL PEREIRA COUTINHO SANCHES DE** – “Grandes Enigmas da História de Portugal; Vol. I da Pré-História ao século XV, pág 171, Esquilo Edições & Multimédia 2ª edição, Maio, 2009, Lisboa.
- BARROCA, MARIO e MONTEIRO, JOÃO GOUVEIA** – Pera Guerreiar, Armamento medieval no espaço português – Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000).
- DAEHNHARDT, RAINER** – Homens, Espadas e Tomates, Feitos Heroicos dos Portugueses nos descobrimentos. As suas armas e as dos seus adversários, Zéfiro, Sintra, 2ª edição 2010.
- MARIA, DOM NICOLAO DE S.** – (Cónego Regrante & Chronista da Congregação de S. Cruz de Coimbra) – Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho Primeira Parte, Officina de Ioam da Costa, Lisboa, MDCLXVIII.
- MATTOSO, JOSÉ** – Reis de Portugal, D. Afonso Henriques, Círculo dos Leitores, Temas e debates, 2ª edição, Lisboa, 2011.
- OAKESHOTT, EWART** – The Archaeology of Weapons, Arms and Armour from Prehistory to the Age of Chivalry. Lutterworth Press, 1960.
- SIMÕES, J. DE OLIVEIRA** – As Armas nos Lusíadas, Editado por Publicações Alfa, SARL, Lisboa, 1986.
- SOUZA, MANUEL FARIA DE** – Epitome de las Historias Portuguesas, Vol. II, Lisboa 1673; e 1ª edição Madrid, 1628). E En Brusselas, por Francisco Foppens, Impreffor y Mercador de Libros, M.DC. LXXVII.
- TEIXEIRA, CARLOS A; CARDOSO, GUILHERME; MIRANDA, JORGE** – Em apontamentos históricos-Administrativos, p. 88, Cascais, Associação Cultural de Cascais, 2003.

Edições electrónicas

- BOUZY, OLIVIER** – L'armement occidental pendant la première croisade – Cahiers de recherches médiévales et humanistes, Classic Garnier, SL, 1996 – 1 | 1996 Croisades et idée de croisade à la fin du Moyen Âge (openedition.org).
- COGNOT, FABRICE** – L'armement medieval. Les armures blanches dans les collections bourguignonnes Xe – XVe Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne U.F.R. Histoire de l'art et Archeologie, Paris, 2013. – Présentation – Dr. Fabrice Cognot, PhD, Bladesmith (historicalbladesmith.com).
- <http://afonsodevilarelho.blogspot.com/2014/09>.
- http://artes-vivas-index3.blogspot.com/2012_05_01.
- <https://viajaredescobrir.blogspot.com/2018/04/portugal-santarem-estatua-de-d-afonso>.
- <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2011/10/guine-6374-p8946-patronos-e-padroeiros>.
- <https://artes-vivas-index3.blogspot.com/2012/05/d-afonso-henriques-na-escultura>
- <http://artes-vivas-index3.blogspot.com/2012/05/d-afonso-henriques-na-escultura>.
- <https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-estatua-d-afonso-henriques-280354>.
- <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=1457766> acesso em 9 de Fevereiro 2022, – O livro dos Assentos e Resoluções do Convento de Santa Cruz de Coimbra.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A0o_Paulo. – Pintura de São Paulo.

τφ



A Espada Muçulmana

A Espada Muçulmana

José Faria Santos*



A)



B)



C)

A) Relevé da igreja Akhtamar início século X.

B) Pintura de Abn Al-Um'min Ibn Mohamede, Início segundo quartel séc. XII -Museu topkapi.

C) Guerreiro totalmente armado de ícone feito em prata século XI – Museum State of Art Georgia.

Desenhos Miguel Sanches Baêna

Há coisas na vida que são de difícil explicação. Talvez por isso não mereça a pena tentar-se encontrar uma lógica quando ela está nítida à nossa frente. Não o sabemos. E provavelmente nunca o saberemos.

Mas vem tudo isto a propósito de um episódio que marcou profundamente a minha vida e contribuiu para o incremento das minhas investigações no âmbito histórico científico do armamento muçulmano na Península Ibérica, nomeadamente em Portugal.

Nessa altura, estamos a falar de meados dos anos oitenta, era eu ainda um jovem investigador particularmente centrado na época medieval, mormente no que toca à problemática templária. Ao longo dos meus trabalhos como investigador, comecei a aperceber-me da importância que a história muçulmana assumiu durante o período da reconquista. Foram quatro séculos e meio de domínio intenso a meu entender ainda deficientemente estudados, que importava serem trabalhados.

* Licenciado em Turismo, pós-graduado e mestre em “Estratégias de Desenvolvimento Turístico”. É, actualmente, doutorando em Turismo na especialidade “Planeamento dos Espaços Turísticos”, na Universidade de Lisboa. Foi director hoteleiro e de algumas estruturas monumentais nacionais. É consultor sénior e investigador na actividade turística. Tem efectuado e publicado em bibliografia específica diversos artigos sobre turismo, património e história militar. Neste âmbito tem procurado desenvolver e descodificar a máquina templária islâmica vista por dentro, mormente no que respeita à Península Ibérica. Tem igualmente participado na realização, organização e como orador em vários eventos de cariz turístico e cultural.

Rapidamente me apercebi que não era possível abordar a história da Idade Média em Portugal, nomeadamente no que toca à história da Ordem do Templo e o início da nacionalidade, sem uma especial menção ao Islão e à sua formidável máquina de guerra.

E foi assim que começou esta minha investigação.

Quis o destino que numa deslocação que encetei a Espanha tivesse contactado, ocasionalmente a Dr.^a Ada Bruhn Hoffmeyer, curadora Dinamarquesa de museus, escritora e especialista em armas medievais e fundadora do Instituto de Estudos sobre Armas Antigas, instituição reconhecida em Espanha como autoridade em armas e armaduras espanholas.

A Dr.^a Hoffmeyer prontificou-se desde logo a pôr-me em contacto com o Dr. Abdel Rahman Zaky, reconhecida autoridade Medieval Islâmica e especialista em armas e armaduras medievais, professor emérito da Universidade do Cairo e antigo director do Museu Militar do Cairo e da Biblioteca das Forças Armadas, os quais lhe permitiram granjear um enorme prestígio.

Cerca de um mês mais tarde, recebi um telefonema da Dr.^a Ada Hoffmeyer. Não estava de todo à espera. E ainda mais espantado fiquei quando com o maior dos à-vontades me acentuou que o Dr. Zaki tinha aceite a sua sugestão para “conversar” comigo e eventualmente apoiar-me nas minhas investigações. O facto de eu ser português e da presença muçulmana se ter feito sentir no nosso território interessava-lhe muito. Em data acordada lá me encontrei com o Dr. Abdel Zaky em Madrid. Senti desde logo que à minha frente não estava um professor emérito de uma das mais prestigiadas Universidades do mundo, mas um amigo com quem podia falar abertamente e com quem podia contar. A partir daí, apoiado e orientado por aqueles grandes Mestres da ciência militar, encetei as minhas investigações. E são essas investigações que agora desejo partilhar convosco¹.

SAYF

Sayf é uma palavra usada no mundo árabe para designar (na idade média) genericamente uma espada, sem se referir a qualquer tipo em particular. Nessa época o modelo mais comum de espada árabe possuía uma lâmina larga e direita com gumes em ambos os lados ou só num. O punho terminava em secção curva acabando num encaixe metálico. Embora fosse esse formato mais comum, no mundo medieval árabe desenvolveram-se variações locais por vezes em quantidades muito reduzidas. Por isso espadas árabes são hoje muito raras.

De acordo com os estudos do Prof. Abdel Zaky muitas das mais primitivas espadas islâmicas eram chamadas Sayf Badāwī – espada dos Beduínos, conhecidas por terem lâminas rectas com um ou dois gumes muito bem forjadas e temperadas.

1 Nota 1 – A Dr.^a Ada Hoffmeyer continuou a dar-me o seu apoio científico até à data da sua morte em 1991.

A Dr.^a Ada Bruhn Hoffmeyer, ao abordar as primeiras espadas Bizantinas verificou que todas elas possuíam uma forma idêntica, isto é, uma lâmina longa equipada com dois gumes utilizada tanto para espetar como para talhar. E foi a partir desta observação que a Dr.^a Hoffmeyer começou a dirigir os seus estudos (A. B. Hoffmayer “*in*; Introduction to history of the European sword” – Gladius I p. 62). Apoiando-se em Leo e na sua obra “Táctica” século X, cap. XII, refere que a cavalaria pesada muçulmana usava uma espada com lâmina larga de dois gumes e uma outra que apelidavam de meia-espada (Hoffmeyer, op. Cit. P. 91). Mas a cavalaria ligeira usava outro tipo de espada. Também de lâmina recta, mas mais estreita e equipada com um só gume (Hoffmeyer op. Cit p. 91).

Pelo que toca à construção e formato das lâminas das espadas, Zaky (Opus cit. Pp 271-72) apoiando-se no livro de Al. Kindi (c. 801-870 d.C Al Sayf wa Agnrâsubä), aponta três tipos de lâminas: havia as de ferro, chamadas Sayf Anî; de aço, conhecidas por Sayf fülâ; e de ferro com gume em aço, as Sayf Mudakkar.

Normalmente as espadas eram chamadas e conhecidas pelo seu lugar de fabrico (ibid.) e pela sua elevada qualidade.

As lâminas importadas eram altamente apreciadas pela sua resistência e capacidade de corte. Desde muito cedo que se importavam via Ádan/Lémem para todo o mundo muçulmano lâminas feitas na China. Do mesmo modo importavam-se lâminas feitas no Egipto, embora estas fossem de qualidade inferior quando comparadas com as do Al-Andalus² e do Magreb. As lâminas feitas na China e na Índia continuavam a ser alvo de enorme comércio. Existe muita iconografia sobre as lâminas indianas desse período e a maior parte delas era do tipo de duplo gume. Aliás, muito parecidas com as representadas nas primeiras moedas islâmicas. Todavia, algumas dessas lâminas possuíam um só gume como se pode apreciar na espada representada na moeda do século X do Califa Halûf Muqtadir.

Para além de serem exímios fabricantes de lâminas, o Islão importava muitas principalmente do norte através de comerciantes Varangianos³ da Escandinávia. Na segunda metade do século IX, Ibn Hurbadba faz alusão a estes comerciantes (Hoffmeyer, op. Cit. p. 93) que vendiam as suas espadas nos mercados de Bagdad e Constantinopla. Meio século mais tarde, um outro escritor, Ibn Fadlan – 921-922 d.C. escrevendo para o Halif Muqtadir, referia-se às grandes lâminas Varangianas adamascadas (Hoffmeyer, op.cit).

2 Na Espanha Mourisca a manufatura de espadas perdurou até ao século XV. Toledo e as espadas ficaram indissoluvelmente ligados na literatura sobre armas. As lâminas de Toledo eram famosas desde o tempo de Roma. Quando Tariq Ibn Ziyad menciona a grandeza de Toledo aponta a profusão de coroas com metais preciosos, joalharia, armas em ouro e prata, adagas, espadas ricamente decoradas, arcos, lanças e muitas várias outras armas. Quando a indústria de espadas de Toledo passou para o controle dos Árabes, o Califa Abd Al. Rahman II (822-852 d.C.) filho regulamentou-a e reformou-a. E o seu prestígio era tal que se celebrou o presente de uma preciosa espada feita em Toledo, oferta de Al-Hakam II para Sancho Conde de Navarra em 865 d.C.

Sevilha era também famosa pelas suas magníficas lâminas de espadas, bem como Almería, Múrcia e Granada. Ibn Sa'id o conhecido viajante e cronista referia no século XIII que Múrcia era famosa pela sua indústria de armas e que as espadas de Sevilha tinham magníficas e bem temperadas lâminas com características únicas.

3 Varangianos/Varegues: grupo de povos escandinavos (guerreiros/comerciantes) que, entre os séculos IX e XI, ocuparam partes dos territórios que hoje são a Rússia e a Ucrânia e que viriam a ganhar influência no Império Bizantino.

Durante as cruzadas, um enorme número de espadas europeias caíram nas mãos dos muçulmanos. Recolhidas nos grandes arsenais, foram gravadas inscrições nas lâminas em árabe geralmente com louvores a Alá.

Numa sociedade rica e culturalmente evoluída como a do Islão medieval era natural que muitas das espadas fossem o orgulho de qualquer homem de armas. E uma arma particularmente associada à religião, para os muçulmanos devia ser decorada. A espada do profeta Muhamed teria um punho de prata ou “Qabi”, enquanto que as lâminas de outras suas espadas estavam embutidas a ouro com inscrições em prata. E, algumas das espadas de cerimónia tinham as lâminas embutidas com pedras preciosas, embora isso fosse raro.

Tem-se gerado uma certa confusão acerca do verdadeiro significado do damasquinado. No Islão Medieval “damasquinado” era o termo aplicado aos embutidos decorativos aplicados nas lâminas feitas localmente ou importadas. Como Damasco se tornou no centro desta arte as lâminas passaram a chamar-se damasquinadas. Só muito mais tarde se começou a aplicar esta palavra a um processo de manufatura de belo efeito visual nas lâminas de elevada qualidade, normalmente importadas do Este.

Mas nem todas as espadas eram decoradas, nem tão pouco os seus punhos, mesmo as que pertenciam aos nobres muçulmanos (Hoffmeyer, op. Cit p. 44).

Lâminas e sabres Islâmicos – Museu Topkai – Istambul

Espada do Califa Uthmam
(644-656 d.C.)



Espada do Califa Abu Bakr
(632-634 d.C.)



Espada do Califa Umar
(634-644 d.C.)



Espada do Califa Ali
(656-651 d.C.)



Espada do Califa Uthman
(644-656 a.D.)



Espada do Profeta
Mohamed



Sabre do Profeta Mohamed



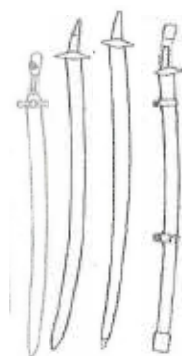
Espada de Zayr al Abidin
(Inícios do séc. VIII)



Khalid ibn al Walid
(Meados do século IX a XIII)



Sabres Turcos da Ucrânia
(Séculos IX – XIII)



Sabre Turco das montanhas de
Altai, (Século VIII)
Museu do Ermitage
Leninegrado



Durante a Idade Média divulgaram-se dois tipos de punhos: Ri'as e Qabi'a. É fácil de se distinguirem, mesmo em representações estilizadas. O estilo mais antigo usado pelos muçulmanos seguia a linha das espadas Sassânidas Persas, com guardas curvas em direcção à lâmina, um estilo que também apareceu em Bizâncio entre os séculos VIII e X. A empunhadura inclinada típica dos sabres é também de origem iraniana e foi também adoptada pelos Muçulmanos árabes (Hoffmeyer – Gladius II opus. Cit p. 66). Qualquer

destes tipos de armas são claramente visíveis em exemplares ainda existentes e nas muitas ilustrações do período Medieval.



Espada de um Califa Abassíde desconhecido, século XIII-XIV, Iraque ou Egito – Topkapi Armoury, Istambul, Turquia



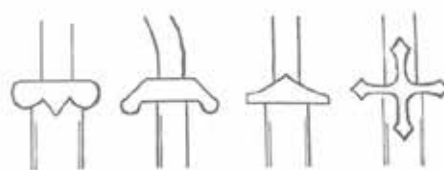
Segunda espada do Califa Musta'sim Billah, meados do século XIII. O pomo e as argolas são posteriores, provavelmente acrescento Turco Otomano – Topkapi Armoury, Istambul, Turquia. (Al-Musta'sim Billah foi o último califa abássida a reinar em Bagdade, iniciando o reinado em 1242 e terminando com a sua morte na invasão mongol no Cerco de Bagdade em 1258

Ada Bruhn Hoffmeyer traça as características de fundo das guardas andaluzes às quais dá o nome de quillons e que eram curvas em direcção à lâmina. Certamente seriam de origem Indiana (Hoffmeyer – Gladius V obra. Cit p. 103 e 104). Para além disso, (Hoffmeyer – Gladius V obra. Cit p. 46 a 49) aponta o pomo trilobado tão característico nas espadas trilobadas Andaluzes e que foi usada em quase todo o Leste. Este tipo de empunhadura foi usado para os golpes de talha, isto é, utilizando a força do braço e o gume da lâmina em vez da ponta para espetar. Era um tipo de esgrima que teve o maior reflexo no formato tanto da lâmina como da empunhadura muçulmana. As guardas eram mais direitas ou cruciformes a empunhadura mais comprida e espalmada e sem pomo largo como era usual nas espadas cristãs.

A configuração das empunhaduras islâmicas implicava uma forma específica para se empunhar a espada. Neste caso o combatente agarrava o punho passando o dedo indicador sobre a guarda.



Pomos trilobados Islâmicos

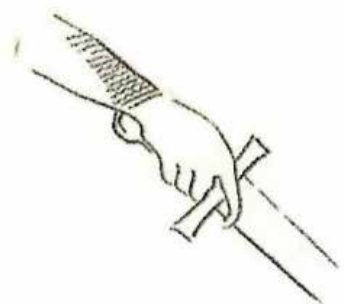


Guardas Islâmicas

Esta posição deu origem a uma forma de esgrima muito característica naquela época, tanto entre cristãos como muçulmanos. A esgrima de ponta só apareceria mais tarde. Até lá eram os golpes de talha que prevaleciam e condicionavam o feitio da espada. E é dentro deste espírito que se desenvolve a espada islâmica.

No British Museum há uma taça de prata de prata feita na Pérsia durante o período Sassanita mostrando o monarca a cavalo, escarchando leões, com a espada. Torna-se imensamente curioso a sua empunhadura com o dedo indicador abraçando a guarda de uma forma muito parecida com uma ilustração de um guerreiro Franco num manuscrito de St. Gall (cod. Perizoni, 17 Leyelen c. 900-950 d.C.).

Durante toda a idade média era normal as espadas serem empunhadas desta forma, salvo se as guantes do utilizador estivessem desprovidas de dedos que foi a forma mais usual até ao século XIII.



Empunhadura de uma espada gravada numa taça de prata Persa, Sassanita, British Museum

Ainda existem em Museus e colecções particulares espadas do século XIII equipadas com “ricassos”. Sabendo que o ricasso só se começou a divulgar na primeira metade do século XV, estes exemplares, hoje raríssimos, permitem-nos um reequacionamento mais preciso e completo da história do armamento durante a Idade Média.



Uma das primeiras espadas com “ricasso”, inícios do século XIII, Colecção Mr. H. Peterson, Arlington Virgínia, [Oakeshott, pág. 328] encontrada em escavações

Variações ao desenho tradicional trouxeram punhos mais curtos que cobriam a mão toda, dando origem a uma maior flexibilidade, mas, em contrapartida, a uma força e impacto naturalmente muito menores. Este último estilo foi, no parecer de Hoffmeyer (obra cit pág. 106), introduzido no Al-Andalus pelas tribos berberes, particularmente os Banu Marin nos séculos XI e XII.

A questão que se prende com a região ou província em que surgiram os sabres, isto é, as espadas de lâminas curvas, no Islão, é ainda hoje um enigma por decifrar. Mayer (L. A. Mayer: *Mameluk Costume: A Survey*, Genève: Albert Kundig, 1952. 120 p., 20 plates. 4.º) refere que os sabres chegaram ao território Mameluk no século XIV, mas Firdawsi (c. 930-1020 d.C.) faz menção na sua obra “Sah Nama” ao Qalāchūr, sabre persa longo e curvo que, segundo ele, estava já em uso desde a era pré-Islâmica. Fakhr al-Din Mubarrak sah narra que o Sultão Sabaktagin (976-997 d.C.) lutava também com a Qalachur (/C.E. Bobworth: *The Ghaznavids*, Edimburgo, 1963). É muito possível que o termo Qalachūr tivesse alterado de significado com o desenvolvimento da moda e com o tempo.

No entanto, muito possivelmente, a designação Qalachūr referia-se sempre a uma arma de um só gume.

O século XIII trouxe-nos provas evidentes do uso do sabre com vários tipos de lâminas, todas elas provenientes do Egipto Mameluco. As lâminas extremamente curvas parecem provir todas elas da Ásia Central, talvez da Mongólia, como aliás nos sugerem as figuras gravadas num caldeirão existente no Museu Turco “Mawlana”.

Um particular que merece a maior atenção e que tem de certo modo sido posto em plano secundário diz respeito às adagas. Trata-se em nosso entender de um erro de

fundo já que a adaga fazia parte do armamento do combatente muçulmano, particularmente da infantaria durante a Idade Média. Segundo Hitti (P.K. Hitti: *Memoirs of an Arab – Syrian Gentleman or Kitāb al l’Tibar by Usama Ibn Munqid*, Beirute, 1964) havia quatro tipos de adaga: as Basan, sih, Nimg e Sihina, que faziam parte do equipamento do soldado de infantaria, sendo o último uma pequena faca para todos os fins. Mais tarde, já no século XIII no Al-Andaluz, a espada e a adaga eram já parte normal de qualquer soldado de infantaria, embora nessa altura, segundo Ibn Hudayl (Provençal, Lévi: *Histoire de L’Espagne Musulmane*, Vol. III, Paris, 1967), as adagas não eram uma arma destinada só à infantaria. Os cavaleiros também a tinham como arma de recurso. Ibn Hudayl apontava para dois tipos de adaga já usadas pelos cristãos, embora muito mais tarde (Hitti, op. Cit p. 80).

Tanto a ocidente como no oriente parece ter sido normal a espada ser usada do lado esquerdo do combatente e a adaga do lado direito, como já era uso da cavalaria pesada Sasanita pré-islâmica (Hoffmeyer – *Gladius I* op. Cit p. 65). Aliás, Leo “O Sábio” dá grande importância às facas e adagas na cavalaria pesada, muito usadas no termo dos combates táticos nas guerras do Islão (Hoffmeyer, idem obra Cit p. 44). Curiosamente, a única

ilustração de uma adaga que tivemos ocasião de apreciar data de meados do século XIII e está inserta num jarro no Museu Britânico. Trata-se de uma figuração de um cavaleiro que, com a adaga na mão direita, está a dar o “golpe de misericórdia” ao seu inimigo.

Suspensão das espadas nos cintos (séculos XII/XIII)

Originalmente os sarracenos transportavam as suas espadas suspensas num talabarte ao ombro direito ou ao ombro esquerdo e na Península Ibérica este método permaneceu em uso até ao século XIV. No entanto, talvez por influência Persa começou a prevalecer na Síria durante o século XI ao século XII a moda de suspender a espada num cinto do lado esquerdo que se divulgou pela Península Ibérica (anacronismo) em data mais tardia. Ambos os métodos continuaram a ser usados até cerca de 1180, quando na Síria o cinto suplantou completamente o uso do talabarte. Depois disso o cinto disseminou-se com excepção de 1193-1219 período em que o talabarte estava ainda em uso no Egipto em 1154. Não sabemos se foi mais tarde substituído pelo cinto. No entanto sabe-se que os sultões Mamelucos usavam o talabarte na segunda metade do século XIII.

Espadas Europeias

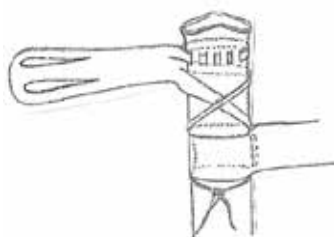


Diagrama da fixação da espada ao cinto. (desenho do autor)



Espada do Conde Ekkehard (1260) [Oakeshott pág. 244] mostrando o cinto enrolado a toda a volta da bainha. Em guerra a espada era suspensa no cinto. Mas em paz, nomeadamente em cerimónias era transportada como uma bengala com o cinto enrolado à sua volta

Curiosamente, nunca encontrámos referências escritas ao uso de fiadores de borlas, mas por várias vezes as vimos representadas em iluminuras e esculturas suspensas nos pomos das espadas islâmicas. Ao que parece, os fiadores de borlas aparecem inicialmente no Egipto nos séculos XI/XII. Segundo manuscritos da época, estas correias

de segurança e, ao mesmo tempo ornamentais, parece terem sido características da região do Azerbaijão e Gazira, embora essas figurações em manuscritos tenham tido, certamente, uma origem ocidental facilmente detetável pelo estilo e equipamento. Só mais tarde essa moda transbordou para as áreas dos Mamelucos, Egito e Síria. Apesar desses fiadores de borlas terem inicialmente um fim decorativo, nos séculos seguintes o seu uso destinou-se a evitar a perda da espada em combate passando o fiador em redor do pulso. E embora as espadas e os combatentes cristãos fossem omissos em relação a esta moda, no Islão ele vigorou praticamente até ao século XIX.

O Islão desenvolveu-se entre duas culturas rivais: a Grécia e Roma clássicas, herdadas pelo cristianismo de Bizâncio e o Sansanito Iraniano que actuava como canal e filtro para a Arábia Central. E é nesta fusão de tradições que temos que procurar como usavam as espadas.



Espada cristã com inscrições no pomo: AVE MARIA GRATIA PLENA e na guarda: DIOS ES VENCEDOR EM TODO, A(MEM), Ada Hoffmeyer, Gladius II Fig. 5 pág. 17, 1963

Basicamente foi na tradição Romano-Helenística de usar a espada e a bainha num talabarte do ombro direito à cintura esquerda que se fundou o uso da espada pelos combatentes islâmicos. Todavia, no Irão era normal suspender a espada no lado esquerdo num cinto em redor da cintura. Este estilo tornou-se comum na Europa a partir do século XII, talvez por influência das cruzadas. Esta forma de usar a espada era conhecida no Islão Árabe por “Yusadd”, enquanto o anterior era conhecido por “Taqallada”. À correia de suspensão ou Talabarte de ombro davam o nome de “Hamila” ou “Nigad” enquanto o cinto era conhecido por “Dand” ou “Sadd”.

Os combatentes do Médio Oriente desde o Crescente Fértil eram normalmente apresentados na iconografia no tempo de Roma usando as suas espadas suspensas num Talabarte no ombro esquerdo. Séculos mais tarde, os manuscritos Seylitzes representam muitos cavaleiros bizantinos ainda usando as suas espadas num talabarte, mas agora do ombro direito à anca esquerda (Hoffmeyer – Gladius V op. Cit).

Desde que os primeiros muçulmanos Árabes ficaram sob forte influência Romana, mais do que a Iraniana, não é de surpreender que na Síria, e até mesmo no Iraque entre os Beduínos, este modo de suspender a espada num talabarte fosse frequente.

No Al-Andaluz e no Magrebe, onde os primeiros estilos Sarracenos sobreviveram mais tempo, os talabartes foram reforçados com acrescentos à moda Ocidental Europeia. Este método continuou em voga até praticamente ao século XIV. Mas o método de suspensão da espada à cintura apareceu no Islão logo que os muçulmanos invadiram o território Sassânida. Depois disso tornou-se cada vez mais comum ao longo de todo o Ocidente. Eventualmente teria até penetrado no Al-Andaluz.

A gradual adopção deste estilo persa pelos Muçulmanos está confirmado por algumas fontes escritas, referidas nomeadamente por Ahmad Ali Kohzad (A. A. Kohzad: Uniforms et arms desgards des sultans de Ghazna, Afganistan, Vol. VI Kabul, 1951). Dois séculos antes do acordo com Amir Ali, o Abbasid Halif Mutawakkil (847-861 d.C.) ordenou às suas tropas que abandonassem o talabarte e passassem a usar as espadas suspensas nos cintos. (A. Ali: A Short History of the barracens, London, 1961). Na Síria, a substituição dos talabartes pelos cintos de suspensão foi um processo de alteração mais confuso.

Vale a pena abordar o historiador Al. Magrizi, que apontou “atabak sayf al-Din Gazi I (1146-1180 d.C.) como tendo sido o primeiro legislador na Síria a ordenar que os seus homens adoptassem o estilo Persa. Apenas uns anos mais tarde, o seu sobrinho Nur al-Din Atslan I (1193-1219 d.C) reintegrou por algum tempo o talabarte (Mayer op. Cit p. 45).

Por certo Usama usava a sua espada suspensa num talabarte quando, em combate no exército Fatímida no Egipto, em 1154, caiu do cavalo e perdeu a sua “espada embainhada”, que foi atirada para longe com o impacto (Hitti, op. Cit. P. 52).

Segundo Hoffmeyer, as bainhas das espadas sarracenas do Período Mameluco eram feitas normalmente em madeira coberta de *sargreen* fino, damasco, veludo ou metal. Normalmente eram reforçadas com duas a seis bandas metálicas. A estas bainhas eram dados três nomes: Gahaz, Gim ou Qirab. Não conseguimos assumir as diferenças entre estas nomenclaturas, apesar da investigação profunda que desenvolvemos.

Estas bandas de reforço aparecem frequentemente nas iluminuras e nas bainhas ainda existentes.

Até aqui abordou-se de forma muito genérica a espada muçulmana e o seu uso. Num próximo número dos Cadernos Terras Quentes iremos completar este artigo com a metalurgia árabe, os seus fabricantes e comércio de espadas.

Bibliografia utilizada e consultada

AL-KINDĪ (ABU YÜSUF YA'QÜB IBN ISHÄQ AS-SABBÄH) – (c. 801-870 ADJ Al Sayf wa Agvräsübü) s.l. s.d.

BABAKHANIAN, ARAKEL GRIGORI (LEO) – *In*, História Geral de África, África do século VII ao XI, Comité Científico da UNESCO para redação da História Geral de África, capítulo 12, Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil, 2010.

BOSWORT, CLIFFORD EDMUND – *The Ghaznavids, Their empire in Afghanistan and Eastern*, publicação da Edinburg University, Edinburg, 1963.

FIRDAWSI – *Shahnama (book of kings) (1020, Turkmen period, Iran, 1480.*

HOFFMEYER, ADA BRUHN DE – *Las armas en la historia de la Reconquista Consejo Superior de Investigaciones Cientificas Revista Gladius : estudios sobre armas antiguas, armamento, arte militar y vida cultural en oriente y occidente, 1988-12-01, Vol. Especial, p. 31-101.*

HOFFMEYER, ADA BRUHN DE – *Introdução à História da Espada Europeia Consejo Superior de Investigaciones Cientificas Revista Gladius : estudios sobre armas antiguas, armamento, arte militar y vida cultural en oriente y occidente, 1961, Vol. 1, p. 30-75.*

HOFFMEYER, ADA BRUHN DE – *Las armas de los conquistadores. Las armas de los Azetecas, Revista Gladius, XVII, pp. 5-56 ISSN 0435-029X, Madrid, 1986.*

HOFFMEYER, ADA BRUHN DE – *From Mediaeval Sword to Renaissance Rapier, Revista Gladius, II, pp. 5-68 ISSN 0435-029X, Madrid, 1963.*

HOFFMEYER, ADA BRUHN DE – *East and West, Mutual Contributions to Civilization, Revista Gladius, I (1961), pp. 9-16 ISSN 0435-029X, Madrid, 1961.*

HOFFMEYER, ADA BRUHN DE – *Arms & Armour in Spain. II. A Short Survey, Cáceres, Instituto de Estudios sobre Armas Antiguas, Madrid, 1982.*

HITTI, PHILIP K. – *Memoirs of an Arab-Syrian Gentleman, or an Arab Knight in the Crusades, Princeton University, Khayats, Beirut, 1964.*

LÉVI-PROVENÇAL. E – *Histoire de l’Espagne musulmane, Die Wiet des Islams, nova série. Vol. 2 Edição 4, pp. 288-293, Paris-Leiden, 1953.*

OAKESSHOTT EWART – *The Archaeology of Weapons: Arms and Armour from Prehistory to the Age of Chivalry. London; Lutterworth Press, 1960.*

SERUCA, HENRIQUE e BARROCA, MARIO JORGE – *Um modelo de espada criado pelos portugueses na primeira metade do século XV? Portvgalia, Nova Série, vol. 40, Porto, DCTP-FLUP, 2019, pp. 119-133 DOI: <https://doi.org/10.21747/09714290/port40a5>.*

ZAKY, RAHMAN A. – *A Preliminary Bibliographi of Medieval Arabic Military Literature, Revista Gladius n.º IV, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Digitalizado por InterClassica <http://interclassica.um.es>, Madrid, 1965.*

ZAKY, RAHMAN A. – *Introduction to the study of islamic arms and armour, in. Gladius Revue international des estudes sur l’armas anciennes, l’art militaire et lá vie culturelle en Oriente t Occident, Vol. I p. 17-29, Madris, 1961.*

$\tau\phi$



Uma abordagem
numérica da operação
do 25 de Abril

Uma abordagem numérica da operação do 25 de Abril

Frederico Carlos Reis Morais Coronel de Infantaria Reformado*

Como prefácio esclareço que escrevi este pequeno e despretensioso artigo a pedido do meu familiar Mestre Carlos Alberto Santos Mendes, Presidente Associação Terras Quentes, sediada em Macedo de Cavaleiros, a fim de ser publicado na revista anual “**Cadernos Terras Quentes**”. Quero igualmente esclarecer que nunca fui, nem sou filiado de qualquer organização político/partidária. Procurei não cometer qualquer incorreção, na elaboração deste artigo, mas peço desculpa se o fiz inadvertidamente.

“Sem o antes não teria acontecido o 25 de Abril.”

Começo este artigo com a frase do subtítulo acima que, para mim, resume o segredo do sucesso do 25 de Abril.

Neste artigo pretendo averiguar, se possível, a forma como os militares do Quadro Permanente, que concretizaram o 25 de Abril, foram tratados pela hierarquia militar e pelas forças políticas que receberam o poder após a “**Operação Viragem Histórica**” (OVH).

Não incluo na tabela 1, que abaixo insiro, os militares do SMO (**Serviço Militar Obrigatório**), por não me ser possível identificá-los a todos, já que os relatórios de operações na sua esmagadora maioria não os mencionam e não consegui obter elementos após a sua passagem à disponibilidade. Fiz uma exceção para os 3 milicianos que comandaram as 3 companhias do CISMI (Santa Margarida) que constam da Ordem de Operações. Quero, no entanto, frisar, que **sem os militares do SMO não teria sido possível levar a cabo a Operação Viragem Histórica**.

Apesar disso, pretendo inserir numa tabela os poucos oficiais do SMO que consegui reunir.

Uma vez esclarecida a intenção subjacente à elaboração do artigo, passemos de seguida ao assunto em questão.

Para derrubar o regime vigente desde 28 de maio de 1926, foram tentadas várias formas de o conseguir: “eleições”, petições, abaixo-assinados, assalto a quartéis, atentados bombistas, levantamento e saída de uma unidade. Todas elas falharam. Como se verificou, havia sempre forças militares e civis ao lado do regime que só seriam derrotadas por forças de igual ou maior número.

* Em 25 de Abril de 1974 era Capitão de Infantaria e fez parte das tropas comandadas pelo Capitão de Infantaria Luís Pimentel, que às 3H00 da manhã daquele dia, ocupou a Emissora Nacional. 76 horas após a tomada do objetivo, regressou à sua Unidade. Licenciado em Sociologia e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Defesa do Património “Terras Quentes”.

Dito isto, podemos concluir que para conseguir o objetivo, seria necessária uma organização bem estruturada, segura e de confiança. Ou seja, era condição essencial para enfrentar as forças fiéis ao regime que houvesse efetivos militares suficientes.

A Operação levada a cabo no dia 25 de Abril de 1974 teve sucesso não só devido à adesão dos militares mas também ao apoio essencial da população.

Como foi possível esse apoio? Algumas das razões passíveis de serem apontadas são:

Razões de apoio da população:

- O descontentamento com a guerra e o agravamento da sua situação económica e social devido à mesma.
- O facto de a guerra levar ao aumento da pobreza o que motivou a emigração da população para sobreviver e fugir à guerra, e para além disso mostrou aos que emigraram outras realidades diferentes da nossa.
- Aumento da escolaridade no país com o consequente aumento da cultura política da juventude.

Por outro lado, os militares aderiram devido:

- Proletarização dos oficiais.
- As sucessivas comissões no Ultramar que mostraram, aos oficiais do quadro, a irrealidade das capacidades militares do nosso país relativamente a uma guerra com três frentes de operações e cujo inimigo era apoiado por grandes potências que lhe forneciam equipamentos cada vez mais evoluídos, deixando, claramente, as nossas tropas em situação de inferioridade.
- O cansaço devido ao avolumar das comissões sobretudo no que diz respeito aos capitães do quadro permanente.
- O convívio intenso com a juventude do nosso país e as suas ideias políticas, através dos milicianos.
- O espírito de corpo que se reforçou inicialmente devido a uma questão de vencimentos e carreiras (a criação do Quadro Especial de Oficiais) e que depois se tornou numa luta política.

Desta reunião de fatores civis e militares resultou uma boa operação militar cujo êxito assentou nas seguintes premissas:

- A luta dos Capitães teve 2 fases, a primeira pelos seus direitos e a segunda já com o objetivo de derrubar o regime. Desta última resultou o reforço da coesão, organização e segurança decorrente do trabalho dos oficiais que lutaram “no antes”.
- Um bom aproveitamento dos reduzidos meios operacionais existentes, pois é preciso não esquecer que a “Metrópole” era um grande centro de instrução com poucas unidades operacionais e poucos oficiais do QP nas unidades, que, mesmo assim, eram constantemente transferidos à mínima suspeita de cariz político.

- A criação de uma rede de contactos informais de apoio e neutralidade que permitiram assegurar a cooperação/neutralidade da Marinha, Força Aérea, GNR e PSP.
- O cuidado na escolha do dia da operação (antes do 1º de Maio e o dia da semana em que as unidades teriam mais efetivos).
- A escolha cuidada dos emissários que entregaram a Ordem de operações para não haver quebra do segredo.
- A escolha do RCP (Radio Clube Português) para a emissão dos comunicados do MFA (porque tinha gerador elétrico).
- A ocupação atempada da RTP e EN que permitiu atrasar qualquer reação do poder estabelecido após o 1º comunicado do MFA.
- A saída da maioria das unidades comprometidas à hora marcada.
- Por último e mais importante, a adesão popular.

Para tentar averiguar a forma como os militares do Quadro Permanente, que concretizaram o 25 de Abril, foram tratados pela hierarquia militar e pelas forças políticas há que considerar os limites da análise:

- A tomada dos objetivos.
- A classificação dos intervenientes.

Quanto à tomada dos objetivos, considere a respetiva comunicação ao Comando.

Relativamente aos intervenientes, considere duas vertentes: a Operacional e a de Apoio. Mas, neste ponto, como separar os operacionais e os apoiantes?

Para mim, tomando como exemplo qualquer desporto, quem ganha os jogos, são os jogadores, não os treinadores, nem os massagistas, que só os preparam para jogar, embora a vitória seja resultante do contributo de todos.

Pessoalmente considere operacionais aqueles que tomaram efetivamente os objetivos. Todos os outros considere apoio. Mas atenção, que, sem apoio, aconteceria o que aconteceu no levantamento das Caldas da Rainha, em 16 de Março de 1974, provando que não basta uma coluna militar e uma figura carismática para levar a cabo um golpe militar.

Esta classificação pode ser contestada, mas, é a minha.

Na tabela seguinte constam apenas as unidades e os oficiais que constam da Ordem de Operações do MFA (Operação Viragem Histórica) e a Ordem de Operações da Região Militar do Porto.

Tabela 1

Fontes e siglas

25RV – 25 de Abril Roteiro da Revolução – José Mateus, Raquel Varela, Susana Gaudêncio. Editora Parsifal. Lisboa 2017.
 AP – Apoio.
 CR – Contra.
 CRC – Cronologia da Revolução dos Cravos – https://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_da_Revolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Cravos
 DE – Desistente.
 ECAC – Eu capitão de Abril me Confesso – Arnaldo Costeira. Lugar da Palavra, Lello Editores. Porto Dezembro 1999.
 EX – Exército.
 FAP – Força Aérea Portuguesa.
 MP – Armada Portuguesa.
 MUV – Memórias de uma vida – António Gaspar Borges; Edição do Autor. Porto 2015.
 OEMC – Origens e Evolução do Movimento dos Capitães – Dinis de Almeida; Edições Sociais. Lisboa 1977.
 Oop. – Ordem de Operações.
 OP – Conquistou o objetivo.
 OVH – Operação Viragem Histórica – Carlos Almada Contreiras, Otelio Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço. 1ª edição: Colibri. Lisboa 2017.
 PSP – Polícia de Segurança Pública.
 QEO – Quadro Especial de Oficiais.
 TR28 – Modelo do rádio marca Racal.

Cabeçalho

Nome do Oficial
Posto em 25/04/1974
Objetivo Código objetivo
P/Ativo Promoção enquanto no ativo
Posto que atingiu no ativo
43/99 Promovido ao abrigo do Dec Lei 43/99
Data da promoção
Posto a que foi promovido
O. Lib Se foi agraciado com a Ordem da Liberdade
Data em que foi agraciado
OP/AP Se no 25 de Abril foi Operacional ou de Apoio
Unidade a que pertencia no 25 de Abril

Nome	Posto	Objetivo	P/Ativo	Posto	43/99	Data	Posto	O. Lib	Data	OP/AP	Unidade	
Nuno M. Ficher Lopes Pires	TCoronel	Comando	Não		Sim	26-04-2002	Coronel	Sim	01-01-1985	AP	Comando	
Amadeu Garcia dos Santos	TCoronel	Comando	Sim	General					24-09-1983	AP	RE 1	(1)
Otelo Saraiva de Carvalho	Major	Comando	Não		Sim	30-10-2015	Coronel	Sim	25-11-1983	AP	AM	(1)
José E. Sanches Osório	Major	Comando	Não		Sim	30-04-2003	Coronel	Sim	24-09-1983	AP	EPA	(1)
Hugo Manuel R. dos Santos	Major	Comando	Sim	General				Sim	01-01-1985	AP	EME	(1)
Víctor M. Trigueiro Crespo	Cap. Ten.	Comando	MP					Sim	24-09-1983	AP	AM	(1)
Luis E. A. Ferreira de Macedo	Capitão	Comando	Não		Sim	02-07-2004	Coronel	Sim	11-03-2011	AP	MP	(1)
Víctor Manuel Rodrigues Alves	Major	Apoio	Não		Sim	03-05-2003	Coronel	Sim	24-09-1983	AP	RE 1	(1)
											EME	(2)
João J. Sacramento Gomes	TCoronel	México	FAP					Sim	31-01-1986	OP	Entrega OOp.	
José Manuel Costa Neves	Major	México	FAP	Brig Gen				Sim	24-09-1983	OP	FAP	(3)
Campos Moura	Major	México	FAP					Não		OP	FAP	(3)
Correia Pombo	Capitão	México	FAP		Sim	30-04-2003	Coronel	Não		OP	FAP	(3)
Mendonça de Carvalho	Capitão	México	FAP					Sim	26-02-2021	OP	FAP	(3)
José Santos Coelho	Capitão	México	Sim	Coronel				Sim	25-05-2019	OP	DSFOM	(3)
Nuno dos Santos Ferreira	Capitão	México	FAP					Não		OP	FAP	(3)
Nuno dos Santos Silva	Capitão	México	FAP					Sim	11-03-1986	OP	FAP	(3)
Luís Carlos Santos Veiga Vaz	Capitão	Unidades Sul	Sim	Coronel				Não		AP	CSRT	(4)
António M. J. Rosado da Luz	Capitão	Unidades Sul	Sim	Coronel				Sim	19-08-2021	AP	CIAAC	(4)
Silvestre António S. Porto	Capitão	Ent OOp. RC3 e BC 1	Sim	Ten Gen				Não		AP	Guiné	(5)
Rodrigo M. L. Sousa e Castro	Capitão	Região norte	Não		Sim	30-04-2003	Coronel	Sim	01-01-1985	AP	CIAAC	(6)
José A. Candeias Valente	Capitão	Ent da OOp. EPC	Sim	TCoronel				Não		AP	EPC	(7)
José Santa Clara Gomes	Capitão	Ent da OOp. BC5	Sim	Coronel				Não		AP	DGA	(8)
Gertrudes da Silva	Capitão	Lisboa	Sim	Coronel				Sim	01-10-1985	OP	Ag November	(9)
Rodrigo Nobre Pizarro	Capitão	Varsóvia	Sim	Coronel				Sim	19-08-2021	OP	RI 10 Aveiro	(10)
Arnaldo C. da Silveira Costeira	Capitão	Lisboa	Sim	Coronel				Sim	26-02-2021	OP	RI 14	(11)
Apúrgio Ramalho	Capitão	Comanda RI Viseu	Sim	Coronel				Sim	30-01-2006	AP	RI 14	(L8)
António L. Ferreira do Amaral	Capitão	Adj Cmt Int	Sim	Ten Gen				Sim	26-06-2021	AP	RI 14	(L8)
Amândio de Almeida Augusto *	Capitão	Adj Cmt Int	Sim	TCoronel				Não		AP	RI 14	(12)
Rui F. Lucena Coutinho	Capitão	Varsóvia	Sim	Coronel				Não		OP	ECS	(10)
Albino L. Ferreira da Cal	Capitão	Lisboa	Sim	Coronel				Não		OP	ECS	(13)
Fernando Gols Moço	Capitão	Lisboa	Sim	Coronel				Não		OP	ECS	(13)

Pedro Manuel L. Sales Grade	Tenente	Londres	sim	Major				Não		OP	EPA		(29)
Vicente Carlos Sousa Brandão	Tenente	Londres	Sim	Major				Não		OP	EPA		(29)
Valdemar J. O. Patrício	Capitão	Londres	Sim	Coronel				Sim	19-08-2021	OP	EPA	B ART 8,8	(30)
José Manuel P. M. Nave	Tenente	Londres	Sim	Major				Não		OP	EPA		(30)
João A. C. Almas Imperial	Tenente	Londres	Sim	TCoronel				Não		OP	EPA		(30)
Manuel J. Ferreira de Sousa	Tenente	Londres	Sim	Coronel				Não		OP	EPA		(30)
											B ART 10,5		
José H. Duarte Mendes	Capitão	Seg. EPA	Sim	Coronel				Não		OP	EPA		(30)
Emanuel P. Gaspar Madeira	Alferes	Seg. EPA	Sim	Coronel				Não		OP	EPA		(30)
Joaquim Formeiro Monteiro	Alferes	Seg. EPA	Sim	Ten Gen				Não		OP	EPA		(30)
											C. Art. Mot.		
Jorge M. P. Mira Monteiro	Capitão	Atenas	Sim	Coronel				Não		OP	EPA		(30)
João António Andrade da Silva	Tenente	Atenas	Sim	Coronel				Sim	19-08-2021	OP	EPA		(30)
Henrique António Pedro	Tenente	Atenas	Sim	Major				Não		OP	EPA		(30)
Mário Ribeiro Batista	Tenente	Atenas	Sim	Coronel				Não		OP	EPA		(30)
Amílcar Carlos Rodrigues	Tenente	Atenas	Sim	Capitão				Não		OP	EPA		(30)
											Reserva		
José D. Canatário Serafim	Capitão	Lisboa	Sim	Maj Gen				Não		OP	EPA		(30)
José F. de Jesus Duarte	Tenente	Lisboa	Sim	Coronel				Não		OP	EPA		(30)
											RI 3		(30)
António Feijó de A. Gomes	Capitão	Recebe TR28	Sim	Coronel				Sim	12-02-1996	AP	RI 3		(31)
António C. Ventura Lopes	Major	Montemor	Sim	Maj Gen				Não		CR	RI 3		(32)
											RC 3		
Luis Fernando Andrade Moura	Capitão	Atenas	Sim	Coronel				Sim	19-08-2021	OP	RC 3		(33)
Alberto António Ferreira	Capitão	Atenas	Sim	Coronel				Sim	24-09-1983	OP	RC 3		(33)
Germano Miquelina C. Simões	Capitão	Atenas	Sim	Coronel				Sim	11-03-1986	OP	RC 3		(33)
Gastão M. S. Correia da Silva	Capitão	Atenas	Sim	Coronel				Não		OP	RC 3		(33)
Nuno Caldas Franco Duarte	Coronel	Adere e Atenas	Sim	Coronel				Não		OP	RC 3		(33)
José M. L. Machado Faria	Major	Adere	Sim	Coronel				Não		OP	RC 3		(33)
Lourenço C. Fernandes Tomaz	Major	Adere	Sim	Major				Não		OP	RC 3		(33)
											BC 1		
António R. Esteves Pinto	Capitão	Recebe OOp. BC1	Sim	Coronel				Não		AP	BC 1		(34)
											CICA 5		
José Rosado Castela Rio	Major	Cmd do CICA 5	Sim	TCoronel				Não		DE	CICA 5		(35)
José Castelo Glória Alves	Capitão	Foia	Sim	Coronel				Sim	19-08-2021	OP	CICA 5		(35)
Filipe Ferreira Lopes	Capitão	Foia	Sim	Coronel				Não		OP	CICA 5		(35)
											Ag Lima		
											EPI		
Gasim de Freitas	Coronel	Comanda EPI	Sim	Ten Gen				Não		AP	EPI		(36)
Aurélio Trindade	Major	Adere	Sim	Ten Gen				Sim	01-10-1985	AP	EPI		(36)

Boaventura J. M. Ferreira	Capitão	QG RMN	Sim	Coronel	Sim	29-09-2014	Coronel	Sim	26-02-2021	OP	CICA 1	(48)
Antônio Gaspar Borges	Capitão									OP	CICA 1	(49)
José A. M. e Castro Carneiro	Capitão		Sim	Coronel					19-08-2021	OP	CICA 1	(50)
Manuel Passos Esmeriz	Coronel	Não cumpre a missão	Sim	General						DE	RI 6	(46)
Antônio Ramos da Rocha	Capitão	Não cumpre a missão	Sim	Coronel					12-02-1996	DE	RI 6	(51)
Almor Alves Serra	Major	Não cumpre a missão	Sim	Coronel						DE	RI 6	(51)
João L. Arriscado Nunes	TCoronel	Cmdt RC6	Sim	Coronel						AP	RC 6	(52)
Manuel Martins Rodrigues	TCoronel	Av Aliados PSP e GNR	Sim	Coronel						OP	E.Rec	(51)
João G. Soares da Motta	Tenente	Av Aliados PSP e GNR	Sim	Coronel						OP	E.Rec	(46)
Eduardo da Conceição Santos	Capitão	Detém Cmdt Rap2	Sim	Coronel						OP	RAP 2	(53)
Nuno G. Catarino Anselmo	Capitão	Ponte Arrábida	Sim	Coronel						OP	RAP 2	(48)
Luís Gonzaga Freire Antunes	Capitão	Ponte Arrábida	Sim	Major						OP	RAP 2	(48)
João António Heitor Alves	Capitão	Miramar RTP Porto	Sim	Coronel						OP	CART 6252	(64)
											CIOE	
											C Cmds 4041	
Delgado da Fonseca	Capitão	Campo 24 de Agosto	Sim	Coronel					01-01-1985	OP	CIOE	(54)
José M. L. Lopes Oliveira	Tenente	Campo 24 de Agosto	PSP							OP	CIOE	(55)
Manuel António Apolinário	Tenente	Campo 24 de Agosto	Sim	Maj Gen						OP	CIOE	(55)
Francisco R.G. Freire	Capitão	Cmdt do CIC	Sim	Coronel						AP	CIC	(55)
Agostinho B. Saraiva da Rocha	Tenente	Campo 24 de Agosto	Sim	Coronel						OP	CIOE	(55)
Carlos N. Carronda Rodrigues *	Tenente	Campo 24 de Agosto	Sim	Tcoronel						OP	CIOE	(55)
José L. M. Bacelar Ferreira	Capitão	Ponte Varzim-Porto	Sim	Coronel						AP	1ª GCAM	(56)
José Emílio Gomes Almeida	Capitão	Ponte Varzim-Porto	sim	Tcoronel						OP	1ª GCAM	(57)
											BC 9	
Víctor Manuel Oliveira Santos	Major	Adere e apola	Sim	Coronel						AP	BC 9	(58)
F. C. Medeiros Almeida *	Major	Aer Pedras Rubras	Sim	Coronel					19-08-2021	OP	BCAÇ 5016	(60)
J. Manuel G. Piteira Santos	Capitão	Aer Pedras Rubras	Sim	Coronel					11-03-1986	OP	BCAÇ 5016	(59)
Humberto T. Bordalo Xavier *	Major	Aer Ped Rubras	Sim	Major						OP	BCAÇ 5016	(59)
											RI 8	
Rui Mendonça	Coronel	Não saiu	Sim	Coronel						CR	RI 8	(61)
Rui R. X. C. Guimarães	Capitão	Sau C/ Comp p/ RC 6	Sim	Coronel						OP	RI 8	(62)
											BC 3	
Fernando Augusto Gomes	Major	Não Saiu	Sim	Coronel						DE	BC3	(63)
Fernando M. Garcia Freixo	Capitão	Não Saiu	sim	Tcoronel						DE	BC3	(65)
											RI 13	
Carneiro de Magalhães	Coronel	Não Saiu	Não	Coronel						CR	RI 13	(61)

Análise Dos dados													
Total de Coroneis													5
Total de Tenentes Coronel													7
Total de Majores													22
Total de Capitães													84
Total de Tenentes													33
Total de Alfereis													8
Total Capitães Tenente													1
Oficiais QEO													5
Oficiais Milicianos													3
Total de Oficiais da Armada													1
Total de Oficiais da Força Aérea													7
Total de Oficiais Superiores													35
Total de Subalternos													41
Total de Oficiais intervinientes													160
Oficiais operacionais													104
Oficiais não operacionais													47
Desistentes													6
Contra													3
Total QP													157,0
Percentagem de capitães, tenentes e alferes envolvidos nas operações													78,13
Percentagem de Oficiais superiores													21,88
Oficiais Condecorados com a Ordem da liberdade													61
Oficiais Não Condecorados com a Ordem da liberdade													99
Oficiais Operacionais Condecorados com a Ordem da Liberdade													39
Oficiais não Operacionais Condecorados com a Ordem da Liberdade													20
Percentagem de oficiais operacionais condecorados com a Ordem da Liberdade													24,38
Percentagem de oficiais não operacionais condecorados com a Ordem da Liberdade													12,50
Oficiais promovidos ao abrigo da lei 43/99													16
Percentagem dos oficiais promovidos ao abrigo da lei 43/99													10,00

* oficiais do QEO

- (1) - 25RV pág. 14
- (2) - CRC pág. 4, OVH pág 193
- (3) - CRC pág. 4
- (4) - OVH pág. 127 e 136 a 139
- (5) - OVH pág. 129 estava de férias no Continente.
- (6) - 25 RV pág. 92 e OVH pág. 128
- (7) - CRC pág. 1
- (8) - CRC pág. 2 Evacuado da RMM
- (9) - 25 RV pág 93
- (10) - 25 RV pág 92
- (11) - ECAC pág 50
- (12) - ECAC pág 51
- (13) - CRC pág 8, OEMC pág 321 a 324 e ECAC pág 55
- (14) - 25 RV pág 92
- (16) - CRC pág 8
- (17) - CRC pág 7
- (18) - 25 RV pág 62, OVH pág 380
- (19) - OVH pág 381
- (20) - CRC pág 3
- (21) - OVH pág 382
- (22) - OVH pág 383
- (23) - OVH pág 305 e 315
- (24) - OVH pág 324
- (25) - OVH pág 314
- (26) - OVH pág. 100, OEMC pág 343
- (27) - OEMC pág 343
- (28) - OVH pág. 337 e 338 Proporcionou o REC. da EN
- (29) - OEMC pág 351, OVH pág 129 e 402
- (30) - OEMC pág 352, OVH pág 129 e 402
- (31) - OVH pág 130 e 399
- (32) - OVH pág 399

- (33) - OEMC pág 382 e OVH pág. 129
- (34) - OVH pág 129
- (35) - OEMC pág 379 e OVH pág. 130 e pág 416 a 418
- (36) - CRC pág 7
- (37) - OVH pág 423
- (38) - OVH pág 137
- (39) - OEMC pág 394 e 395
- (40) - CRC pág 6
- (41) - OEMC pág 386
- (42) - CRC pág 2, OVH pág 450 a 458 e OEMC pág 345
- (43) - OEMC pág 345 e OVH pág 450 a 458
- (44) - 25 RV pág 24 e OVH pág 429
- (45) - OVH pág 192, 193, 441 e 478
- (46) - OVH pág 240 a 249
- (47) - OVH pág 230 e 240 a 249
- (48) - OVH pág 240 a 249 e OEMC 390
- (49) - OVH pág 240 a 249 e OEMC pág 389
- (50) - OVH pág 240 a 249
- (51) - OEMC pág 390
- (52) - OVH pág 238
- (53) - 25 RV pág 99
- (54) - OVH pág 228
- (55) - OVH pág 221 a 226
- (56) - OVH pág 214
- (57) - OVH pág 213 e OEMC pág 390
- (58) - OVH pág 204 e OEMC pág. 392
- (59) - OVH pág 204
- (60) - OVH pág. 203
- (61) - OEMC pág 392
- (62) - OVH pág 239
- (63) - OEMC Pg393
- (64) - 25RV pág 99
- (65) - OVH pág 246

Analisemos os dados da tabela acima.

O total de oficiais intervenientes diretos foi de 160 sendo que 152 eram do exército, 7 da Força Aérea, 1 da Armada e destes 3 eram milicianos (2 capitães e 1 tenente) que comandaram as companhias de Santa Margarida.

Os 157 oficiais do Quadro Permanente distribuíram-se pelos seguintes postos:

- Coronel – 5
- Tenente-Coronel – 7 (Força Aérea)
- Capitão Tenente – 1 (Armada)
- Major – 22
- Capitão – 82
- Tenente – 32
- Alferes – 8

Face a estes números podemos concluir que o MFA foi não só transversal (Capitães e subalternos da Academia Militar e QEO), como vertical (oficiais superiores) e na sua grande maioria milicianos.

Permito-me lembrar que houve muitos outros que não estiveram diretamente envolvidos no movimento, e que não detetei, mas que nunca puseram em causa o MFA e até o apoiaram.

Quero que fique muito claro, que este dia não foi apenas um passeio entre a multidão em festa. Como consta do livro Operação Viragem Histórica (OVH) a páginas 399 e 400, os Regimentos de Lanceiros 1 (Elvas), de Infantaria 3 (Beja), de Infantaria 4 (Faro), de Infantaria 16 (Évora) e Artilharia Ligeira 3 (Évora), o Batalhão de Caçadores 8 (Elvas), a Manutenção Militar (Évora), o Forte da Graça (Elvas) e o Campo de Tiro do Algarve (Tavira), no dia 25 de Abril de 1974 movimentaram-se contra o espírito da “Operação Viragem Histórica” do MFA, ***tendo com as suas ações feito vários prisioneiros (pelo menos 27 militares) que só foram libertados após a detenção do professor Marcelo Caetano Presidente do Concelho de Ministros do antigo regime.***

Situação dos militares que participaram no 25 de Abril de 1974

Dos oficiais que estiveram empenhados na Operação Viragem Histórica, 16 (11 do Exército e 5 da FAP) ou seja cerca de 10% não foram promovidos durante o tempo normal de serviço, por razões várias entre as quais transferências, informações pouco claras e ultrapassagens sendo o exemplo mais flagrante o **Capitão de Cavalaria Salgueiro Maia**.

Para tentar resolver este problema foi publicada **A Lei n.º 43/99 Publicada no Diário da República n.º 134/1999, Série I-A de 1999-06-11 que**

“Aprova medidas tendentes à revisão da situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 – A presente lei determina a revisão da situação dos militares dos quadros permanentes dos três ramos das Forças Armadas que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974 e, em consequência do seu envolvimento directo no processo político desencadeado pelo derrube da ditadura, foram afastados ou se afastaram ou cuja carreira tenha sido interrompida ou sofrido alteração anómala.

2 – O direito à revisão da situação militar, com vista à eventual alteração e reconstituição da respectiva carreira, é exercido pelo próprio ou, em caso de morte ou incapacidade permanente ou temporária do titular do mesmo, é reconhecido ao cônjuge ou, na sua falta, ao herdeiro legal de parentesco mais próximo do militar, preferindo, em igualdade de circunstâncias, o mais velho.”

Apesar da publicação desta lei alguns nunca viram a sua carreira reconstituída e outros tiveram que recorrer à via judicial para que tal acontecesse.

Ordem da Liberdade

Decreto-Lei n.º 709-A/76 de 4 de Outubro

“O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É criada a ordem nacional denominada «Ordem da Liberdade», destinada a distinguir e galardoar serviços relevantes prestados à causa da democracia e da Ordem da liberdade.

Art. 2.º A Ordem da Liberdade rege-se, na parte aplicável, e não especialmente prevista neste diploma, pela Lei Orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 44721, de 24 de Novembro de 1962, pelo respetivo regulamento aprovado pelo Decreto n.º 45498, de 31 de Dezembro de 1963, e legislação complementar subsequente”.

Até à data de 26/10/2021 foram agraciadas 525 personalidades.

Dos 160 oficiais referidos na tabela 1, nove declararam-se contra ou desistentes ficando assim o número de possíveis agraciados reduzido a 151.

Posto	Intervenientes	Auto Excluídos	Operacionais condecorados com a Ordem da Liberdade	Apoio condecorados com a Ordem da Liberdade	Total condecorados com a Ordem da Liberdade	Não condecorados com a Ordem da Liberdade
Coronel	5	3	0	0	0	2
TCoronel	7	0	3	2	5	2
Cap ten	1	0	0	1	1	0
Major	22	4	4	6	10	8
Capitão	84	2	27	11	39	44
Tenente	33	0	4	1	5	28
Alferes	8	0	1	0	1	7
Total	160	9	39	21	60	91

Como se pode ver na tabela acima, dos intervenientes no 25 de Abril só foram agraciados 60 ficando de fora 91. A razão desconheço-a e não emito qualquer comentário me limitando a mostrar, por Presidentes da República, o número de militares agraciados:

Durante o mandato do General Ramalho Eanes	16
Durante o mandato do Dr. Mário Soares	10 ¹
Durante o mandato do Dr. Jorge Sampaio	9
Durante o mandato do Professor Cavaco Silva	0
Durante o mandato do Professor Marcelo Rebelo de Sousa	24
Total	60

Ressalta, no entanto, o facto de o Sr. Presidente Professor Cavaco Silva não ter agraciado nenhum militar operacional, do 25 de Abril, durante o seu mandato.

¹ Não me foi possível junto da chancelaria das ordens honoríficas esclarecer os números do Gen. Ramalho Eanes e do Dr. Mário Soares. Julgo que os números corretos serão respetivamente 25 e 2 e não 16 e 10.

Epílogo

Finalizando este pequeno artigo resta-me dizer ainda o seguinte:

1. Os Militares intervenientes na Operação Viragem Histórica (**OVH**) (25 de Abril de 1974) nunca tiveram apetência pelo Poder, salvo raras exceções.
2. Pretenderam apenas devolver ao **POVO** português a sua **LIBERDADE** e a **PAZ**.
3. Não foram eles que esqueceram os Deficientes das Forças Armadas que foram pura e simplesmente abandonados à sua sorte, com exceção do apoio de alguns voluntários que graciosamente procuraram ajudá-los.
4. Não foram culpados do abandono a que foram sujeitos os mortos em combate que nunca foram repatriados. Relembro que alguns dos que foram repatriados, o foram a custas da própria família.
5. Não tiveram culpa das diversas reestruturações que se fizeram até agora.
6. Não foram eles que levaram o país à sua situação atual, em que praticamente não existem Forças Armadas, e muito menos Reserva Estratégica credível.
7. No entanto quando os problemas são grandes lançam mão às poucas reservas que existem (exemplo: **Vice-Almirante GOUVEIA E MELO**).
8. Os militares têm essencialmente em mente a vida do camarada que luta ao seu lado, a sua honra, a honra da instituição a que está ligado e o amor à **Pátria**.
9. Os militares estão sempre ao dispor do seu país e abraçam incondicionalmente qualquer missão que lhe é confiada.
10. E **concluo** dizendo que os militares operacionais intervenientes do 25 de Abril não foram tratados nem correta nem honestamente como mereciam.

**RESPEITEM AS FORÇAS ARMADAS PORQUE ELAS SEMPRE FORAM O ESTEIO DA
NAÇÃO**

Anexo 1
Designação e localização das unidades

Sigla	Designação	Localização
1ª GCAM	1º Grupo de Companhias de Administração Militar	Póvoa do Varzim
2ª GCAM	2º Grupo de Companhias de Administração Militar	Lisboa
AM	Academia Militar	Lisboa
B ART 10,5	Batalhão de Artilharia 10.5	Vendas Novas
B ART 8,8	Batalhão de Artilharia 8.8	Vendas Novas
BC 1	Batalhão de Caçadores Nº 1	Portalegre
BC 3	Batalhão de Caçadores Nº 3	Bragança
BC 5	Batalhão de Caçadores Nº 5	Lisboa
BC 9	Batalhão de Caçadores Nº 9	Viana do Castelo
BCAÇ 5016	Batalhão de Caçadores Nº 5016	Viana do Castelo
BEng3 CIMSM	Batalhão de Engenharia Nº3	Santa Margarida
C. Art. Mot.	Companhia de Artilharia Motorizada	Vendas Novas
C. Caç 4241	Companhia de Caçadores Nº 4241	Santa Margarida
C. Caç 4246	Companhia de Caçadores Nº 4246	Santa Margarida
C. Cmds 4041	Companhia de Comandos Nº 4041	Lamego
CART 6252	Companhia de Artilharia Nº 6052	Vila Nova de Gaia (Serra do Pilar)
CCaç 4216/73	Companhia de Caçadores Nº 4246/73	Santa Margarida
CIAAC	Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa	Cascais
CICA 1	Centro de instrução de Condução Auto Nº 1	Porto
CICA 2	Centro de instrução de Condução Auto Nº 2	Figueira da Foz
CICA 5	Centro de instrução de Condução Auto Nº 5	Lagos
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais	Lamego
CSRT	Chefia do Serviço de Reconhecimento de Transmissões	Lisboa
CTIG	Comando Territorial independente da Guiné	Guiné
CTSC	Campo de Tiro da Serra da Carregueira	Belas (Sintra)
DGA	Depósito Geral de Adidos	Lisboa
DSFOM	Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares	Lisboa
E.Rec	Esquadrão de Reconhecimento do RC 6	Porto
ECS	Escola Central de Sargentos	Águeda
EME	Estado Maior do Exército	Lisboa
EPA	Escola Prática de Artilharia	Vendas Novas
EPAM	Escola Prática de Administração Militar	Lisboa
EPC	Escola Prática de Cavalaria	Santarém
EPE	Escola Prática de Engenharia	Tancos
EPI	Escola Prática de Infantaria	Maфра
FAP	Força Aérea Portuguesa	FAP
MP	Armada Portuguesa	Armada
QG RML	Quartel-General da Região Militar de Lisboa	Lisboa
QG RMN	Quartel-General da Região Militar Norte	Porto
RAP 2	Regimento de Artilharia Pesada 2	Vila Nova de Gaia (Serra do Pilar)
RAP 3	Regimento de Artilharia Pesada 3	Figueira da Foz
RC 3	Regimento de Cavalaria Nº 3	Estremoz
RC 6	Regimento de Cavalaria Nº 6	Porto

RE 1	Regimento de Engenharia Nº 1	Lisboa
RI 10	Regimento de Infantaria Nº 10	Aveiro
RI 13	Regimento de Infantaria Nº 13	Vila Real
RI 14	Regimento de Infantaria Nº 14	Viseu
RI 3	Regimento de Infantaria Nº 3	Beja
RI 6	Regimento de Infantaria Nº 6	Porto
RI 8	Regimento de Infantaria Nº 8	Braga

Anexo 2
Código dos Objetivos

Código	Objetivo/Local
Atenas	Ponte Salazar
Berna	Ponte Marechal Carmona (V. F. Xira)
Canadá	Quartel-General da Região Militar de Lisboa
Jamaica	RCP – Antenas
Londres	Almada (Cristo Rei)
México	RCP – Rua Sampaio Pina
Mónaco	Rádio Televisão Portuguesa
Nova Iorque	Aeroporto da Portela
Toledo	Terreiro do Paço
Tóquio	Emissora Nacional – Rua do Quelhas
Varsóvia	Forte de Peniche

Anexo 3
Alguns dos Oficiais milicianos que colaboraram no 25 de Abril

Nome	Posto	Objetivo	Unidade	OP/AP
Tolentino	Asp Mil	Londres	EPA	OP
Gonçalves	Asp Mil	Londres	EPA	OP
Medeiros	Asp Mil	Lisboa	EPA	OP
Guerra	Asp Mil	Apoio EPA	EPA	OP
Carvalho	Asp Mil	Atenas	EPA	OP
Salgueiro	Asp Mil	Atenas	EPA	OP
Matos de Sousa	Asp Mil	Atenas	RC 3	OP
Montalvão Machado	Asp Mil	Atenas	RC 3	OP
Coelho Cordeiro	Asp Mil	Atenas	RC 3	OP
Pinheiro	Ten Mil	Tóquio	CTSC	OP
Artur Lopes Simões	Asp Mil	Tóquio	CTSC	OP
Alves Moreira	Asp Mil	Tóquio, Sabota telefones	CTSC	OP
Serrinha	Asp Mil	Tóquio	CTSC	OP
Fernando Trindade	Asp Mil	Tóquio	CTSC	OP
Moncacha	Asp Mil	Apoio CTSC	CTSC	AP
Mata	Asp Mil	Apoio CTSC	CTSC	AP
Costa Ferreira	Alf Mil	Guarda cmdt	CIOE	OP
Trindade	Alf Mil	Campo 24 de Agosto	CIOE	OP

Cruz	Alf Mil	Campo 24 de Agosto	CIOE	OP
Albuquerque	Alf Mil	Campo 24 de Agosto	CIOE	OP
Campos	Alf Mil	Campo 24 de Agosto	CIOE	OP
Deus Alves	Alf Mil	Ponte Varzim-Porto	1ª GCAM	OP
Sampaio	Asp Mil	Ponte Varzim-Porto	1ª GCAM	OP
Soares	Ten Mil		RAL 5	AP
Marques	Ten Mil		RAL 5	AP
Paulo Cardoso	Alf Mil		RAL 5	AP
Fraga	Ten Mil		RAL 5	AP
Alves Ribeiro	Alf Mil	Sabota telefones	EPE	AP
Vítor Cordeiro	Alf Mil	Jamaica	EPE	OP
Álvaro Sousa	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Branco Martins	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Fernando Noites	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Jorge Nascimento	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Justino Miranda	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Pinto Mendes	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Rogério Calvo	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Senos Vizinho	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
Virgílio Índio	Asp Mil	Jamaica	EPE	OP
António Martins	Asp Mil	Berna	C. Caç 4246	OP
Manuel de Sousa	Asp Mil	Berna	C. Caç 4246	OP
Manuel Gravato	Asp Mil	Berna	C. Caç 4246	OP
Alberto Fernandes	Asp Mil	Berna	C. Caç 4246	OP
Meireles	Alf grad	Toledo	EPC	OP
David	Alf Mil	Toledo	EPC	OP
Ribeiro	Alf Mil	Toledo	EPC	OP
Medeiros	Alf grad	Toledo	EPC	OP
Beato	Alf Mil	Toledo	EPC	OP
Rodrigues	Alf grad	Toledo	EPC	OP
Sousa e Silva	Ten Mil	Toledo	EPC	OP
Maia Loureiro	Alf Mil	Toledo	EPC	OP
Clímaco Pereira	Alf Mil	Toledo	EPC	OP
Sampaio	Asp Mil	Toledo	EPC	OP
Pedrosa de Oliveira	Alf Mil	Toledo	EPC	OP
Laranjeira	Asp Mil	Toledo	EPC	OP
Calado de Oliveira	Asp Mil	Toledo	EPC	OP
Maia de Oliveira	Asp Mil	Toledo	EPC	OP

Belverde, novembro 2021.

